



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Luis Claudio Palermo

**Da “guerra” no Complexo do Alemão (2007) ao programa de “pacificação”
(2008/2009): uma análise dos discursos sobre ações policiais em algumas
favelas cariocas**

Rio de Janeiro

2016

Luis Claudio Palermo

**Da “guerra” no Complexo do Alemão (2007) ao programa de “pacificação” (2008/2009):
uma análise dos discursos sobre ações policiais em algumas favelas cariocas**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha.

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

P156 Palermo, Luis Claudio.
Da “guerra” no Complexo do Alemão (2007) ao programa de “pacificação” (2008/2009): uma análise dos discursos sobre ações policiais em algumas favelas cariocas / Luis Claudio Palermo. – 2016.
294 f.

Orientadora: Lia de Mattos Rocha.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.
Bibliografia.

1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Imprensa – Teses. 3. Unidades de polícia pacificadora – Teses. 4. Representações sociais – Teses. 5. Análise do discurso – Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 333.326(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luis Claudio Palermo

**Da “guerra” no Complexo do Alemão (2007) ao programa de “pacificação” (2008/2009):
uma análise dos discursos sobre ações policiais em algumas favelas cariocas**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 23 de junho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Márcia da Silva Pereira Leite
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof.^a Dra. Christina Vital da Cunha
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Edilson Márcio Almeida da Silva
Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria da Glória Alves,
e ao meu pai, Pasquale Antonio Palermo,
por serem a base, referência e fundamento de tudo que sou.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, meu pai (Pasquale), minha mãe (Glória), meu irmão (Marcos Pascoal, mas conhecido “mundialmente” por Cacau), meus sobrinhos (Matthaus e Marinnah), minha cunhada (Lis), meu primo (Jorge) e ao amigo-irmão que escolhi e conquistei durante minha vida (João Ricardo). Vocês formaram, sem dúvida nenhuma, minha base sentimental, subjetiva e intelectual.

Agradeço também a todos os meus amigos e amigas, bem como minhas ex-namoradas, pois, assim como meus familiares, contribuíram na minha existência, na minha construção como pessoa e na minha formação intelectual, afinal, as potencialidades das pessoas são exponencializadas a partir das relações sociais que desenvolvem. A todos vocês, meu sincero e eterno agradecimento porque me fizeram compreender e encontrar meus parâmetros pessoais, minhas referências identitárias e me fizeram desenvolver minhas faculdades mentais.

Não vou citar especificamente nenhum dos amigos (e amigas) nem ex-namoradas a quem devo meus agradecimentos porque se trata de uma lista grande. Mas, cabe ressaltar que, no caso dos amigos, essa lista de agradecimentos deve ser preenchida desde a infância, que foi vivida eminentemente na rua (eu era moleque de rua e não queria nada com os estudos), com muita briga de moleque, muito futebol, muita brincadeira que, hoje em dia, não temos mais. Já na adolescência, ainda muito futebol (essa minha eterna paixão que não sai da minha vida até hoje), muitas idas à praia, muitas saídas com os amigos que duravam a noite toda, muitas conversas ao longo da madrugada etc. Esse percurso, obviamente, vem se desenvolvendo até os amigos e amigas que hoje se mantêm firmes aturando-me, ajudando-me, guiando-me, enfim, contribuindo para minha construção cotidiana como pessoa e cooperando, de alguma forma, no meu íntimo processo de amadurecimento.

Agradecimento mais do que especial aos meus grandes mestres, no campo da sociologia, pois sem eles também não estaria nesse meu singelo percurso acadêmico. Primeiramente à minha orientadora, Lia de Mattos Rocha, pela referência acadêmica gradativa que se tornou para mim, pelo aceite ao meu projeto e, sobretudo, pela orientação, pois, num gesto de rara sabedoria, ela soube entender minhas dificuldades, aceitar meu jeito muito esquisito de ser e soube me deixar trilhar um caminho diferente do que versa sua experiência de orientação e, *stricto sensu*, seus projetos de pesquisa. Parabéns, Lia, pois você colocou em prática o que um grande gestor meu uma vez me disse e que nunca vou esquecer: “as normas [da instituição à qual estávamos ligados, à época] devem ser vistas como uma

trilha, não como um trilho”. Assim também devem ser vistas e tratadas as trajetórias humanas. As palavras são fáceis, difícil é colocar isso em prática. E você conseguiu, com muita maturidade e sabedoria. Portanto, muito obrigado!

A outra referência que estimo demais como grande mestra e a quem agradeço imensamente é a professora Márcia Leite, que foi minha primeira leitura sociológica sobre favelas e minha primeira orientadora no campo da sociologia, quando me formei em “Especialista em Sociologia Urbana”, pela UERJ, em 2011. Quase desnecessário externar o quão impressionado fiquei ao ter contato com suas ideias e o quanto me nutri com suas sempre brilhantes análises. Isso sem contar as aulas maravilhosas no curso de sociologia urbana. Todos os alunos ficavam impressionados com a capacidade dessa grande mestra. Ela é principal inspiração que me fez decidir transitar minha carreira da história para a sociologia, em determinado momento de grande indefinição e falta de referência. É com muito carinho que guardo esses momentos (subjetivos rumo a uma definição) e outros mais em que a professora Márcia me apareceu (sem ela saber) como uma guia, apontando a trilha a seguir. E que trilha! Muito obrigado! Você foi fundamental nesse processo.

O terceiro (e não menos importante, decerto que não, apenas não tão próximo como as primeiras) é o eminente professor Luiz Antonio Machado da Silva. O professor Machado nem me conhece direito (basicamente me conheceu na qualificação desta tese), mas teve uma grande importância na minha humilde (e incompleta) formação sociológica. Afirmando isso porque desde os cursos no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), com as disciplinas “As favelas pelos pesquisadores” e “As favelas pelos favelados”, comecei a ter contato mais estreito com seus pensamentos e não deixei nunca mais de admirá-lo grandemente. Agradeço pela referência intelectual e pelos conhecimentos que me passou, tendo especial importância sua participação na minha qualificação. Muito obrigado! Agradeço também porque é impossível, hoje, eu conseguir escrever sem pensar em como esse grande professor leria o que estou escrevendo (ou como avaliaria sociologicamente o que penso), apesar de saber que ele, com sua grande experiência, inteligência e projeção, não tem que perder tempo lendo meus humildes trabalhos que não têm projeção alguma.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em função do financiamento de minha pesquisa nos dois primeiros anos de doutorado, bem como agradeço demais à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ – pela bolsa especial que cobriu os dois últimos anos de minha pesquisa e que foi fundamental para minha sobrevivência e na ajuda de pessoas próximas. Estendo este agradecimento à comissão de bolsas do Programa de Pós-Graduação em

Ciências Sociais (PPCIS) pela indicação à bolsa nota 10 da FAPERJ; meus caros e caras, obrigado pela confiança no meu trabalho.

Nessa linha, não posso deixar de agradecer à Sônia e ao Wagner, ambos da secretaria do PPCIS, pela gentileza e préstimos, assim como pelo atendimento sempre cuidadoso e focado no objetivo de ajudar e resolver os problemas.

Não posso deixar de lado a lembrança e agradecimento a todos os professores e as professoras com os quais cursei disciplinas no transcurso do doutorado, pois, obviamente, contribuíram significativamente com minha formação, por meio de seus ensinamentos. Seguem nomes deles em ordem de período em que cursei as disciplinas: 1º semestre - Carlos Eduardo Rebello de Mendonça; Dario de Sousa e Silva Filho; Lia de Mattos Rocha. 2º semestre - Patrícia Birman; Márcia Leite; Valter Sinder. 3º semestre - Paulo Mesquita D'Avila Filho; Ronaldo Castro. 4º semestre - Cecilia Loreto Mariz; Marcia de Vasconcelos Contins Gonçalves.

Agradeço muito também a revisão de algumas partes desta tese que foi realizada numa das reuniões do competente, dedicado e muito solidário grupo de estudos ligado ao “Cidades: Núcleo de Pesquisa Urbana - Uerj/PPCIS”. Externo meu agradecimento a todos componentes do grupo, mesmo os que não estavam presentes no dia do debate sobre minha tese, pois meu crescimento, a partir desse grupo, não se deu somente na avaliação de meu trabalho, mas nos aprendizados construídos a cada reunião.

Devo, por fim, também estender o agradecimento aos alunos e alunas colegas de curso (com quem cursei as disciplinas obrigatórias e eletivas). Agradeço pela parceria no compartilhamento de informações, nas trocas de textos, pelas orientações gerais etc., bem como pelas discussões que reverberavam nos corredores, durante os intervalos das aulas. Essas discussões, muitas vezes, ajudaram na compreensão mais larga dos debates propostos pelos professores, outras tantas vezes organizavam minhas ideias para voltar e aproveitar mais proficuamente o que estava sendo debatido em aula.

RESUMO

PALERMO, L. C. *Da “guerra” no Complexo do Alemão (2007) ao programa de “pacificação” (2008/2009): uma análise dos discursos sobre ações policiais em algumas favelas cariocas*. 2016. 294 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A questão central desta tese é a análise dos discursos sobre ações policiais em algumas favelas cariocas, considerando-se dois períodos específicos. O primeiro se refere ao ano de 2007 e enfoca em discursos que se fundamentavam numa percepção de que a cidade vivia uma “guerra” contra o tráfico de drogas localizado nas favelas dos Complexos do Alemão e da Penha, com vistas à redução dos índices de criminalidade na cidade. O segundo remete aos discursos em torno das ações policiais realizadas na favela Santa Marta (e depois na Cidade de Deus), no final de 2008 e em 2009, que eram tematizadas como um novo modelo de ocupação que deveria trazer a “paz” e uma profusão de serviços sociais a essas localidades. Esta pesquisa é eminentemente documental. A principal fonte utilizada foi a imprensa escrita, muito embora outras fontes documentais também tenham sido mobilizadas e empregadas. A metodologia que perpassa toda a pesquisa é a análise de discurso. As referências teóricas utilizadas para a análise das fontes averiguadas e produção de questionamentos sobre elas são interdisciplinares. Destarte, compõem o quadro teórico tanto referências derivadas da Linguística (análise de discurso), da Antropologia do Estado, da História e da Sociologia. As principais linhas de raciocínio que são resultantes dessa pesquisa podem ser apresentadas, sinopticamente, em quatro propostas analíticas: A primeira remete à construção histórica dos discursos sobre as ações policiais nas favelas mencionadas, postulando que há não somente descontinuidades discursivas entre a “guerra” e a “paz”, mas também continuidades que referenciam essas ações policiais, nos períodos citados. A segunda tem relação com as representações sociais das favelas cariocas. Desse modo, com base no período em alusão e a partir de informações coletadas na imprensa investigada, nota-se que são acionadas pelos discursos do governo as especificidades de cada favela pesquisada no sentido de propor, a partir dessas representações, formas de intervenções policiais específicas. A terceira alude aos discursos de integrantes do governo que foram selecionados e publicados nas mídias pesquisadas, mostrando o quanto tais discursos se constituíram a partir das condições conjunturais, bem como incorporando, em alguma medida, as pressões sociais. Logo, não se tratam de discursos que meramente impuseram um modelo de estratégia governamental para implementar ações policiais. Tiveram, pois, que dialogar com a conjuntura e com a sociedade. A derradeira tem ligação com a atuação política da imprensa. Nesse sentido, apresenta-se o quanto as mídias, ao organizarem a percepção social, acabam dando mais valor a algumas vozes, em detrimento de outras. Argumenta-se, em complemento, que a imprensa, ao propor uma forma de seleção e enquadramento de notícias, confere um cariz específico a essas ações policiais, agindo, dessa forma, como uma espécie de ator político.

Palavras-chave: Imprensa. Favelas cariocas. Unidades de Polícia Pacificadora. Análise do Discurso. Representações sociais. Relação centro e margens.

ABSTRACT

PALERMO, L. C. *From the "war" in the Complexo do Alemão (2007) to the program of "pacification" (2008/2009): an analysis of discourses on police actions in some Rio de Janeiro's slums.* 2016. 294 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The central question of this thesis is the analysis of discourses on police actions in some slums, considering two specific periods. The first refers to 2007 and focuses on the speeches that were based on a perception that the city lived in a "war" against drug trafficking located in the slums of Complexos do Alemão e da Penha, in order to reduce crime rates in the city. The second refers to the discourses around the police actions carried out in the favela Santa Marta (and then in the City of God), in late 2008 and in 2009, which were themed as a new model of occupation that should bring "peace" and profusion of social services to these locations. This research is eminently documentary. The main source was the press, although other resources have also been mobilized and employed. The methodology that permeates all the research is speech analysis. The theoretical references used for the analysis of the investigated sources and production questions about them are interdisciplinary. Thus, the theoretical framework is composed by: the linguistic (discourse analysis), the anthropology of the state, the history and the sociology. The main lines that are the result of this research can be presented synoptically in four analytical proposals: The first refers to the historical construction of the discourses on police actions in the slums mentioned. It postulates that there are not only discursive discontinuities between "war" and "peace", but also permanence that contributes to reference these police actions, in those periods. The second is related to the social representations of Rio de Janeiro's favelas. Thus, based on the period in reference and from information collected in the investigated media, It can be seen that the government speeches' activates the specificities of each favela researched to propose forms of specific police interventions. The third refers to the speeches of government officials who were selected and published in the surveyed media. it is shown how such discourses were formed from the conjunctural conditions, as well as incorporating, in some measure, the social pressures. Thus, these are not speeches that merely imposed a government strategy model to implement police actions. They had, therefore, that dialogue with the conjunctural conditions and society. The last is connected with the political activity of the press. It is presented that the media, to organize social perception, end up giving more value to some voices over others. In addition, it is argued that the press, to propose a form of selection and framing of news, gives a specific orientation (conduction) to these police actions, acting thus as a kind of political actor.

Keywords: Press. Rio de Janeiro's favelas. Unidades de Polícia Pacificadora. Speech Analysis. Social Representations. Relation between Center and Margins.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública
GPAE	Grupo de Policiamento em Áreas Especiais
OAB	Ordem dos advogados do brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PF	Polícia Federal
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança (Rio de Janeiro)
SSI	Subsecretaria de Inteligência
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 DISCURSOS QUE PRODUZEM A IDEIA DE “GUERRA”: AS PRIMEIRAS AÇÕES POLICIAIS DO GOVERNO SÉRGIO CABRAL NOS COMPLEXOS DO ALEMÃO E DA PENHA (JANEIRO-MAIO DE 2007).....	51
1.1 De janeiro a abril de 2007: os discursos que situavam o Alemão como um dos principais focos combativos do governo.....	55
1.2 A partir de maio de 2007: a intensificação das operações de “guerra” no Alemão e o aparecimento de discursos alternativos para a segurança pública.....	65
1.2.1 <u>O crescimento dos discursos de “guerra” no Alemão.....</u>	65
1.2.2 <u>Discursos alternativos para a segurança pública, no contexto inicial do governo Sérgio Cabral.....</u>	71
1.3 Representações sociais, construção de um problema público e intervenções policiais.....	79
1.3.1 <u>Tentando controlar as margens representadas como problemas para a cidade.....</u>	81
1.3.2 <u>Mas as margens não são inertes: crescimento da violência e incorporação de discursos alternativos ao modelo empregado pelo governo Sérgio Cabral.....</u>	88
2 ENTRE A METÁFORA DA “GUERRA” E OS DIREITOS ELEMENTARES DOS MORADORES DE FAVELAS: DISCURSOS EM TORNO DA MEGA-OPERAÇÃO POLICIAL NO ALEMÃO (JUNHO DE 2007).....	97
2.1 A intensificação do uso da força policial nas operações de “guerra” no Alemão.....	100
2.2 O aumento do desgaste político do governo.....	103
2.3 Novo contexto, outras propostas para a segurança pública originadas de discursos de integrantes da cúpula governamental.....	106
2.4 Entre as justificativas da “guerra” e os direitos dos moradores: as disputas discursivas em torno das operações no Alemão e do lugar dessas favelas na cidade.....	111
2.5 Discursos acerca da relação entre policiamento e moradores das favelas do Alemão.....	123

3	DISCURSOS EM TORNO DA “PAZ”: A OCUPAÇÃO POLICIAL DA FAVELA SANTA MARTA (2008)	131
3.1	Discursos sobre a escolha da Santa Marta como novo modelo de policiamento de favelas	134
3.2	Discursos que delinearão objetivos do governo sobre a ocupação da favela Santa Marta	145
3.3	Continuidades e mudanças nos discursos sobre as ações policiais destinadas a favelas	154
4	CIDADE DE DEUS: DISCURSOS EM TORNO DA EXPANSÃO DO NOVO PROGRAMA DE OCUPAÇÃO POLICIAL DE FAVELAS	169
4.1	Cidade de Deus: representações sobre a favela e resistência do tráfico de drogas	171
4.2	Cidade de Deus: modulações nos discursos que delineavam os objetivos das UPPs	176
4.3	UPPs: ampliação, novas circunstâncias e outros discursos acerca de seus objetivos	185
4.4	UPPs: nova conjuntura e a redefinição dos objetivos concernentes ao combate ao tráfico de drogas em favelas ocupadas	187
4.5	Os depoimentos oficiais sobre os objetivos das UPPs organizados pelas mídias: uma reflexão sociológica acerca das modulações e adequações discursivas	193
4.5.1	<u>Trama social e depoimentos individuais: entre a normatividade e a facticidade</u>	195
4.5.2	<u>A força social e política colocada pela presença da imprensa</u>	197
5	A IMPRENSA ESCRITA PESQUISADA E SEU CIRCUITO SOCIAL DE PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO	204
5.1	As diferenças na cobertura das mídias do Infoglobo	206
5.2	Influências do circuito social das mídias impressas na forma de comunicação do Extra e O Globo	222
5.2.1	<u>Definindo teoricamente as influências presentes no circuito social da imprensa escrita investigada</u>	222
5.2.2	<u>Relacionando o discurso das mídias pesquisadas com seu circuito social</u>	227

6	A IMPRENSA ESCRITA PESQUISADA E A LINGUAGEM DA VIOLÊNCIA URBANA.....	234
6.1	Algumas considerações teóricas gerais sobre a especificidade das mídias nas discussões sobre as favelas cariocas.....	237
6.2	A linguagem da violência urbana como um parâmetro social das mídias investigadas para o enquadramento das favelas cariocas.....	240
6.3	A homologia nas coberturas dos jornais pesquisados: representações sociais sobre o lugar das favelas cariocas na linguagem da violência urbana.....	244
6.4	Discursos do governo e as representações sobre as favelas incorporadas pelos impressos pesquisados.....	250
6.5	O jornal impresso como uma espécie de ator político.....	256
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
	REFERÊNCIAS.....	279
	ANEXO I.....	293

INTRODUÇÃO

O governador Sérgio Cabral esteve no comando do Estado do Rio de Janeiro no período de janeiro de 2007 até o início do mês de abril de 2014, quando foi substituído pelo vice-governador, Luiz Fernando de Souza, conhecido como Pezão. De acordo com declaração do próprio Cabral, desde o começo de sua gestão, a segurança pública foi estabelecida como um dos principais focos ou pilares políticos¹, o que, parece, vem sendo mantido na atual administração de Pezão, que foi eleito para ser governador do Rio de Janeiro no período entre 2015 e 2018.

A política de segurança do governador Sérgio Cabral, sobretudo em sua fase inicial, no ano de 2007, foi desenvolvida tanto através de “declarações enfáticas de guerra às facções criminosas” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 2), como também por meio do combate efetivo e violento aos traficantes que controlavam o comércio de drogas em algumas favelas cariocas (cf. ALVES & EVANSON, 2013).

A tônica dessa política de segurança, notadamente no início dessa gestão, pode ser exemplificada, *grosso modo*, a partir das inúmeras notícias divulgadas sobre as ações policiais nas favelas dos Complexos do Alemão e da Penha – que doravante serão tratados frequentemente apenas como Alemão, a fim de facilitar a exposição² –, bem como pelas declarações de representantes do alto escalão do governo selecionados pela imprensa investigada.

Segundo Machado da Silva, a metáfora da “guerra ao crime” foi transformada, nesse contexto, em política pública oficial (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 1). Desse modo, o governo manteve o foco no combate violento aos grupos de criminosos que controlavam a venda de drogas em algumas favelas do Rio de Janeiro, especialmente no Alemão.

¹ Fonte: O Globo, Domingo 1 Julho 2007, p. 17.

² Os jornais pesquisados nem sempre, em suas reportagens, definem com precisão a favela onde ocorreu a operação policial, ou seja, não é constante, nas mídias investigadas, a menção à especificidade da favela noticiada. Portanto, as reportagens frequentemente aludem ao Complexo do Alemão ou da Penha (ou a ambos). Cumpre registrar que é mais frequente que as mídias averiguadas tratem essas favelas sob a rubrica genérica de Alemão. Assim sendo, mantém-se a indicação informativa genérica realizada pelos periódicos, a fim de não causar imprecisões nos resultados da pesquisa. Ademais, não é o enfoque e preocupação desta pesquisa produzir uma análise que diferenciasses essas favelas do Complexo de Alemão ou da Penha, tampouco suas regiões internas. Essa é uma outra razão que justifica a manutenção da designação genérica de Alemão, haja vista que ela serve aos propósitos analíticos e à finalidade da exposição do trabalho.

Contudo, em razão da repercussão negativa decorrente de tais ações, o governo procurou fazer adequações em suas declarações. Sendo assim, “[...] A repercussão [da metáfora da guerra ao crime], embora, digamos, cautelosa e pouco vocal, não foi boa, e o governo rapidamente mudou o discurso” (Idem, *ibidem*).

Tendo em vista os diários analisados nesta pesquisa, pode-se afirmar que a proposta de mudança mais visível na política de segurança pública do governo Cabral ocorreu a partir da ocupação policial da favela Santa Marta, no final do ano de 2008, sem um anúncio prévio por parte do governo.

Segundo o que foi selecionado pela imprensa esquadrinhada, as primeiras informações providas por integrantes do governo mostravam que se intentava manter a favela ocupada, a fim de que o Estado pudesse atuar provendo serviços de infraestrutura para a localidade, como fornecimento de água, de energia e limpeza urbana, por exemplo (O GLOBO, quinta-feira, 20 de novembro de 2008, p. 11).

À medida que o tempo transcorria, as informações foram se tornando mais detalhadas e consistentes. De acordo com os diários de notícias consultados, o governo anunciou, no início de dezembro, que a polícia não sairia mais da Santa Marta e que estava propondo implementar na localidade um novo modelo de policiamento (EXTRA, quinta-feira, 4 de dezembro de 2008, p. 10).

Nesse ínterim, foi selecionado e publicado nas mídias averiguadas, que se criaria, na referida favela, uma Companhia de Policiamento Comunitário. Gradativamente, representantes da cúpula governamental passavam a informar aos periódicos pesquisados que pretendiam expandir o modelo de policiamento comunitário que inicialmente estava sendo implementado na Santa Marta para outras favelas que, a princípio, também se localizavam na zona sul da cidade.

Com base em dados oficiais, cumpre esclarecer que uma Unidade de Polícia Pacificadora – UPP³ – corresponde a “uma pequena força da Polícia Militar com atuação exclusiva em uma ou mais comunidades”⁴. Por esta perspectiva, a favela “Santa Marta foi a

³ De acordo com Cano, Borges e Ribeiro (2012, p. 21), o Decreto-lei nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009, que promulgado pelo governador, criou a denominação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) para o programa de ocupação policial da favela Santa Marta que depois foi expandido para outras favelas.

⁴ Fonte: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp <Acesso em 18/12/2013, às 14h:57min>.

primeira experiência da política de aproximação entre polícia e comunidade idealizada pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro”⁵. Destarte, as UPPs:

[...] trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias⁶.

Em função do que foi exposto, pode-se propor que as UPPs nasceram:

[...] como resultado invertido da truculência retórica, que exagerava no reconhecimento explícito do que secularmente acontece nos bastidores do controle das ‘classes perigosas’, que sempre se realizou através da violência (MACHADO DA SILVA, 2010, pp. 2-3).

Além disso:

[...] a UPP efetivamente demarca uma inflexão na política de segurança pública do governo do Estado que, até então, havia sido marcada por operações policiais violentas e letais, que tiveram seu momento mais dramático na (primeira) ocupação do Complexo do Alemão em Junho de 2007, episódio também conhecido como Chacina do Pan, em que 19 pessoas foram mortas, muitas delas com indícios de terem sido executadas. (BURGOS et. al., 2011, p. 52).

De acordo com Fleury (2012), as UPPs foram criadas sem uma direção precisa e claramente definidas. Surgiram como resultado das injunções conjunturais e como fruto de uma aprendizagem institucional (FLEURY, 2012, p. 199). Por isso, pode-se afirmar que foram implementadas em razão do processo histórico de transformação da cidade do Rio de Janeiro que contemplou a preparação da cidade para os megaeventos (PALERMO, 2013, pp. 324-326) e para receber investimentos sociais de grande monta, como, por exemplo, os que faziam parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (PALERMO, 2014a, pp. 119-120).

⁵ Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Santa%20Marta> <Acesso em 05/12/2013, às 14h:13min>.

⁶ Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/faq>. Consulta realizada em 21 de dezembro de 2015, às 11h:28. Na época da preparação da favela Santa Marta, as informações providas pelo governo davam conta de que seria implantado um novo modelo de policiamento, baseado na ideia de polícia comunitária. Hoje em dia, o sítio das UPPs nos informa que trabalha com o modelo de policiamento de proximidade. Fonte: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Consulta realizada em 21 de dezembro de 2015, às 11h:32. A despeito da anunciada diferença, cabe registrar que essas designações visam, com efeito, minimizar um problema histórico que ocorre em favelas cariocas: a má atuação da Polícia Militar, que, não raramente, desrespeita os direitos elementares de moradores de favelas, carregando, como princípio coordenador de sua ação, uma premissa moral, na qual os moradores são equiparados aos traficantes ou são considerados, pela proximidade espacial, cúmplices dos traficantes de drogas que atuam em favelas (cf. MACHADO DA SILVA, 2008).

Para tanto, segundo Alves e Evanson (2013, pp. XVII-XXII), as diretrizes balizadoras do Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – foram importantes, conforme se pode observar no trecho a seguir:

Havia [no período do primeiro mandato do governador Sérgio Cabral, antes da implementação da primeira UPP] uma preocupação em Brasília de estabelecer as bases para uma política de segurança pública com cidadania e respeito aos direitos humanos. Assim, foi elaborado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania [...], cuja alma consistia em um projeto de longo prazo que reformulasse no Brasil toda a concepção da segurança pública, com três novidades históricas: Primeiro, ela passaria a ser responsabilidade conjunta da União, dos estados e dos municípios. Segundo, seriam garantidos os direitos constitucionais de todos os cidadãos brasileiros por meio de uma polícia comunitária que trabalharia com a população em cada bairro e localidade, tendo em vista não somente a repressão de crimes, mas principalmente integridade física a partir da óptica de serviço à comunidade. Finalmente, [...] seriam instaladas unidades policiais locais então desmilitarizadas, isto é, trabalhariam com a população sem o uso de armas letais ou táticas militares [...]. Depois que determinada área fosse ocupada pelas novas polícias comunitárias, estaria aberto o caminho para que o Estado entrasse com todo seu aparato político, cultural e de desenvolvimento econômico (ALVES; EVANSON, 2013, pp. XVII-XVIII).

Dessa forma:

O fato da cidade do Rio de Janeiro ter sido escolhida para sediar, proximamente, megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo colocou em questão a capacidade governamental de reduzir a violência e exercer o controle efetivo sobre seu território. Fruto deste contexto e da aprendizagem, e inspirada em experiências internacionais de ocupação territorial e integração como de Medellín, surge a primeira UPP, depois da ocupação militar no Santa Marta em 2009. Sem uma estratégia inicial claramente delineada, esta primeira experiência foi considerada emblemática para construção e posterior aplicação desse modelo de pacificação, caracterizado pela ocupação territorial, existência de fortes vínculos entre agentes governamentais e empresariais, desenvolvimento de programas de formalização do mercado e promoção social (FLEURY, 2012, p. 199).

É importante ressaltar que as UPPs correspondem à face mais visível da política de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro comandado por Sérgio Cabral (2007-2014). Em síntese, trata-se de um programa no qual o governo faz, primeiramente, a ocupação de uma favela por meio de contingente da Polícia Militar. Em seguida, instala uma unidade ou base, em princípio, permanente (FLEURY, 2012, p. 194), utilizando efetivo policial que deve ser, em tese, especificamente treinado e incumbido para atuar nas referidas localidades.

Desde a implementação das ocupações policiais nas favelas Santa Marta e na Cidade de Deus, esse programa de policiamento de favelas ganhou grande visibilidade e repercussão, sobretudo nas mídias⁷. Assim sendo:

A ampla cobertura televisiva da “retomada” dos territórios pela polícia repercutiu imediatamente no aumento dos índices de popularidade dos que exerciam o poder e dos responsáveis pelas novas iniciativas de limitação do predomínio dos bandos armados nas localidades. Na imprensa e na publicidade disseminou-se o slogan “O Rio recuperou sua autoestima”, que favoreceu um novo ânimo de restauração do “espírito carioca”, hipoteticamente desanuviado das ameaças e retomado pela descontração e o prazer de se viver na cidade (FRIDMAN, 2014, p. 612, grifos do autor).

Nesse sentido, podem ser apontados, pelo menos, três fatores que contribuíram para a visibilidade pública das UPPs: (i) porque desfruta (ou desfrutava) de representação, em certa medida, positiva junto a alguns moradores de favelas ocupadas (cf. BURGOS et al., 2011); (ii) em razão de usufruir boa aprovação média dos vizinhos das favelas, principalmente por conta da valorização de seus imóveis e pelo fim dos sistemáticos confrontos armados (cf. LEITE, 2012); (iii) em função do apoio que têm recebido da parcela mais visível da imprensa (cf. MACHADO DA SILVA, 2010).

Por tudo que foi evocado, pode-se afirmar que as UPPs colocaram em evidência discursos de diversas naturezas. Esses discursos disputavam (e ainda disputam) sentidos em torno de questões importantes para se pensar a cidade do Rio de Janeiro, os diferentes atores sociais envolvidos nesse processo e seus papéis sociais (e políticos também).

A partir dessas contendas, é possível colocar em discussão ideias e discursos que remetem aos modos de gestão política do Estado (cf. LEITE, 2012, p. 375), poder de volição dos atores sociais (cf. PALERMO, 2015) e sobre a própria política de segurança do governo, no tocante a algumas favelas cariocas (cf. PALERMO, 2014a; 2014b).

Em razão do exposto, deve-se destacar que a questão crucial que moveu o interesse desta pesquisa foi compreender como se posicionavam publicamente alguns desses discursos que giravam em torno de ações policiais realizadas em algumas favelas cariocas, no período que compreende os primeiros anos do governo Sérgio Cabral (2007-2009). Apesar desse recorte temporal estabelecido, deve-se informar, desde já, que a pesquisa enfoca em contextos específicos, conforme se explicitará à frente.

⁷ Em artigo escrito para o Jornal “O Dia”, o professor e economista Wilson Brito Diniz informava, à época, que: “As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) [são] aprovadas por mais de 70% da população”. Fonte: Jornal O Dia, sábado, dia 29/5/2010, nº 21.165, ano 59, 1ª edição, p. 16.

Objetivou-se, a partir dessa questão de pesquisa, compreender como esses discursos produziram sentidos acerca de tais ações policiais, como eles representaram as favelas em que ocorreram essas ações, relacionando-as com a cidade do Rio de Janeiro, bem como entender o lugar dos diferentes discursos nas relações de poder que se estabelecem na sociedade ou nas contendas políticas em torno do lugar das favelas na cidade.

Portanto, neste trabalho, os acontecimentos ligados às ações policiais nas favelas do Alemão, da Santa Marta e da Cidade de Deus são vistos como propiciadores, ensejadores de condições para que os discursos em torno dessas ações – e também acerca dessas favelas – ganhassem visibilidade, colocando em voga algumas visões sobre a cidade, bem como perspectivas em torno dos lugares dos atores sociais nessa mesma cidade.

É preciso mencionar que os recortes temporal e espacial definidos nesta pesquisa não correspondem a toda administração do referido governador. Logo, há que ser informado que dois pontos nodais foram de grande importância para o interesse deste trabalho: o primeiro tem relação com os discursos em torno das ações policiais ocorridas no Alemão, no ano de 2007, mais precisamente nos oito primeiros meses (janeiro a agosto); o segundo remete aos discursos que revestiram as ocupações policiais nas favelas da Santa Marta e da Cidade de Deus, em fins de 2008 (novembro e dezembro) e início de 2009 (janeiro e fevereiro)⁸, fase em que o governo anunciou que estava preparando um novo modelo de policiamento de favelas a ser implementado nessas localidades, tendo uma previsão de expansão para outras localidades.

Quanto às fontes que foram utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, cumpre registrar que elas partiram, inicial e substancialmente, das seguintes mídias impressas: Expresso, Extra, O Dia e O Globo. Além disso, é importante mostrar como ocorreu o acesso às fontes, de modo a que se possa compreender, ainda que inicialmente, como este trabalho de pesquisa foi se substancializando, ganhando um corpo.

O acesso às fontes ocorreu por conta de minha participação em duas pesquisas. Uma delas foi realizada exclusivamente por interesse próprio, pois estava focado, desde a criação das UPPs, no jogo de forças sociais e políticos em torno desse programa. Essa pesquisa pessoal deu origem à monografia de conclusão da Especialização em Sociologia Urbana,

⁸ Cumpre mencionar que, especialmente em relação aos discursos em torno da ocupação policial da Cidade de Deus, a pesquisa avança um pouco mais no tempo. Contudo, os meses subsequentes não são tratados, aqui, de forma sistemática. Configura-se, desse modo, apenas um avanço no sentido de compreender um viés específico do programa de “pacificação” que foi sofrendo modificações discursivas significativas. Isso poderá ser observado mais claramente no capítulo 4. O restante do trabalho se circunscreve ao recorte definido.

curso que foi realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) durante todo o ano de 2010 e concluído em 2011⁹.

A outra pesquisa remete à minha participação num amplo projeto denominado “Virtudes e Limites das UPPs: uma avaliação socioantropológica”, que foi colocado em prática sob coordenação do Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ¹⁰.

A pesquisa realizada por conta própria enfocou no jornal O Dia como principal fonte e circunscreveu-se à análise diária e constante das reportagens publicadas nesse periódico desde 2010 até o fim do ano de 2014. Priorizou-se, neste trabalho, a análise das reportagens diárias do jornal (algumas vezes colunas opinativas), com vistas ao enquadramento interpretativo dessas matérias em categorias analíticas que eu tinha criado.

Esse diário de notícias foi escolhido para compor minha pesquisa pessoal porque se trata de uma mídia que desfruta de boa vendagem junto ao público de classe média baixa (parcela com representação social e política), notadamente na cidade do Rio de Janeiro em que sua circulação é bastante presente. Vale destacar que este jornal era, à época, um dos mais lidos na cidade do Rio de Janeiro¹¹.

A dinâmica de trabalho com essa fonte se configurou da seguinte forma: após a leitura diária das reportagens sobre a cidade do Rio de Janeiro, buscava-se aquelas que tinham relação com as UPPs. A partir da seleção dessas matérias ligadas ao programa de “pacificação”, passava-se à fase da catalogação das fontes consideradas importantes. Nesse sentido, o trabalho era registrar trechos que eu considerava importantes num banco de dados contendo chaves analíticas, como, por exemplo: objetivos das UPPs, cidade partida, benefícios das UPPs, crítica às UPPs, discursos ligados à “pacificação” etc.

Deve-se chamar a atenção que esses dados coletados nessa pesquisa pessoal quase não são citados nesta tese cuja exposição ora se inicia. Não obstante as poucas citações práticas,

⁹ A monografia é intitulada “O discurso da imprensa sobre a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre as favelas cariocas” e foi orientada pela professora Márcia Pereira Leite, a quem agradeço não só a orientação como toda a referência teórica e analítica que me propiciou alcançar.

¹⁰ Devo meu agradecimento ao Professor Luiz Antonio Machado da Silva e, em especial, à Prof^a. Dr^a. Lia de Mattos Rocha, minha orientadora, que foi quem me convidou para participar da pesquisa e quem dirigiu os trabalhos e a equipe. É importante mencionar ainda que a equipe de trabalho foi composta por Diego Calmon, Eduardo Ramos e Raquel Fabeni. Os pesquisadores envolvidos (eu em especial) externam também seus agradecimentos ao Centro de Documentação e Informação do InfoGlobo, que reúne os jornais O Globo, Extra e Expresso, os sites Globo e Extra, bem como a Agência O Globo. Cumpre deixar registrado agradecimento especial a Fabio Ponso, Ana Cristina Tavares, Monica Lessa e Paulo Luiz, que foram nosso apoio no InfoGlobo.

¹¹ Fonte: <http://www.guiademidia.com.br/jornaisdoriodejaneiro.htm>. (Consultado em 18 de junho de 2011).

efetivas, é importante evidenciar que o acompanhamento diário das notícias divulgadas no jornal O Dia contribuíram, além da composição desse banco de dados, para a estruturação de uma compreensão geral sobre alguns dos discursos que revestiram o desenvolvimento do programa de “pacificação”.

Há que se deixar registrado que são utilizadas, nesta tese – sobretudo nos capítulos que compõem a parte II, intitulada “Paz” – algumas referências às reportagens do jornal O Dia que concernem ao período de ocupação policial da favela Santa Marta, ou seja, em novembro e dezembro de 2008. Por isso, deve-se esclarecer que esse material me foi fornecido pelo jornalista Jorge Luis Barisson Palermo, que fez um trabalho na Biblioteca Nacional sobre as primeiras notícias veiculadas no referido periódico acerca dos primeiros dias de ocupação da Santa Marta¹². Sobre esse material, cabe especificar que ajudaram na composição analítica dos discursos em torno da ocupação da favela Santa Marta e Cidade de Deus, capítulos 3 e 4.

Cumprе registrar que as fontes que foram mais acionadas nesta tese proveem da pesquisa realizada como parte do supracitado amplo projeto denominado “Virtudes e Limites das UPPs: uma avaliação socioantropológica”. Além disso, foi o trabalho nessa pesquisa aludida que acabou, com efeito, dando um molde argumentativo a esta tese, conforme se desenvolverá à frente.

O importante, nessa etapa, é registrar que o resultado dessa pesquisa encontra-se separado por arquivos com diversas notícias. Os arquivos estão separados pelos nomes das favelas que interessavam ao projeto. Sendo assim, o material está dividido em arquivos eletrônicos que estão nomeados com as designações das favelas: Alemão, Babilônia, Batan, Cidade de Deus, Santa Marta etc.

Deve-se esclarecer que essa pesquisa de seleção das reportagens foi realizada com a colaboração de funcionários da empresa InfoGlobo. O fio condutor desse trabalho foi orientado por palavras-chave que remetiam à busca por um interesse específico no banco de dados do InfoGlobo. Decerto, esse interesse específico foi definido pela coordenação da pesquisa e tinha como base inicial os nomes das favelas.

O recorte temporal que fez parte da pesquisa “Virtudes e Limites das UPPs” contempla, grosso modo, o período entre 2007 e 2011. Visava-se, com isso, obter uma visão ampla das reportagens, colunas, editoriais etc., englobando todo o processo inerente à

¹² O jornalista é meu primo e meu grande amigo. Devo aqui meu agradecimento pelo fato de ele ter, generosamente, compartilhado comigo parte de sua pesquisa.

constituição do governo Sérgio Cabral. É importante, pois, registrar que compreendia o antes e do depois das UPPs.

Partindo, portanto, dessas chaves temporais e espaciais, os pesquisadores conseguiam “mapear” todas as informações publicadas nos jornais Expresso, Extra e O Globo. O resultado deste trabalho foi a produção de arquivos com os nomes das favelas, contendo as informações que foram publicadas nesses impressos no período determinado para a busca ou “mapeamento”. Essas informações podiam ser reportagens, colunas, editoriais etc.

O que recebemos foi um material organizado pelos impressos que oferece uma visão ampla sobre o período mencionado, possibilitando enxergar outros ângulos acerca do processo histórico relativo ao governo Sérgio Cabral, sobretudo no tocante à relação entre favelas e cidade e entre favelas e governo. Em outros termos, um material rico, em termos de organização de discursos sobre as favelas cariocas, no período inicial do governo mencionado antes.

Minha participação nessa pesquisa ocorreu em sua segunda fase, mais precisamente no processo de análise do material já produzido pela empresa InfoGlobo. Meu trabalho era, basicamente, analisar as reportagens contida nos arquivos com os nomes das favelas. Depois da interpretação cautelosa das matérias, eu devia fazer marcações no interior do arquivo, mostrando como cada parte do texto lido apontava para uma linha discursiva que permitia pensar em alguns dos variados temas de interesse da pesquisa “Virtudes e Limites das UPPs”.

Tais marcações eram realizadas através de chaves pré-definidas que foram elaboradas a partir de recortes analíticos sobre as favelas cariocas. Esses recortes compunham um feixe de interesses de pesquisadores experientes que participaram da organização do projeto como um todo. Portanto, o feixe mencionado era composto por pontos que contemplavam olhares de pesquisadores sobre esses lugares de moradia.

Nesse sentido, chaves analíticas como, por exemplo, “Objetivos da UPP”, “Circulação de pessoas”, “UPP social”, “Cercos”, “Confronto entre policiais e traficantes”, “Territórios da paz”, “Associação de moradores”, “Paz”, “Pacificação” etc., compunham alguns dos recortes analíticos que contemplavam interesses diversos dentro de um escopo geral que é o tema das favelas cariocas. Em razão do exposto, há que ressaltar que a atenção e compreensão densa dessas informações eram requisitos fundamentais, de modo a contemplar um amplo campo de interesses.

Foi em função dessa dinâmica de trabalho que surgiu – até certo ponto de forma incidental – algumas questões importantes que balizaram a discussão realizada nesta tese e a forma como os argumentos estão dispostos. A leitura das reportagens, colunas, editoriais etc.

fizeram emergir uma reflexão de pesquisa que complementou a análise que já vinha realizando na pesquisa pessoal que eu realizei no jornal O Dia, dando um corpo analítico e argumentativo que fundamenta esta tese.

Portanto, a ideia de fazer uma análise que compreende alguns discursos em torno das operações e atuação policial em algumas favelas cariocas – tendo em vista a política de segurança do supramencionado governo – foi se impondo em decorrência da superposição das pesquisas mencionadas e da composição analítica que pouco a pouco estruturava minha forma de entender como se organizavam esses discursos.

Ora, se a pesquisa que eu desenvolvia para esta tese de doutorado estava direcionada, inicialmente, para compreender a construção de sentidos em torno das UPPs, principalmente os que tinham relação com as representações das favelas cariocas no tecido urbano, a partir de minha participação no projeto “Virtudes e Limites das UPPs”, meu escopo analítico mudou e novos questionamentos se impuseram.

Vale ressaltar que tal mudança foi decorrente, principalmente, do acesso que tive a um conjunto amplo de dados e informações sobre as ações policiais em algumas favelas¹³. Sendo assim, minhas reflexões passaram a contemplar todo o período inicial do governo em apreço, enfocando em dois pontos fulcrais, de acordo com o que foi explicado acima. Assim, minhas reflexões passaram a contemplar um processo histórico mais amplo que me fazia enxergar a transição dos discursos da “guerra” para a “paz”, entrevendo suas tão anunciadas mudanças, mas também percebendo e problematizando suas permanências.

A pesquisa para a tese de doutorado se ampliou e acabou – com a incorporação de fontes diversas – envolvendo também o período anterior às UPPs, agregando, destarte, discussões e representações sobre algumas favelas cariocas no período anterior à implementação das UPPs, a partir de discursos diversos em torno das ações policiais destinadas a esses lugares de moradia.

Ademais, incorporou uma análise que problematiza as mudanças e permanências nos discursos em torno das ações policiais em favelas, o que remete, heurísticamente, a um processo histórico mais alargado e que oferece a possibilidade de vislumbrar nuances que propõem outras discussões sobre o modo de gestão do governo sobre as favelas (cf. LEITE, 2012, p. 375), bem como, por outro lado, sobre o papel de agência da sociedade diante dessas formas de gestão (cf. PALERMO, 2015, p. 79).

¹³ Ocorreu também em decorrência da incorporação gradual de referências teóricas que balizaram e aprimoraram, pouco a pouco, a análise do material empírico. Isso será explicado mais à frente.

Conforme se pode observar, a mídia impressa deve ser considerada a principal fonte de consulta para a realização desta tese. Ainda assim, desde já, é muito importante sublinhar que não se trata da única fonte, mas da que propiciou substancialmente as análises, reflexões e conclusões. As outras fontes são utilizadas, primordialmente, como subsidiárias do que foi capturado na labuta com as mídias, o que será retomado e debatido mais à frente.

Diante do exposto, registra-se que o conjunto de discursos que são acionados para a análise que compõe a tese provêm basicamente das mídias. Deve-se esclarecer que ora essa análise é feita a partir dos discursos do próprio diário consultado (em editorial, por exemplo), ora essa operação se apropria de outros discursos que foram selecionados e publicados por essas mídias utilizadas, como, por exemplo, os discursos de integrantes do governo, de especialistas e de moradores de favelas.

Cumpra ainda mencionar que essas operações interpretativas colocam – assim como a partir de qualquer outra fonte de pesquisa que nos forneça acesso à vida humana em sociedade – limites e possibilidades analíticas e de produção de conhecimento (cf. LACAPRA, 2015).

No tocante aos limites, é importante lembrar que toda a construção analítica que se realiza está ancorada em alguns discursos sobre a política de segurança do governo em questão, mais especificamente naqueles que giraram em torno das ações das policiais ou ocupações de algumas favelas cariocas. Uma vez que esses discursos chegaram à pesquisa notadamente a partir do que foi selecionado, hierarquizado e publicado por parcela da imprensa escrita cuja especificidade do trabalho é atuar narrando o cotidiano da nossa sociedade, o acesso a eles não foi realizado por conta da ação direta do pesquisador, investigando as posições dos atores, possibilitando o equilíbrio na seleção das vozes que disputavam as interpretações e representações acerca do cotidiano da cidade (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 39).

Nesse sentido, os discursos que são utilizados nesta pesquisa devem ser tratados como canais que propiciam uma análise (dentre outras possíveis) sobre as operações policiais voltadas para algumas favelas cariocas e, por conseguinte, permitem discutir diretrizes governamentais, representações sobre as favelas, entre outros pontos caros a esta tese.

Em vista do que foi exposto, deve-se alertar, então, que é nesse âmbito da vida social e política que os resultados aqui apresentados e discutidos devem ser vistos, analisados e debatidos. Deve-se, portanto, levar em conta esses limites na organização das falas que chegaram até nosso conhecimento.

Mesmo chamando a atenção dos interlocutores para o limite do olhar do pesquisador ao utilizar a imprensa como fonte (FAUSTO NETO, 1999, p. 13), deve-se apresentar também que esse tipo de organização dos relatos não se configura num óbice para fins de realização de uma pesquisa. É deveras valioso, pois, evidenciar que, por outro lado, o trabalho com as mídias é dotado também de riqueza e possibilidades (DE LUCA, 2011, p. 129), visto que a imprensa configura efetivamente uma parte integrante e sobremaneira importante da vida social. Não se deve negligenciar que é por intermédio da imprensa que muitas discussões se organizam, ganham visibilidade e importância política.

Em acréscimo, é importante colocar que é por meio da polifonia organizada pela imprensa que algumas vozes ganham luz e são trazidas à baila numa determinada arena pública de valor e representação social de peso (GOMES, 2003, pp. 75-78). Assim sendo, na imprensa, conforme já tratado por outras importantes obras sobre estudos de mídia, “[...] o efeito primeiro é o de *trazer à visibilidade*. Ora, trazer à visibilidade é, [...], simplesmente mostrar o mundo do ponto de vista em que ele deve ser visto [...]” (Idem, p. 75, grifos da própria autora).

O trabalho com fontes derivadas da imprensa possibilita, nesse sentido, que pensemos, conforme realizado neste trabalho de pesquisa, como essa construção diária dos discursos (dos próprios diários consultados, do governo, de entidades de defesa dos direitos humanos, de moradores de favelas etc.) contribuiu para orientar e conformar um modelo de atuação do Estado em algumas favelas cariocas.

Possibilita, ademais, compreender, em alguma medida, como esses veículos de mídia organizaram as disputas de sentidos em torno da relação entre favelas e o Estado, o que permite colocar em perspectiva crítica o embate entre posições políticas que situam as diferentes favelas em lugares distintos na cidade do Rio de Janeiro.

Deve ser mencionado ainda que a imprensa, por ser um canal que visibiliza algumas perspectivas e viabiliza alguns debates públicos, acaba favorecendo que se proceda o escrutínio de como representações sobre as favelas cariocas emergem nas questões concernentes às operações policiais destinadas a esses lugares de moradia; ou melhor, pode-se entender como esses veículos tematizam as favelas, a partir de sua narrativa cotidiana.

Em face dessas questões apontadas, deve-se informar que, para o acompanhamento e exame crítico do conteúdo das matérias dos jornais, dois pontos coordenaram a leitura e análise acerca dessas fontes impressas, configurando-se em critérios metodológicos basilares.

(i) O primeiro ponto metodológico a ser mencionado é que as mídias não falam solitariamente. Do ponto de vista construído para a elaboração desta pesquisa, não é adequado

pensar no trabalho cotidiano das mídias como uma operação de colonização da opinião pública por parte de grupos hegemônicos detentores dos direitos ligados aos veículos impressos em apreço (AGUIAR, 2006, p. 81).

Seguindo essa trilha, pode-se propor que um dos principais trabalhos realizados pela mídia é organizar a percepção social (CEVIS, 2011 *Apud* ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), repercutindo representações sociais (PORTO, 2009, p. 213; THOMPSON, 2014, p. 156) que se ajustam às “vozes dos diferentes atores sociais e políticos” (ALMENDRA, 2014, p. 65) envolvidos, em alguma medida, ao circuito de produção, circulação e consumo dos documentos (MAUAD; CAVALCANTE, 2013a; 2013b) originários da imprensa.

Partindo dessa perspectiva, é importante registrar que a concepção que norteia os princípios metodológicos desta pesquisa lastreia-se na ideia de que os discursos das mídias tanto influenciam como são influenciados por parcela da sociedade com a qual ela estabelece um diálogo, organizando a polifonia social e, ao mesmo tempo, conferindo-lhe um cariz. Essa parcela da sociedade é composta, eminentemente, por seu público-leitor que mantém, com as mídias, uma relação dialética, pois ao escrever suas narrativas diárias sobre a cidade, os periódicos estabelecem, previamente, um parâmetro de abordagem que visa atender às expectativas de um público receptor (SILVA, 2010, p. 154-158; FAUSTO NETO, 1999, p. 12-13), ainda que esse público-alvo esteja difusamente estabelecido.

Além desse diálogo que tem a capacidade de, em alguma medida, modelar as escolhas midiáticas, há que se mencionar, outrossim, que os discursos dos veículos de mídia sofrem outras pressões que acabam exercendo alguma influência também no trabalho diário realizado. Tais pressões envolvem o próprio interesse do grupo editorial que detém os direitos sobre o veículo de mídia, os patrocinadores desses veículos (BOURDIEU, 1997, p. 19-20), entre outras.

Considera-se, por esse ponto de vista construído, que o trabalho desses veículos tem menos de manipulação unilateral e mais de organização de uma polifonia social cujas percepções têm muito de atuação política no âmbito da vida pública. Assim, o trabalho das mídias contém muito mais de organização de posições e de percepções da sociedade. Como consequência, o trabalho das mídias acaba visibilizando esses interesses que, nas disputas políticas, ganham espaço que outros grupos não conseguem. Logo, algumas representações, postulações, posições etc. conseguem encontrar meio de ser vocalizadas numa determinada arena pública da qual as mídias acabam fazendo parte como instituições sociais importantes.

Em função do exposto, é crucial registrar, de forma introdutória, que essa é a concepção que orienta os princípios metodológicos e as referências teóricas utilizados na

análise do material empírico de pesquisa¹⁴. Sendo assim, as mídias, ao falarem, ao noticiarem, ao publicarem, elas estão organizando um conjunto de vozes que acabam sendo representadas na forma como esses veículos selecionam, hierarquizam e descrevem a vida cotidiana.

(ii) Conforme apontado anteriormente, os veículos de mídia mantêm com seus leitores (e com outros discursos) uma relação dialética na qual tanto influenciam como são influenciados por seu público-alvo. Com isso, deseja-se destacar que, nessa relação, os jornalistas (e os veículos de mídia) não estão, por sua vez, condicionados absoluta e plenamente por seu público-alvo; eles estão, constantemente, escrevendo tendo como horizonte de expectativa esse público receptor. Assim:

[...] por conta da crença socialmente compartilhada na utilidade das notícias, o jornal e, por extensão, o jornalista dispõem, atualmente, de uma autoridade específica que lhes permite participar, à sua maneira, da discussão dos problemas sociais e, mais que isso, da definição de sua prioridade. Essa autoridade, como não poderia deixar de ser, encontra-se intrinsecamente relacionada às condições sociais de recepção do seu discurso, *o que faz com que os jornalistas se vejam diante da constante necessidade de modulá-lo para, com isso, estabelecer uma relação de consonância entre os interesses do veículo que representam e do seu público-alvo* (SILVA, 2010, p. 154, grifos meus).

Se não fosse dessa forma, como aponta Silva (2010), teríamos que admitir, então, que os jornalistas são simples joguetes nas mãos de outros: leitores, anunciantes, editores etc. Nesse sentido, não imprimiriam sua marca específica na seleção e produção de uma abordagem para as informações. Não fariam a tarefa importante de hierarquizar as notícias dentro da edição do jornal. O que seria a manchete principal estaria sempre condicionada pelos acontecimentos cotidianos; assim também ocorreriam com os assuntos de interesse das mídias sobre a cidade. Sabemos que essa é uma situação que remete a uma aposta analítica que é caracteristicamente empirista, pois apresenta-se como se a verdade se impusesse pelos próprios fatos, pelos dados, pelos acontecimentos. Não é assim que a vida social e política se configura (CARR, 1982, p. 47).

Segundo Silva (2010), partindo de Martín-Barbero, o receptor não é um mero decodificador passivo das mensagens impositivas e imperativas da imprensa (SILVA, 2010, p. 154 *apud* MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 299). Desse modo, “[...] A despeito, porém, da busca de afinidade e de legitimidade junto aos leitores, não se deve esperar, conforme assinalam alguns jornalistas, que o jornal diga sempre aquilo o que o público deseje escutar” (SILVA, 2010, p. 154).

¹⁴ No transcurso da apresentação da tese, essas questões são retomadas e adaptadas às análises que se realizam em cada ponto específico da exposição dos argumentos.

Mas não é somente uma questão de dizer o que o público quer ouvir ou escrever o que o público deseja ler. A questão é mais complexa porque envolve, a rigor, uma espécie de tratamento que é conferido também pelo emissor. Não se deve negar o quanto o receptor da mensagem, conforme moderna análise do discurso (AD) (cf. FÍGARO, 2013), é um referente importante na composição do enunciado proferido ou escrito por um sujeito. Logo, ao pronunciar algo, o sujeito enunciator incorpora, em alguma medida, as expectativas do interlocutor.

Não obstante a essas considerações, há que se considerar que essa construção de sentido dialética contempla também a singularidade, a angulação e a proposição ímpar do enunciator. É nesse sentido que se dá o frágil processo de negociação que compõe a comunicação (WOLTON, 2011, *Apud* FIGARO, 2013b, p. 10).

Nesse complexo processo de construção de comunicação que é realizado pelas mídias, ou seja, nesse frágil processo impregnado de negociação (Idem, *ibidem*), os diários consultados (e seus jornalistas) também interferem, também têm poder de ação, também são dotados de volição, ainda que pressionados por todas as condições que compõem a construção de seu discurso social e político. Considerar as mídias como mero repositório de uma demanda difusa é tratar a questão de forma simplista.

Em vista dessas ponderações, deve-se colocar que as mídias, ao organizarem a percepção social (CEVIS, 2011 *Apud* ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), elas o fazem ajustando-se às vozes políticas com as quais elas projetam estar dialogando. Contudo, não produzem comunicação sem também, por outro lado, interferirem no processo. E ao fazerem isso, tomam para si um papel político (SILVA, 2010, pp. 162-163) capaz de imprimir um cariz aos acontecimentos, propor um formato de abordagem, uma forma de participar dessa narração diária da vida coletiva, ainda que, vale reiterar, em parceria com seu público-alvo, pressionada por seus anunciantes, pelos índices de audiência, pela editoria geral e por outras questões que possam ser pensadas nesse processo.

Em face do exposto, não é incoerente afirmar que as mídias, sobretudo na modernidade (THOMPSON, 2014, pp. 23-32), acabam tendo um papel social importante de selecionar acontecimentos, definir as hierarquias internas que vão determinar a visibilidade de um fato numa determinada edição e de propor uma abordagem para os acontecimentos.

Ademais, os impressos investigados são capazes, em pareceria com outras vozes sociais – especialmente seu público leitor – tanto de definir pautas de discussão públicas sobre o tema da segurança (RONDELLI, 2000, p. 156; FAUSTO NETO, 2004) quanto de agir “[...] sobre o espaço político, evocando a si, muitas vezes, a condição de um poder a partir do qual

põe em funcionamento estratégias de onde se aponta os caminhos e os destinos da política e dos seus atores” (FAUSTO NETO, 2004, p. 120). Nesse sentido, a mídia é um “[...] dispositivo de representação do que se passa na cena política” (FAUSTO NETO, 2004, p. 120), ou uma construtora privilegiada de representações sociais (BORGES, 2004) cujo trabalho acaba tendo, por conseguinte, um papel político. (SILVA, 2010, p. 163)

Deve-se insistir, contudo, que ela não faz isso solitariamente; cabe deixar bem evidente o entendimento teórico-metodológico desta pesquisa. Esse tipo de atuação das mídias tem um certo tipo de aprovação que é dado por seu público e por toda a gama de discursos que se aliam e se alinham à sua voz e lhe dão visibilidade e capacidade de atuação, haja vista que referendam seu trabalho.

As mídias são vistas, neste diapasão, como organizadoras de um discurso ou de percepções sociais. Então, cabe mencionar que as percepções e discursos de grupos sociais encontram nesses veículos um espaço de canalização de demandas, de reverberação de representações, de visibilidade de problemas públicos etc.

Todas essas questões atendem, sempre cumpre reiterar, às demandas de uma parcela vocal e representativa da sociedade. E essa referência ao público-alvo, ainda que difusa, é construída com base num diálogo constante, permanente entre editoria dos veículos de mídia e um variado tipo de captação de informações/demandas públicas, que pode ser realizado por meio de e-mails, carta dos leitores, pesquisas de opinião, aferição de índices de audiência ou de venda de jornais etc. (SILVA, 2010, p. 97).

Diante do exposto, cumpre mostrar que, nesta tese, as supracitadas características relativas à atuação das mídias foram pensadas – metodologicamente – como sendo capazes de forjar um constructo discursivo que, além de apresentar e representar algumas das principais operações policiais em algumas favelas, também influenciam, por outro lado, a própria ação governamental, na medida em que visibiliza essas ações e as coloca num patamar de publicidade que abre espaço para discussões de diversas questões que giram em torno dessas operações policiais, inclusive as discussões presentes nesta tese.

Deve-se acrescentar que a análise da cobertura de segurança pública que é realizada pela imprensa escrita pode fornecer, por sua característica de maior detalhamento em relação a outras mídias (BORGES, 2004, p. 148; SILVA, 2010, p. 36-46), novas informações, apresentar outras perspectivas acerca da política de segurança do governo em apreço, bem como pode oferecer um canal de apreciação das disputas em torno dos sentidos que as favelas têm para a cidade. E essa é uma aposta que esta tese passou a incorporar, notadamente no transcurso da pesquisa.

Para os termos desta pesquisa, a imprensa – tida como a principal fonte selecionada – é pensada e organizada como formuladora de uma determinada perspectiva acerca da política de segurança do governo mencionado. Não obstante essa limitação identificada, parte-se do princípio que essa fonte pode fornecer subsídios para se discutir tanto os elementos de permanências e mudanças concernentes às diretrizes do governo que revestiam as operações policiais em algumas favelas, quanto para o entendimento da estruturação do lugar dessas favelas na cidade.

Em outros termos, entende-se que as fontes selecionadas para esta pesquisa podem fornecer dados que permitam analisar os discursos de integrantes da cúpula do governo acerca das estratégias que orientavam as operações policiais nas favelas pesquisadas. Além disso, cumpre realçar que essas fontes, ao narrarem o cotidiano dessas operações, emprestando seu cariz a esses acontecimentos, e ao colocarem em cena depoimentos de atores sociais diferentes, podem nos fornecer subsídios para que se problematize a relação entre estratégias normativas do governo, representações das favelas na cidade e as repercussões acerca das formas como essas intervenções policiais ocorrem na vida cotidiana da cidade.

Reitera-se, entretanto, que não se trata de tomar o discurso das mídias estudadas nem os que foram selecionados e publicados¹⁵ por elas como construtores de uma “verdade”, mas de colocar em evidência esse viés social e político, uma vez que os veículos estudados são, com efeito, parte integrante da cena social cotidiana. E se configuram em partes importantes porque “[...] as ações de políticas públicas [também] são formuladas e executadas por essa esfera [os jornais]” (FAUSTO NETO, 1999, p. 137).

Assim, a adoção do recorte discursivo da imprensa como principal viés de acesso aos debates públicos em torno das operações policiais em algumas favelas pode ser considerada – a partir da construção metodológica concebida – uma perspectiva importante para colocar em cena discursos em torno das diretrizes e repercussões acerca das ações políticas do governo, bem como para iluminar discursos que reverberam as representações sociais que situam algumas favelas cariocas na cidade.

Essa operação pode cooperar para que se suscitem outros questionamentos e olhares acerca das ações policiais comandadas pela política de segurança do referido governo, bem como pode contribuir para se compreender o papel da imprensa e da sociedade nas disputas em torno dos sentidos que essas ações acabaram tendo para a cidade, não esquecendo da

¹⁵ Intenta-se, aqui, diferenciar o que é um discurso incorporado pelas mídias e o que é um discurso do governo (ou de um especialista em segurança pública ou de um morador de favela etc.) que foi coletado, selecionado e publicado pelos impressos investigados.

possível contribuição para que possamos ter uma compreensão mais alargada acerca da invenção das UPPs como um processo histórico.

É importante esclarecer, outrossim, que este projeto de pesquisa não contempla somente a análise de fontes derivadas da imprensa, muito embora, conforme sublinhado acima, os diários impressos tenham sido a base da inspiração, dos argumentos e da conclusão geral que se propõe aqui. Portanto, outras fontes foram usadas como subsidiárias de informações e argumentações. Esses subsídios foram procurados no Sítio oficial das UPPs, na autobiografia do secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, e no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

As supracitadas fontes foram usadas frequentemente com o sentido de tentar mostrar em que medida o que se observou na análise dos impressos averiguados tinha um sentido de posicionamento público oficial, uma vez que reverberou em outra situação, por meio de outro suporte de memória.

Retorna-se, então, à ideia de limites e possibilidades nas fontes impressas, a partir desse ponto em que se analisa as fontes que foram, nesta pesquisa, suas subsidiárias. Coloca-se esse elemento e aciona-se uma questão metodológica que foi incorporada e apreendida *a posteriori*, pois se pode perceber que boa parte das informações e declarações divulgadas pelas mídias pesquisadas estão, de modo geral, em consonância com o que integrantes do governo afirmam em outros contextos ou em outras fontes capturadas por esta pesquisa. Percebe-se, por esse caminho, que as declarações tornadas públicas na presença das mídias são, não raramente, de cunho protocolar.

Inobstante esse limite imposto por esse enquadramento, há que se ressaltar que tais posicionamentos e afirmações, mesmo diante desse caráter formal na maneira de se apresentar publicamente, permitem problematizar decisões estratégicas, representações sobre as favelas etc. Aliás, o caráter formal com o qual se apresentam algumas autoridades políticas ou com o qual essas autoridades expõem suas estratégias de gestão conferem, em alguns casos, uma possibilidade de grande monta para problematizar essas formas de gerir a cidade, mormente em casos em que deixam escapar representações deveras negativas sobre as favelas, notadamente em contextos formais.

Para efeito de compreender os depoimentos de integrantes do governo que são selecionados e publicados nas mídias investigadas, há que se acrescentar uma questão metodológica cara a esta tese. Essa questão e outras acima mencionadas serão mais detalhadamente discutidas e referenciadas no transcurso deste trabalho. Mas, ainda que

inicialmente, vale apontar que a circunstância que revestem os acontecimentos, as condições históricas e sociológicas que estão por trás dessas operações policiais e mesmo a presença da imprensa, todos esses fatores acabam por exercer influência na forma como as autoridades políticas ou policiais narram a si mesmas ou os acontecimentos que a imprensa está acompanhando para prover informações à sociedade.

Segundo Bourdieu (1996), não há uma única possibilidade de contarmos nossa história de vida. Esse processo de narrar a si mesmo é, também, contexto-dependente (cf. POLLAK, 1989, p. 11). Isso significa que narrar uma história de vida depende também da situação da investigação, bem como depende, ainda, de como estamos nos representando naquele contexto específico (cf. BOURDIEU, 1996, p. 189). Há, nesse sentido, uma espécie de edição de si mesmo (de si próprio) que tem relação dialética com as circunstâncias e também com o papel que a pessoa exerce naquele contexto (cf. CAVALCANTE; MAUAD, 2013b).

Narrar uma história de vida depende também de qual é o suporte de memória que o narrador está utilizando para guardar sua narrativa (Idem, *ibidem*). Ora, uma fala sobre determinada ação policial numa favela toma contornos diferenciados caso sejam provocadas pela presença da imprensa ou caso ela seja descrita numa autobiografia. Sendo assim, não é conveniente negar a força e a importância que a imprensa tem ao chegar com os microfones ou com a câmera ligada. Não é conveniente negar que essa presença altera a forma como as autoridades (e outras pessoas) se portam. Não é conveniente negar, outrossim, que o próprio indivíduo que está investido de um cargo importante tenha que se portar de maneira formal, cerimoniosa na cena pública, muito especialmente quando há a presença da imprensa potencializando a repercussão do acontecimento e das declarações públicas que são dadas.

Em suma, essas questões contextuais ou até situacionais (momentâneas) acabam imprimindo, além de um conjunto de outras questões, uma forma de pressão ou uma forma de molde para que as declarações de integrantes do governo sejam as mais formais possíveis e as que causem menor impacto possível na rotina e/ou percepção população em geral.

É em razão dessas questões metodológicas apontadas que se pode afirmar que o acompanhamento da historicidade dos discursos, sobretudo levando em consideração os contextos distintamente narrados (os de “guerra” e “paz”), são elementos que permitem pensar permanências e mudanças inscritas nos discursos e nas diretrizes do governo para sua política de segurança destinada às favelas.

É por meio dessas questões evidenciadas que se pode colocar em discussão que a situação social, política e/ou econômica pode produzir condições de possibilidade para que as

declarações formais ou as explicações acerca das diretrizes normativas pudessem/possam tomar contornos, às vezes, imprevisíveis ou, outras vezes, incoerentes.

Portanto, é extremamente importante deixar claro que, metodologicamente, essa pesquisa se nutriu dessas variações contextuais que contribuíram como uma espécie de molde para plasmar os discursos em torno das ações policiais em algumas favelas cariocas. Assim sendo, é muito relevante mostrar o quanto o acompanhamento desses discursos em contextos distintos (incorporando, desse modo, a noção de processo), pode fornecer novos aprendizados acerca das estratégias de legitimação que, não raramente, são acionadas e empregadas por atores sociais em condição de visibilidade e importância política.

Cumprido mencionar abertamente que essa sutileza metodológica não surgiu *aprioristicamente*, mas sim como uma observação derivada da prática de pesquisa (e das constantes leituras ligadas à teoria e metodologia) e que exigiu uma visão comparativa entre contextos, ou melhor, exigiu uma visão que contemplasse a historicidade dos discursos como algo importante na construção de si e na formalização das diretrizes normativas, conforme se verificará, especialmente nos capítulos 1, 2, 3 e 4.

Essa chave não foi projetada, destarte, como base metodológica da pesquisa para a tese, mas se construiu no transcurso das experiências que foram acumuladas em todas as pesquisas das quais participei¹⁶. Foi surgindo, então, a partir da ideia de processo ou da análise desse processo histórico. Nesse sentido, não foi concebida, mas sim brotou como resultado de um processo de desenvolvimento e apreensão. Por isso, é importante estarmos sempre atentos às influências, às novas circunstâncias da pesquisa, bem como temos que estar avaliando constantemente nossas categorias teóricas, além do nosso próprio papel no processo desenvolvimento da pesquisa (SILVA, 2009; LACAPRA, 2015; CALDAS, 2012; MAGNANI, 2002).

Portanto, pensar nesses discursos que foram protagonizados por integrantes da institucionalidade governamental sobre a política de segurança ou sobre as operações policiais em favelas cariocas é levar em conta que eles se colocam não sob a perspectiva de um indivíduo desconectado das responsabilidades sociais nem do contexto que o reveste. Muito pelo contrário. Pensar nesses discursos é perceber sua construção a partir das pressões sociais e a partir da leitura do contexto em que se se realizam tais construções discursivas.

¹⁶ Refere-se, aqui, tanto à pesquisa pessoal quanto a que foi realizada no âmbito do projeto “Virtudes e Limites das UPPs: uma avaliação socioantropológica”.

Partindo eminentemente de Bourdieu (1996) e Pollak (1989; 1992), pode-se depreender que a situação formal que é colocada pelo cargo público, bem como a presença da imprensa, que visibiliza e dá capilaridade aos eventos e às declarações desses indivíduos (tudo isso e também outras questões não enxergadas aqui), acabam por conferir às diretrizes verbalizadas por integrantes do governo (e às representações sociais que eles proferem acerca das favelas cariocas) um tom de construção de si (de um posicionamento público sobre um acontecimento). E essa construção de si, ao fim e ao cabo, não é individual, meramente personalista, mas sim parte de uma diretriz formal de ação que pode ser vista e tida como representante tanto da proposta de condução da política de segurança pública como também da cosmovisão do governo em relação aos lugares sociais e políticos dos atores sociais implicados nessas falas.

Uma vez estabelecidas algumas questões de cunho mais metodológico que inicialmente se impõem como importantes, há que se externar e colocar em discussão, doravante, as duas grandes referências teóricas que foram basilares para esta tese.

Deve-se reiterar que uma dessas referências foi surgindo da necessidade que as circunstâncias da pesquisa acabaram provocando, com vistas a melhor explorar a compreensão das possibilidades que a principal fonte (diários consultados) foi impondo para sua interpretação. Nesse sentido, cumpre registrar que as referências teóricas foram surgindo porque a interpretação das fontes acabou encontrando um óbice, principalmente a partir da leitura dos relatos vinculados às operações policiais nas favelas do Alemão, no período de 2007.

Em face dessas considerações, é importante expor as referências teóricas em conexão paralela com o desenvolvimento da pesquisa, apresentando como cada etapa acabou requerendo novos aportes para a análise do material de pesquisa. Conforme já mencionado acima, os dados que serão apresentados e discutidos nesta tese proveem de duas pesquisas realizadas em parcela da grande imprensa,¹⁷ compreendendo os jornais *Expresso*, *Extra*, *O Globo* e *O Dia*.

O ponto de partida da análise se fundamentava, inicialmente, numa linha que faz parte da ampla teoria foucaultiana. Nesse sentido, desde a denominada modernidade europeia, com

¹⁷ Ao se referir ao termo grande imprensa, estou abordando uma amostragem da parcela que é mais visível, em termos de mercado. Não se trata de pensar a imprensa, nem a grande imprensa, como uma instituição homogênea e capaz de impor um modelo ou pensamento unidimensional. Trata-se, sim, de situar aqui parcela da imprensa que, pela característica de seu trabalho, em alguma medida tem influência na vida social, política, econômica e cultural da cidade. Tudo isso tendo em conta, ainda, a inter-relação produtores de mídia e seus leitores.

o crescimento da urbanização, o gradativo aumento da densidade populacional nas grandes cidades e o paulatino desenvolvimento de formas políticas com objetivos mais participativos, os modelos de gestão pública passaram a se organizar no sentido de produzir tecnologias de controle da população, com vistas à manutenção do poder com menos sobressaltos possíveis (cf. FOUCAULT, 1999).

Nessa conjuntura, vigilância e punição tornaram-se, por meio de micropoderes, elementos caros aos referidos modelos de gestão (cf. FOUCAULT, 2002). Diante das transformações econômicas, sociais e políticas, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, na Europa, as novas administrações se esmeraram em produzir saberes sobre a população, visando melhor controlá-las. Logo, “não se trata [mais] de uma exclusão, trata-se ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças controladas. Não rejeição, mas inclusão” (Idem, p. 57); inclusão vigiada e controlada. Assim, [...] em vez de exclusão, a inclusão por meio do controle visado pelas estratégias disciplinares” (GOMES, 2003, p. 77). Desse modo, o panóptico pode ser considerado uma das invenções que marcaram esse novo modelo de gestão porque “[ele] funciona como uma espécie de *laboratório do poder*” (FOUCAULT, 2002, p. 194).

A microfísica do poder estabelece uma posição importante dentro de uma tradição epistemológica voltada para pensar a produção do conhecimento. Essa referência foucaultiana¹⁸ acerca da produção do conhecimento é cara à determinada tradição epistemológica porque visa mostrar que os eventos mais singulares, as situações mais simples e microscópicas não se configurariam em algo sem importância, mas sim, conforme apontado por Caldas (2012b, p. 113), como o ponto de encontro de um conjunto de saberes que permitiriam ao poder estilizar seu modo de controle em sua ramificação mais aguda, mais extensa. Desse modo:

[...] O acontecimento é o lugar de um encontro. Por exemplo: a penalidade atribuída a um detendo não é um símbolo, mas o lugar onde se encontram os saberes do juiz, do médico, do administrador, do arquiteto etc. O juiz decide, ao passo que o médico prescreve a dieta e os exercícios que o preso fará, o administrador regula seus horários, o arquiteto construiu uma prisão em que se torna possível a vigilância do preso (Idem, *ibidem*).

¹⁸ Deve-se chamar a atenção para o fato de que não se deseja reduzir a teoria foucaultiana a essa linha de argumentação que se está construindo. Tem-se, aqui, a noção de que Foucault é complexo e suas propostas teóricas variaram ao longo de sua trajetória intelectual e filosófica. No entanto, para efeito dos argumentos ensejados e mobilizados aqui, utiliza-se essa linha de pensamento acerca da posição do autor numa determinada discussão epistemológica voltada para a teoria do conhecimento, ou seja, que invoca os limites e possibilidades de se produzir conhecimento acerca dos eventos, acontecimentos, fatos ou como quer que seja.

É assim que essa linha da teoria foucaultiana sugere às pesquisas que se vislumbre a forma como o poder atua, não sendo necessário pensar o poder estritamente pelo seu centro (ou, metaforicamente, pela cabeça), mas sim estudá-lo a partir de suas ramificações e seus efeitos. Desse modo:

[...] Trata-se de apreender, ao contrário, o poder em suas extremidades, em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar; ou seja: tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais (FOUCAULT, 1999, p. 32).

O filósofo em apreço nos ensinou, então, a pensar a punição – conforme exemplo acima – como fruto de um poder que pode ser melhor investigado em seu acontecimento (neste caso, a punição em si). Mas esse poder não deve ser visto como tendo apenas um produtor, no caso o Estado; assim, há que se atentar para todo um conjunto de práticas que vão conferir ao determinado acontecimento um sentido que tem ligação com esse poder disciplinar, que visaria controlar e regular a vida humana no seu cotidiano.

Em suma, a partir dessa linha da teoria de Foucault, deve-se estudar, pensar e investigar o poder do ponto de vista das práticas efetivas, logo, de suas extremidades. Por essa angulação, o estudo acerca do poder não é tão profícuo se feito de cima para baixo, pois são as práticas e os efeitos que nos mostram esse conjunto de forças investidas de saber e poder, com o fito de buscar “se produzir disciplinarização e assujeitamento quanto subjetivação” (LEITE, 2014, p. 628)¹⁹.

Em vista do que foi exposto, pode-se afirmar que é lá no final da ramificação desse poder, ou seja, na sua face mais externa possível, no nível da produção da sujeição, que ocorre o momento em que se visa dirigir os corpos e reger os comportamentos, pois “[...] Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 244).

Foucault propõe, por meio especificamente da linha de raciocínio construída aqui, que se compreenda a genealogia do poder. Ele visa, com isso, investigar como essa microfísica do poder se constitui em sua arqueologia e historicidade, com vistas a conhecer a “constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 1979, p. 7), a partir de sua relação com esse saber-poder. A genealogia desse saber-poder é uma das propostas metodológicas foucaultiana que objetiva “ver como estes problemas [condições de possibilidades, relações de poder etc.]

¹⁹ Aciona-se essa afirmação de Leite (2014) exatamente para mostrar as possibilidades que o filósofo francês em voga permite vislumbrar, ou seja, não somente disciplinarização e assujeitamento, mas também a subjetivação, o que remete às possibilidades de ação do sujeito em face dessas pressões disciplinares.

podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte” (Idem, *ibidem*).

Fundamentado na trilha apontada acima, os discursos analisados a partir da imprensa podiam ser vistos com base em sua “modelização social” (GOMES, 2003, p. 45). Ademais, “[...] O controle do corpo, e a disciplina para tanto, são operadores em função da visão de mundo produzida pela vontade de verdade, visão acompanhada de perto pelos discursos que a viabilizam” (Idem, p. 53), pois “[...] a própria linguagem funciona como um mapa, quadriculando o mundo em eixos de latitude e longitude” (Idem, p. 56).

Entretanto, o contato de pesquisa mais intensivo com os jornais pesquisados, alguns apontamentos metodológicos críticos que foram feitos na etapa da qualificação desta tese, a leitura de teorias ligadas à análise do discurso que enfocam na polifonia e no dialogismo (BRANDÃO, 2013, pp. 19-43; FIORIN, 2013, pp. 45-77; BRAIT, 2013, pp. 79-97) e a influência de novas leituras ligadas à teoria antropológica (cf. DAS; POOLE, 2004; SANFORD, 2004; ASAD, 2004; NELSON, 2004; DAS, 2004; POOLE, 2004) mostraram que, epistemologicamente, o desenvolvimento da pesquisa deveria focar mais na relação entre o poder soberano e suas margens (DAS; POOLE, 2004) para que se pudesse vislumbrar e explorar mais analiticamente o que as fontes, através da complexidade de alguns discursos, mostravam. O trecho a seguir ajuda na compreensão do que se deseja apresentar:

[...] Assim é que, nesse processo em que o Estado e suas margens se configuram, nestas [configurações] tanto pode se produzir disciplinarização e assujeitamento quanto *subjetivação, bem como dispositivos e contradispositivos de regulação da ordem* (pública, urbana ou territorial) (LEITE, 2014, p. 628).

No transcurso da pesquisa, portanto, a ideia/questão central foi potencializada, ganhando um sentido mais largo. No início, com efeito, a ideia mais geral esquadrihada nesta pesquisa era pensar e problematizar a construção genealógica dos discursos da imprensa e do governo (através da seleção e publicação da imprensa). Objetivava-se, com isso, compreender como esses discursos situavam as favelas na cidade e como eles produziam uma representação negativa desses lugares de moradia que, ao fim e ao cabo, legitimavam as operações policiais violentas nessas localidades. Afirma-se isso porque as leituras iniciais já apontavam para essas interpretações. Desse modo, estruturava-se uma visão teórica no sentido colocado a seguir:

É por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como *vigilantes*. Temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual expõem a todo momento os conflitos é também aquele pelo qual definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluiriam. Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela

maneira do mostrar, enquanto mostra ela controla pelo próprio mostrar (GOMES, 2003, p. 77, grifos da autora).

No entanto, o material de pesquisa mostrava outras disputas em torno do lugar das favelas na cidade. A leitura de todo esse material desde o início das ações policiais nas favelas do Alemão (2007) até a ocupação policial da Santa Marta e da Cidade de Deus (2008/2009), para fins de implementação de um novo modelo de policiamento, mostrava, gradativamente, outras nuances, apresentava uma complexidade inscrita principalmente no discurso da imprensa. A despeito desse discurso da imprensa se ancorar num determinado viés (mais governamental do que dos moradores), tal discurso não deixava de expor outras contradições discursivas. E essa descoberta foi motivadora para a ampliação da análise do *corpus* documental.

Portanto, o material, em seu todo, apresentava que os discursos dos jornais não são unívocos. Mostrava, pois, que as ações do governo, no transcurso da leitura das matérias diárias, eram representadas não somente a partir de suas diretrizes, mas contemplavam também questões que remetiam ao cotidiano da vida social (outras disputas discursivas), pois dependiam também (não somente) da situação política e social que era criada pelas operações policiais.

Enfim, para não antecipar muitas das discussões realizadas na tese, basta registrar que outras leituras teóricas acabaram sendo incorporadas. E foram incorporadas especialmente no sentido de compreender esses veículos de mídia não somente como produtores de um discurso disciplinar, mas como organizadores de uma polifonia que é eminentemente proveniente da sociedade e tem um papel político mais amplo, logo, não tem um sentido monolítico nem um discurso unívoco, o que permitia outras possibilidades de organização e análise dos discursos que reverberaram nos diários consultados.

Voltando ao plano epistemológico, foi muito importante pensar que um acontecimento pode ser visto como um encontro de um conjunto de estratégias disciplinares, de um saber-poder que visa conformar sujeitos, de modo a produzir uma administração de massa bem-sucedida, ou com vistas à constituição de um poder que visa disciplinar, organizar/estruturar o campo de possibilidade das pessoas.

Entretanto, deve-se registrar que, em complemento, foi muito caro a esta pesquisa pensar que este acontecimento também pode ser visto, de forma mais ampliada, como encontro de perspectivas que contemplam não somente as diretrizes disciplinares, mas também as estratégias de resistência (ou as propostas) da sociedade que podem, em alguma medida, moldular as diretrizes normativas disciplinares.

Nesse sentido, o acontecimento, em vez de ser o ponto de encontro de um conjunto de saberes (saber-poder), pode ser dimensionado como produto de um embate entre perspectivas, a saber, as que visam a disciplinarização e as que intentam remodelá-las, adequá-las às situações práticas que o cotidiano impõe (ou às demandas sociais práticas) (DAS; POOLE, 2004; NELSON, 2004; SANFORD, 2004).

Portanto, partindo da relação entre poder central e as margens desse mesmo poder, outras perspectivas têm enfatizado que as margens não são inertes em matéria de ação social e política, a despeito das tentativas de controle ensejadas pelo poder central (cf. PALERMO, 2015). Ao contrário, as margens têm atuação ativa que, não raramente, contribuem para moldular a ação do poder soberano representado pela burocracia racionalizadora. Assim, deve-se estar atento a esse ponto de tensão entre perspectivas.

Trata-se, pois, não mais de enxergar o acontecimento como ponto de encontro de um conjunto de saberes-poderes disciplinares, mas de pensar o acontecimento como um ponto de tensão entre a vontade soberana e a resistência (ou ação) da sociedade. E, por esse caminho, avaliar essa tensão, esse embate é vislumbrar a riqueza da conformação prática das diretrizes, das normas (cf. DAS; POOLE, 2004).

Nesse caminho epistemológico, cumpre registrar que a coletânea de artigos organizada por Veena Das e Deborah Poole (2004), cujo livro é intitulado *Anthropology in the margins of the state*, transformou-se em referente caro a esta tese. O mencionado livro postula, como princípio geral, outras referências teóricas que possam dar conta da complexa relação entre a soberania governamental e as margens do Estado.

Situando seus olhares no embate que se estabelece entre o poder soberano e suas margens, as(os) autoras(es) da coletânea em voga abrem caminho para que se compreenda não exatamente a soberania estatal de cima para baixo, mas, sim, sua reconstrução numa teia de acontecimentos que enfoca especialmente a tensão que ocorre no cotidiano da vida social, através do qual as normas/diretrizes são colocadas em prática. Não deixa, pois, de ter um olhar especial para a resistência dos de baixo e no papel desses na construção da vida política desses Estados.

Segundo as autoras em apreço, não se trata de romantizar o papel das margens nem de propor que suas ações sejam sempre bem-sucedidas. Trata-se de algo mais complexo que envolve pensar as margens necessariamente em relação ao Estado (ou vice-versa), levando em conta a heterogeneidade delas, no sentido de considerar (e qualificar) sua força social e política na constituição das políticas públicas, das leis etc. (Idem, ibidem).

Conscientes da precariedade da vida nas margens do Estado, os(as) autores(as) de tais pressupostos oferecem base para que se possa compreender densamente essa tensão, ou seja, entender tanto como o poder soberano intenta se constituir e se impor nas margens, quanto também apreender em que medida as margens se consagram como parte constitutiva e participativa do sistema de poder, conformando, moldando ou reconstituindo (COHEN, 2004; SANFORD, 2004; DAS; POOLE, 2004) as proposições normativas dirigidas a elas.

Diante do que foi exposto acima, no quadro teórico geral, é importante justificar que ambas as referências macro que foram discutidas sinteticamente são utilizadas, nesta tese, a partir de dois sentidos basilares:

A primeira contribui, sobretudo, para propor a compreensão das ações de natureza normativa, ou seja, o ponto de vista da formulação governamental de uma política pública, visando mostrar a construção discursiva que legitima e reveste tal política ou os sentidos que gravitam em torno das propostas governamentais que são, não raramente, incorporadas pela imprensa. Em outros termos, as representações e os sentidos implícitos nos discursos puderam ser melhor apreendidos a partir desse escopo teórico.

A segunda contribui especialmente para que se possa enxergar em que medida esses princípios normativos, a partir dos discursos coligidos, reconstruíram-se (SANFORD, 2004, p. 257) de forma diferenciada nas margens do Estado ou na complexidade da experiência cotidiana. Sendo assim, vale mencionar que margens, aqui, são tomadas não só pelo componente político e econômico, mas pela forma como são produzidas a partir da relação entre as práticas diárias do poder central e a resistência da sociedade. Logo, essa teoria foi importante na compreensão de sentidos que transbordam, que vão além ao que centralmente os discursos organizados pelas mídias procuram enquadrar. Foi importante, então, para compreender as mídias a partir de seu caráter não unívoco, aguçando minha a sensibilidade no sentido de trazer à tona outros discursos que fazem parte dessas disputas sociais e políticas cotidianas (mesmo que a partir da narrativa midiática).

Portanto, em relação às favelas cariocas como margens do Estado, reconhece-se, aqui, que o exercício normativo da soberania não é colocado em prática sem um jogo de forças tenso entre esse poder e a ação social e política dos indivíduos ou das forças locais, pois as margens não estão em situação de imobilidade, “they [as margens] do not submit to these conditions [imposição da soberania do Estado] passively” (DAS e POOLE, 2004, p. 19).

Sendo assim, vale recapitular, de modo geral, que este trabalho partiu da análise do discurso com um foco mais voltado ao ponto de vista normativo-institucional. Mas, em seguida, ou seja, no transcurso da pesquisa, passou a colocar em discussão em que medida

esses discursos, eminentemente originários do governo ou da própria imprensa, relacionavam-se diversamente com a sociedade, com o dia a dia.

Tal exercício foi possibilitado, especialmente, porque se passou a pensar que faz parte da lógica do Estado se construir/constituir como um projeto inacabado, incompleto (DAS, 2004, p. 249). E essa incompletude está revestida não da premissa de uma burocracia racionalmente instituída, mas de um modelo que está efetivamente aberto, de um modelo “where state law and order continually have to be reestablished” (ASAD, 2004, p. 279).

E, por esse caminho analítico, é preciso registrar que os discursos organizados pelas mídias investigadas permitiam essa apreensão, principalmente a partir da incorporação de fontes que ofereceram e viabilizavam uma visão de processo histórico (desde 2007 até 2009 ou desde das primeiras operações policiais no Alemão até a ocupação da Santa Marta e da Cidade de Deus).

Portanto, pode-se fazer uma aproximação entre a análise do discurso, frequentemente empregada aqui com vistas a tentar compreender o trabalho da imprensa, e essas teorias que visam pensar a relação margem/centro e que, frequentemente, revestem, complementam e adensam a análise do discurso, pois aguçam a sensibilidade do pesquisador para as disputas incritas na sociedade.

A homologia está no fato de ambas, heurísticamente, partirem do pressuposto de que não há uma imposição unilateral nem do enunciador (para o caso da análise do discurso empregada) nem das diretrizes normativas do Estado (para o caso da antropologia nas margens do Estado). Logo, pensar a sociedade é ter em mente que norma e fato devem ser analisados a partir de uma situação, um contexto que pragmaticamente permite avaliar o sentido conferido tanto à linguagem (análise do discurso) como às ações dos indivíduos ou grupos sociais (no que toca à relação margens e Estado).

Destarte, a partir desse fundamento heurístico, pode-se explicar mais objetivamente como essas mencionadas teorias²⁰ ajudaram tanto na leitura das fontes como também contribuíram com um conjunto de referências caro para pensar sentidos que acabaram emergindo no longo processo de leitura do material empírico.

²⁰ Refere-se, neste trecho, tanto à análise do discurso empregada junto com a metodologia para compreender o trabalho da imprensa escrita, como também as referências teóricas empregadas para compreender o que há de normatização ou de representação nos discursos pesquisados, contemplando as influências foucaultianas e as que têm relação com a antropologia nas margens do Estado.

Levando em consideração especificamente a análise do discurso (cf. FIGARO, 2013a),²¹ é preciso destacar que ela foi a contribuição que permeou todas as etapas da pesquisa e foi usada efetivamente como a referência matricial. Portanto, trabalhar com os discursos da imprensa, bem como com os discursos que reverberam na imprensa (através da seleção feita por ela de discursos do governo, de especialistas, de moradores de favelas e outros) implicou, nesta tese, pensar na análise desses discursos não como um puro construto mobilizado pelos enunciadores, mas como um texto, um enunciado, uma posição que se torna social e, desse modo, tem um lugar de fala, aciona interlocutores sociais e também busca apoiadores.

Se pudesse colocar a questão de forma bem resumida, poderia utilizar três conceitos básicos que ajudam a elucidar essa perspectiva: polifonia (FIGARO, 2013, pp., 12-15), dialogismo (BRAIT, 2013, pp. 84-85; FIORIN, 2013, pp. 60-66) e contexto de recepção e de produção do discurso (BRAIT, 2013, pp. 84-85).

Polifonia tem relação com o acionamento de outros discursos como apoio às ideias presentes num enunciado. Não se fala solitariamente, fala-se a partir de um conjunto de referências que é substancialmente social. Há, nesse sentido, tanto um conjunto de referências que apoiam um discurso, como também há um conjunto de referências que constroem tal discurso.

Mas, ao mesmo tempo, há um conjunto de referências que se opõem a esse discurso. Por isso, pode-se concluir que um discurso não se constitui sem uma interlocução social, sem embates ou sem uma posição que visa marcar seu lugar político. Deriva dessa análise a concepção de dialogismo, visto que um discurso estabelece uma marca política em relação a outros discursos.

Dialogismo significa [, pois] que um discurso se constitui em oposição a outro. Portanto, ele é heterogêneo: um discurso mostra a si mesmo e seu contrário. Por conseguinte, o sentido organiza-se num movimento dialético e é esse processo que é preciso apreender no estudo da historicidade (FIORIN, 2013, p. 64).

Os contextos de produção e recepção dos discursos são aquelas situações em que, pragmaticamente, os discursos e as interpretações ganham sentido específico, podendo variar

²¹ Trata-se de um livro com várias referências sobre análise do discurso. Essas referências contemplam eminentes autores, como, por exemplo, Mikhail Bakhtin e Dominique Maingueneau (entre outros). Tratam-se de textos que permitiram uma análise ampla e, ao mesmo tempo, não “encaixotada” ou enquadrada por uma linha específica ligada à análise do discurso. Logo, a leitura do material empírico acabou não sendo pressionada por uma linha de tratamento; contemplou, portanto, uma análise mais “solta”, menos rígida, mais tonificada, o que contribuiu para que se tratasse o material com uma linha teórica geral mas sem uma perspectiva que impusesse um enquadramento constante da leitura e das reflexões.

de grupo social a outro, de indivíduo a outro, de uma cultura a outra, de uma situação a outra etc. Tal tarefa torna complexa a situação, mas permite analisar os sentidos que socialmente os discursos carregam/propõem ou os sentidos que eles ganham na semântica social.

Destarte, além de permear todas em as etapas do trabalho, a parte final da tese (intitulada *Imprensa*), compreendendo os capítulos 5 e 6, evoca substancialmente algumas referências da análise do discurso para mostrar e discutir como elas são caras à produção do discurso da imprensa.

Além da análise do discurso, que permeou todas as fases desta pesquisa, vale reiterar que a referência ancorada na análise normativa de um discurso, a que pensa mais detidamente no enunciado e nas condições de sua produção, foi a primeira e basilar referência analítica usada na leitura e análise do material empírico²². Com o aporte das referências de análise que se preocupam mais com a inter-relação entre normatividade e facticidade – caso da análise do discurso e da teoria que pensar a relação margens e Estado – esse paradigma mais normativo perdeu espaço nas reflexões acerca do material empírico analisado²³. Mas, não perdeu de todo a sua serventia, na medida em que continuou a contribuir para que se pensasse a produção de sentidos e/ou representações em torno dos discursos da imprensa. Isso fica mais explícito nas situações em que se analisa as representações sociais das favelas cariocas para o governo; representações essas que são abundantemente reverberadas pelas mídias investigadas no sentido de produzir sentidos sobre esses lugares de moradia e seu lugar na cidade. Essas operações analíticas são apresentadas com bastante frequência, nas partes I e II (intituladas “Guerra” e “Paz”, respectivamente), contemplando os capítulos 1, 2, 3 e 4.

A referência analítica que explora as tensões entre normatividade e facticidade, ajudou na compreensão de que as diretrizes governamentais, contidas nos discursos dos integrantes da institucionalidade estatal, não estão determinadas pelo ponto de vista oficial/legal. Então, partir da premissa de que essas normas podem (e frequentemente o são) ser reorganizadas na vida cotidiana abre um campo de visão para que se esteja antenado, atento à dialética entre os discursos e as condições que são colocadas pelo dia a dia, condições essas impregnadas de pressões por parte da sociedade como um todo. Assim, os discursos do governo que foram

²² Essa referência foi usada muito sob influência de (e em parceria com) uma vertente da teoria foucaultiana, conforme apontado anteriormente.

²³ De acordo com o que foi exposto antes, a análise dos discursos foram incorporando novas referências menos ancoradas no enunciador e mais ancoradas na relação entre quem enuncia e quem recebe, tendo o contexto como referência para adensar essa análise. No final das contas, entende-se que ambas, em alguma medida, contribuíram para a tese, a primeira mais na análise das representações e produções de sentido e a segunda mais na compreensão de sentidos implícitos ou na evidenciação e problematização das disputas discursivas.

selecionados e publicados na imprensa não são vistos meramente como algo que seja austeramente capaz de organizar, controlar e disciplinar a vida social em seu sentido plenamente normativo. Ao contrário a referência se baseia no que se propõe a seguir:

O ponto de vista teórico construído e adotado – que coordena a discussão presente nos artigos [que compõem o livro *Anthropology in the margins of the state*] – situa-se no patamar que incorpora o olhar e a prática diferenciada da Antropologia e as aplica com o fito de tentar compreender fenômenos políticos no âmbito do contexto cotidiano (PALERMO, 2015, p. 63).

E faz isso destinando especial atenção às ações dos atores sociais. Destarte:

Entre normatividade e facticidade [...], a coletânea de artigos [que compõem o livro *Anthropology in the margins of the state*] explora não a primeira nem a segunda como domínios dissociados, mas precisamente a tensão que se estabelece entre procedimentos/objetivos normativos e sua configuração prática, tensão essa que é engendrada no cotidiano da vida social. Desse modo, essa tensão é investigada a partir das margens do Estado [...]. São esses efeitos do poder que permitem que os autores enxerguem a constituição do Estado em sua vertente empírica, oferecendo uma visão de como as diretrizes normativas podem ser moldadas, reestruturadas ou até mesmo conformadas pelas situações do dia a dia. É nesse nó que se situa o foco teórico proposto pelos autores. É para esse ponto que os pesquisadores nos sugerem que olhemos com acuidade (Idem, p. 64).

Essa teoria ajuda, junto com a análise do discurso utilizada, a compreender em que medida os acontecimentos cotidianos selecionados e narrados pela imprensa contêm tanto uma prática que visa “[...] produzir disciplinarização e assujeitamento [...]” (LEITE, 2014, p. 628) como também “[...] permite-nos entender a produção da cidade e de seus lugares a partir de agenciamentos diversos [...]” (LEITE, 2012, p. 376).

As incorporações teóricas trazidas por essas perspectivas permitiram com que se pudesse compreender, no transcurso da pesquisa, como as resistências às imposições normativas-institucionais podiam reconfigurar a narrativa dos impressos investigados, ainda que em alguma medida.

E isso pode ser observado a partir da própria seleção da imprensa mostrando as mudanças nos discursos governamentais, conforme será apresentado na tese; pode ser visto, outrossim, com base na análise das mudanças nas tematizações que a imprensa passava a fazer. Em síntese, mudava-se o contexto, aumentavam-se as pressões, alteravam-se também as formas de narrar, de representar etc.

Vale o registro para o fato de que tais alterações narradas pela própria imprensa não significaram mudanças completas, plenas, mas, às vezes, sutis. No entanto, o que importa é que essas referências teóricas permitiram a visualização dessas inflexões, conforme se pode observar também nas partes I e II da tese, muito especialmente nos capítulos 1, 3 e 4.

Fechadas as etapas de definição do objeto, dos objetivos, das fontes, da metodologia e teoria empregadas, é produtivo, doravante, apresentar como os resultados da análise que se fez do material empírico está organizada expositivamente nesta tese, mostrando a organização dos capítulos e suas discussões gerais que sirvam de balizas preambulares para uma compreensão mais densa do material.

A exposição deste trabalho está seccionada em três grandes partes que são intituladas de “Guerra” (Parte I), “Paz” (Parte II) e “Imprensa” (Parte III). Essas partes estão dispostas de forma simétrica, em termos de capítulos, logo, cada uma contém dois capítulos.

As duas primeiras partes, ou seja, “Guerra” e “Paz” estão dispostas em sintonia temporal cronologicamente estabelecida. Dessa forma, “Guerra” visa apresentar o início das ações policiais belicosas em favelas do Alemão, em 2007, e “Paz” se propõe a mostrar e discutir as mudanças e permanências em torno dos discursos que construíram a ideia de “paz”, a partir da ocupação policial da favela Santa Marta e da Cidade de Deus, especialmente na primeira dessas duas últimas localidades.

A última parte, denominada “Imprensa”, retoma, recoloca as mesmas fontes analisadas no projeto, mas promove uma inflexão argumentativa, pois não mais se centra na temporalidade como eixo expositivo. Portanto, nesta parte, o discurso da imprensa é o foco analítico central e crucial.

Nos capítulos concernentes às partes I e II, a sequência narrativa pretende alcançar linearidade temporal, conforme sugerido inicialmente acima. Não obstante, é muito importante ponderar que essa escolha não é resultado de uma aposta num tipo de epistemologia que se nutre da ideia de progresso temporal nem de teleologia. Não é essa a concepção de tempo que se deve extrair da leitura.

Pode-se afirmar, partir de Gomes (2006, p. 444), que o foco na linearidade visa, ao contrário, expor como as sequências narrativas nos permitem identificar que, no cotidiano progressivo em que brotaram os discursos, as representações sociais sobre algumas favelas e as justificativas que visavam legitimar as intervenções policiais ora são substituídas por novos discursos, ora incorporam elementos já pautados anteriormente. Nesse sentido, mudanças e permanências nas estratégias contidas nos discursos são referências caras a esta pesquisa.

Em termos de concepção epistemológica do tempo, enfocar-se-á, a rigor, na interação dialética entre sobrevivências e rupturas (Idem, p. 459) discursivas. Segundo Reis (2008), “[...] As matemáticas sociais devem reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, durações, rupturas, variações [...]” (REIS, 2008, p. 17) e os pesquisadores

devem se preparar para tentar lidar com elas. Esse é um referente caro que contribuiu com a análise que se desenvolve nestas duas partes aludidas.

Por isso, os capítulos 1 e 2, que constam nessa tese, abordam as crescentes operações policiais nas favelas do Alemão (conforme Anexo I). Tais operações ocorreram desde o início do governo Sérgio Cabral, mas se tornaram visivelmente constantes, nos diários consultados para a realização desta pesquisa, no período entre maio e agosto de 2007.

O primeiro capítulo efetivamente aborda o período entre janeiro e maio do referido ano, discutindo em que medida as representações do Alemão como um lugar de perigo foi um vetor discursivo basilar empregado pelo governo para legitimar operações beligerantes nessa região. Este capítulo não deixa de colocar em evidência em que medida a imprensa, ao selecionar e dar visibilidade pública a essas operações e aos discursos do governo, contribuiu para construir a região como um lugar que seria pretensamente responsável irradiar violência para a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, começa a mostrar o quanto os discursos de integrantes do governo que foram selecionados pelas mídias pesquisadas começaram a ser modificados, à medida que as ações policiais ganharam visibilidade negativa.

O segundo capítulo aborda o período que se inicia em junho de 2007. Tem como eixo central os discursos que pregavam que as operações beligerantes no Alemão sofreriam uma inflexão. Desse modo, os discursos mostravam que não mais haveria incursões constantes, mas sim ocorreria a ocupação dos acessos das favelas da região. Mostra-se que, curiosa e contraditoriamente, a operação de 27 de junho de 2007 foi a que empregou o maior contingente policial da história e produziu mortos e feridos num volume que chamou a atenção da opinião pública²⁴.

Uma questão importante apresentada nestes dois primeiros capítulos é como os desgastes derivados dessas operações policiais belicosas colocaram, na arena pública viabilizada pela narrativa e exposição dos jornais, críticas de setores da sociedade. Tais críticas, que eram derivadas dos resultados das operações policiais no Alemão (cada vez mais impactantes), passaram a pressionar a imprensa a tematizar cada vez mais as operações belicosas como um problema social a ser resolvido de forma mais complexa, ou seja, não contemplando somente o viés da violência.

Diante desse quadro, as narrativas jornalísticas passaram a selecionar e expor as representações cada vez mais estigmatizadas do Alemão, a partir do que era proferido por

²⁴ O acontecimento foi tão impactante que passou a ser denominado como “Chacina do Pan” ou “Chacina do Alemão”. Mais à frente, esses acontecimentos e as disputas em torno dele são colocadas com maior destaque.

integrantes do governo. Vale destacar que, nesse ínterim, as mídias não deixaram de tematizar, também, discursos que propunham a reformulação das diretrizes normativas do governo.

A “paz” passa a ser tematizada constantemente após a ocupação policial da favela Santa Marta, por isso, o terceiro e quartos capítulos fazem parte dessa chave nomeada de “Paz” que dá título à segunda parte desta tese.

O terceiro capítulo mostra o quanto os discursos em torno dessa ocupação policial da Santa Marta começaram a incorporar essa ideia de “paz” como um referente que havia de promover uma inflexão nos rumos da segurança pública de toda a cidade. Duas questões são caras a este capítulo.

A primeira concerne à permanência da relação entre representação especializadas de algumas favelas cariocas e as políticas de intervenção aplicadas ou dirigidas a elas, pois, neste capítulo, coloca-se em discussão alguns dos motivos que orientaram a escolha da favela Santa Marta para ser uma experiência policial modelo para o governo.

A segunda tem relação com as continuidades e mudanças nos discursos que eram selecionados pela imprensa e reverberados nela. Esses discursos que eram narrados guardam permanências e mudanças em relação aos que foram tematizados no período da ocupação belicosa ocorrida nas favelas do Alemão.

Sustenta-se, pois, que os discursos em torno da “paz” marcam uma inflexão nesse período. Não obstante, argumenta-se, por outro lado, que os objetivos da ocupação “pacificadora” da favela Santa Marta guardavam também algo de continuidade nos discursos que fizeram parte dos desdobramentos das operações violentas/beligerantes no Alemão. E isso será descoberto com a leitura desse capítulo.

O quarto capítulo parte da decisão governamental de que a ocupação da favela Cidade de Deus se transformaria no mesmo programa de policiamento que estava ocorrendo na Santa Marta. Central neste capítulo é a continuidade que reveste os discursos do governo e a tematização da imprensa acerca da Cidade de Deus como um problema primaz da segurança pública, especialmente no tocante à zona oeste da cidade. Em outros termos, mantinha-se, com a ocupação desta última favela, a relação entre representação negativa da localidade e a pretensa necessidade de uma política de intervenção à altura do problema que ela supostamente representava.

Importante também neste capítulo é o acompanhamento dos discursos que estavam referenciando os objetivos das ocupações policiais e que eram constantemente tematizados pela imprensa, no sentido de escrutinar, no dia a dia, as perspectivas governamentais que

orientavam o programa que veio a ser chamado, no início de 2009, de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Alguns argumentos importantes, no que concerne a essa questão, são apresentados no sentido de mostrar que as repercussões midiáticas dos discursos protagonizados por integrantes do governo construía, paulatinamente, um programa que mantinha uma base discursiva inicial (propalada na ocupação da Santa Marta). Mas, por outro lado, identificam-se adequações discursivas que tinham relação com as dificuldades da vida cotidiana ou com os problemas envolvidos na expansão desse programa de policiamento para favelas mais complexas, pois a favela Santa Marta era representada pelo governo como uma localidade menos complexa.

Na última parte desta pesquisa, a que é intitulada de “Imprensa”, há uma inflexão na forma de tratamento do objeto de estudo. Nesta parte, enfoca-se comparativamente nos diários consultados para esta pesquisa como produtores de discursos que continham tanto singularidades que as diferenciavam como algo em comum entre eles.

O capítulo 5 apresenta, principalmente, como os discursos da imprensa não são totalmente unívocos, mesmo em se considerando (ou analisando) veículos que originam de um mesmo grupo empresarial. O principal argumento desenvolvido gira em torno da ideia de que as diferenças se justificam por conta do circuito social de produção, circulação e consumo de cada mídia. Desse modo, a intenção é externar, expor o quanto as pressões discursivas diversas podem contribuir para referenciar, moldar os discursos da imprensa.

O foco específico – tratado como um caso exemplar – é mostrar o diálogo das mídias investigadas com seu público-alvo. Assim, de modo geral, argumenta-se que a imprensa não fala solitariamente, mas organiza a percepção social, dando um sentido à polifonia discursiva da sociedade, situando-se num nível discursivo que se pode considerar como patamar médio de diálogo com seu público-alvo. Essa é, em síntese, a base do argumento que propõe uma explicação possível para as diferenças de abordagem entre veículos de uma mesma empresa de comunicação.

No derradeiro capítulo, a pressão social é ampliada e se torna mais genérica. Esta parte trata, pois, da força que a sociedade, como um todo, exerce sobre o trabalho de produção de notícias da imprensa investigada. Diferentemente do capítulo anterior, neste o foco se volta para a semelhança geral que pode ser encontrada no trabalho dos diários averiguados.

Mais especificamente colocando, analisa-se, neste capítulo 6 (o último), como as favelas cariocas são tratadas, nesses diários, a partir de um enquadramento matricial comum que vincula, de modo geral e difuso, esses lugares de moradia ao principal foco de irradiação

de violência na cidade. Tal vínculo acaba representando essas localidades, em sentido geral, no campo semântico da “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2008, 2010b; 2011; 2012, 2015), que é, sinteticamente apresentando, um construto discursivo organizado para representar e conferir sentido principalmente ao debate em torno da segurança e da ordem pública, num período em que a violência urbana apresentou crescimento constante, ou seja, a partir de meados dos anos 1980 (cf. MACHADO DA SILVA, 2010b).

Cabe acrescentar que uma das mais problemáticas consequências da “linguagem da violência urbana” (Idem, *ibidem*) é a associação difusa e imprecisa das favelas cariocas e seus moradores aos grupos de criminosos que atuam nessas localidades (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), dificultando o direito das favelas à cidade (LEITE, 2000, p. 79; FRIDMAN, 2008, p. 80)²⁵, obstando a ação política de base nessas localidades (SILVA; ROCHA, 2008, p. 45) e, muito frequentemente, contribuindo para a criminalização de seus moradores (FRIDMAN, 2008, p. 78)²⁶.

Portanto, a partir dessas referências, intenta-se mostrar especificamente como a imprensa pesquisada empresta um cariz particular a essa relação, a esse nexos que parcela vocal e majoritária da sociedade faz entre favelas e linguagem da violência urbana, conforme inicialmente apresentado acima.

Por fim, não se deve negar que a organização das fontes, do modo como foi engendrado nesta pesquisa, torna-se deveras peculiar. Tal organização confere à pesquisa um estatuto de singularidade assaz ímpar. Cumpre registrar que essa singularidade confere a esta pesquisa, decerto, uma circunscrição analítica com seus limites cujo escopo foi definido nesta seção introdutória, de modo a prover aos leitores e interlocutores uma base angular para que possam tanto oferecer suas críticas como também tomar de empréstimo análises e reflexões substancializadas aqui.

Deve-se chamar a atenção, por outro lado, que a importância social da imprensa – bem como do ângulo construído nesta tese – integra uma dimensão importante e visível da vida social, afinal, ao organizar a percepção e dar sentido à polifonia discursiva, propondo uma interpretação do cotidiano, os veículos de mídia oferecem informações sob determinado

²⁵ Segundo Fridman (2008, p. 80), o “‘direito à cidade’ aponta para a capacidade de vocalizar interesses, propor ou criticar medidas e, no limite, disputar o que deve ser feito para suprir carências, diminuir desigualdades ou mesmo ampliar as possibilidades de se alcançar padrões de uma vida digna”.

²⁶ Uma discussão mais detida o enquadramento midiático das favelas na violência urbana é realizado no Capítulo 6 desta tese.

ângulo, atualizam dados oficiais, promovem a inter-relação entre os indivíduos, produzem sentidos sociais etc. E fazem isso construindo uma posição social e política. Logo, ao organizar a percepção social, tendo como uma de suas grandes referências seu público leitor, a imprensa ilumina mais fortemente determinadas demandas, opiniões, representações, posturas, perspectivas etc. Portanto, é por meio dessas possibilidades que esta tese procura dar sua contribuição. Essa é a aposta acadêmica, intelectual e teórica subjacente ao que se apresentará adiante.

PARTE I

“GUERRA”

1 **DISCURSOS QUE PRODUZEM A IDEIA DE “GUERRA”: AS PRIMEIRAS AÇÕES POLICIAIS DO GOVERNO SÉRGIO CABRAL NOS COMPLEXOS DO ALEMÃO E DA PENHA (JANEIRO-MAIO DE 2007)**

A segurança pública foi definida como um dos princípios basilares do governo comandado por Sérgio Cabral. Essa prioridade foi determinada desde o início dessa gestão, a partir de janeiro de 2007. Isso pode ser observado, por exemplo, nos discursos contidos nas matérias dos jornais O Globo, Extra e Expresso.

Percebe-se, por meio desses discursos, o quanto o campo da segurança pública – especialmente o combate ao tráfico de drogas que controlava o comércio varejista em algumas favelas cariocas – foi um dos focos centrais desse governo. Nesse sentido, perguntado por um dos periódicos investigados se o campo da segurança pública continuaria sendo o foco do seu governo, Cabral ratificou: “Este é o eixo do nosso governo” (O GLOBO, domingo, 1 de julho de 2007, p. 17)

Como consequência do foco governamental nesse campo, as ações policiais em favelas cariocas foram, crescentemente, objeto de divulgação nas mídias²⁷. Desse modo, a imprensa estruturava e apresentava publicamente a relação do poder político institucional-governamental com alguns desses lugares de moradia, a partir da construção de um problema público, visto que:

Dadas as transformações relativas à produção e ao fluxo de informações na contemporaneidade, a formulação pública dos problemas e a sua definição como problemática obrigatória, tornam-se cada vez mais dependentes do modo como eles são (ou não) tratadas pela mídia (SILVA, 2011, p. 2).

No período inicial desse governo, considerado aqui como o primeiro ano dessa gestão política (especialmente seus oito primeiros meses, conforme capítulos 1 e 2), é possível depreender, com base nas notícias publicadas pelas mídias investigadas, que os Complexos do Alemão²⁸ e da Penha²⁹ foram eleitos como um dos principais focos da política de segurança

²⁷ De acordo com John B. Thompson, “Antes do desenvolvimento da imprensa e outros meios, a visibilidade dos governantes políticos dependia em grande parte de seu aparecimento físico diante dos outros. [...] No entanto, com o desenvolvimento da imprensa e de outros meios de comunicação, os governantes políticos foram cada vez mais adquirindo um tipo de visibilidade que não precisava mais de seu aparecimento físico diante de públicos reunidos” (THOMPSON, 2014, p. 14). Aqui, pensa-se o mesmo para as ações governamentais.

²⁸ “O Complexo do Alemão é formado por 15 favelas: Itararé, Joaquim de Queiróz, Mourão Filho, Nova Brasília, Morro das Palmeiras, Parque Alvorada, Relicário, Rua 1 pela Ademas, Vila Matinha, Morro do Piancó,

do governo em questão, visto que a região, de maneira crescente, foi recebendo operações policiais belicosas que acarretaram o aumento substancial de mortos e feridos. Isso contribuiu para ocasionar o crescimento gradativo de matérias jornalísticas que divulgavam as operações violentas³⁰ da polícia contra criminosos que controlavam o comércio de drogas a varejo na localidade (conforme Anexo I).

Em vista dessas considerações, deve-se explicitar que este capítulo inicial intenta expor e analisar informações, dados, explicações e representações sociais³¹ que têm ligação com as ações policiais coordenadas pela secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro (SESEG), no Alemão.

A principal fonte escolhida para essa exposição e análise corresponde aos discursos selecionados³² e publicados pela mídia impressa investigada. A partir desses discursos – mas não somente com base neles – visa-se analisar em que medida o foco do governo na segurança pública levou em consideração – como princípio basilar – que algumas favelas cariocas eram lugares que representavam perigo imediato e de alta intensidade para a cidade (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 63).

Morro do Adeus, Morro da Baiana, Estrada do Itararé, Morro do Alemão e Armando Sodré” (MESQUITA, 2014, p. 687).

²⁹ O Complexo da Penha, segundo o Sítio do Rio Mais Social, compreende 11 localidades: Morro da Caixa D’água, Morro da Fé, Morro do Caracol, Morro do Sereno, Parque Proletário do Grotão, Rua Frey Gaspar, Morro do Cariri, Rua Laudelino Freire, Vila Cruzeiro, Vila Proletária da Penha e Rua Mira. Fonte: <http://www.riomaisocial.org/territorios/complexo-da-penha/> <Consultado em 07/09/2015, às 14h:45>. A Vila Cruzeiro, dentre todas essas localidades, foi a mais acionada nas notícias analisadas.

³⁰ A expressão violência é polissêmica (MISSE, 2008, p. 373) e sua apreensão é dependente de situações e contextos. Neste capítulo, ao ativar a expressão, tomando como base a atuação policial, intenta-se invocar não somente a “perspectiva que dá ênfase ao uso da força e da dominação como meios apropriados para resolver problemas de manutenção da ordem e segurança públicas” (PONCIONI, 2005, p. 600), mas, sobretudo, acentuar um padrão de atuação fundamentado no uso da força cuja matriz é eminentemente belicosa, ou seja, o uso de um padrão de atuação operacional das forças policiais que incorpora tanto elementos materiais (armas) como concepções (ideias) típicas de uma situação de guerra, ainda que o contexto não respalde essa atmosfera.

³¹ Sobre a ideia de representação acionada, cabe um comentário bem geral para situá-la. Segundo Tomaz Tadeu da Silva, “[...] a representação é [...] uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema lingüístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2000, p. 91). Nesta tese, representação é pensada como atribuição de sentido que guarda um vínculo não só relacionado às imagens, mas sobretudo às práticas ligadas aos lugares dos atores sociais, práticas essas eivadas de relações de poder.

³² Intenta-se, ao utilizar a expressão seleção (geralmente acompanhada da palavra publicação), daqui em diante, mostrar que essa operação faz parte do trabalho de construção midiática. Ao acionar a ideia de seleção de uma informação para posterior publicação, visa-se reforçar, portanto, a noção de que as notícias não se impõem por si próprias para a imprensa. Sua escolha (seleção) e sua hierarquização (importância dentro da edição do periódico) têm relação estreita com o trabalho da imprensa na construção de um discurso que visa expor/construir determinada realidade social (FAUSTO NETO, 1999, p. 23; SILVA, 2010, p. 85-110; AGUIAR, 2006, p. 81).

A base analítica inicial provém da consideração de que as intervenções do poder central nas favelas do Rio de Janeiro estão relacionadas à representação social que historicamente esses lugares de moradia tiveram (e têm) para a cidade³³. Desse modo, o ponto de partida da análise visa entender o vínculo entre as intervenções policiais e as representações sociais das favelas nesse contexto que reveste tais ações policiais.

Essa matriz de sentido é dada pelo que o sociólogo Marcelo Burgos (2006) delinea como caracterização do “nexo existente entre as representações do ‘problema favela’ e a atuação, frente ao mesmo, do poder público e de instituições sociais [diversas] como a Igreja Católica” (BURGOS, 2006, p. 25).

A partir de informações coletadas na cobertura diária dos jornais investigados, pretende-se adicionalmente analisar como as ações policiais planejadas pela SESEG do governo Sérgio Cabral foram ganhando, pouco a pouco, outras tematizações, outras perspectivas, que eram verbalizadas pelo governo e incorporadas por parte da imprensa investigada que as agregava em suas narrativas. Com isso, colocar-se-á em evidência como os discursos em torno das referidas ações passaram a incorporar, de acordo com o que reverberou nos diários consultados, as repercussões e pressões políticas do dia a dia, ou seja, outros discursos sociais.

Tal análise permite, a partir dessa narrativa social e angulação construída, problematizar questões atinentes à relação entre a normatividade e as facticidades (cf. DAS, 2004, p. 238). Destarte, essa análise oferece condições para que se estabeleça o cotejo entre as diretrizes (discursos) governamentais selecionadas e publicadas nos jornais perscrutados e os discursos protagonizados por parcela da sociedade, que também reverberaram nesses diários de notícias.

Cumprir destacar, então, que o exercício a ser realizado, a partir do ponto de vista formulado, possibilitará iluminar, outrossim, o contraponto discursivo que parcela da sociedade exerceu, em alguma medida, em relação às ações e discursos governamentais. Ademais, como desdobramento, contribuirá para inicialmente colocar em evidência – com base em discursos que narraram determinado cotidiano – elementos importantes acerca do papel político exercido pelas mídias (cf. SILVA, 2010, pp. 135-163).

Feitas essas considerações, há que se chamar a atenção para o fato de que os discursos que são operacionalizados neste capítulo estão envolvidos pelos acontecimentos que foram

³³ Aciona-se, aqui, especialmente o contexto pós-1980. Nessa fase, paulatinamente, as favelas passaram a ser substancialmente tematizadas como um problema ligado às disputas em torno de sentido acerca da violência urbana (cf. MACHADO DA SILVA, 2010b).

divididos em períodos que marcam algumas descontinuidades que foram interpretadas no curso da apreciação do material de pesquisa. Vale ressaltar que essas mudanças são marcadas por uma escolha arbitrária do pesquisador e que têm, primordialmente, ligação com o aumento da visibilidade midiática e social que as ações policiais no Alemão foram, paulatinamente, ganhando.³⁴

Cabe explicar, de antemão, que tal visibilidade cresceu muito especialmente em função do aumento da violência empregada pelas forças do Estado e pelo conseqüente crescimento de mortos e feridos no referido conjunto de favelas. Logo, deve-se evidenciar que esse é o eixo e preocupação que norteia o fluxo expositivo descontínuo que é realizado neste capítulo.

Com base numa concepção metodológica da Análise do Discurso (AD) que é eminentemente pragmática,³⁵ as permanências e mudanças discursivas apresentadas a seguir permitem compreender, no desenvolvimento dos acontecimentos, menos a substituição dos discursos anteriores e mais a complementaridade entre eles. Esse é um eixo importante para a compreensão dos argumentos inscritos neste capítulo (e no próximo também).

Tal análise contribui para que seja analisado como as representações sociais concernentes especificamente a algumas favelas são complexas e muito frequentemente pautadas pelo acionamento de estigmas sobre esses lugares de moradia, de acordo com o contexto ou até mesmo em função das condições em que o discurso é colocado em cena (movimento). Assim sendo, tanto o papel quanto a importância da imprensa acabam conferindo um grau de solenidade, de formalidade às declarações, o que permite problematizar a relação entre favelas e governo, bem como entre favelas e a cidade, a partir de um ponto de vista importante para a vida social e política do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, os discursos e as representações acionadas são considerados com base em seu caráter “contexto-dependente” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p. 54), pois “uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras *em função do contexto ao qual é relatada*” (POLLAK, 1989, p. 11, grifos meus). Em acréscimo,

³⁴ Ver também conteúdo do Anexo I.

³⁵ Aciona-se esse termo para ressaltar a ideia de que o exame das fontes se ancora e se escora nos contextos sociais em que os discursos estão inseridos, além de levar em conta a historicidade das instituições e dos atores sociais na análise dos discursos (cf. FIGARO, 2013, p. 14). Parte-se de uma referência de conhecimento que leva em conta a condição social e histórica de uma fala, sem deixar de considerar também o posicionamento e interesses dos atores sociais. Portanto, sujeitos enunciativos, condições sociais da enunciação e as pressões discursivas exercidas pelos agentes receptores do discurso são componentes basilares nessa concepção.

vale ressaltar que “*a própria situação da investigação* contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido” (BOURDIEU, 1996, p. 189, grifos meus).

Diante do que foi exposto acima, deve-se esclarecer que serão analisadas, neste capítulo, questões que giram em torno das definições do Alemão como uma região de grande perigo para a cidade como um todo, o que produz uma relação de sentido entre suas representações para o governo (e para a sociedade) e as políticas de intervenção que foram colocadas em prática nesse conjunto de favelas.

Com isso, pontos importantes serão invocados nesta etapa, como, por exemplo: o crescimento da violência policial na região, a partir do que foi organizado pela imprensa; a descontinuidade (mudanças) nos discursos do governo acerca das propostas de policiamento pensadas para as favelas em apreço; além de se colocar em jogo, a partir da perspectiva colocada por esses discursos, discussões que remetem à relação entre poder central e as margens do Estado.

Visa-se, com efeito, dar início ao debate e análise que se fará nos próximos capítulos (que compõem as partes I e II desta tese) sobre embates políticos entre discursos sociais diversos. Portanto, a partir desses discursos, pretende-se problematizar a ação política da imprensa, os dispositivos de gestão estatal de favelas incorporados nos discursos do governo Sérgio Cabral e, também, o poder de agência dos atores sociais contidos em seus contradiscursos que se colocaram frente às propostas de controle social e político das margens. Pode-se afirmar que, com base eminentemente nos discursos dos periódicos investigados, essas são as principais questões que movem as preocupações sociológicas no transcurso dessas duas primeiras partes da tese, que são denominadas de “Guerra” e “Paz”.

1.1 De janeiro a abril de 2007: os discursos que situavam o Alemão como um dos principais focos combativos do governo

Uma das primeiras operações policiais coordenadas pela secretaria de Segurança Pública do governo Sérgio Cabral, na região em voga, foi apresentada pelos diários pesquisados como resposta a um conjunto de ataques violentos que haviam ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no fim do ano de 2006, antes do governador em apreço ter assumido cargo máximo do Executivo Estadual.

De acordo com um dos impressos que foram investigados nesta pesquisa, a polícia “ocupou” o Alemão “para tentar prender acusados da onda de terror de dezembro passado” (O GLOBO, quinta-feira, 25 de janeiro de 2007, p. 17). Nesse sentido:

A operação foi desencadeada para prender Paulo Rogério de Souza Paes, o Mica, e Antônio Ferreira de Souza, o Tota, que estariam envolvidos com a onda de ataques e terror no Rio no fim do mês passado. Eles também são acusados de clonar carros do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da PM em novembro passado (Idem, *ibidem*).

A partir de informações provenientes do estafe oficial do governo, o jornal relatou que alguns criminosos, em episódios violentos ocorridos no final do ano de 2006, teriam disparado tiros contra delegacias, postos de policiamento, cabines da polícia militar e prédios públicos, nas zonas Norte, Oeste e Sul da cidade.

Foi informado ainda que as investigações policiais apontavam o envolvimento direto da facção que comandava o tráfico de drogas no Alemão (Comando Vermelho), que era chefiada localmente por Edgard Alves de Andrade, conhecido como Doca. De acordo com a notícia, ele tinha relação com um dos principais líderes da facção, o traficante Elias Pereira da Silva, apelidado de Elias Maluco. Este último foi considerado o mandante da morte do jornalista das Tim Lopes³⁶, que, na época em que foi assassinado, trabalhava para as organizações Globo.

Em autobiografia que aborda sua trajetória profissional, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, relatou dados similares aos que foram registrados acima pelos jornais:

Fazia um mês, naquele momento [transição de 2006 para o início de 2007], que o Comando Vermelho vinha atacando policiais, viaturas, delegacias, quartéis e cabines [da polícia]. Era uma sucessão de atentados na cidade. *A três dias da virada do ano, o Rio viveu 24 horas de barbárie, com bandidos espalhando pânico por todo o município* (BELTRAME, 2014, p. 99, grifos meus).

A despeito do enquadramento temático³⁷ da reportagem de 25 de janeiro de 2007 – conforme apresentado acima – ter sido presidido pela ocupação policial, com visas a “tentar

³⁶ Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, conhecido como Tim Lopes, era produtor da Rede Globo e estava fazendo reportagem sobre meninas que eram obrigadas a participar dos bailes *funks* na região, bem como sobre o comércio de drogas nessas diversões. Num desses trabalhos investigativos, ele foi capturado por traficantes e morto em 2 de junho de 2002. Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/o-caso-tim-lopes.htm>. Acesso em 5/8/2015, às 15h40.

³⁷ Convém esclarecer e aduzir que enquadramento é um conceito com muitas apropriações por parte de teóricos da comunicação. “Ainda não existe, portanto, uma definição consensual sobre o que sejam os enquadramentos da mídia” (Porto, 2004, p. 77). Sendo assim, o conceito de enquadramento temático é compreendido, aqui, como

prender acusados da onda de terror de dezembro passado” (O GLOBO, quinta-feira 25 de janeiro de 2007, p. 17), deve-se registrar que, no interior da reportagem, é retratado – ainda que secundariamente e num pequeno trecho de apenas um parágrafo – a percepção do repórter acerca da situação vivida pelos moradores das favelas nas quais as ações policiais se realizaram, mostrando que muitos deles teriam ficado “assustados com a intensidade do confronto” (Idem, *ibidem*).

A partir do que se pode observar nas mídias impressas averiguadas, pode-se interpretar, com base no conjunto de reportagens, que começaram a ser realizadas, desde o início da gestão Sérgio Cabral, operações policiais sistemáticas na região do Alemão, com vistas a combater especialmente a facção local³⁸. Além disso, é possível observar que essas ações envolviam a coordenação de diferentes forças estatais.

É conveniente apresentar como exemplo que O Globo noticiou, no mês de fevereiro, uma operação que contou, pela primeira vez, com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)³⁹. Tratou-se de uma operação conjunta que envolveu a união de forças Federais e Estaduais, conforme se pode observar no título da matéria exposto a seguir: “Força Nacional faz primeira operação em favela, ao lado da Core [Coordenadoria de Recursos Especiais] e do Bope [Batalhão de Operações Especiais]” (O GLOBO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2007, p. 16). O jornal Extra, nesse mesmo dia, foi mais contundente, noticiando que o “Complexo [estava] sob tensão”, pois seis pessoas haviam morrido “[em operação] no Alemão” e “Força Nacional cerca[va] a região” (EXTRA, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2007, p. 12).

Na mesma reportagem exibida pelo jornal O Globo, em 14 de fevereiro, deve-se destacar que outras explicações oferecidas por integrantes do estafe do governo passaram a ser selecionadas e publicadas nessas mídias apresentadas. Tais explicações intentavam dar legitimidade àquelas primeiras incursões policiais nas favelas da região. De acordo com o referido diário, o “[...] secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que a operação

a ideia que organiza o sentido do texto jornalístico e “que atribui significados específicos aos eventos, tecendo uma conexão entre eles e definindo o caráter de controvérsias políticas” (Idem, p. 81).

³⁸ O conteúdo e argumentação contida no Anexo I ajudam a substancializar essa assertiva.

³⁹ “Criada em 2004, a Força Nacional de Segurança Pública é composta por 7,8 mil homens e mulheres de elite das polícias militares e Corpo de Bombeiros de todo o país. Todos passaram por um rigoroso treinamento em ações preventivas e repressivas qualificadas. Tal estrutura foi inspirada nas forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) para responder à demanda necessária, muitas vezes em territórios dominados pela criminalidade, mas também deve se ater aos procedimentos preventivos e à difusão de temas ligados aos direitos humanos” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, pp. 7-8).

foi deflagrada porque os serviços de inteligência receberam informações sobre um paiol na Grota” (Idem, *ibidem*).

Desse modo, acrescentou-se uma nova explicação para a procura de pessoas que cometeram atos criminosos na cidade, no final do ano de 2006. Em fevereiro, portanto, as informações também davam conta de que os traficantes tinham um paiol na região e este deveria ser desmantelado. “Porém, o depósito [paiol] não foi encontrado” (O GLOBO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2007, p. 16) ou ainda não havia sido encontrado.

Cumprindo aduzir que é apresentada, ainda na matéria em voga, uma das primeiras menções a protestos de moradores do Alemão contra a forma como estavam sendo estruturadas essas primeiras operações policiais do governo em questão, na região aludida. Assim sendo, tanto o Extra quanto O Globo noticiaram que os moradores fizeram protestos para denunciar a morte de um morador. Um dos impressos informou que:

Revoltados, cerca de 50 pessoas, entre parentes e vizinhos do auxiliar de serviços gerais de um supermercado, chegaram a arrastar o corpo dele até a Rua Joaquim Queiroz. Eles jogaram paus e pedras contra os PMs, que tiveram de dar tiros para o alto (EXTRA, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2007, p. 12).

O outro reportou o protesto da seguinte forma:

Policiais do Bope tiveram que conter moradores da Grota que iniciaram um protesto contra a morte de Carlos Alberto da Silva Fernandes, de 47 anos, atingido no rosto por uma bala perdida. Revoltados, cerca de 50 pessoas, entre parentes e vizinhos do auxiliar de serviços gerais de um supermercado, chegaram a arrastar o corpo dele até a entrada da Grota, na Rua Joaquim Queiroz. *Ao lado do corpo envolto em lençóis, moradores jogaram paus e pedras em direção aos policiais do Bope, que precisaram dar tiros para o alto para conter a multidão.* Um morador chegou a ser detido por policiais do Bope (O GLOBO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2007, p. 16, grifos meus).

É importante ressaltar também que o protesto dos moradores aparece secundariamente apresentado nessas reportagens, haja vista que os enquadramentos temáticos, num e noutro periódicos, privilegiavam, não raramente, o ponto de vista normativo das operações. Deve-se acrescentar que, em pesquisa realizada sobre o poder na comunicação jornalística, Gomes (2003) argumenta que “[...] A seleção e a narrativização dos atos do governo, via seus membros e instituições, comparecem [compareciam] em quase todas as matérias [pesquisadas por ela]” (Idem, p. 92).

Em função do que foi exposto pelas mídias consultadas na pesquisa, pode-se perceber que as explicações governamentais concernentes às primeiras incursões policiais na região transitavam da procura de criminosos que haviam realizado ataques a delegacias, postos de

policciamento etc., para o desmantelamento de um possível “paiol de guerra”⁴⁰ que era mantido pelo grupo de criminosos que se estabelecia na localidade.

Nesse sentido, deve-se realçar que um dos diários selecionou uma fala do governador na qual afirmava: “Procuramos um paiol de guerra no Alemão, onde há dois anos e meio não se fazia uma operação policial. Temos que combater o crime de maneira inteligente, vamos sufocar o tráfico” (EXTRA, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2007, p. 12).

Nesse período já se podia notar uma preocupação especial com o Alemão nos discursos do governo e da imprensa examinada. O governo porque começava a centrar suas operações nessa região, metamorfoseando as motivações explicitadas em relação às operações policiais na localidade, transitando da eventualidade de ações criminosas para se pensar numa pretensa estrutura bélica montada nas favelas do Alemão. Os impressos investigados porque reverberavam tais informações enquadrando suas reportagens no nexos simbólico entre o Alemão e “[...] O medo, ligado aos riscos à integridade física e patrimonial” (LEITE, 2012, p. 378) cujo sentido social remete ao “perigo representado pela pobreza e marginalidade (doravante associada ao crime violento) que a favela tipifica no imaginário social” (Idem, *ibidem*).

Mais uma vez, moradores da região, apoiados por organizações de defesa dos direitos humanos, expressaram seu protesto contra a operação policial. Isso foi realizado também por meio de “uma nota criticando a operação no complexo” (EXTRA, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2007, p. 12). Ainda segundo relato desse diário, tanto as “associações comunitárias” como as “organizações de defesa dos direitos humanos” argumentaram que “a ação [policial] contrariou o compromisso firmado entre os governos estadual e federal por uma nova política de segurança pública” (Idem, *ibidem*).

Contudo, a divulgação dessa crítica ao governo teve visibilidade secundária no referido jornal (no final da reportagem), em comparação com a execução da “operação *no Alemão*” (Idem, *ibidem*, grifo meu) pelo governo, que fora tratada em primeiro plano, no topo da matéria e na sua descrição inicial, não deixando de evidenciar o nome da localidade onde a operação ocorrera, conforme palavra grifada acima.

De acordo com o que se observa nos registros dos periódicos consultados, a retomada das operações policiais na região ocorreu em março de 2007. Essas ações estavam ainda ancoradas, segundo O Globo, na procura por um suposto paiol mantido pelos traficantes de

⁴⁰ A expressão “paiol de guerra” aparece pela primeira vez numa reportagem veiculada pelo jornal O Globo, no dia 15 de fevereiro 2007. Ao mencionar o termo “primeira vez”, refere-se, aqui, às reportagens referentes ao governo Sérgio Cabral.

drogas. Realça-se, entretanto, que começaram a brotar, nesses diários, novos discursos do governo em torno dessas operações policiais na região em apreço. Pode-se observar que esses novos discursos propunham explicar, de forma complementar, o foco cada vez mais combativo e beligerante do governo nessas favelas.

Esse novo discurso em torno das operações policiais no Alemão pode ser encontrado numa reportagem que comunicava, finalmente, que a polícia havia encontrado o mencionado paiol, conforme exposto nos trechos de reportagens de diferentes jornais exibidos a seguir:

[Título] *O superpaiol do Alemão*

[Subtítulo] Polícia encontra arsenal na Favela da Grota. Quatro inocentes são feridos por balas perdidas

[Texto] Cerca de 460 policiais civis e militares estouraram ontem um superpaiol no Complexo do Alemão, considerado o entreposto da maior facção criminosa do Rio [Comando Vermelho]. Foram apreendidos cerca de 15 mil balas, a maioria contrabandeada da Argentina, quatro fuzis, duas metralhadoras antiaéreas, duas pistolas, duas granadas, oito bombas de fabricação artesanal, 25 quilos de crack, 60 de maconha e 240 papélotes de cocaína. [...]

(O GLOBO, quarta-feira, 7 de março de 2007, p. 16, grifos meus).

Guerra ao tráfico

Em seis horas de tiroteio entre policiais e traficantes, sete pessoas morreram (entre eles um policial civil) e 13 ficaram feridas no Rio. O terror começou com uma troca de tiros no Complexo do Alemão, em Ramos, e se espalhou rapidamente por todo o estado, culminando com a morte de três bandidos, no Morro do Estado, em Niterói. Outros três traficantes ficaram feridos. No Morro Camarista Méier, no Engenho de Dentro, dois policiais civis foram baleados em tiroteio com traficantes.

Polícia destrói paiol do Alemão

Operação alcança um dos objetivos, mas não evita que cinco inocentes sejam feridos em tiroteio de seis horas.

(EXTRA, quarta-feira, 7 de março de 2007, p. 10, grifos meus).

Pode-se notar, nas palavras contidas nas duas reportagens acima, que os jornais veiculavam que o governo começava a colocar novas questões referentes ao Alemão, a fim de explicar as incursões policiais na localidade. Com isso, é possível observar que, segundo os impressos, o governo provinha informações que retratavam que esse conjunto de favelas era como uma espécie de depósito de armas e drogas mantido pela facção criminosa local (Comando Vermelho) para a posterior distribuição desse material. Vale realçar que há, na matéria publicada no impresso EXTRA (acima), o primeiro registro da expressão “guerra ao tráfico” como uma forma caracterizadora das operações policiais na região (Idem, *ibidem*).

Deve-se sublinhar também que se pode observar que, pouco a pouco, a semântica atribuída por essas mídias às operações policiais encontrava-se em consonância com a intensificação dessas ações e com a intensidade da força utilizada. Sendo assim, começa-se a perceber um lugar de fala dos jornais e, sobretudo, seu consentimento (ora de forma tácita, ora abertamente) em relação a essas operações belicosas no Alemão. Nota-se, destarte, a filiação

dessas mídias ao arranjo discursivo que considera necessária essas operações, uma vez que se vive numa cidade em “guerra” (cf. LEITE, 2000)⁴¹.

Portanto, com base no acompanhamento qualitativo diário das notícias e dos discursos em torno do conjunto de favelas em apreço, observa-se que o foco da política de segurança do governo concentrava-se cada vez mais nessa localidade⁴². Em acréscimo, cumpre colocar em destaque, conforme tabela apresentada no Anexo I desta tese, que a região do Alemão concentrava, entre janeiro e abril de 2007, a maior parte das notícias sobre as favelas que constam dos arquivos aos quais tive acesso por ocasião da participação na pesquisa “Virtudes e Limites das UPPs: uma avaliação socioantropológica”⁴³.

Com base nos mencionados arquivos, deve-se ressaltar que, quantitativamente, o Alemão foi responsável por cerca de 20% do total de reportagens que trataram das 21 favelas cariocas que foram foco da pesquisa, no período entre janeiro e abril de 2007. Além disso, as reportagens sobre o referido conjunto de favelas majoritariamente mostram, no período aludido, informações que abordam o foco das forças policiais no Alemão, visando coibir a facção criminosa que se estabelecia no local. E isso é feito de forma sistemática e crescente, ou seja, à medida que os dias e meses passavam.

Diferentemente do que pode ser observado nos arquivos concernentes às outras 20 favelas que constaram da pesquisa (Anexo I), o Alemão é gradativamente retratado a partir da violência do tráfico de drogas e do crescente foco do Governo do Estado do Rio de Janeiro em combater a facção local. É importante mencionar que, no período citado, isso ocorre quase que em todas as reportagens concenentes ao Alemão, distinguindo-se do que se pode observar nas reportagens concernentes às outras favelas.

Além disso, esse conjunto de favelas foi, de acordo com um dos diários consultados, o primeiro em que ocorreu uma operação conjunta entre a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), a Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e o Batalhão de Operações Especiais

⁴¹ Essa expressão de que vivemos uma “guerra” permanece no repertório de autoridades políticas e de jornalistas. Dois exemplos que reiteram essa ideia, na atualidade, são: (i) o governador Luiz Fernando Pezão, recentemente, afirmou que a “guerra” vai continuar, enquanto houver consumidor de droga e pessoas entrando com armamento no Rio de Janeiro (Fonte: O DIA, Sábado, 8/8/2015, nº 23.057, p. 8); (ii) o jornalista Rogério Forcolen, ex-apresentador do RJ Notícias, na Rede TV, afirmava, não raramente, que vivemos uma “guerra”. O atual apresentador, Fábio Barreto, atua numa linha bem similar.

⁴² Trata-se de um foco emoldurado pelas mídias, mas também reconhecido por integrantes do governo. Em seu livro, Beltrame aborda a importância da região para a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em sua gestão, especialmente no período em alusão (BELTRAME, 2014, pp. 99-100; Idem, p. 129).

⁴³ Sobre a referida pesquisa, vale reiterar que se encontra explicitada na Introdução desta tese.

(Bope) (O GLOBO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2007, p. 16), o que permite depreender que há, nessa inédita parceria com vistas ao combate às ações de uma facção criminosa, uma preocupação diretiva especial do Governo do Rio de Janeiro com a região.

Numa matéria impregnada de sentido ligado à ideia de perigo proveniente de “um segmento urbano” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p. 145)⁴⁴, um dos periódicos investigados publicou na parte interna de uma reportagem que o “Alemão é [era] a atual preocupação da Secretaria de Segurança!” (EXTRA, domingo, 11 de março de 2007, p. 28). No título da reportagem empregaram a seguinte descrição: “FECHA O CERCO” (Idem, ibidem, grifos em maiúscula do próprio periódico). No subtítulo: “Policiais caçam mais paióis - Investigações apontam para outros esconderijos de armas antiaéreas e balas no Complexo do Alemão” (Idem, ibidem).

Na mesma reportagem, três foram os principais motivos apontados pelo impresso para a centralização das ações policiais na região. Um se relacionava com a suspeita que havia mais armas de grande poder de destruição na localidade, além das que foram encontradas no desmantelamento do supramencionado paiol. Outro era que esse conjunto de favelas concentrava algumas das mais representativas lideranças da “maior facção criminosa do estado” (Idem, ibidem): o Comando Vermelho⁴⁵. Por fim, informava que um dos líderes do tráfico na região estaria “descontente com as recentes operações [policiais] na comunidade e estaria ordenando a morte dos integrantes de sua [própria] quadrilha”⁴⁶ (Idem, ibidem).

Pode-se, contudo, chamar a atenção para um quarto motivo que também ajuda a compreender o foco da política de segurança no Alemão, conforme apresentado no discurso do periódico investigado. Apesar de não ser um ponto mencionado pelos jornais nem pelo governo, a morte do jornalista Tim Lopes, em consequência de um trabalho de reportagem que ele fazia sobre a exploração sexual de menores de idade e tráfico de drogas em bailes *funk* da região, contribuiu para potencializar a conexão representativa do Complexo do Alemão

⁴⁴ A menção a um perigo proveniente de “um segmento urbano” visa acionar uma crítica à determinada percepção incrustada no trabalho de parcela da imprensa (e que é também uma percepção social) de que as favelas cariocas, em geral, formam uma região moralmente disruptiva, sobretudo em função da presença do tráfico. Nesta perspectiva estigmatizante, os favelados passam a ser vistos, muito frequentemente, ora como sendo coniventes com as atividades criminosas dos traficantes (cf. MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008), acobertando tais atividades ilícitas, ora como “potenciais criminosos” (ROCHA, 2012, p. 150).

⁴⁵ Nesse sentido, vale chamar a atenção que o geógrafo Eduardo Rodrigues (2014) coloca em evidência o quanto, historicamente, o combate à facção criminosa Comando Vermelho permeou os objetivos dos quadros da polícia militar do Rio de Janeiro, com vistas a conseguir extinguir tal facção (RODRIGUES, 2014).

⁴⁶ O jornal não explica o porquê desse de algumas lideranças em pessoas de seu próprio grupo.

com a irradiação de um mal para o trabalho jornalístico e, por conseguinte, para a sociedade como um todo. Nesse sentido, cabe acrescentar que:

[...] a campanha da imprensa advertindo para o perigo nos morros, após o assassinato do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo de Televisão por traficantes da Vila Cruzeiro, no chamado “complexo do Alemão”, afastou grande parte da clientela de classe média das “bocas”, no momento em que a moda de consumo de cocaína também declinava entre jovens de classe média, substituída em parte por drogas sintéticas caras, como o ecstasy⁴⁷. (MISSE, 2007, p. 151).

Percebe-se, conforme exposto anteriormente nas reportagens, a superposição de explicações que vão sendo colocadas em cena, de acordo com o contexto. Dessa forma, as motivações externadas para se explicar as operações policiais são indexadas à situação contextual.

Vale chamar a atenção para o fundamento geral delas que é a caracterização do Alemão como o espaço quase exclusivo da violência (cf. RAMOS; PAIVA, 2007, p. 77)⁴⁸ na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo no período em consideração. Portanto, nessa fase inicial das operações, o fundamento que justifica o crescimento das operações é a caracterização do Alemão como um lugar que representa um problema para a segurança pública.

Ainda que de forma não constante, as operações policiais na região continuaram a ser apresentadas nos jornais durante o mês de abril. Ocorreu, no início desse mês, uma incursão realizada na área. A motivação selecionada e apresentada pelos impressos era que o governo intentava cumprir mandados de prisão contra acusados de terem assassinado um escrivão da polícia federal.

Na operação, mais um morador da localidade foi ferido. Dessa vez, o destaque à notícia do morador ferido foi relevante, pois foi realizado no título da matéria. Não se pode afirmar, contudo, se esse destaque foi dado pelo fato de o número de policiais ter sido três vezes maior, conforme mostrado a seguir, e a menção ao morador ter entrado a reboque. Vejamos parte do conteúdo exposto na reportagem:

⁴⁷ Michel Misse argumenta que o episódio envolvendo o jornalista Tim Lopes contribuiu, dentre outras questões, para o afastamento de grande parte dos clientes de classe média das “bocas de fumo” das favelas. O meu se apropria de parte desse trecho para ponderar (produzindo outro sentido) o quanto a morte do jornalista também cooperou para produzir novas representações sobre o Alemão para a cidade. Portanto, “*O Complexo do Alemão ficou estigmatizado depois da morte do Tim Lopes*. Hoje, é uma favela praticamente intocável. A imprensa quase não vai mais lá’, garante o repórter Mário Hugo Monken, da Folha de S. Paulo” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 100, grifos meus). Silva (2010) argumenta que a morte do jornalista gerou forte impacto na relação entre imprensa e traficantes. “[...] A partir desse episódio, em lugar de uma relação [...] de tolerância [entre imprensa e traficantes de drogas], estabeleceu-se, de forma notadamente reativa, um novo quadro no qual os atores e agentes envolvidos passaram a se ver como potenciais inimigos, aberta e reciprocamente declarados” (Idem, p. 132)

⁴⁸ As autoras se referem aos espaços populares. Apropria-se, aqui, dessa reflexão para pensar a significação do Alemão.

[Título] *Operação deixa 4 feridos no Alemão*

[Subtítulo] *Vítimas são 3 policiais e um morador*

[Texto] Setenta homens das polícias Federal e Militar fizeram uma operação, ontem de manhã, no Complexo do Alemão. O objetivo era cumprir dois mandados de prisão contra acusados de matar um agente federal. Mas houve troca de tiros, com quatro pessoas feridas - três policiais e um morador - e o grupo acabou tendo que deixar o local.

Com apoio de um carro blindado, as equipes da Polícia Federal e do Batalhão de Operações Especiais (Bope) se espalharam por diferentes pontos do Complexo do Alemão e foram recebidas a tiros pelos bandidos. O pedreiro Ademir Pereira da Silva, de 50 anos, havia saído de casa para comprar verduras, na Favela da Grota.

Quando atravessava a Avenida Itararé, ouvi um estrondo e senti minha perna queimar. Corri e me joguei atrás de uma Kombi, mas já havia sido atingido - contou ele, ferido por estilhaços de bala no tornozelo e medicado no Hospital Getúlio Vargas. [...] (EXTRA, sexta-feira, 6 de abril de 2007, p. 10, grifos meus).

Poucos dias depois foi deflagrada a chamada “operação tamanduá” cujo objetivo era, segundo apresentado por um dos impressos, reprimir o roubo de veículos na zona norte da cidade e o tráfico de drogas (EXTRA, terça-feira, 10 de abril de 2007, p. 11). A operação não foi realizada especificamente no Alemão. Mas, segundo o periódico em alusão, um dos delegados que comandou a operação relatou que “[...] A carga apreendida ontem seria distribuída no Complexo do Alemão, em Ramos, e em favelas da Baixada, principalmente em São João de Meriti” (Idem, *ibidem*, grifos meus).

Na linha de produção de sentido em relação à construção do Alemão como um dos pivôs dos problemas ligados à violência na cidade, deve-se sublinhar que o mesmo periódico informou que o delegado deu a seguinte declaração: “Vamos sufocar a região do Alemão, onde eles [os traficantes] estão praticando mais esse delito [roubo de veículos]. Chegou a hora de fazermos a repressão ao roubo naquela área” (Idem, *ibidem*).

Com o alvorecer do mês de maio, as favelas da região em apreço figurariam constantemente na imprensa pesquisada porque houve uma inflexão significativa na orientação prática das operações policiais no Alemão (cf. ALVES; EVANSON, 2013, pp. 51-144). Esses acontecimentos fizeram com que a região se tornasse cada vez mais visível nos periódicos investigados, conforme a seguir.

Os episódios de maio expuseram, portanto, importantes elementos para que se possa dar prosseguimento à análise dos discursos em torno as ações policiais empregadas/praticadas na região, assim como a situação do Alemão e sua representação social tanto para o governo como para a imprensa.

1.2 **A partir de maio de 2007: a intensificação das operações de “guerra” no Alemão e o aparecimento de discursos alternativos para a segurança pública**

Transcorrido cerca de um terço do mês de maio de 2007, os jornais pesquisados começaram a divulgar, com maior regularidade e destaque, as operações policiais realizadas na região do Alemão. Na chave da “militarização da questão urbana” (SOUZA, 2012, p. 118), cada vez mais incorporada ao linguajar dos noticiários, as primeiras informações identificadas no material de pesquisa davam conta que já havia dez dias de “batalha” em maio.

Nessa fase, um dos diários consultados contabilizava o total de “16 mortos” e “41 feridos” (EXTRA, sábado, 12 de maio de 2007, p. 11). Vale reiterar que o material consultado, mesmo diante dessas informações, só registra a primeira notícia acerca dessa “guerra” a partir de 11 de maio.

1.2.1 O crescimento dos discursos de “guerra” no Alemão

A partir da maior constância e intensificação das operações policiais realizadas pelas forças oficiais, tanto o Globo quanto o Extra passaram a retratar sistematicamente esses episódios como uma “guerra”⁴⁹. A partir de maio de 2007, esses impressos passaram a publicar matérias sobre o Alemão não deixando de insistentemente caracterizar as operações policiais pela referência à “Guerra do Rio” (O GLOBO, sexta-feira, 11 de maio de 2007, p. 19) ou à “Guerra na Penha” (EXTRA, sábado, 12 de maio de 2007, p. 11). O Expresso não usava uma caracterização específica, mas mantinha a linha de retratar a situação como uma “guerra” (EXPRESSO, sábado, 12 de maio de 2007, p. 7).

Em consequência, agora, nesse novo cenário, a palavra “guerra” passava a ser estampada com frequência nos títulos das reportagens publicadas, o que lhe conferia grande visibilidade. “Se existe um incidente incontestável nas mídias é a reincidência com que certas palavras aparecem” (GOMES, 2003, p. 65). Sendo assim, esse enquadramento na chave simbólica da “guerra” contribuía para a atribuição de sentidos sociais (BORGES, 2006, p.

⁴⁹ No capítulo 5, em que há a comparação entre as coberturas do Extra e O Globo, há uma indicação mais precisa da singularidade de cada mídia investigada. Por ora, resta apenas sublinhar que o registro da expressão “guerra” passou a ser mais corriqueiro nas edições dos impressos.

117) às rotineiras operações policiais no Alemão, bem como cooperava para representar essas favelas na cidade (PALERMO, 2014a, p. 120).

De acordo com Souza (2012), “guerra” e “batalha” são expressões que corriqueiramente os periódicos empregam no sentido de tratar as operações policiais em favelas (Idem, p. 118). A reiteração das palavras “guerra” e “batalha” seria um “outro exemplo [assim como as palavras surto, onda, epidemia e crise] para pensarmos *o efeito das palavras*, em vez das palavras como efeito” (GOMES, 2003, p. 69, grifos da autora).

Deve-se chamar a atenção, em termos comparativos, para a análise de matérias acerca dos Complexos do Alemão e da Penha que foi realizada por Souza (2012) num outro momento político. Ele afirma, no contexto de ocupação policial da favela Vila Cruzeiro (em 25 de novembro de 2010) e do Alemão (três dias depois), que “[...] As metáforas bélicas também passaram a ser ainda mais abundantemente empregadas [pela imprensa]” (Idem, *ibidem*).

No tocante às ações de maio de 2007, no Alemão, é importante acrescentar que não somente a “metáfora da guerra” (LEITE, 2000, p. 78) ao crime, mas também os repertórios que gravitam em torno da “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13) transformaram-se categoricamente nos operadores discursivos lógicos que explicitamente ofereciam esteio e lastro aos discursos governamentais no sentido de tentar legitimar o padrão beligerante acionado pelas forças policiais sobre favelas da região. E esses repertórios foram selecionados e publicados pela imprensa investigada, o que mostra sua incorporação no linguajar social.

Por outro lado, com o crescimento das ações policiais na localidade⁵⁰, os impressos começaram a expor dados que registravam não somente a quantidade progressiva de pessoas mortas, mas também o desrespeito aos direitos civis e direitos humanos de moradores por parte das forças do Estado.

Nesse viés, vale colocar em destaque uma história contada por uma moradora do Alemão a dois pesquisadores. Ela relata um fato ocorrido nesse período em que as operações policiais na região estavam cada vez mais intensas. A moradora informou que uma das professoras que trabalhava na localidade – que era a favor das operações policiais nessas favelas – mudou de opinião quando presenciou o padrão operacional utilizado pela polícia.

⁵⁰ Uma professora entrevistada no livro de Alves e Evanson (2013) informa, por exemplo, que desde 2007 a escola em que trabalhava estava “na linha de tiro” (Idem, p. 53), o que, segundo ela, não ocorria anteriormente. Outro professor afirmou, no mesmo livro, que “ficou sem poder dar aula em 2007 de maio até final de junho [por conta das operações policiais]” (Idem, p. 61). Vale acrescentar que um terceiro professor depoente relatou que, desde o cerco de 2007, grandes “operações policiais passaram a ser frequentes” (Idem, p. 73), no Alemão.

Segundo o relato, a professora viu, numa dessas ações policiais, moradores da favela – e muitos deles eram pais de alunos dela – sendo “[...] espancados e torturados na praça, para todo mundo da comunidade ver.” (ALVES; EVANSON, 2013, p. 95).

Em razão do exposto, cumpre registrar que as mídias pesquisadas, depois do crescimento das operações policiais belicosas no mês de maio, passaram a retratar também, e com maior frequência, discursos em torno das diferentes insatisfações quanto à alteração da rotina de pessoas que tinham algum tipo de relação com o Alemão, como, por exemplo, moradores, trabalhadores ou pessoas que apenas utilizavam os bairros do entorno como passagem. No entanto, deve-se novamente assinalar que os jornais investigados divulgavam essas queixas de maneira secundária em relação à normatividade e racionalidade das ações policiais (PALERMO, 2014a, p. 125).

Os discursos de integrantes do governo para tentar explicar, por seu lado, o crescimento das operações policiais sistemáticas e belicosas na região, a partir de maio de 2007, foram noticiados, inicialmente, como tendo ligação com a procura por criminosos que haviam assassinado dois policiais militares em Oswaldo Cruz, bairro localizado na zona norte do Rio de Janeiro, ocorrido no primeiro dia do supracitado mês.

Entretanto, à medida que essas operações realizadas em maio tornavam-se mais intensas e que eram veiculadas com maior destaque pelos jornais, ocorreram automaticamente pressões políticas sobre os integrantes da equipe governamental. Como desdobramento, é possível perceber a mobilização e o emprego de outros discursos envolvidos que complementam as motivações acionadas para fundamentar essas operações, conforme apontado à frente.

Não obstante as pressões de instituições de defesa dos direitos humanos e/ou das pessoas que se sentiam direta ou indiretamente impactadas com as ações policiais beligerantes que estavam sendo realizadas, o governador e a equipe ligada à segurança pública mostravam-se, com base nos discursos que constam no material de pesquisa, convictos e irredutíveis de suas ações e seus objetivos. Nesse viés, a “metáfora da guerra” (cf. LEITE, 2000) ao crime e os repertórios que revestiam a “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13) colocavam as favelas do Alemão como um dos principais problemas que deveria ser combatido.

Vale registrar, conforme excerto a seguir, uma das declarações do secretário de Segurança Pública que explicava as ações policiais por meio de argumentos substancialmente técnicos e concisos. Pode-se notar, nesse mesmo depoimento, que ele mencionava a previsão de se ampliar aquelas operações para outras favelas.

Tudo tem suporte da inteligência. O Bope (Batalhão de Operações Especiais) não é uma tropa de ocupação permanente. Ele vai continuar a fazer o que tem que ser feito. *Estamos planejando novas operações em cinco ou seis comunidades* (O GLOBO, terça-feira, 15 de maio de 2007, p. 13, grifos meus).

Em consonância com essa linha de raciocínio, o governador mostrava, numa matéria publicada no dia seguinte (em relação ao excerto anterior), seu apoio às operações policiais contundentes e belicosas, sublinhando menos os problemas humanos e sociais decorrentes das ações policiais e mais os procedimentos executados pela SESEG. Assim declarou ele:

Continuaremos não só no Complexo do Alemão, como também em outras áreas onde os criminosos atuam e ameaçam a população. *Não queremos baleados, sobretudo vítimas inocentes. Mas não há outro caminho que não seja enfrentar esses criminosos.* Não dá para pedir licença ao criminoso para pegar o fuzil dele, para acabar com o seu mando. *Há que se ter o enfrentamento.* (EXTRA, quarta-feira, 16 de maio de 2007, p. 21; EXPRESSO, quarta-feira, 16 de maio de 2007, p. 3, grifos meus).

É importante reiterar que os jornais pesquisados, ao divulgarem a ampliação das operações de combate às facções criminosas que controlavam o tráfico de drogas varejista no Alemão, mostravam que essas ações ganhavam, progressiva e complementarmente, outros sentidos discursivos.

Portanto, as explicações para as recorrentes incursões policiais – que giravam em torno, inicialmente, da tentativa de prender criminosos que haviam assassinado um policial militar em Oswaldo Cruz – começaram a ganhar semântica mais ampla. Tais motivações tinham seu solo e fundamento também no combate à criminalidade como um todo, especialmente no que dizia respeito à facção criminosa que controlava o tráfico de drogas no Alemão, ou seja, o Comando Vermelho.

Com base nos discursos que foram selecionados e publicados pelas mídias examinadas, é possível propor, analiticamente, que esse conjunto de favelas representava algo diferente para o governo, bem como para a imprensa que veiculava as notícias sobre as operações policiais, enquadrando-as cada vez mais como uma questão de “guerra” (SOUZA, 2012, pp. 117-118). Esse era um dos principais motivos que embasavam o foco das operações ensejadas por parte das forças governamentais na região.

Portanto, deve-se deixar grifado que o Alemão, nesse contexto, era situado na cidade como um território que substancial e centralmente irradiava perigo, sendo considerado o ponto de apoio da principal facção criminosa do Rio, o Comando Vermelho. Logo, esse grupo criminoso era visto como uma preocupação de grande monta para o governo (cf.

RODRIGUES, 2014). Isso pode ser flagrado no trecho a seguir, no qual se alternam afirmações do secretário de Segurança Pública e informações providas pelo repórter do jornal:

[Título da reportagem] *Secretário: objetivo é asfixiar 'tesouraria' de facção [...]*

Beltrame afirmou que a polícia vai ocupar o Complexo do Alemão e *neutralizar a quadrilha que domina a região*:

[Palavras do secretário de Segurança Pública] Não vamos definir prazos. A progressão será lenta, mas garanto que a polícia vai chegar em todas as localidades do complexo. Depois, vamos investir em outras comunidades - disse Beltrame, que evita anunciar os próximos alvos. [...]

Para o secretário, *o Complexo do Alemão é o principal foco de disseminação de violência no Rio. Além do tráfico, os bandidos da região alugam armas, atuam em roubos de carros fora da comunidade e em ataques a policiais, como o que resultou na morte de dois PMs, no dia 1º de maio, em Oswaldo Cruz.* [...]

Para o secretário, o complexo funcionava como a "tesouraria" da facção [Comando Vermelho], determinando valores a serem gastos com advogados, compras de armas, munição, drogas e pagamentos de propinas, como comprovam os livros de contabilidade apreendidos pela polícia durante a operação. [...]
(O GLOBO, quarta-feira, 23 de maio de 2007, p. 14, grifos meus).

Poucos dias depois de ter publicado a declaração do secretário, conforme passagens apresentadas acima, o mesmo periódico selecionou depoimento do comandante do 16º Batalhão da Polícia Militar (Olaria), à época. O trecho a seguir contribui tanto para mostrar novas explicações que estavam sendo acionadas para tentar legitimar as constantes ações policiais no Alemão como também para pensar as representações desse conjunto de favelas para o governo, naquele período.

Essas questões mencionadas ajudam a pensar que houve, ao longo das operações policiais no Alemão, uma dialética entre permanências e rupturas (GOMES, 2006, p. 459) que estavam incrustadas nas representações discursivas que visavam conferir legitimidade pública às operações policiais de cunho substancialmente beligerante. Segundo um dos jornais que fizeram parte da pesquisa:

[...] O coronel explicou que a operação da PM foi desencadeada para investigar a morte de PMs em Oswaldo Cruz. Mas, ao se deparar com a realidade nos complexos da Penha e Alemão, *o objetivo passou a ser também o de desarticular o tráfico e o seu poderio bélico.* (O GLOBO, domingo, 3 de junho de 2007, p. 18, grifos meus).

As palavras do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em seu livro autobiográfico lançado alguns anos depois, permitem traçar um nexos com o que foi afirmado pelo coronel ao periódico O Globo, em acordo com o trecho exposto acima. São acrescentadas, por meio da análise do excerto destacado a seguir, as justificativas de cunho estruturais àquelas de cariz eventual, como era o caso das incursões motivadas pela morte de

policiais em Oswaldo Cruz. Isso pode ser observado na expressão grifada, através da qual o secretário sugere que o Alemão funcionava como uma estrutura que regulava o crime na cidade.

No feriado de 1º de maio daquele ano [2007], mais um doloroso caso de violência no Rio: dois PMs foram mortos com mais de 30 tiros numa emboscada contra uma viatura colocada [...]. No atentado, os bandidos levaram os fuzis dos policiais. A área de inteligência da indicava que a fonte dessa onda de violência, tanto dos roubos como das ações terroristas, eram os cabeças do Comando Vermelho refugiados no Complexo do Alemão. Tínhamos informações seguras de que havia um paiol de armas e munição muito bem abastecido no interior da favela – *o Alemão funcionava como uma verdadeira agência reguladora do crime* (BELTRAME, 2014, pp. 99-100, grifos meus)

Decorrido pouco mais de quinze dias de ações policiais sistemáticas e violentas na região, no período de maio de 2007, foram contabilizadas em torno de dezesseis pessoas mortas e cinquenta e três pessoas feridas, segundo os números oficiais capturados no material de pesquisa (EXPRESSO, sexta-feira, 25 de maio de 2007, p. 6). Em complemento, vale realçar que um dos diários escrutinados havia divulgado poucos dias antes que a “Guerra no Alemão já é [era, na época] o maior confronto do Rio” (O GLOBO, sábado, 19 de maio de 2007, p. 18).

O impacto social que dessas operações policiais também estava sendo selecionado e publicado nessas mídias, especialmente no que toca às consequências na rotina das favelas da região.

[Subtítulo] Seis escolas e três creches continuam fechadas

A Secretaria municipal de Educação informou ontem que seis escolas, sendo um Ciep, e três creches permanecem fechadas por causa das operações policiais no Complexos do Alemão. São elas: escolas municipais Leonor Coelho Pereira, Joracy Camargo, Monsenhor Rocha, Bernardo de Vasconcelos e São Vicente, além das creches Carlos Drummond de Andrade, Betinho e Caracol, e o Ciep Deputado José Carlos Brandão Monteiro. Ainda de acordo com a secretaria, não há previsão de volta às aulas. [...] (Idem, ibidem).

As interrupções de aulas e de serviços oferecidos pelas creches que atendiam os moradores dessas favelas são acontecimentos destacados enfaticamente por Alves e Evanson (2013), por meio da exposição de entrevistas com professores que, no período em voga, trabalhavam numa escola que não se localizava no Alemão, mas sofria o impacto do padrão operacional das forças do governo (ALVES; EVANSON, 2013, p. 51). De acordo com um dos professores entrevistados, que também participava da direção da escola:

No ano passado, em 2007, de maio até julho, ficamos alojados em um Centro Integrado de Educação Pública (Ciep), porque não podíamos ficar aqui. E aí, a *minha condição para voltar a abrir a escola foi exigir que se cercasse a escola com muros blindados para dar um pouquinho mais de segurança às crianças*. Um mínimo de segurança, porque eram tiros a qualquer hora do dia e durante as aulas,

direto. *Fizeram novas paredes, muros de concreto, para resistir a balas de fuzil [...]* Aí veio uma equipe da prefeitura, e eles ficaram aqui com a gente e fecharam os lados da escola, e foi o que deu um pouquinho mais de segurança, *porque os episódios continuaram.* (Idem, p. 54).

1.2.2 Discursos alternativos para a segurança pública, no contexto inicial do governo Sérgio Cabral

Como desdobramento da visibilidade política e social desses eventos que causaram, em alguma medida, desgaste político ao governo, os diários de notícias esquadrihados passaram a selecionar e publicar mais intensamente não somente algumas críticas concernentes à violência e belicosidade que acompanhavam o padrão das operações policiais realizadas na localidade, mas também passaram adicionalmente a colocar em pauta propostas alternativas para o padrão de atuação da segurança pública, o que acrescentava novas questões que intentavam dar legitimidade às ações realizadas pelas forças oficiais nessas favelas, em se considerando o período inicial do governo Sérgio Cabral.

É importante chamar a atenção e registrar que tais propostas não eram inéditas, em relação à história da política de segurança pública do Rio de Janeiro⁵¹, conforme apontado à frente. Podem ser caracterizadas como novas, considerando-se a perspectiva endógena ao governo Sérgio Cabral, tendo em vista o foco sistemático e constantemente beligerante que estava presidindo os discursos e planos de ação da secretaria de Segurança do Rio de Janeiro (cf. ALVES; EVANSON, 2013), no que tange a algumas favelas, visto que um elemento basilar que reverberava nos discursos de integrantes do governo era a ênfase na militarização das questões urbanas (cf. SOUZA, 2012) que tinham ligação com algumas favelas cariocas (ALVES; EVANSON, 2013, p. XIX).

Deve ser acrescentado, a partir das informações coletadas nos periódicos pesquisados, que o governo Cabral manteve, desde o início de sua gestão, um discurso forte, seguro e fixo, em relação às ações policiais no Alemão, conforme trecho de matéria apresentada a seguir:

⁵¹ Segundo Burgos, Pereira, Cavalcanti, Brum e Amoroso (2011, pp. 53-54), a UPP se serviu das virtudes de outros modelos de policiamento, ainda que esses projetos não tenham sido bem-sucedidos ao longo do tempo. Nesse sentido exógeno às UPPs e à política de segurança pública do governo Sérgio Cabral, dois dos programas citados pelos autores em apreço são: o Mutirão pela Paz, que foi colocado em prática entre 1999 e 2000; o Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE), implementado desde o ano 2000, a partir das favelas do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo.

[...] 'Foco de terroristas'

Segundo Sérgio Cabral, a polícia vai continuar a enfrentar os bandidos. Ele afirmou que no Alemão está "um foco de terroristas e de pessoas do mal". Cabral anunciou a chegada, hoje, de mais 400 homens da Força Nacional. [...]

(EXPRESSO, sexta-feira, 18 de maio de 2007, p. 4).

Nesse sentido, deve-se mencionar que, tempos depois, o governador, num momento de desgaste político, acabou assumindo como uma de suas falhas como gestor público o fato de ser uma pessoa marcada pela falta de diálogo.

[Título] “Da minha parte faltou mais diálogo com a sociedade”, diz Cabral

[Subtítulo] Governador afirma que queda de popularidade faz parte de um jogo democrático

[Texto] O governador Sérgio Cabral admitiu falhas de diálogo com a sociedade e afirmou que sua queda de popularidade faz parte de um jogo democrático durante entrevista realizada para a Rádio CBN, nesta quinta-feira. “Da minha parte faltou mais diálogo com a sociedade, a incapacidade de dialogar sempre foi a minha marca”, disse.⁵²

No que toca especificamente ao discurso da imprensa e seu papel na seleção e publicação dessas novas propostas para segurança pública, há que se lembrar, de forma suplementar, que as novas e mais atualizadas abordagens jornalísticas sobre a violência urbana tendem a se referenciar, crescentemente, no que se denomina de “coberturas segurança pública” (SILVA, 2010, p. 99).

Essas novas coberturas procuram se diferenciar de um tipo jornalismo policial considerado/denominado tradicional, que primava pelo uso excessivo de “recursos sensacionalistas e noções apelativas” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 15). Assim, algumas das atuais coberturas sobre segurança pública se pautam por fornecer a “apresentação de subsídios informativos [opinião de especialistas] que contribuam para a adoção de medidas pró-ativas” (SILVA, 2010, p. 100). E essa característica acabou sendo um esteio que subsidiou notadamente as pautas de um dos impressos consultados, a saber, o jornal O Globo.

A partir de uma referência geral do trabalho jornalístico, ou seja, pensando a tarefa de produção de relatos/narrativas para os acontecimentos, o jornalista Fernando Molica afirma algo que tem, em alguma medida, sintonia com a noção de apresentação de mais subsídios informativos na produção de notícias:

Nós, jornalistas, temos que noticiar um fato e, de preferência, apresentar seu contexto. *Uma boa reportagem, além de narrar o que aconteceu, deve procurar revelar as razões que geraram tal situação.* É importante contar se o motorista que causou um acidente estava bêbado, se o deputado que votou a favor de determinado

⁵² Fonte consultada: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-01/da-minha-parte-faltou-mais-dialogo-com-a-sociedade-diz-cabral.html> <acesso em 09/04/2014, às 10h42min>. Os grifos são meus.

projeto havia recebido doações de empresas interessadas na proposta [...]. (MOLICA, 2015, p. 2, grifos meus)

Deve-se aduzir que a perspectiva jornalística que se baseia em novas coberturas para tratar da segurança pública é observada com maior frequência nas mídias impressas do que em outros tipos de mídia⁵³. Isso ocorre porque a imprensa escrita trabalha, por meio de orientações de sua política editorial, com a premissa de que seu diferencial de mercado está no aprofundamento de algumas questões que consideram importantes, uma vez que os impressos devem se singularizar, sobretudo na atual conjuntura dominada pela rapidez na circulação da informação, pelo provimento de notícias que são oferecidas com maior detalhamento (BORGES, 2006, p. 148).

Um desses recursos que proveem maior detalhamento é a consulta a especialistas para debater algum tema ligado à segurança pública. No entanto, deve-se, chamar a atenção que a consulta a especialistas não significa que o impresso pede a opinião de qualquer conhecedor do assunto ou que publica integralmente o que foi analisado pelo profissional requerido para refletir acerca de algum acontecimento. Nesse sentido:

[...] Convocados a se pronunciar sobre variados assuntos, estes profissionais, muitas vezes, não só desempenham uma função interpretativa dos fatos como acabam cumprindo um papel de corroboração e legitimação do posicionamento do jornal em relação a questões por vezes polêmicas ou delicadas (SILVA, 2010, p. 144).

Ademais:

O recurso aos especialistas, nesse sentido, cumpre um papel notadamente estratégico: como os textos jornalísticos não podem ser opinativos ou tendenciosos [as reportagens, via de regra, pois editoriais mostram opinião], os jornalistas valem-se dos seus discursos (e do peso institucional que se lhes acompanha) para falar aquilo que deveriam ou gostariam de dizer (Idem, p. 145)

Em função dessas considerações e do crescimento da visibilidade das operações policiais no Alemão, é importante sublinhar que se pretende destacar aqui apenas o fato de as mídias pesquisadas terem passado a apresentar com maior assiduidade outras pautas relativas a essa localidade aludida, no período em apreço e com vistas a fornecer outras perspectivas sobre essa questão social tão importante. Assim sendo, novos discursos foram colocados em cena pelos periódicos investigados.

⁵³ Mesmo diante dessa afirmação, não se deve negligenciar que os telejornais locais do Rio de Janeiro, principalmente os que são apresentados por volta do meio-dia, têm incorporado a participação de comentaristas de segurança pública cujo papel é analisar os acontecimentos ligados a esse campo. O RJ-TV primeira edição tem a participação diária do comentarista Rodrigo Pimentel. Cabe acrescentar que Paulo Amêndola também é comentarista de segurança pública da Record Rio, entre outros exemplos.

Apontar algumas propostas alternativas que foram pautadas pela mídia analisada não implica afirmar que as reportagens sobre esse conjunto de favelas deixaram de ser enquadradas, focal e centralmente, sob o signo da “guerra” (MACHADO DA SILVA, 2010a, p. 1; SOUZA, 2012, p. 117; PALERMO, 2014a, p. 126). Destarte, é preciso advertir, de forma grifada, que não foi realizada uma inflexão na forma como as mídias investigadas trataram o conjunto de favelas em consideração

Todavia, deve-se registrar, por outro lado, que é possível observar, após os eventos ensejados pelas forças oficiais nessas localidades, sobretudo a partir de maio de 2007 (ALVES; EVANSON, 2013), que os impressos não deixaram de trazer mais subsídios informativos cujas finalidades, em alguma medida, podem ser apresentadas como tendo o sentido de contribuir “para a adoção de medidas pró-ativas” (SILVA, 2010, p. 100), conforme apresentado a seguir. Portanto, concordando ou não com tais medidas propostas, não se deve deixar de registrar tais dados e essas incorporações de outras pautas relativas aos eventos analisados.

Cumprido ponderar, ademais, que tais subsídios informativos não necessariamente estavam em consonância com as genuínas propostas/anseios dos moradores das favelas da região. Não é essa a questão em foco aqui. Intenta-se apenas assinalar que, a partir da pesquisa realizada, pode-se notar que ocorreram algumas mudanças na cobertura jornalística dos diários examinados, dando mais ênfase a outros discursos. Não obstante, vale reiterar que tais mudanças não implicaram, cabe ratificar, uma inversão majoritária no enquadramento temático das reportagens que foram divulgadas a partir de maio de 2007. Ademais, as favelas cariocas também não deixaram de ser representadas sob o signo da linguagem da violência.

Nesse contexto, é relevante assinalar e colocar em voga que as pressões dos moradores, inclusive através de realização de manifestações públicas (cf. EXTRA, Sexta-Feira 1 Junho 2007, p. 13; ALVES; EVANSON, 2013, pp. 80-81), bem como as pressões que foram realizadas por partidários dos direitos humanos (a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, por exemplo), além das indicações propostas pelos especialistas em segurança pública e estratégia militar, começaram a ganhar maior visibilidade nos debates públicos organizados pelas mídias investigadas, tendo em vista o agravamento do quadro social decorrente do crescimento do número de mortos e feridos no Alemão (cf. ALVES, EVANSON, 2013).

Diante do exposto, deve-se pontuar que os jornais capturaram, selecionaram e não deixaram de noticiar as mencionadas pressões, agindo, nesse sentido, como uma espécie de ator político (cf. SILVA, 2010, p. 135; BORGES, 2006, p. 13) ao organizarem e pautarem

outras propostas para a segurança pública que apontavam para um caminho diferente do que estava sendo trilhado pelas práticas da política de segurança⁵⁴.

Nesse sentido, ao noticiar, a imprensa, ao mesmo tempo, denuncia e produz sentido acerca de uma situação. Desse modo, pode-se deduzir que está, em alguma medida, agindo na esfera pública. Assim sendo, “[...] Por conta de sua atual centralidade na definição do que é ou não socialmente relevante, do que é ou não, portanto, um ‘acontecimento’”, pode-se propor que “os jornais vêm desempenhando um papel [...] político” (SILVA, 2010, p. 153) importante no que se refere à caracterização das favelas cariocas como um problema central ligado à violência urbana.

Convém ampliar a questão argumentando que essa ação de definição do que é ou não um problema público relevante ou do que são ou não sugestões/críticas importantes frequentemente é realizada a partir do que os jornalistas consideram como “leitor médio” (SILVA, 2010, p. 96). Isso ocorre porque o veículo de mídia procura se ajustar também (não somente) ao horizonte de expectativas do que é considerado, pela própria editoria do jornal, como a grande maioria de seu público leitor (FAUSTO NETO, 1999, pp. 12-13).

Leitor médio corresponde, nesse caso, a um tipo idealizado que o jornal objetiva atender, pois “o público leitor mantém, ainda que não declaradamente, uma relação dialética com o jornal, na qual tanto sofre quanto produz efeitos” (SILVA, 2010, p. 98). Desse modo, a imprensa organiza a polifonia (FIGARO, 2013, pp., 12-15) discursiva de parcela da sociedade e acaba repercutindo substancialmente representações que estejam em acordo com essa perspectiva, o que se ajusta às vozes dos diferentes atores que compõem seu público-alvo, bem como visam atender seu próprio interesse editorial e não desagradar seus patrocinadores (cf. BOURDIEU, 1997, p. 19-20). Ao fazer isso, a imprensa atua na esfera pública.

Retomando e prosseguindo na análise dos discursos contidos nos diários investigados, deve-se chamar a atenção que, selecionada e publicada na mídia que se apresenta como a mais popular das que foram investigadas, uma das primeiras sugestões identificadas no material de pesquisa foi feita por uma moradora do Alemão que não quis se identificar. Segundo seleção e publicação feita pelo diário, insatisfeita com a constante troca de tiros na região, a moradora

⁵⁴ Deve-se chamar a atenção reiteradamente, neste ponto, que o acionamento da ideia de novas propostas ou outras propostas está ancorado na perspectiva endógena ao governo Sérgio Cabral cujo trabalho da secretaria de Segurança Pública, em sua fase inicial, preocupava-se muito pouco em contemplar outros discursos, conforme se observou anteriormente. Destarte, mantinha-se uma orientação linear e normativa nas operações policiais realizadas no Alemão. É o que se depreende a partir dos discursos selecionados pelas mídias pesquisadas. Além dessa mudança discursiva, pretende-se iluminar também uma mudança paralela realizada pelos periódicos investigados que passaram a pautar outras “soluções” para a segurança pública.

declarou que as “[...] pessoas de bem gostariam que a PM montasse um posto. Vir aqui só para trocar tiros e nos colocar em risco não adianta” (EXPRESSO, Terça-Feira, 22 Maio de 2007, p. 6).

A posição externada pela moradora ao diário não se tratava de nenhuma novidade, obviamente. O que se deseja sublinhar, neste ponto, é que corresponde ao primeiro registro dessa natureza (depoimento individual requerendo tal intervenção) encontrado nas matérias jornalísticas destinadas ao Alemão, no material de pesquisa analisado, o que contribui para mostrar algumas mudanças nos discursos organizados pelos impressos, naquele contexto de “guerra” ao Alemão.

Nesse percurso, outro dos diários investigados consultou, poucos dias depois, três especialistas em estratégia militar e segurança. De acordo com o jornal examinado, eles apontaram, unanimemente, que faltavam “policiais e equipamentos para garantir a ocupação da região [dos Complexos do Alemão e da Penha]” (O GLOBO, domingo, 27 de maio de 2007, p. 30).

Segundo o jornal em alusão, o então Diretor do Departamento de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ronaldo Leão, acrescentou o seguinte:

A polícia tem que entrar na comunidade junto com um conjunto de medidas para resgatar e dar perspectiva de vida para a população. O problema é que isso depende do estado e não da polícia. Se, depois de ocupar o morro, a PM apenas instalar um posto no local, o tráfico vai voltar com mais força e, pior, o morador perderá a esperança. (Idem, ibidem, grifos meus).

De acordo com esse periódico, o vice-presidente do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, o coronel do Exército Amerino Raposo, corroborou a análise feita por Leão e, em complemento, declarou que:

Não vai adiantar nada ocupar a comunidade apenas com a polícia. Não há efetivo para manter esse tipo de operação por muito tempo. É preciso urbanizar o complexo, transformá-lo num bairro, dar escola, saúde e perspectiva de futuro aos jovens. Caso contrário, o tráfico volta. (Idem, ibidem, grifos meus).

Além dessas propostas, Ronaldo Leão adicionou outra que pode ser interpretada como uma crítica ao padrão de operação que estava sendo empregado, à época, pelas forças do governo.

[...] estamos falando de um conglomerado de casas e barracos, onde vivem quase 200 mil pessoas, com muitos trechos em que não há acesso para veículos. Nessa situação é enorme o risco de se produzir vítimas inocentes ou, como dizem os militares, danos colaterais - analisou Leão (Idem, ibidem, grifos meus).

Diante desse cenário de maior visibilidade social atribuído às operações policiais nas referidas favelas, tendo em vista o crescente número de mortos e feridos, além do impacto

cada vez maior desses acontecimentos na opinião pública, o jornal O Globo divulgou, poucos dias depois, que a Secretaria de Segurança Pública estudava uma nova forma de atuação no Alemão. Ademais, informava que o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (Gpae) não fazia parte dos planos elaborados pela SESEG. Desse modo:

O secretário disse ontem que a polícia já *planeja novas ocupações em quatro ou cinco lugares, mas está no momento reavaliando todas as condutas para que as ações sejam o menos traumáticas possível*. Ele voltou a afirmar que a ocupação da Vila Cruzeiro não tem prazo para terminar. [...] (O Globo, quinta-feira, 31 de maio de 2007, p. 15, grifos meus).

As palavras dos integrantes do alto escalão do governo que foram selecionadas e noticiadas pelos periódicos examinados começavam a retratar, pelo menos no plano teórico e a partir da imprensa investigada, o reconhecimento da importância de não somente realizar uma mudança na organização das ações policiais de combate aos grupos de traficantes que controlavam o comércio varejista de drogas na região, mas de promover também ações sociais. Contemplava, nessa linha de raciocínio, propostas em torno de uma nova forma de policiar a região. Segundo o secretário de Segurança Pública:

O Gpae vai ter que sair de lá. É uma experiência que não deu certo. Estamos pedindo à comunidade que nos ajude. Não é possível que num local onde há 130 mil pessoas não chegue uma informação para a ouvidoria, para o Disque-Denúncia, enfim, para qualquer órgão, com alguma estratégia do tráfico. (O GLOBO, quarta-feira, 30 de maio de 2007, p. 14).

O título de uma reportagem publicada alguns dias depois⁵⁵ apresenta informações nessa trilha. Deve-se observar que, mesmo noticiando possíveis benefícios para os moradores de favelas, o impresso não deixou de fazer uma relação que mistura a metáfora da “guerra” ao crime com o linguajar dos direitos sociais dos moradores, o que permite inferir o quanto a ideia de “guerra” estava presente na visão dos jornalistas. Isso pode ser identificado na expressão “ofensiva social” (sublinhada no trecho a seguir). Nessa expressão, a palavra “ofensiva” é empregada para tratar de ações sociais, confundindo e misturando, destarte, o linguajar de guerra com o social.

[Título] Guerra na Penha
[Subtítulo] Cabral promete ocupação social - Ação vai começar pelo Complexo do Alemão

⁵⁵ O leitor/interlocutor pode perceber que a reportagem a seguir é de junho de 2007, apesar de, neste capítulo, a circunscrição temporal restringir-se ao período de janeiro a maio. A proposital inclusão dessa matéria visa mostrar o sentido de continuidade/construção nos discursos ligados à denominada “ocupação social”, bem como intenta sublinhar que, mesmo em se tratando de uma fase em que se passou a pautar os discursos em torno dos direitos sociais dos moradores, não se perde de vista a ênfase na belicosidade.

[Texto] O governador Sérgio Cabral Filho anunciou, ontem, que o Estado vai iniciar sua ofensiva social pelas favelas do Complexo do Alemão, região que está mergulhada em confrontos entre policiais e traficantes, há mais de 30 dias, deixando dezenas de mortos e feridos.

Estamos fazendo um programa social para ocupar meninos e meninas nas comunidades. Vamos começar pelo Complexo do Alemão, em função de todo o enfrentamento que estamos tendo naquela região. Precisamos ter programas sociais de qualidade - disse Cabral, sem falar da previsão para início de tal ocupação. (EXTRA, terça-feira, 5 de junho de 2007, p. 11, grifos itálicos e sublinhado meus).

Depois de quarenta e dois dias de operações policiais sistemáticas e constantes no Alemão, com poucos períodos de ausência de confrontos, os jornais informavam que o conflito contabilizava altos números de mortos e feridos, tendo em vista as médias históricas de mortes decorrentes de ações policiais na região ou de conflitos entre traficantes. Oficialmente, a quantidade já girava em torno de sessenta e quatro feridos e dezessete mortos, segundo os diários consultados.

Somadas a esses números, eram noticiadas as insatisfações dos moradores com as ações de combate ao tráfico, postulando que se modificasse a forma de atuação do Estado na região, além das recomendações de alguns especialistas acerca de outras estratégias de atuação policial que também ganharam visibilidade nas páginas dos impressos. Com isso, discursos diferentes eram semeados pela imprensa em fins de maio, o que não havia ocorrido no período entre janeiro e abril. Logo, pode-se inferir que algumas mudanças haviam ocorrido nessa forma de narrar o dia a dia, o que, por extensão, pode ser proposto para pensar a própria forma de legitimação discursiva que era postulada por integrantes do governo.

Portanto, seja por influência dos discursos de moradores e entidades de defesa dos direitos humanos, seja em razão da ação política da imprensa, seja por causa de estratégias estabelecidas pelo próprio governo (em função da proximidade cada vez maior do Pan-Americano), ou razão da provável combinação parcial ou total desses fatores, as mídias pesquisadas começaram a expor publicamente discursos que davam conta que o governo havia decidido promover modificações estratégicas nas operações policiais nas favelas do Alemão.

Com isso, em vez de priorizar ações combativas rotineiras, decidiu-se pela ocupação dos acessos ao Alemão. Assim, pode-se pensar que o impacto social das operações policiais desde janeiro, somado aos relevantes episódios violentos de maio, contribuíram para tornar mais complexas tanto as pautas das notícias veiculadas nas mídias investigadas como os discursos do governo que revestiam o campo da segurança pública.

1.3 Representações sociais, construção de um problema público e intervenções policiais

Desde o início da gestão do governador Sérgio Cabral, conforme apontado antes, a segurança pública foi definida como uma das matrizes prioritárias. Segundo Alves e Evanson (2013), a despeito de ter defendido, em sua campanha eleitoral, os direitos humanos e melhorias na segurança pública, o mencionado governador, ao ter sido eleito, indicou José Mariano Beltrame para o cargo de secretário de Segurança Pública e “começou rapidamente a mudar o discurso” (Idem, p. 204).

Pode-se notar, a partir dos discursos organizados pelos impressos pesquisados, que as favelas localizadas na região do Alemão, nos primeiros meses dessa gestão, tornaram-se um dos alvos da política de segurança do governo⁵⁶. O levantamento de discursos diversos sobre o campo da segurança pública fornece base para que se depreenda que tais favelas representavam um dos focos combativos principais da política do governo⁵⁷.

Todavia, é possível observar que, nos quatro primeiros meses, ou seja, de janeiro a abril, as forças policiais desenvolveram operações na região do Alemão sem ter como contrapartida uma repercussão social e midiática de grande visibilidade, sobretudo em se comparando com o que ocorreria muito especialmente a partir do mês de maio de 2007.

Segundo se depreende da leitura das reportagens publicadas no material de pesquisa e dos discursos dos integrantes do governo contidos nelas, no início do governo em voga, essa repercussão social não tão destacada pode ser explicada em razão da não sistematicidade e da relativamente baixa constância das ações promovidas pelas forças oficiais no referido conjunto de favelas. Em consequência, o número de mortos e feridos acabou, nessa fase, não alarmando tanto a opinião pública nem os canais de imprensa ligados à grande mídia.

Em função do que foi exposto, cumpre colocar em destaque que, no período inaugural dessa gestão, as explicações de integrantes do governo que eram acionadas para tentar dar sentido às operações no Alemão fundamentavam-se na necessidade de se cumprir mandados de prisão para criminosos que haviam promovido ataques violentos a prédios públicos, principalmente a delegacias de polícia.

⁵⁶ Conforme apontado anteriormente, o Anexo I contribui para compreender essa assertiva.

⁵⁷ Incluem-se, nessa afirmação, os discursos do secretário de Segurança em sua autobiografia (cf. BELTRAME, 2014), e os de pesquisadores (cf. ALVES; EVANSON, 2013).

Foi anunciado, nessa fase, que as indicações do serviço de inteligência do governo davam conta de que os criminosos que haviam cometido tais atos eram provenientes da facção criminosa que comandava o tráfico de drogas no Alemão: o Comando Vermelho⁵⁸.

Nesse sentido, à medida que o tempo passava e que as notícias colocavam em evidência cada vez mais as operações policiais violentas nessas favelas, trazendo à tona alguns problemas, os discursos oficiais que eram semeados pelos periódicos permitem deduzir que o foco na região não era presidido somente por questões situacionais e eventuais.

Havia, portanto, uma superposição entre fatores ligados à historicidade do Alemão (e suas representações para o governo) e as ocorrências cotidianas na cidade. Pode-se até inferir que as operações policiais na região ocorriam mais por aqueles fatores do que em função dos últimos, muito embora os discursos oficiais, nessa fase, ativassem predominantemente motivações de cunho situacionais, deixando de lado as explicações ligadas às representações referentes ao lugar do Alemão na cidade do Rio de Janeiro (para os integrantes do governo).

Esses elementos permitem compreender o quanto as tentativas de legitimação dos discursos também são caudatárias do contexto em que se inserem. Traçando um paralelo com um estudo sobre memória cujo esteio é precisamente a coleta de depoimentos, cumpre sublinhar que Pollak considera que a memória tem ligação umbilical com o coletivo, com o social, conforme estudos já propostos por Maurice Halbwachs. No entanto, Pollak não deixa de mostrar o quanto ela é caracterizada pela seletividade e pela condição de disputa no interior dessa mesma sociedade.

Por esse ângulo, para se pensar sobre a memória coletiva ou individual, deve-se ter como concepção que ela é constitutiva de três elementos basilares: acontecimento, personagens e lugares (POLLAK, 1992, p. 202). Dessa forma, “[...] contar a própria vida nada tem de natural. Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio, como é o caso de um artista ou de um político, é [algo] estranho” (Idem, p. 213).

Deve-se acrescentar ainda que, de acordo com teorias contemporâneas sobre o papel da linguagem na vida humana, comunicar é um ato que não deve ter seu “estudo circunscrito

⁵⁸ Os periódicos investigados não divulgam o nome da facção criminosa, pois “[...] Desde o fim do ano de 2005, os veículos que pertencem às Organizações Globo deixaram de publicar os nomes de facções criminosas, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC)” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 59). A menção à facção é feita com base na interpretação do pesquisador, a partir de seu conhecimento da cidade e dessas relações de poder, apoiando-se também no que afirma o próprio secretário de Segurança Pública, em seu livro (cf BELTRAME, 2014).

à abordagem que a delimita na transmissão da informação” (FIGARO, 2013, p. 14). Desse modo:

[...] Ao compreendermos os aspectos definidores de texto, enunciado e discurso também ampliamos nossa compreensão do processo comunicativo porque trazemos para a análise elemento mais complexos, tais como: o sujeito (enunciado), a *situação/contexto de fala* e a relação desse contexto com outros no entorno, o tema e seu destaque em determinada conjuntura, a relação de forças entre os discursos que circulam na sociedade, no tempo e no espaço da história de da memória (Idem, *ibidem*, grifos meus).

Destarte, apesar de as razões apontadas para as ações policiais na região do Alemão, no período de maio de 2007, serem orientadas para o cumprimento de mandados judiciais de prisão (em função da onda de ataques criminosos promovida por traficantes de drogas), as declarações públicas do secretário de Segurança Pública e outros integrantes do alto estafe do governo sugeriam, gradual e complementarmente, motivações ligadas aos objetivos de enfraquecer ou desmobilizar a estrutura da facção criminosa que ocupava as favelas dessa localidade em apreço.

Tais discursos mostram que as ações policiais realizadas nessas favelas estavam também ligadas às representações do Alemão para o governo como um lugar de perigo imediato e de alta intensidade (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 62), bem como um lugar central de irradiação da violência na cidade, “fortalecendo no imaginário do público e da polícia a idéia do perigo iminente e da necessidade de mobilização máxima de esforços para derrotar aquilo que provoca tal circunstância” (PONCIONI, 2005, p. 590). Nesse sentido, conforme afirmado pelo secretário de Segurança Pública, a facção criminosa que atua no Alemão seria autora, à época, de boa parte dos crimes que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro (O GLOBO, quinta-feira, 28 de junho de 2007, p. 14).

1.3.1 Tentando controlar as margens representadas como problemas para a cidade

De acordo com o material de pesquisa, as operações coordenadas pela secretaria de Segurança Pública começaram a sofrer contestações mais contundentes e severas a partir do mês de maio de 2007, quando as ações na região em apreço passaram a ser constantes e o padrão de atuação das forças oficiais – que não diferia do modelo tradicional de atuação policial em outras favelas (MACHADO DA SILVA E LEITE, 2008, pp. 47-76; CUNHA, 2004, pp. 203-204) – foi colocado em grande evidência.

É nessa fase que se pode observar, a partir dos diários analisados, que os procedimentos colocados em prática pelo governo tornaram-se alvo de críticas públicas mais contundentes, tanto por parte dos moradores de algumas favelas como pelas entidades de defesa dos direitos humanos e também – embora de forma menos pujante – pela imprensa investigada.

Com a intensificação das investidas da polícia nas favelas do Alemão, o que estava latente passou a ficar patente. Logo, as explicações para as invasões policiais passaram a contemplar fatores ligados à historicidade desse conjunto de favelas, bem como suas representações negativas para a cidade, segundo propostas de integrantes do estafe governamental que reverberaram nas mídias examinadas.

Portanto, às explicações relacionadas a ataques violentos, mortes de policiais, entre outras ações supostamente perpetradas por criminosos do Comando Vermelho que estariam refugiados no Alemão, acrescentavam-se outras motivações que terminavam construindo esse conjunto de favelas como um problema significativo e central para a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Tal operação discursiva visava, diante de um contexto político cada vez mais desgastante, apresentar uma justificativa legitimadora para o crescente excesso de foco e de força empregados nas operações realizadas no Alemão.

Aos poucos, então, os discursos relativos às mudanças imbricavam-se às permanências e os eventos se ligavam a toda uma estrutura representativa do Alemão para o governo. Nesse sentido, “[...] um evento, carregado de toda sua dimensão pragmática está atrelado de forma indissociável a uma estrutura de significados que lhe precede, relacionando-se com esta de forma dialética” (MONTEIRO; MALANQUINI, 2012, p. 9).

Ademais, “A superação da dicotomia entre permanência e ruptura e a consideração da interação dialética entre esses elementos são fatores cruciais na tarefa (sic) do historiador” (GOMES, 2004, p. 459), com vistas a não carregar consigo a noção teleológica de tempo, produzindo, nessa trilha errônea, um tipo de história que se alimenta da ideia de progresso, de um fim, um destino inexorável que não se dobra à construção da historicidade como um processo⁵⁹.

⁵⁹ Esse é um problema não só do historiador, mas de todo pesquisador cuja análise perpassa temporalidades distintas. Cabe ressaltar que o problema não está nas temporalidades distintas, mas no engano de perceber firmemente que o tempo passa exclusivamente de forma linear e, dessa forma, o mais importante é o que está se delineando no horizonte à frente, desconsiderando-se, nessa perspectiva errônea, os estratos do tempo (KOSELLECK, 2001). Chama-se a atenção para o fato de que o tempo está, em alguma medida, presente, ainda que seja negligenciado (REIS, 2008, p. 16). Daí a importância dessas considerações.

Representada como uma região que principalmente irradiava perigo para a cidade e que era o quartel-general da facção criminosa denominada Comando Vermelho (cf. O GLOBO, quinta-feira, 28 de junho de 2007, p. 13), o conjunto de favelas em alusão passava a ser construído pelas representações do governo – que reverberavam na imprensa pesquisada – como um dos maiores “inimigos” da cidade, talvez até o maior “adversário” da população carioca.

Deve-se afirmar, aqui, que a construção do Alemão como um perigo de grande monta ocorria também porque tal facção era considerada pelo secretário de Segurança Pública do Estado como “a mais bem armada facção criminosa do Rio de Janeiro” (BELTRAME, 2014, p. 129). Assim, ao fazer, sinopticamente, a caracterização das facções criminosas que atuavam na cidade, ele expõe o quanto considerava temerosa atuação do comando vermelho:

Cada facção tem sua peculiaridade. *O Comando Vermelho, que atua em mais pontos da cidade, se caracteriza pelo uso da violência e investe muito em armas. Os Amigos dos Amigos [outra facção criminosa], ou ADA, têm uma posição menos belicosa e buscam se impor por meio da corrupção. Já o Terceiro Comando [também uma facção criminosa] está atualmente bem enfraquecido e pouco atuante* (Idem, p. 81, grifos meus).

Além disso:

Com suas 13 favelas, cada qual com um gerente do tráfico e faturamento próprios, *o Complexo do Alemão era o ponto que concentrava a distribuição de drogas, munição e armas para as demais localidades dominadas pelo Comando Vermelho* (Idem, p. 138, grifos meus).

Tendo em vista o que foi colocado, pode-se propor que os discursos em torno das representações espacializadas do Alemão (PALERMO, 2014a, p. 120) construía a região como uma das principais responsáveis pela propagação da violência na cidade, com vistas a dar legitimidade para motivar efetivas intervenções policiais de cunho belicoso na região.

Aos poucos, transitava-se, pois, de explicações eventuais para a evocação de fundamentos mais pujantes, mais estruturais. Assim, os discursos de integrantes do governo que foram capturados no material de pesquisa buscavam criar, nesse contexto, uma justificativa pública para tentar buscar legitimar o *modus operandi* praticado pelo governo no Alemão.

É lícito, pois, deduzir que essa relação corresponde a um “[...] claro exemplo do encontro entre *representação [negativa da localidade], construção de problemas públicos e políticas de intervenção [policial violentas]* (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p. 50, grifos meus). Por esse ângulo, conforme Leite (2012), as modalidades de identificação acionadas a partir das categorias favelas e favelados, historicamente, “orientaram e

legitimaram um tratamento estatal específico para as favelas e seus moradores” (Idem, p. 377).

É necessário, pois, sublinhar as permanências entre esses nexos simbólicos históricos apontados por Leite, conforme acima, e as intervenções policiais constantes no Alemão, pois, ainda segundo a autora:

Favela e favelado passaram a ser as modalidades de identificação dominantes desses territórios e populações, configurando-se como um dos principais dispositivos que promovem e sustentam a dimensão segregatória desses espaços contida em diversas políticas públicas e, especificamente, no campo da segurança (Idem, p. 378, grifos da própria autora).

As palavras do secretário Beltrame – a seguir – sobre as investigações da área de inteligência do governo e seu peso qualitativo nas decisões de quais deveriam ser os pontos focais da segurança pública ajudam a compreender as constantes operações policiais no Alemão no sentido técnico-normativo da matéria.

Mesmo sendo uma análise que tenha sido feita em outro contexto (num período à frente), ou seja, 2009, pode-se ver a forma de pensar e de agir que coordenam parte do trabalho realizado pela secretaria de Segurança Pública:

A área de inteligência aprofundou seus estudos e mapeou quase uma centena de comunidades dominadas por bandidos ostensivamente armados em 2009. *Numa escala de complexidade de território e de índices de criminalidade, a metade foi selecionada para ações mais imediatas. As investigações revelaram que, nesse universo, cerca de uma dúzia de comunidades concentrava o cerne do problema. Se o foco fosse atacado, seria mais fácil desarticular os grandes esquemas e controlar os outros lugares apenas com o policiamento normal* (BELTRAME, 2014, p. 118, grifos meus).

Ademais:

AS ESTATÍSTICAS COMPROVARAM MINHA CONVICÇÃO DE QUE OS COMPLEXOS DA PENHA E DO ALEMÃO ERAM A CENTRAL DO CRIME NO ESTADO. A partir da ocupação da Vila Cruzeiro, os atentados tiveram uma queda significativa. Nosso setor de inteligência tinha informações de que se tratava de uma área que irradiava violência para o restante do Rio (Idem, p. 142, os grifos em caixa alta são meus para substancializar a argumentação que venho desenvolvendo).

É possível notar que as explicações legitimadoras contidas nos discursos oficiais, que foram selecionadas e publicadas nos impressos examinados, têm relação dialética com a sistematicidade e vultosa violência empregadas nas invasões policiais ao Alemão (cf. ALVES; EVANSON, 2013), principalmente de maio de 2007 até as vésperas do Pan-Americano do mesmo ano.

Portanto, no período inicial desse governo, quando se identificam ações policiais não tão constantes como a partir de maio de 2007 e com baixo saldo de feridos e mortos (também

em relação ao período pós-maio de 2007), as explicações oficiais mobilizadas, que reverberaram nos impressos analisados, giravam em torno de argumentos situacionais, menos pujantes ou contundentemente ligados às representações governamentais acerca do Alemão para a cidade.

Entretanto, segundo se pode interpretar do material de pesquisa, à medida que as investidas das forças policiais cresceram, acarretando o aumento substancial dos feridos e mortos, as razões acionadas por integrantes do governo passaram a ganhar um teor que se ancorava, alicerçava-se em questões estruturais e menos nas eventualidades, procurando mostrar que havia um “problema” público que representava um “mal” para a cidade: o Alemão. Nessa perspectiva ligada às representações espacializadas do Alemão (PALERMO, 2014a, p. 120), esse “mal” ou perigo demandava, de acordo com essa linha explicativa tecnicista, ações firmes do setor de segurança.

Percebe-se, desse modo, o quanto o contexto⁶⁰ e as pressões da sociedade exerciam influência nas construções discursivas mobilizadas para tentar lastrear os argumentos e tentar dar legitimidade às operações beligerantes. Do ponto de vista do governo, nota-se o quanto as explicações tecnicistas⁶¹, acompanhadas, em algumas ocasiões, das implícitas modalidades de identificação ligadas à favela e ao favelado (LEITE, 2012), constituem-se em substratos que se apresentam com uma serventia retórica que fundamentam os discursos.

O que tais discursos oficiais – que reverberaram na imprensa investigada – fizeram foi empregar repertórios variados que compõem a “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 293), de acordo com o que a situação requeria. Essa é uma prática que pode ser identificada nas ações da secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, no período em que as supracitadas operações policiais ocorreram, conforme ilustrado em algumas passagens apresentadas anteriormente.

Nesse sentido, pode-se observar, no acompanhamento dos discursos organizados pela imprensa sobre as operações policiais no Alemão, que o governo trabalhou com uma lógica que acionava as especificidades dessas localidades (PALERMO, 2014a, p. 120), de forma a representá-las como margens do Estado. E, não raramente, essa operação é realizada

⁶⁰ Deve-se chamar a atenção também para a aproximação do Pan-Americano do Rio de Janeiro, pois esse evento também exerceu influência na forma de atuação do Estado no Alemão. Esses argumentos serão explicitados à frente.

⁶¹ Boltanski (2013, p. 449) mostra o quanto as explicações de nível macro estão impregnadas desse teor tecnicista que, segundo ele, desviam-se das vontades individuais. E essas explicações se apoiam, frequentemente, na ciência, na tecnologia e na economia.

enquadrando tais localidades na linguagem da violência urbana, oferecendo-lhes um cariz específico e situando-as como um problema público⁶². Em síntese, são

Dispositivos que promovem e sustentam [...] a vinculação das favelas à violência e à marginalidade, justificando formas específicas de gestão estatal desses territórios e de suas populações, bem como delimitando as possibilidades de seus moradores aos equipamentos urbanos e serviços públicos (inclusive à segurança) (LEITE, 2012, p. 374).

São essas representações ligadas ao perigo, à violência urbana e à marginalidade que são invocadas para que sejam engendradas as políticas de intervenções – especialmente as que têm ligação com ações policiais nessas favelas. Ademais, diante das cobranças públicas acerca dos efeitos das intervenções, são mobilizadas explicações que requeiram menor polêmica possível, por isso as motivações circunstanciais são mais acionadas do que as que envolvem questões estruturais; é por isso também que essas razões estão impregnadas e fartas de dados, apresentando-se, desse modo, com base na tecnicidade, o que contribui para amortecer preventivamente os possíveis contrapontos⁶³.

Portanto, conforme observado anteriormente, quanto mais violentas foram as operações policiais e quanto maior foram seus desdobramentos em termos mortos e feridos, tanto maior foram, proporcionalmente, a construção do Alemão como um “inimigo” público da cidade, o que mostra as estratégias discursivas com o fito de fundamentar as intervenções policiais eminentemente belicosas.

E válido trazer à tona, analogamente, o movimento analítico realizado por Pradeep Jeganathan (2004) para pensar a atuação de agentes do Estado em *checkpoints*, que são postos usados na verificação da situação de pessoas em trânsito de um Estado para outro ou de uma fronteira à outra.

Esses indivíduos em trânsito são considerados por Jeganathan como margens de um Estado. Segundo esse autor, um *checkpoint* é um lugar em que o Estado acaba agindo, não raramente, de forma ilegal, pois o controle dessa fronteira consagra um modelo de ação que é, ao cabo, definida a partir de uma caracterização que aciona muito pouco os aspectos de

⁶² Um exercício analítico mais específico e detalhado sobre essa forma de operação será realizado no capítulo 6.

⁶³ Uma das formas como o modo gestor de dominação é realizado, segundo Boltanski, é controlando o espaço de crítica. E isso é constantemente realizado a partir da incorporação da crítica. Assim, “[...] Esta forma de controlar a crítica ao incorporá-la é reforçada pelo fato de que a dominação pela mudança reivindica, ela mesma, a crítica – da qual priva aqueles que querem se opor a ela. Mas é uma crítica interna, construída à imagem das discussões científicas que se instauram apenas entre aqueles que detêm a autoridade necessária, justificada por suas competências, ou melhor, por seus títulos, para fornecer uma opinião pertinente” (BOLTANSKI, 2013, p. 456).

natureza normativa, pois é bastante dependente da situação do dia a dia, ou do ponto de vista do agente representante do Estado que executa efetivamente tal função.

O autor afirma que os agentes que trabalham em *checkpoints*, na prática, terminam atuando na linha ou no limite entre a recordação e a antecipação da violência (JEGANATHAN, 2004, p. 74), uma vez que esses funcionários da fronteira agem a partir de um mapa simbólico que identifica, de maneira *apriorística* e subjetiva, quem é ou não suspeito, ou seja, trabalham acionando representações que fundamentam e lastreiam decisões acerca de quais serão os indivíduos investigados e barrados na fronteira. Dessa forma, é o funcionário (e não diretamente a lei) quem coloca em ação os princípios que regem as revistas nos *checkpoints*.

O que está por trás desse jogo interrogatório e investigativo são as identidades das pessoas – seja a identidade cultural ou a política – e o controle dos corpos supostamente perigosos. Assim, o trabalho dos agentes que atuam nos *checkpoints* está impregnado de representações acerca do outro⁶⁴. E, nesse sentido, a intervenção ou decisão que é feita ou tomada pelo agente representante do Estado é situacional, é “contexto-dependente” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p. 54), o que produz um paralelo e uma analogia com as constantes operações policiais no Alemão, bem como com as justificativas que podem ser mobilizadas de acordo com a gravidade da situação vivida.

As palavras de Jorge Barbosa e Jailson Silva ajudam substancializar o entendimento acerca dessa questão:

É nesse sentido que o processo de distinção no espaço urbano se apresenta como *distanciamento ontológico* (corpóreo e territorial) entre o *mesmo hegemônico* e o *outro subalternizado*, radicalmente descrito no binômio “asfalto/favela”, como marcação de hierarquias entre seres humanos e de distribuição de direitos da cidadania (BARBOSA; SILVA, 2013, p. 122, grifos dos próprios autores).

Portanto, apoiando-se em recursos de legitimação, como, por exemplo, as modalidades de identificação (favela e favelado) e o tecnicismo, os discursos de integrantes do governo acabaram posicionando o Alemão como uma espacialidade perigosa (cf. PALERMO, 2014a, p. 120) para a cidade como um todo.

Convém chamar a atenção que a construção de um “inimigo” público produz a percepção de que a contrapartida das forças oficiais deve ser a ação contundente, no sentido

⁶⁴ Tais decisões de cunho normativo que são provenientes da subjetividade do representante institucional não devem obscurecer, por outro lado, as estratégias colocadas em jogo pelos indivíduos que são submetidos a essas verificações nos *checkpoints*. Assim, pessoas que tenham a intenção e projeto de burlar a vigilância não se identificarão de maneira clara, falsificarão suas identidades, o que produz um jogo complexo (cf. JEGANATHAN, 2004).

de mudar a postura que astuciosamente é retratada como sendo de abandono histórico de outros governos a que estava submetido o Rio de Janeiro⁶⁵. Seguindo esse caminho analítico, o editorial do jornal O Globo afirmou que seria “um recuo na postura de enfrentamento da criminalidade instalada nas favelas do Rio que o poder público, com muito atraso, finalmente assumiu” (O GLOBO, sábado, 7 de julho de 2007, p. 6).

Vale chamar a atenção e reiterar que os discursos que construíram o Alemão como um perigo e que se fundamentavam na proposição analítica de ausência ou abandono do Estado nas áreas de favelas podem contribuir – e o fazem não parcamente – para estruturar um repertório específico para a “linguagem da violência urbana” que se ancora na premissa da “metáfora da guerra” (LEITE, 2000; 2012).

E é na chave discursiva que gira em torno dessa metáfora que, conforme pontuado por Leite (2000, p. 82) e Fridman (2008, p. 83), o número de mortos e feridos pode aparecer como perdas derivativas “ínfimas” de uma “batalha” maior, posto que se trataria, nessa perspectiva, de uma “guerra” de todos, da cidade como um todo, muito embora valha ressaltar que atinja duramente mesmo as favelas cariocas. Assim, pode-se afirmar que “[...] As favelas não só resultam dessa desigual apropriação social da cidade, como também são produtos de concepções e práticas distintivas de direitos fundamentais” (BARBOSA; SILVA, 2013, p. 122).

1.3.2 Mas as margens não são inertes⁶⁶: crescimento da violência e incorporação de discursos alternativos ao modelo empregado pelo governo Sérgio Cabral

Deve ser evidenciado, por outro lado, que, à medida que as ações policiais no Alemão cresceram tanto em constância quanto em violência, as pressões por parte de moradores, entidades de defesa dos direitos humanos e, posteriormente, até de organismos internacionais

⁶⁵ Beltrame afirmou, em conversa com Philip Evanson, em agosto de 2008, que “[...] o Rio, a partir de 1980, foi abandonado. Não houve mais nenhum tipo de investimento em polícia, não houve mais nenhum tipo de preocupação social [...]” (ALVES; EVANSON, 2013, p. 219). Cabe destacar que declaração similar foi dada por ele ao jornal O Globo, no dia seguinte à megaoperação policial ocorrida no Alemão (Cf. O GLOBO, Sexta-Feira 29 Junho de 2007, p. 28).

⁶⁶ Cumpre evidenciar que expressão “as margens não são inertes” é uma apropriação e inspiração clara em relação à utilização feita por Veena Das e Deborah Poole, no Capítulo 1 (*State and Its Margins*) do livro *Anthropology in The Margins of State* (cf. DAS; POOLE, 2004).

se avolumaram, visto que “they [as margens do Estado] do not submit to these conditions [controle do Estado] passively” (DAS; POOLE, 2004, p. 19). Nesse contexto, as propostas discursivas que postulavam modelos alternativos ao padrão operacional violento que estava sendo praticado pela polícia começaram a ser colocadas em cena com maior vigor.

Notadamente no período que se seguiu a maio de 2007, os discursos que contemplavam a noção de “guerra urbana” não abandonaram suas posições políticas. Logo, deve-se ressaltar que não foi deixado de lado o viés do confronto como precondição para discutir o lugar das favelas e seu direito à cidade. Desse modo, os jornais consultados não deixaram de continuar a dar visibilidade a essa perspectiva que era capitaneada principalmente pelos discursos de integrantes do governo. Aliás, a imprensa investigada, não raramente, incorporava esses discursos como seus.

Mas, é importante registrar que, por outro lado, sucedeu que, mesmo tendo esse viés como matriz principal divulgada nos diários consultados, outras propostas discursivas sobre a relação entre algumas favelas e as forças do Estado passaram a ser tematizadas. Assim, pouco a pouco, integrantes do alto escalão do governo passaram também a incorporar, no período em voga, elementos dessas propostas, sobretudo no tocante à possibilidade de ampliação de serviços sociais em favelas ocupadas.

Tal mudança mostra, a partir desse ângulo construído, o quanto as práticas e políticas de um governo também podem ser conformadas ou reconfiguradas nas relações cotidianas (Idem, p. 3) ou, especificamente no caso analisado aqui, o quanto esses discursos/diretrizes podem incorporar demandas sociais, sobretudo em caso de uma mudança no cenário ligado à legitimidade política, social, econômica ou seja de qualquer natureza.

Nesse caminho analítico, as margens do estado fazem parte da necessária constituição do próprio estado (Idem, p. 6). E isso ocorre não a partir da abstração que configura normativamente a constituição de um Estado, mas sim com base nas relações entre centro e margens que são tecidas e tensionadas cotidianamente. “Dito telegraficamente: favela e Estado se coproduzem” (MACHADO DA SILVA, 2013, p. 13)⁶⁷. Cumpre registrar que essa

⁶⁷ Alexandre Fortes mostra que, no livro *A formação da classe operária inglesa*, o historiador E. P. Thompson considera que a formação da classe operária inglesa ocorreu paralelamente às mudanças técnicas nas forças de produção que encaminhavam o que compreendemos como Revolução Industrial (FORTES, 2006, p. 209). Cabe mencionar que a construção teórico-metodológica observada por Fortes apresenta diferenças em relação à teoria acionada aqui para fundamentar o papel de agência das margens. No entanto, há uma consonância, pois estão ancoradas com as modernas teorias que pensam indivíduo e sociedade não como a colonização das estruturas sobre os indivíduos (e a sociedade), mas, sobretudo, a partir dessa instigante, multifacetada e rica relação.

construção relacional e dialética, conforme apontada, pode ser notada, aqui, em alguma medida, a partir dos discursos que foram organizados pela imprensa investigada.

Portanto, mesmo que os diários de notícias tivessem continuado com um foco diretivo voltado ao ponto de vista da “guerra”, incorporando, muito frequentemente, os discursos institucionais de integrantes do governo, observa-se que outras perspectivas começaram a ser tematizadas. Deve-se reiterar que e essas perspectivas guardavam em seu núcleo propostas de mudanças nos discursos institucionais; tratavam-se, pois, de um conspícuo contraponto aos discursos que construía a ideia de “guerra” ao tráfico.

Tais perspectivas alternativas às do governo carregavam consigo, então, a premissa de que os direitos dos moradores de favelas – tanto quanto os de outros cidadãos que vivem na cidade do Rio de Janeiro – não devem ser discutidos a partir de condições que estabeleçam limites ao acesso à cidadania. Por essa linha, os direitos dos favelados não deveriam, em caráter de exceção, ser precedidos por uma condição.

Ainda que correndo o risco de ser tautológico, vale reiterar que essa matriz não mistura os direitos dos moradores de favelas com a pretensa condição ligada ao combate à criminalidade que se estabelece nessas localidades, até porque essa linguagem da “guerra” tem como pressuposto a percepção de que os moradores de favelas são, via de regra, coniventes com os criminosos que se estabelecem nesses lugares (cf. MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008).

Em face do cenário exposto, pode-se resumir o se está colocando em discussão da seguinte maneira: se, nos primeiros meses, os discursos oficiais que reverberaram na imprensa defendiam que entrar no Alemão e desbaratar os bandos de traficantes ligados ao Comando Vermelho a qualquer custo era a premissa quase que anunciada como inequívoca, com o tempo, gradualmente, os impressos selecionavam discursos de integrantes da alta cúpula do governo que passavam a asseverar que as ações policiais no Alemão eram realizadas porque seriam a condição propiciadora da oferta de serviços às favelas da região. Destarte, as mídias investigadas selecionavam, notadamente a partir de maio de 2007, que os discursos de integrantes do governo transitavam da mera explicação acerca das ações policiais para o acionamento e incorporação de algumas justificativas de cunho sociais que revestiam tais ações, a fim de tentar dar legitimidade aos procedimentos institucionais.

Portanto, se a “guerra” permanecia como viés que enquadrava as favelas, na perspectiva do governo (e da imprensa investigada), não se deve negligenciar que os direitos dos moradores começaram a ser colocados mais em voga (em destaque) nos discursos do

governo (selecionados pelos diários de notícias investigados), ainda que a tematização desses direitos tivesse como precondição a “metáfora da guerra” (cf. LEITE, 2000).

Mesmo assim, cumpre registrar que esses discursos ligados aos direitos, que passaram a ser incorporados pelo governo e tematizados na imprensa, não eram enxergados e pautados a partir de uma visão elaborada e fundamentada numa concepção geral de cidadania plena e sem barreiras. Eram vistos e tematizados, sim, com base na premissa do combate e da “guerra”⁶⁸ contra traficantes de drogas como fator fundamental (como uma barreira, um obstáculo) que deveria, necessariamente, preceder a oferta maciça de direitos dos moradores de favelas.

Sendo assim, notadamente a partir de maio de 2007 – cenário em que cresciam as críticas ao modelo de operação policial praticado pelas forças oficiais – os integrantes da cúpula governamental passavam a explicitar, alternativamente, que a ocupação territorial pelas forças policiais deveria ter como contrapartida concomitante a parceria da oferta de projetos sociais e serviços de infraestrutura que pudessem beneficiar as favelas ocupadas, a fim de que o Estado ou outras entidades paraestatais pudessem potencializar sua atuação nessa região (PALERMO, 2014a).

O que se deseja destacar é que, mesmo ancorado na “metáfora da guerra” (cf. LEITE, 2000), os discursos de integrantes do governo selecionados pelos diários consultados não deixaram de incorporar, pelo menos em alguma medida⁶⁹, as críticas e propostas alternativas que eram feitas por movimentos sociais diversos, sejam elas protagonizados por moradores de favelas ou por entidades (e pessoas) favoráveis às suas demandas, o que não se observa nos discursos de integrantes do governo, notadamente no período de janeiro a abril de 2007.

Ampliando a análise, as mudanças discursivas no sentido de incorporar a potencialização da oferta de projetos sociais e serviços de infraestrutura estavam também ligadas a questões contextuais (mais amplas), como, por exemplo, a proximidade do Pan-Americano, as articulações políticas para a aprovação dos recursos para viabilização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os discursos em torno da criação do

⁶⁸ Além da interpretação geral do material de pesquisa, o Anexo I ajuda também a substancializar essa assertiva.

⁶⁹ Usa-se essa expressão como uma concessão à crítica feita por Boltanski à etnometodologia de que, segundo ele tende a ter, tanto quanto o interacionismo, “uma ideia excessivamente ‘otimista’, segundo a qual os humanos sempre desejam o acordo, como encontrado na noção de Goffman de ‘discrediting event’” (ROSATTI; BONALDI; FERREIRA, 2013, p. 224).

Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci⁷⁰. Essas questões não devem ser negligenciadas.

Não obstante, há que se destacar que alguns contrapontos contidos nos discursos dos movimentos sociais de diferentes naturezas, conforme se pode observar nas mídias consultadas (muito embora não tão pujantemente como os discursos oficiais), exerceram alguma influência nos discursos e nas as diretrizes normativas do governo que estavam sendo aplicadas no Alemão.

O que se deseja mostrar e argumentar, a partir das disputas em torno desses discursos coligidos, é que se pode compreender que a modulação das diretrizes normativas ocorreu por adaptações que se relacionam com o jogo de forças sociais, bem como em função das mudanças no contexto, duas variáveis muito importantes para se entender a relação entre Estado e as favelas do Alemão, no período em análise.

Pode-se depreender, então, que essas ações policiais tinham o fito de combater a força da facção criminosa que controlava o comércio de drogas a varejo na região e que essas ações tinham algum tipo de relação com a proximidade da realização de megaempreendimentos na cidade (notadamente os Jogos Pan-Americanos e Programa de Aceleração do Crescimento). Além disso, pode-se inferir que esse planejamento era feito a partir da percepção/construção (das forças oficiais) de que o Alemão representava um dos principais perigos ligados à violência urbana, na cidade do Rio de Janeiro (cf. BELTRAME, 2014, pp. 99-100; Idem, p. 129), sendo, por esse motivo, uma região “estratégica” para o governo⁷¹.

Não se deve, por outro lado, considerar, de forma determinista, que tais procedimentos normativos encontraram um cenário que se adequou passivamente e se conformou a todas as diretrizes normativas contidas nos discursos de integrantes do governo, pelo menos os que foram organizados pela imprensa investigada, que é o recorte analítico feito aqui.

Vale lembrar que, mesmo sofrendo o controle do poder central, de alguma forma as margens encontram espaço para negociar, resistir e, por meio de suas práticas diárias, moldar,

⁷⁰ O Pronasci foi instituído a partir da criação da lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. A base do trabalho de implementação das diretrizes do Pronasci é a cooperação federativa, incluindo a parceria entre entidades federais, estaduais e municipais. O conceito que pauta o projeto é apresentado a seguir: “O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios. As ações levarão em conta as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)”. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, p. 3).

⁷¹ O secretário de Segurança Pública, em sua autobiografia, afirmou que: “As estatísticas também reforçaram minhas convicções. Após um mês de operação no Alemão, um levantamento do Instituto de Segurança Pública constatou a redução da criminalidade em diversas regiões sob influência do Comando Vermelho, entre elas a Grande Tijuca e os bairros de Ramos, Méier e Penha”.

em alguma medida, a experiência biopolítica do estado (cf. DAS; POOLE, 2004, p. 30). Abordando a proposta teórica que preside a análise dos antropólogos que assinam artigos no livro *Anthropology in The Margins of State*, as autoras em apreço afirmam que:

[...] The authors in this volume are fully aware of the precariousness of lives on the margins, but they are equally concerned with showing how forms of economic and political action, and ideias of gift and sacrifice that have been relegated to the margins, may, in some moments, *also reconfigure the state as a margin to the citizen-body* (Idem, ibidem, grifos meus).

De acordo com essa perspectiva epistemológica, pode-se propor que não se deve pensar a constituição do poder somente a partir dos dispositivos de gestão acionados pelo Estado. Segundo os artigos que constam do referido livro, há que se focar analiticamente também “nas possibilidades de empoderamento dos indivíduos e grupos marginalizados” (PALERMO, 2015, p. 79). Do contrário, perde-se um viés importante do jogo de forças políticos que compõem a sociedade.

Em razão dessas considerações, o que se pode observar no material pesquisado – especialmente nos jornais analisados, na biografia do secretário de Segurança Pública que foi consultada e na pesquisa de Alves e Evanson (2013) – é que as operações policiais permaneceram sistemáticas e intensas no período de maio até agosto (ALVES; EVANSON, 2013, p. 2). Assim, os discursos que envolviam essas operações tanto apresentavam, por um lado, diretrizes normativas para explicar tais operações, como, por outro lado, surgiam críticas a essas operações constantes e belicosas, pressionando por mudanças na postura governamental.

Como consequência, pode-se observar que os discursos de integrantes do governo e das mídias, que tematizavam e explicavam essas operações policiais, passaram a apresentar modulações, alterações. Tais discursos passaram a incorporar a tematização de outros elementos que transcendiam o puro construto que envolvia a vontade soberana de controle das margens. Nesse sentido, a despeito de ter permanecido o enquadramento das favelas do Alemão na chave da “guerra” supostamente necessária para acabar com o poder dos criminosos, não se deve negligenciar que se passou, também, a abrir espaço para a vocalização de outras propostas. E essas questões foram também selecionadas e publicadas nos diários consultados.

Essas modulações ocorreram tanto por conta das disputas discursivas em torno dos direitos dos moradores dessas favelas quanto por conta das mudanças contextuais. O que se deseja ressaltar e sublinhar, nesse cenário, é que as modulações que ocorreram nos discursos dos integrantes do governo e que foram incorporadas (e narradas) pelos periódicos

pesquisados não foram resultantes exclusivamente das transformações contextuais que o Rio de Janeiro iria passar, mas também foram fruto das ações políticas dos diversos atores sociais envolvidos em contendas políticas que tematizavam algumas favelas cariocas. Esse é um dos pontos importantes que foram capturados pela análise desses discursos, a partir do acompanhamento diário da construção das narrativas das mídias pesquisadas. Logo, a pressão política derivada das margens (ou em favor das margens) não pode ser negligenciada, neste contexto. E isso reverberou, em alguma medida, nos periódicos investigados.

Para encerrar esse primeiro capítulo, é importante chamar a atenção e acrescentar que a compreensão política do papel desses discursos não deve ser feita com base uma concepção de participação política como tradicionalmente se fazia, ou seja, um ponto de vista meramente institucional. Compreender o significado político desses discursos selecionados e publicados nos diários consultados, “exige o alargamento do conceito de participação política, *estendendo sua definição às atitudes, comportamentos e estratégias para além exercício do voto e dos resultados das eleições*” (ABREU; DANTAS, 2011, p. 105, grifos meus).

Conforme exposto, neste capítulo foram colocadas em debate, a partir das mídias investigadas, como as crescentes operações policiais do governo Sérgio Cabral no Alemão foram fruto de representações sociais que esse governo tinha em relação ao conjunto de favelas citado. Nesse sentido, o governo objetivou promover um modelo de gestão desses lugares de moradia, a partir de uma concepção de que a facção criminosa local irradiava supostamente um perigo eminente e central para a cidade.

À medida que ocorria o aumento da violência na localidade e que este era noticiado pela imprensa investigada, cresciam, por outro lado, os desgastes políticos do governo e, por extensão, novos atores sociais eram colocados em cena pela imprensa escrutinada. O debate ganhou complexidade e cada vez mais centralidade na agenda pública.

Como desdobramento, os discursos em torno dos direitos dos moradores das favelas do Alemão começaram a emergir na esfera pública, pressionando por mudanças no modelo de atuação do Estado. Segundo os dados coletados na imprensa, reforçados também com os que são provenientes de outras pesquisas (cf. ALVES; EVANSON, 2013), pode-se observar que as operações policiais não foram prontamente desmobilizadas, mas os discursos que

lastreavam os argumentos e visavam legitimar a pesada arregimentação de força policial foram modulando, adequando-se às circunstâncias, às pressões de parcela da sociedade, entre outros.

Chamou-se a atenção, portanto, para o fato de que outras tematizações foram mobilizadas para tratar as favelas do Alemão. Apesar de permanecer a ênfase na pretensa necessidade da “guerra” ao tráfico e de se insistir no enquadramento desse conjunto de favelas na “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 293), não se pode deixar de lado que alguns direitos dos moradores foram colocados em voga, o que não havia ocorrido no início do governo em apreço, pelo menos nos discursos que foram selecionados e publicados nas mídias que compuseram esta pesquisa.

Esses direitos continuaram sendo tematizados efetivamente como corolários da presença da força policial, aliás da “guerra” ao tráfico de drogas. Contudo, não é conveniente negar que esses discursos voltados para os direitos dos moradores tenham, em conjunto com outras questões ligadas às mudanças conjunturais,⁷² realizado pressões para que se tematizassem também outros pontos em relação às favelas do Alemão.

Portanto, mesmo não tendo havido uma mudança substancial nos discursos, pois se mantinha o viés da “guerra” como condição basilar a preceder os direitos, há que se registrar uma inflexão em alguns temas que foram abordados e acrescentados como desdobramentos possíveis da “guerra” ao crime. Nesse sentido, os discursos que pregavam a “guerra” como um puro construto discursivo passaram a se colocar acrescentando como fator legitimador os serviços sociais que deveriam ser oferecidos às favelas.

Em outros termos, mantinha-se a “metáfora da guerra” ao crime (cf. LEITE, 200) como precondição, o que fazia os debates em torno do Alemão se calcarem nos repertórios ligados à “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 293). Assim continuavam sendo enquadradas as favelas do Alemão no debate público estruturado pelas mídias investigadas. Mas, há que se ressaltar que a incorporação de outros temas como desdobramento dessa linguagem representava uma inflexão nos discursos de integrantes do governo.

No próximo capítulo, a análise desses discursos e desses debates, de alguma forma, continuam, mas sob outro contexto. Para tanto, focar-se-á primordialmente no período a partir de junho de 2007, pois o governo, em função de todo esse debate organizado aqui no

⁷² Aciona-se, aqui, um conjunto de mudanças ligadas especialmente ligadas à conjuntura de preparação para grandes empreendimentos, como, por exemplo, o Pan-Americano de 2007 e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Sem esquecer também da importância do Pronasci.

capítulo 1 e pressionado também por mudanças estruturais que ocorreriam na cidade, decidiu mudar o modelo de policiamento ou de ação policial no conjunto de favelas do Alemão. Perseguiremos, então, as permanências e mudanças nesses discursos, tendo como norte analítico, como ficaram essas favelas na estruturação desse debate público.

2 ENTRE A METÁFORA DA “GUERRA” E OS DIREITOS ELEMENTARES DOS MORADORES DE FAVELAS: DISCURSOS EM TORNO DA MEGAOPERAÇÃO POLICIAL NO ALEMÃO⁷³ (JUNHO DE 2007)

Após alguns meses de operações belicosas e, por conseguinte, da contabilização de altos índices de mortos e feridos ocorridos em razão dos confrontos ensejados pela polícia, o governo do Estado do Rio de Janeiro decidiu ocupar as entradas/saídas das favelas dos Complexos do Alemão e da Penha. Tratava-se de um discurso que pregava uma inflexão na estratégia de policiamento que estava sendo empregada na região.

De acordo com os diários consultados, a decisão foi tomada em reunião realizada na noite de 11 de junho, que contou com as participações da alta hierarquia do governo do Rio de Janeiro, representada pelo secretário de Segurança Pública, o chefe da Polícia Civil e o comandante da Polícia Militar. Um dos periódicos que fizeram parte da pesquisa produziu uma reportagem com informações acerca dessa nova operação, conforme excerto a seguir:

[Título] Guerra do Rio

[Subtítulo] Polícia, enfim, muda estratégia. Secretaria determina ocupação somente dos acessos às favelas dos complexos do Alemão e da Penha

[Texto] [...] Na manhã de ontem, o subsecretário Operacional de Segurança Pública, delegado Roberto Sá, definiu os últimos detalhes da ação, que deve ser implementada nos próximos dias e voltará a contar com o apoio do Batalhão de Operações Especiais (Bope).

[...] A idéia é ter policiais em todos os acessos às favelas, 24 horas por dia. Com as vias ocupadas, algumas equipes serão destacadas para ações pontuais no interior das comunidades. *Com isso, a cúpula da Secretaria de Segurança Pública espera evitar que haja novas vítimas de balas perdidas na região.*

(EXTRA, quarta-feira, 13 de junho de 2007, p. 13, grifos meus).

As palavras do delegado retrataram os discursos e posições de alguns dos integrantes do estafe do governo no sentido de tentar reduzir a letalidade na região em apreço, que estava alta exatamente em função das constantes operações belicosas ensejadas pelo próprio

⁷³ Essa megaoperação policial teve como desdobramento, conforme apontado adiante nesta tese, um grande número de pessoas mortas. Em função disso, esse “episódio também [é] conhecido como Chacina do Pan” (BURGOS et. al., 2011, p. 52). Ainda segundo os autores em voga (em nota de fim de texto), “[...] O nome ‘Chacina do Pan’ é alusivo aos Jogos Pan-Americanos, realizados no Rio de Janeiro em julho de 2007. A operação no Alemão envolveu cerca de 1.200 policiais, e o descompasso entre o custo humano desse tipo de operação e o seu resultado prático fica evidente quando se considera que, do ponto de vista da lógica policial, o saldo da operação teria sido a apreensão de apenas 14 armas”. (Idem, p. 93). Cabe ainda chamar a atenção que os movimentos sociais nomeiam o acontecimento como “chacina do Pan” ou “chacina do Alemão”. Nesta tese, segue-se a cognominação realizada pela fonte da qual originou os dados analisados (a imprensa), visando dar luz à “categoria nativa”. Entretanto, essa nota de rodapé se justifica por ser importante não negligenciar as disputas políticas (de sentido) em torno da forma de se referir ao evento.

governo, com base em discurso que pregava principalmente o apoio do setor de inteligência, conforme apontado no capítulo anterior.

A explicação de que se objetivava tentar reduzir as vítimas de balas perdidas, segundo exposto acima, não significa afirmar que a decisão implicaria mudança no *modus operandi* referente à atuação policial nas favelas da região. Indica somente que os discursos políticos passaram, diante da situação e dos números de mortos e feridos, a incorporar, em alguma medida, as críticas que parcela da sociedade estava fazendo para denunciar a estratégia de atuação das forças oficiais que, frequentemente, desrespeitava direitos civis e humanos dos moradores, além de ter provocado altos índices de feridos e mortos. Indica também que mudanças estruturais que estavam por acontecer (como, por exemplo, a preparação da cidade para receber megaempreendimentos) também pressionavam por alterações na forma de atuação do Estado no conjunto de favelas do Alemão (cf. ALVES; EVANSON, 2013).

O impacto social causado por essas operações poderia (e parecia) ter alcançado, nesse período, o paroxismo ou o limite do que a sociedade poderia tolerar. Diante dessa situação e em função de estratégias políticas não reveladas⁷⁴, foi tomada a decisão de produzir uma mudança estratégica na forma de realizar as operações, o que não toca no problema atinente ao padrão de ação dos policiais, sobretudo o que vinha sendo praticado no Alemão, à época (cf. Idem, *ibidem*; cf. PALERMO, 2014a).

O objetivo nuclear dessa nova estratégia operacional de policiamento, segundo o que foi selecionado e publicado pelas mídias escrutinadas, era minar o controle territorial exercido pelos traficantes de drogas situados nos conjuntos de favelas citados. Com isso, intentava-se causar prejuízos à facção local, então caracterizada como um dos grandes problemas para o comando responsável pela segurança pública da cidade.

Como muito frequentemente ocorre, essa mudança de estratégia operacional foi acompanhada por uma nova nomeação, um novo batismo. A operação foi intitulada de “Cercos Amplos” e concretizou a diretriz principal da reunião supracitada. Sendo assim, foi anunciado que a nova operação deveria promover, pelo menos em termos discursivos, uma

⁷⁴ Em artigo publicado, tive a oportunidade de fazer uma relação entre os objetivos declarados pelo governo, no período em que ocorreu a ocupação policial da favela Santa Marta, com vistas a promover uma nova forma de policiamento para algumas favelas, e as finalidades não declaradas do governo. Em termos sinópticos, o artigo mostra o quanto as UPPs têm relação com os megaeventos. Isso é realizado a partir da comparação entre os objetivos que foram declarados para as UPPs e as diretrizes que constam no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Cumpre destacar que esse importante documento é pouco divulgado para o grande público e muito pouco acionado nas pesquisas acadêmicas sobre as UPPs. A argumentação do artigo gira em torno da similaridade entre os referidos objetivos e as supracitadas diretrizes, o que coloca, de forma mais objetiva, as UPPs no trajeto da preparação da cidade para os megaeventos (cf. PALERMO, 2013).

inflexão na estratégia de ação na região, com o fito de abrandar a perturbação na rotina dos moradores.

Desse modo, o debate público que foi estruturado pelos diários de notícias esquadrinhados sugeria que o governo objetivava, a partir dessa nova etapa, transitar de uma política de confronto para a ocupação dos acessos ao Alemão, a fim de enfraquecer, gradualmente, o poder da facção criminosa local (Comando Vermelho) e causar menos transtornos aos moradores e à cidade, bem como evitar mortos e feridos.

Em face do que foi exposto nessas palavras preambulares, cumpre esclarecer que, neste capítulo, serão analisados como, a partir dos diários consultados, esses discursos que pregavam uma mudança no modelo de operação policial nas favelas do Alemão foram sendo tratados publicamente, ou seja, como as mídias investigadas organizaram esses discursos no debate público estruturado por elas. Adicionalmente, intenta-se analisar como, com base nos diários consultados, os resultados da megaoperação policial de 27 de junho acabaram produzindo duas mudanças importantes.

A primeira mudança tem relação com grande violência empregada na referida megaoperação (e a continuidade da violência policial no período em voga). Como consequência desse acontecimento, a imprensa investigada passou a tematizar, de forma mais robusta, as tensões políticas envolvidas em discursos que polarizavam, de um lado, os que defendiam a continuidade das ações policiais violentas na região e, de outro, os que buscavam defender e proteger os direitos dos moradores das favelas em voga.

A segunda mudança remete à intensificação da tematização de novas propostas para a segurança pública (levando-se em consideração o contexto do governo Sérgio Cabral) que passaram a ser organizadas, com maior frequência e destaque, pelos impressos que fizeram parte da pesquisa.

Em vista dessas considerações, cumpre destacar que três pontos importantes serão invocados nesta etapa: o aumento pujante da violência policial na megaoperação de junho; o crescimento da tematização, por parte das mídias analisadas, de outras propostas para a segurança pública, que complementam as que foram colocadas em voga no capítulo anterior; como a polarização discursiva em torno das operações policiais violentas no Alemão (especialmente após a megaoperação citada) colocou em jogo propostas que situavam essas favelas na cidade sob pontos de vista distintos, o que alude, conforme discutido no capítulo anterior, às disputas políticas e à relação entre o poder central e as margens do Estado.

2.1 A intensificação do uso da força policial nas operações de “guerra” no Alemão

Em adendo aos vários fatores que declaradamente contribuíram para motivar as incursões policiais constantes nos complexos de favelas em questão e visaram justificá-las, deve-se chamar a atenção que a imprensa investigada começou, principalmente a partir de junho de 2007, a colocar em evidência um outro importante elemento conjuntural: o Pan-Americano do Rio de Janeiro. O evento estava programado para ocorrer entre 13 e 29 de julho daquele ano.

[Título] PM e Força Nacional fazem cerco ao Alemão

[Subtítulo] Operação mobiliza 450 homens. Barreiras em 4 favelas são destruídas e mochilas de crianças são revistadas

[Texto] Depois de 43 dias de guerra entre traficantes e policiais e a apenas 30 dias dos Jogos Pan-Americanos, a Secretaria de Segurança mudou de estratégia no Complexo do Alemão, deflagrando ontem a Operação Cerco Amplo. Pela manhã, 450 homens da Força Nacional de Segurança (FNS) e de 17 batalhões da PM ocuparam todos os acessos dos morros e fizeram incursões na Vila Cruzeiro, na Penha, para prender bandidos e apreender drogas e armas, além de destruir barreiras do tráfico [...].

A ocupação será por tempo indeterminado. Segundo o governador Sérgio Cabral, ela será mantida mesmo depois dos Jogos Pan-Americanos. O governador quer também ampliar a presença do estado na comunidade, prestando serviços, como os previstos num convênio para 28 atividades esportivas na Vila Cruzeiro, assinado ontem com a ONG Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social (Ibiss). (O GLOBO, quinta-feira, 14 de junho de 2007, p. 15).

Além disso, com base nas narrativas jornalísticas diárias sobre as operações de “guerra” nessa região, pode-se propor que os integrantes da alta cúpula governamental estavam cada vez mais sendo pressionados, sobretudo em razão do choque social que o número de mortos e a quantidade de feridos geraram, conforme apontado no capítulo anterior.

Cabe destacar que o governador, em especial, estava sofrendo pressões para dar explicações acerca dos questionamentos que vinculavam as operações policiais belicosas no Alemão à preparação para a melhoria da segurança pública em função dos Jogos Pan-Americanos que estavam em vias de serem iniciados. Entretanto, segundo ele, as operações não tinham uma proposta de curto prazo, logo, a ocupação dos acessos ao referido conjunto de favelas seria mantida mesmo após os Jogos (Idem, *ibidem*).

Inobstante as mudanças na estratégia de operação das forças oficiais no Alemão, promovendo o cerco da região, a situação permaneceu beligerante, conforme se pode observar na reportagem a seguir. Ela expõe tanto a força policial em ação como também aponta para a exposição de crianças moradoras das favelas da localidade que foram submetidas ao risco de

vida – por conta da estratégia de operação da polícia – e à revista pelos próprios agentes do Estado.

[Título] A GUERRA DO RIO: *Durante tiroteios, quatro pessoas morreram e criança com uniforme de escola foi baleada*

[Texto] [...] *Revista em crianças causa protestos*

Se todos são suspeitos, ninguém é suspeito. O argumento foi usado por especialistas da área de direitos humanos ontem para criticar mais um caso de revista feita pela polícia em crianças e adolescentes, anteontem e ontem, no Complexo do Alemão. A ONG Projeto Legal já havia recorrido ao Tribunal de Justiça contra um caso semelhante, ocorrido em Vigário Geral, mas o tribunal negou o pedido para que o procedimento não se repetisse.

(O GLOBO, Sexta-Feira 15 Junho de 2007, p. 14, grifos meus).

Vale aduzir que, de acordo com Alves e Evanson (2013), um professor, que morava na Baixada Fluminense e trabalhava na região do Alemão, fez um relato acerca das operações policiais em sua área de atuação profissional. Perguntado por quanto tempo os docentes ficaram sem poder dar aulas nas escolas da região, ele respondeu o seguinte:

Começou no dia 2 de maio [2007], depois do feriado, com a megaoperação policial e o cerco. Só começamos a voltar pouco a pouco, em agosto, no segundo semestre do ano, depois dos Jogos Pan-Americanos. Aí as escolas começaram a volta para seus prédios na comunidade (ALVES; EVANSON, 2013, pp. 78-79).

É relevante expor complementarmente o excerto de uma matéria do jornal O Globo que apresentou, de forma contundente, a percepção de três moradores sobre a situação vivida na região. Trata-se, pois, de uma reportagem que visava retratar a atmosfera local que foi criada a partir dessas operações policiais que ocorreram no período próximo ao do Pan-Americano.

Nessa matéria, o jornal relata tanto o medo dos moradores entrevistados em relação à “[...] selvageria dos bandidos que controlam a venda de drogas nos complexos” como também coloca em destaque “[...] o protesto diante do *modus operandi* da polícia” (O GLOBO, domingo, 17 junho de 2007, p. 22). Pode-se realçar, a título de exemplo, os depoimentos de dois moradores que foram selecionados e publicados pelo diário em questão:

[...] O comerciante J., que mora há mais de 40 anos junto a uma encosta próxima de um dos acessos à favela, conta ter visto, em inúmeras das últimas madrugadas de violência, policiais atirando de muito longe, "a esmo", em direção às casas do morro. As reclamações se repetem entre os outros entrevistados. Os métodos da polícia e dos bandidos são os mesmos. Não é o que se espera do Estado - diz a dona-de-casa B. (Idem, ibidem).

Cumprir ainda sublinhar que, na reportagem em questão, a rotina dos moradores foi representada de maneira destacada, compondo o enquadramento principal da matéria, o que não é recorrente no material pesquisado, visto que as reportagens tendem a preterir, conforme

apontado antes, o ponto de vista dos moradores, partindo, com preponderância e recorrência, da perspectiva governamental (PALERMO, 2014a, p. 125).

[Título] *Vivendo sob fogo cruzado numa zona de guerra*

[Subtítulo] *Moradores da Vila Cruzeiro relatam a rotina de medo em meio aos confrontos entre policiais e bandidos [...]*

[Texto] Os 47 dias de confrontos entre policiais e traficantes nos complexos interligados de Vila Cruzeiro e Alemão, na Zona Norte, alteraram profundamente a rotina dos moradores. Cada um se protege como pode entre as trincheiras de uma guerra que, eles dizem, não tem precedentes naquela região. *A restrição ao direito básico de ir e vir é apenas uma das faces mais visíveis do drama. Quem vive por ali se depara ainda com cenas de violência extrema, corpos, balas que atingem as casas.* E tem de encarar a decadência de um lugar outrora próspero [...].
(Idem, ibidem, grifos meus).

O modo de ação beligerante que caracterizava, à época, a atuação policial no Alemão foi noticiado de maneira mais acentuada ainda na megaoperação realizada no dia 27 de junho de 2007 (cf. ALVES; EVANSON, 2013, pp. 78-79). Segundo o que se pode interpretar da leitura dos periódicos que fizeram parte desta pesquisa, essa havia sido a maior mobilização policial já realizada no país, contando com um efetivo de mil trezentos e cinquenta homens (cf. O GLOBO, quinta-feira, 28 de junho de 2007, p. 13).

Quanto aos resultados, os números oficiais apontavam um total de dezenove pessoas mortas somente nessa operação (BURGOS et. al., 2011, p. 52). Um dos diários analisados confirmava esses números, mantendo o tratamento da situação como a “A GUERRA DO RIO” (O GLOBO, quinta-feira, 28 de junho de 2007, p. 13, grifos em maiúsculas do próprio jornal). Segundo o depoimento dado ao impresso por um dos inspetores que atuaram na operação: “Hoje [...], nós brincamos. Foi igual tiro ao pato” (Idem, ibidem).

Em Editorial, outro periódico averiguado atacou os que não acreditavam que a cidade vivia uma “guerra”.

O ano de 2007 provavelmente passará à história como um capítulo à parte nos anais do combate ao tráfico de drogas no Rio. *Se alguém tinha dúvidas sobre a existência de uma guerra na cidade, a megaoperação realizada ontem pela polícia no Alemão as dizimou, dotada de uma capacidade de ataque e organização (a Força Nacional deu cobertura) que surpreendeu até os bandidos. [...]* O que aconteceu ontem era questão de tempo - a Polícia Militar ocupa os complexos do Alemão e da Penha há quase dois meses. Um efetivo combate ao crime é o que a população sempre pediu. A cidade do Pan, do Cristo candidato a maravilha, está em guerra, sim. E espera-se que o estado consiga manter as suas conseqüências longe dos inocentes. (EXTRA, quinta-feira, 28 de junho de 2007, p. 4, grifos meus).

Como costumeiramente procedia, as mídias investigadas não deixaram de apresentar a visão técnica do secretário de Segurança Pública⁷⁵ relativa à megaoperação, o que permite acrescentar mais dados às análises acerca das representações do Alemão para o governo, além de colocar em destaque a ênfase tecnicista que reveste a orientação dessas reportagens:

[...] Segundo Beltrame, os locais [Areal, Chuveirinho e Matinha, que são áreas do conjunto de favelas em apreço] funcionavam como refúgio e uma espécie quartel-general do tráfico, onde eram guardadas armas e drogas (Idem, ibidem).

É importante acrescentar que essa megaoperação foi planejada durante meses, conforme declaração do próprio secretário. De acordo com um dos diários esquadrinhados:

Beltrame afirmou que a operação foi planejada durante meses com as informações levantadas pelo setor de inteligência das polícias e pelos policiais que vêm atuando há 50 dias na operação para asfixiar o tráfico no complexo. (O GLOBO, quinta-feira, 28 de junho de 2007, p. 14).

Deve-se realçar, portanto, que esse discurso é mais um indício de que havia uma relação entre as invasões policiais combativas na região e as representações do conjunto de favelas do Alemão para o governo, sobretudo por causa da facção criminosa que comandava o comércio de varejo na localidade. O excerto a seguir contribui para substancializar essa inferência:

[...] Segundo o secretário, a ação [correspondente à megaoperação de 27 de junho de 2007] era necessária para enfraquecer a facção criminosa que atua no local, que *seria a responsável por mais da metade dos crimes na cidade*. Ele negou que o cerco às favelas não esteja impedindo a entrada de armas e drogas (Idem, ibidem, grifos meus).

2.2 O aumento do desgaste político do governo

A continuidade das operações policiais pautadas pela violência e a proximidade dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro contribuíram para que se somassem e se avolumassem críticas de parcela da sociedade à megaoperação do dia 27 de junho.

O secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em seu livro autobiográfico lançado recentemente – portanto, tempos depois desse acontecimento –,

⁷⁵ Nessa mesma linha de raciocínio, ou seja, a que entende que os periódicos têm predominantemente adotado o ponto de vista do Estado, Almendra firma que, “Trata-se da matriz intelectual das UPPs, que nascem como um projeto da polícia. *Esta matriz é a fonte dos discursos de informação de O Globo e Extra* e serve ao caráter de tecnicidade do programa das UPPs” (ALMENDRA, 2014, p. 78, grifos meus).

reconheceu a pressão sofrida, de acordo com o que se pode observar no trecho a seguir. De forma adicional, pode-se observar, nessas palavras, parte do papel político que as mídias exercem (SILVA, 2010, p. 135; BORGES, 2006, p. 13). Segundo o secretário:

Em 2007, vivemos uma situação crítica com a mídia. No dia 27 de junho [de 2007], houve uma operação policial inédita (pelo tamanho) no Complexo do Alemão [...] com mais de 1.300 homens. Apesar das 19 mortes, o resultado foi elogiado no início [...]

Passados alguns dias, começaram a aparecer críticas de alguns órgãos ligados aos direitos humanos, e nós estávamos no olho do furacão. Os jornais concorriam para ver quem publicava primeiro os dossiês independentes sobre o “massacre do Alemão”. (BELTRAME, 2014, p. 92, aspas do autor e grifos itálicos meus).

As críticas da sociedade e das entidades ligadas aos direitos humanos ocorriam também (não somente) porque havia suspeitas de que as ações protagonizadas pelas forças oficiais naqueles últimos meses guardavam nexos umbilical com o objetivo de atender aos megaeventos, conforme já apontado acima. Ademais, pairava uma desconfiança de que, principalmente na megaoperação de 27 de junho, haviam ocorrido execuções de pessoas que não tinham ligação com as atividades criminosas nem tinham apresentado nenhum tipo ou indício de reação às forças policiais.

Nessa linha de pensamento:

Durante o período do cerco [ao Alemão], um número significativo de pessoas foram mortas ou feridas sem comprovação alguma de que estavam envolvidas em quaisquer atividades criminosas. Sabe-se que pelo menos dezenove crianças morreram com balas perdidas, incluindo uma de 2 anos atingida na cabeça, dentro de sua casa, enquanto se preparava para dormir (ALVES; EVANSON, 2013, p. 2).

De acordo com os jornais investigados, um dos porta-vozes das posições que se apresentavam como críticas ao governo foi o presidente regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Wadih Damous⁷⁶. Ele declarou temer que a mencionada megaoperação tivesse relação direta com o Pan-Americano (EXTRA, sábado, 30 de junho de 2007, p. 12).

Vale ressaltar também que João Tancredo, então presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB regional, dirigiu críticas às obstruções criadas pela secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro para que a OAB conseguisse acompanhar os exames cadavéricos realizados nos corpos das dezenove pessoas assassinadas. “A impressão que eu tenho é que a polícia está tentando esconder alguma coisa – disse o Tancredo” (Idem, *ibidem*).

⁷⁶ Cabe destacar que a posição firmada pelo presidente regional da OAB, conforme apontado no texto, ocorre em função da megaoperação de 27 de junho de 2007, ou seja, nesse contexto e situação descrita.

Adicionalmente, é conveniente chamar a atenção que outro periódico examinado publicou uma reportagem em que registrava, no título, que o “Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância] vê [via] situação de guerra no complexo [do Alemão]. “Para entidade, alunos vivem realidade parecida com a do Afeganistão e da Faixa de Gaza” (O GLOBO, sábado, 30 de junho de 2007, p. 15).

Não se deve esquecer que as críticas dos representantes do Unicef guardavam nexo com as operações policiais realizadas na região em apreço, conforme excerto a seguir:

[...] Segundo o oficial para programas de proteção e comunicação do Unicef no Rio, Jacques Schwarzstein, embora a realidade dos demais lugares citados seja diferente da do Alemão, a entidade entende que os estudantes vivem uma situação análoga [à de uma guerra]. [...]

Operações como essa podem criar um trauma muito grande nas crianças. Após experiências desse tipo, elas têm que externar esse sentimento. Por isso, as ações precisam ser acompanhadas por ações sociais, planejadas por equipes multidisciplinares, para que crianças e adolescentes sejam protegidos, sua integridade seja preservada e sua educação, garantida – disse Schwarzstein. (Idem, ibidem, grifos meus).

A situação política do governo estava sofrendo, nos meses de junho e julho de 2007, o desgaste mais significativo desde o início dessa gestão, pelo menos no que se refere às informações que foram selecionadas e organizadas pelos diários de notícias que compuseram esta pesquisa.

As operações policiais nessas favelas haviam colocado em jogo, de maneira progressiva, discursos que rivalizavam entre posições de apoio às operações policiais belicosas (que não aprovavam, obviamente, as mortes dos possíveis inocentes) e os críticos que enxergavam nas constantes ações das forças do Estado um ineficiente e mal planejado combate aos grupos de traficantes armados que controlavam o comércio varejista de drogas na região em apreço.

Ora, se as vozes dos moradores foram, no início das operações no Alemão, quase solitárias, no que tange à visibilidade conferida pelos diários investigados, à medida que as ações policiais ganharam vigor e repercussão social, outras vozes passaram a fazer coro aos protestos de parcela dos moradores, nos diários consultados para esta pesquisa.

Deve-se reiterar, também, que a imprensa investigada, nesse embate público, não deixou de registrar as manifestações de moradores, mesmo depois de outras vozes terem se somado às críticas às operações policiais, como as dos representantes da OAB e do Unicef, por exemplo.

No entanto, pode-se assinalar, peremptoriamente, que as mídias pesquisadas continuaram incorporando, com frequência e primazia, as vozes dos protagonistas das

operações, ou seja, dos comandantes policiais (ALMENDRA, 2014, p. 74), do secretário de segurança ou do governador do Estado.

Desse modo, a despeito da maior visibilidade das manifestações de críticas às operações policiais no Alemão, algo não havia mudado: permanecia, de maneira predominante, o enquadramento das reportagens na chave da “militarização da questão urbana” (SOUZA, 2012) e na “metáfora da guerra de todos contra todos que estaria em curso” (LEITE, 2012, p. 379). O que se pode interpretar desses enquadramentos é que o superestimado perigo que as favelas representam para a cidade como um todo só seria superado com o tratamento diuturno da região como um lugar que representa um pedaço de “guerra” na cidade.

2.3 Novo contexto, outras propostas para a segurança pública originadas de discursos de integrantes da cúpula governamental

Não obstante a decisão de dar continuidade às ações policiais realizadas no Alemão, o governador Sérgio Cabral passava, de forma gradual, a anunciar que intentava “*também ampliar a presença do estado na comunidade, prestando serviços*, como os previstos num convênio para 28 atividades esportivas na Vila Cruzeiro” (O GLOBO, quinta-feira, 14 de junho de 2007, p. 15, grifos meus).

Nesse sentido, mesmo que o discurso do governador ainda estivesse ancorado numa pretensa e necessária “guerra” ao tráfico, a legitimação dessas propostas de intervenção policial belicosa não era mais realizada monoliticamente com base na construção do Alemão e da facção que comandava o tráfico de drogas na região (o Comando Vermelho) como problemas de grande monta para a cidade. Sendo assim, desde a intensificação das operações policiais de maio de 2007, outras propostas discursivas eram colocadas em cena. Tais propostas apontavam para a possibilidade de ampliação da prestação de serviços para esse conjunto de favelas.

O mesmo discurso que recorria à ideia de controle territorial como meio de se poder promover a oferta de serviços foi defendido pelo secretário de Segurança Pública, repercutindo na imprensa poucos dias após a megaoperação de 27 de junho, conforme se pode observar no excerto abaixo:

Na concepção do secretário, depois de a polícia “limpar”, “extirpar” o tráfico, *os moradores terão sua comunidade de volta, com o estado promovendo programas sociais*. Em entrevistas ontem ao GLOBO, à Rádio CBN e ao "RJ-TV", da TV Globo, *o secretário contou o seu sonho de fazer com que a população trabalhadora das comunidades volte a ter seu direito de ir e vir garantido* (O GLOBO, sexta-feira, 29 de junho 2007, p. 18, grifos em itálico meus; as aspas são do original consultado).

O secretário, além de centrar seu depoimento na garantia do direito à livre circulação aos moradores dessas favelas e na oferta de programas sociais, fazia declarações que, adicionalmente, desvinculavam as ações policiais no Alemão dos Jogos Pan-Americanos. De acordo com o periódico em alusão, o secretário afirmou que:

Pan é uma coisa; segurança pública do estado e da cidade é outra. São dois planejamentos totalmente diferentes. Um não tem comunicabilidade com outro. Temos que cuidar da cidade e do estado e fazer a nossa parte no Pan-Americano também. (O Globo, domingo, 1 de julho de 2007, p. 20, grifos meus).

Em decorrência do crescimento verificado na tematização dessas propostas de intervenção social nas favelas da região do Alemão, uma nova questão passou a ser colocada em destaque pela imprensa consultada. Tratava-se da possibilidade de produzir outra mudança estratégica no padrão de policiamento da região em alusão, promovendo a manutenção da ocupação dos acessos a essas favelas pelas forças oficiais até o final do ano de 2007. Essa era a tese defendida pelo secretário nacional de Justiça, Antônio Carlos Biscaia, que foi publicada num dos diários.

A informação escolhida e veiculada num dos periódicos investigados comunicava que Biscaia havia defendido a permanência de policiais da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) na região em apreço até o fim do ano, em apoio à polícia do Rio de Janeiro. A meta, nesse sentido, era não causar problemas de falta de contingente policial para continuar o cerco ao complexo de favelas. Isso porque, segundo palavras de Biscaia, “As pessoas [dessas favelas] estão à mercê de um estado paralelo” (O GLOBO, sexta-feira, 29 de junho de 2007, p. 18).

Nessa mesma linha de raciocínio, o secretário de Segurança Pública, de acordo com o que foi selecionado e reportado num dos diários de notícias consultados, confirmava que já havia um planejamento atuação policial – equivalente ao do Alemão – que estava sendo programado para ser colocado em prática em outras favelas do Rio de Janeiro.

[Título] A GUERRA DO RIO

[Subtítulo] Mais favelas na mira – Secretário diz que 5 outras comunidades serão alvo de operações como a do Alemão

[Texto] A demonstração de força da polícia anteontem no Morro do Alemão será estendida para, pelo menos, outras cinco favelas do Rio. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que estão sendo planejadas grandes operações nas

comunidades mais violentas, onde o tráfico se impõe pela força. Entre as favelas escolhidas pela equipe de inteligência de Beltrame estão a Rocinha, a Cidade de Deus, o Jacarezinho, a Mangueira e o Complexo da Maré.

Já temos um planejamento, na mesma dimensão que foi feito ontem (anteontem), para outras áreas do Rio. Nós já temos mapeadas outras regiões. Usaremos a inteligência, a exemplo do que fizemos no Morro do Alemão. Nada será aleatório. Não é possível que 200 mil moradores, como é o caso do Alemão, fiquem à mercê de traficantes. Temos que agir, garantir o direito de ir e vir dessas pessoas e dos moradores de outras comunidades - afirmou o secretário. [...]

(Idem, p. 14, grifos meus).

Não se pode ter a dimensão qualitativamente minuciosa de qual era o planejamento das ações mencionadas pelo secretário. Tendo em vista os discursos que reverberaram nas reportagens anteriores, pode-se depreender que se tratava de ocupação territorial pela polícia. A partir dessas operações policiais belicosas, visava-se garantir o domínio territorial e oferecer serviços de infraestrutura para as favelas ocupadas e assegurar o direito de livre circulação aos moradores.

Esse, destarte, era o discurso protagonizado por integrantes do governo que figurava nas seleções e divulgações realizadas pelos diários consultados. Parece que se pretendia, com esses discursos, tentar legitimar o pesado uso de força militar nas incursões policiais. Cabe reiterar que esse era o discurso utilizado desde maio de 2007, haja vista que, antes desse período, as propostas externadas por integrantes do governo e capturadas pelas mídias investigadas giravam em torno da ocupação militar para acabar com o poderio da facção criminosa que controlava a região, o que acarretaria, nessa perspectiva, a redução das ações criminosas na cidade.

Diante dessas informações publicadas, deve-se ressaltar que uma nova questão conjuntural começava a germinar, colocando em cena a situação atinente à continuidade das operações belicosas na região do Alemão. Ainda que integrantes do governo procurassem desvincular publicamente a realização do Pan-Americano de 2007 das ações policiais nessa região, a conexão com os megaempreendimentos – não mais somente com os megaeventos – era colocada em evidência pelos jornais escrutinados, especialmente em função de um projeto importante do governo federal que estava por ser colocado em prática: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As informações recortadas e publicadas pela imprensa analisada comunicavam que o PAC tinha previsão de iniciar ainda no final do ano de 2007, com aporte de investimento em torno de 485 milhões de Reais somente para o Alemão e um total de 3,5 bilhões de Reais para todo o Estado do Rio de Janeiro (EXTRA, segunda-feira, 2 de julho de 2007, p. 5).

Portanto, a partir dos diários de notícias averiguados, a ligação entre as ações policiais naquele contexto e os megaempreendimentos tornara-se mais visível com o fim do Pan-

Americano e o início mais sistemático das discussões políticas para a viabilização do PAC, conforme se pode observar no trecho da matéria a seguir:

[Título] *Polícia prepara ação para pacificar o Alemão*

[Subtítulo] Governo federal vai liberar verba para proteger 780 casas do Morro da Providência com material à prova de balas

[Texto] *Antes de o Complexo do Alemão se transformar num canteiro de obras, com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o conjunto de favelas deve passar por uma ação “pacificadora para erradicar a força armada”.* A afirmação foi feita ontem pelo secretário nacional de Segurança Pública, Antônio Carlos Biscaia, que esteve reunido ontem no Rio com o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, em mais um encontro do Grupo de Gestão Integrada (GGI). Biscaia acrescentou que, para essa operação, a ocupação dos acessos ao Complexo do Alemão por homens da Força Nacional será mantida até o fim do ano.

Já está acertado com o Ministério da Justiça que a Força Nacional dará apoio à ação de pacificação no Alemão e na Rocinha, para que possam ser iniciadas as obras do PAC - disse Biscaia.

(O GLOBO, terça-feira, 25 de setembro de 2007, p. 19, grifos itálicos meus).

Ao final da reportagem apresentada acima, o jornal aduziu que o convênio para a realização de obras de infraestrutura do PAC, no Alemão, estava para ser assinado. Em razão disso, havia a previsão de que ocorreriam intervenções urbanas que deveriam oferecer, a esse conjunto de favelas, serviços de saneamento básico e a construção de “[...] um teleférico nos moldes de um que foi instalado na Colômbia” (O GLOBO, sexta-feira, 29 de junho de 2007, p. 14).

O conteúdo da matéria aludida traça uma conexão direta entre as operações policiais para a ocupação das favelas nessa região – retratada de ação pacificadora, na reportagem de 25 de setembro, conforme acima – e a realização de obras do PAC. Ademais, essa relação interpretativa pode ser feita porque os diários consultados já vinham selecionando e publicando declarações de membros do governo – inclusive as do próprio representante-mor do Executivo estadual – através das quais afirmavam que a ocupação policial para erradicação da força armada dos traficantes de drogas seria o princípio básico, a condição de possibilidade para a oferta de serviços de infraestrutura e projetos, bem como para a garantia dos direitos de ir e vir dos moradores.

Em vista dessas informações, é possível depreender que o uso da categoria “pacificação” ou “pacificar”, nesse contexto, tinha uma conotação que remetia – tanto do ponto de vista de integrantes do governo como da perspectiva das mídias analisadas – ao combate ao domínio da facção criminosa que controlava o comércio varejista de drogas, a fim de possibilitar a oferta de serviços a esse conjunto de favelas e de facilitar o ir e vir de pessoas nessas localidades.

Essa linha de pensamento está em consonância com um dos repertórios que orbitam em torno da “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13), pois a “guerra” seria uma conquista que, pretensamente, criaria condições para a “paz”. Mesmo ancorada na “metáfora da guerra” (cf. LEITE, 2000) ao crime, há que se registrar, por outro lado, que a consequência dessa linha de pensamento começava a legitimar a “guerra” por outras propostas discursivas, ou seja, pela possibilidade de os moradores auferirem benefícios. O que se deseja realçar, de maneira reiterada, é que os direitos passavam a lastrear os discursos de “guerra”, o que não se tinha registro nos discursos iniciais da gestão do governador Sérgio Cabral que apareceram nas mídias investigadas.

Além do Pan-Americano de 2007 e das obras do PAC, deve-se sublinhar que, em nível nacional, as discussões que giravam em torno da criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) incentivaram o aumento da participação do governo federal em questões ligadas à segurança pública praticada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, principalmente no tocante à organização da infraestrutura da cidade para receber os megaempreendimentos. Assim, segundo o secretário de Segurança Pública:

O alinhamento entre os governos federal e estadual foi um alicerce para ações mais contundentes, com apoio irrestrito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, comandada por Luiz Fernando Corrêa [...]

Em função do Pan 2007, houve um investimento maciço de Brasília no Rio. A cidade ganhou viaturas novas, um conjunto de câmeras de rua e de antenas de longo alcance para radiodifusão, além de um aparato de inteligência policial que permitia armazenar e cruzar dados de interceptações telefônicas.
(BELTRAME, 2014, pp. 98-99, grifos meus).

Nesse contexto, portanto, o “Pronasci [...] tornou-se parte da estrutura de segurança pública do Rio de Janeiro” (ALVES; EVANSON, 2013, p. 208), muito embora a área de segurança pública tenha sido mantida sob o controle do governo do Estado (Idem, p. 209). Além disso, o “alinhamento entre os governos federal e estadual” (BELTRAME, 2014, p. 98) contribuiu para o fortalecimento do discurso que circundavam a alegada efetividade alcançada nessa parceria institucional entre os poderes executivos de diferentes instâncias.

2.4 **Entre as justificativas da “guerra” e os direitos dos moradores: as disputas discursivas em torno das operações no Alemão e do lugar dessas favelas na cidade**⁷⁷

Decorridos alguns meses do governo Sérgio Cabral, as disputas discursivas em torno do lugar das favelas do Alemão na cidade ganhavam, nos jornais que fizeram parte desta pesquisa, contornos polarizados, retratando idiossincrasias e antinomias sociais e políticas.

Com base na interpretação do que foi selecionado e publicado nessas mídias, os discursos podem ser chaveados em dois conjuntos de registros. O primeiro era protagonizado por integrantes do governo ou simpáticos às ações policiais que empreendiam violência de cariz belicoso, ao qual se filiavam também os veículos de mídia pesquisados; o segundo arranjo era defendido, sobretudo, por parcela de moradores de favelas e entidades comprometidas com a defesa dos direitos humanos.

Essas contendas colocavam em cena e em evidência questões como a linguagem da violência urbana, representações sobre as favelas, o papel político das mídias pesquisadas, além de propostas alternativas para o modelo de atuação das forças oficiais nas favelas do Alemão (e da cidade como um todo), conforme estruturado à frente.

Mesmo diante de um cenário político em que brotavam discursos que defendiam propostas alternativas às práticas beligerantes adotadas pelo governo Sérgio Cabral para o Alemão⁷⁸, as operações policiais de cunho violento ainda eram defendidas por alguns integrantes do governo, pois, conforme reiteradamente apontado, a chave de enquadramento do conjunto de favelas em apreço era a da “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13). Desse modo, os referidos discursos não deixaram de ser selecionados e veiculados pelos diários examinados.

⁷⁷ Essa seção é inspirada sociologicamente no clássico artigo de Márcia Leite (2000) intitulado: “ENTRE O INDIVIDUALISMO E A SOLIDARIEDADE: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. A relevante análise realizada no artigo acerca das disputas discursivas em torno da política e da cidadania, no período dos anos 1990, é retomada, em menor escala, no sentido de mostrar a atualidade dessas disputas discursivas.

⁷⁸ Além dos discursos selecionados e publicados na imprensa investigada, as linhas de atuação que estavam sendo discutidas em torno do Pronasci mostravam que estavam concatenadas com essas propostas alternativas para a segurança pública. À guisa de exemplo, no item “Modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional”, há um tópico que é identificado como “Jornadas de Direitos Humanos”, através do qual o “[...] governo federal busca um novo tipo de policiamento, mais eficiente e cidadão, comprometido com a promoção dos direitos humanos. Para alcançar esse objetivo, serão desenvolvidos seminários, simpósios e jornadas para a capacitação de aproximadamente 11 mil profissionais nas 11 regiões atendidas pelo Pronasci” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, p. 14).

Nesse viés, vale chamar a atenção para uma declaração do secretário de Segurança Pública, escolhida e noticiada por um dos periódicos, que ajuda a recolocar a dimensão dos discursos que situavam a cidade em “guerra”. Seguem palavras do secretário naquele contexto que sucedia a megaoperação de junho e antecedia o Pan-Americano do Rio de Janeiro:

Na Cidade de Deus e na Rocinha, as escolas só funcionam quando o tráfico decide. Nós temos que nos posicionar, não podemos admitir que isso aconteça - enfatizou o secretário.

- *O remédio para trazer a paz, muitas vezes, passa por alguma ação que traz sangue.*

(O GLOBO, sexta-feira, 29 de junho de 2007, p. 14, grifos meus).

É importante destacar que, nesse campo filiado à “metáfora da guerra” (cf. LEITE, 2000), a engenhosidade do discurso defendido por integrantes do governo parecia tornar menos contundente o impacto humano acarretado pelas operações policiais deflagradas, sobrelevando argutamente a pretensa necessidade de um “remédio para trazer a paz” (O GLOBO, sexta-feira, 29 de junho 2007, p. 14), um remédio que retoricamente se apresentava como a solução técnica e possível a ser dada para o problema ligado ao tráfico de drogas.

Dessa forma, sugere-se que alguns integrantes do governo, ao acionarem essas explicações, intentavam promover a defesa do modelo de operação policial violento e belicoso, no sentido de minimizar a percepção da sociedade acerca da gravidade social que há quando pessoas morrem ou são feridas como decorrência direta de operações dessa natureza e magnitude, conforme estava acontecendo constantemente no Alemão. Desse modo, esse arranjo discursivo sustenta suas fundamentações em argumentos que visavam demonstrar a inevitabilidade, a inexorabilidade e a tecnicidade do processo operacional protagonizado pelas forças oficiais.

O secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, também dava apoio à política de segurança pública beligerante praticada pelo governo do Rio de Janeiro, na região em apreço. Ele defendia que tanto o governo Federal quanto o Estadual objetivavam não somente a ocupação policial, mas também melhorar as condições sociais dessas favelas. Desse modo, teria que se promover, segundo Corrêa, a “pacificação do Complexo do Alemão” (EXTRA, sábado, 7 de julho de 2007, p. 13) e “[...] partir para o enfrentamento. [Pois,] Vivemos uma omissão de mais de 20 anos na área de segurança pública. Agora, temos de agir” (Idem, ibidem).

A referência à omissão de anos no campo da segurança pública, em relação ao Estado do Rio de Janeiro, também era uma das argumentações que lastreavam o arranjo discursivo que defendia a “guerra” implacável que não se deveria esquivar. Ademais, a alusão à lacuna

histórica nesse campo remete, sobretudo, à política conduzida pelo governador Leonel de Moura Brizola, mormente em sua primeira gestão, ocorrida entre 1983 e 1987⁷⁹. Especificamente em relação à primeira gestão do Brizola, Machado da Silva afirma que:

Ao lado da intervenção sobre a política carcerária, o governador [Brizola] adotou o respeito aos direitos civis como premissa da atuação policial na atividade de controle social nas favelas, bairros populares e periferias. Nessa linha, proibiu as operações massivas das forças policiais nos morros da cidade, que então começavam a se tornar corriqueiras e exorbitavam do recurso à violência, aterrorizando os moradores. É de se ressaltar que tal proibição foi resultado de um acordo do governador com as lideranças locais, como medida explícita de proteção da integridade física dos moradores dessas áreas contra a violência policial. Em resumo, importa sublinhar que as limitações do cargo levaram Brizola a deslocar o foco de sua atuação, dos direitos sociais para os direitos civis. (MACHADO DA SILVA, 2010b, pp. 290-291).

Portanto, observa-se que há, de forma subjacente (ou, às vezes, explicitamente) a essas explicações oficiais que eram selecionadas, repercutidas e muitas vezes provocadas pela imprensa, uma representação das favelas como perigo incontornável, imediato e de alta intensidade (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 62), num contexto em que ocorria o entrecruzamento do crescimento da violência urbana com um modelo de administração política voltado para a gestão de megaempreendimentos (PALERMO, 2013, p. 321-323).

Esse cenário foi utilizado perspicazmente para produzir a reiteração do discurso acerca da “guerra” necessária para se alcançar a “paz”, muitas vezes acionado por integrantes do governo e incorporado (também de forma não rara) pelas mídias investigadas, conforme já apontado antes.

O emprego dessa construção discursiva intentava defender que a ação policial necessariamente tinha que ser beligerante, ainda que apresentasse como consequência o crescimento do número de mortos e feridos. O valor maior que reveste, substancializa e fundamenta esses argumentos, parece ser o que seus partidários consideram como “paz”, mas uma referência ao termo “com um sentido voltado mais estritamente à presença do policiamento que controla o local e expulsa os traficantes” (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 38).

Conforme apontado antes, essa é uma linha de raciocínio que se vincula aos repertórios que gravitam em torno da “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13), visto que só admite tematizar os direitos dos moradores de favelas a partir de uma condição prévia, ou seja, a “guerra” que pretensamente se julga necessária para controlar essas localidades.

⁷⁹ Brizola também foi governador do Rio de Janeiro no período entre 1991 e 1994.

Esse é, pois, o sentido primaz do termo “paz” acionado pelo governo e incorporado pelas mídias investigadas, nesse período de ações beligerantes no referido conjunto de favelas. Como exemplo paradigmático desse discurso, vale retomar a fala do secretário de Segurança Pública selecionada e publicada por um dos diários, por meio da qual ele afirma que “[...] O remédio para trazer a *paz*, muitas vezes, passa por alguma ação que traz *sangue*” (O GLOBO, sexta-feira, 29 de junho de 2007, p. 14, grifos meus).

Em continuidade, cumpre ressaltar que o tenente-coronel da polícia militar e ex-comandante do Batalhão de Operações Policiais (Bope), numa linha de reflexão que continha elementos similares aos apontados pelo secretário de Segurança Pública, assinou um artigo que foi publicado pelo jornal O Globo. Nesse texto, Mário Sérgio de Brito Duarte fez uma análise do cenário social do Rio de Janeiro, pontuando notadamente o crescimento do tráfico de drogas após os anos 1980 e o que ele denomina de escalada da violência capitaneada por criminosos ligados ao tráfico de drogas varejista (cf. DUARTE, 2007, p. 7).

É importante destacar a conexão feita por Duarte entre a identificação de um problema social e a sugestão de intervenções públicas da área da segurança. Ele pontua que a cidade estava vivendo um clima que não deveria ser enxergado precisamente como uma “guerra convencional”, mas sim como um “conflito urbano armado”.

Esse conflito demandaria, na perspectiva do tenente-coronel, o uso de recursos que deveriam transpassar os instrumentos tradicionais utilizados para garantir a segurança pública. Então, para enfrentar tal conflito, haveria que, na proposta de Duarte, lançar mão do “uso da espada”, ainda que a consequência pudesse ser o choro relativo à:

[...] dor dos [homens das forças do Estado] que ofereceram a própria carne ao encontro do aço, como fizeram os policiais que lá [no conjunto de favelas do Alemão e da Penha] tomaram nesses últimos meses, regando com sangue e honra o solo, para a semeadura da paz. (DUARTE, 2007, p. 7).

Tanto um como outro discurso – do secretário e do tenente-coronel – guardam, ainda que sutil e/ou veladamente, um nexos com a ideia de que os conflitos urbanos originam quase exclusivamente dos traficantes de drogas que mantêm seus negócios de varejo em favelas cariocas⁸⁰. Em adição, ambos sugerem que a situação só se modificaria com o combate violento aos criminosos que atuam nessas localidades. E esse combate acaba cobrando vidas, especialmente as dos policiais, para o caso da análise de Duarte.

⁸⁰ Ramos e Paiva (2007, p. 77) abordam essa percepção de que a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro é quase que exclusivamente proveniente das favelas. É importante registrar que as autoras fazem essa afirmação para tecer críticas ao trabalho da imprensa. Por meio das palavras do secretário e do tenente-coronel, pode-se observar o quanto essa percepção é comungada pela sociedade e por políticos.

Pode-se perceber, portanto, que essas referências analíticas – ancoradas na linguagem de “guerra” ou de “conflito” urbano violento e de exceção – são arranjos que organizam a perspectiva oficial acerca da situação social na cidade. Por conseguinte, tais arranjos acabam presidindo as ações da segurança pública, conformando tanto um modelo de operação policial predominantemente belicoso como também a prática policial que usa de ações “indiscriminadas de violência contra comunidades populares” (BARBOSA; SILVA, 2013, p. 122).

Pode-se depreender, então, que é dessa forma que se constrói a referência intelectual e política que orienta o padrão de operação das forças oficiais nas favelas, não raramente recorrendo à “brutalidade policial e desrespeito aos direitos civis de seus habitantes que não têm reconhecido e garantido seu estatuto de cidadania” (LEITE, 2012, pp. 377-378).

Diante de uma situação de exceção construída pela perspectiva oficial, a resposta deve ser beligerante ou na força “do aço”, conforme Duarte. Nessa mesma matriz discursiva, o Comandante do 16º Batalhão da Polícia Militar (Olaria) afirmou que “*A guerra contra o tráfico está declarada. A partir de agora traficante do Alemão só tem três opções: ou foge do morro, ou morre ou será preso*” (O GLOBO, sexta-feira, 29 de junho de 2007, p. 16, grifos meus).

Nessa linha de raciocínio, vale externar que o governador do Estado do Rio de Janeiro, ao ser provocado a comentar se houve abusos da polícia na megaoperação realizada no Alemão dia 27 de junho, deu uma declaração que foi selecionada e publicada por um dos diários pesquisados. E esse discurso acrescenta elementos ao que foi analisado acima. Assim afirma o governador: “*É evidente que nós gostaríamos de ganhar essa guerra sem derramamento de sangue, mas não há ação sem estresse – disse*” (EXTRA, sábado, 30 de junho de 2007, p. 12, grifos meus).

É quase desnecessário chamar a atenção para o fato de que o derramamento de sangue ao qual se refere a autoridade política máxima do Executivo estadual é, conforme muito comum e amplamente registrado pelos noticiários e pelas pesquisas, o de traficantes de drogas, o de policiais militares ou o dos moradores de favelas, não o da sociedade como um todo.

A pujança militarista das ações policiais realizadas no Alemão – especialmente a que contornou a megaoperação de 27 de junho de 2007 – acabou colocando em cena, de forma mais visível ainda, a percepção de parcela da sociedade (incluindo as mídias examinadas) de que a cidade vivia uma “guerra”.

Deve-se lembrar que, de acordo com Leite (2000), a representação da cidade partida, que notadamente emergiu a partir da década de 1990, reforça a ligação simbólica e representativa que parcela da sociedade construiu entre as favelas cariocas e as atividades criminosas de traficantes de drogas. Tal representação gera, com frequência, a noção de que vivemos uma “guerra” de “todos contra todos” (LEITE, 2012, p. 379). Segundo perspectiva de parcela da sociedade, nessa “guerra” há os que estão do lado do “bem” e os do “mal”.

Como consequência, a autora identifica, no período dos anos 1990, a emergência de, *grosso modo*, dois conjuntos discursivos: um que se alinhava com a solidariedade social e, portanto, propunha a pacificação da cidade por meio da prática da solidariedade (Idem, 2000, p. 82); outro que pregava a evidência patente de uma “guerra” urbana e apreendia os direitos humanos com base na perspectiva da “metáfora da guerra” e, em função disso, postulava o reforço dos particularismos e da intolerância (Idem, p. 80).

Pode-se utilizar essa referência de Leite (2000) para se analisar e compreender o quanto as mortes derivadas de tais operações belicosas promovidas pelo governo Sérgio Cabral, especialmente no Alemão, foram interpretadas como um “saldo devedor” necessário, uma vez que os partidários dessa ideia consideravam que a cidade vivia efetivamente uma “guerra”. Pelo menos esse é o argumento legitimador que pode ser inferido – com base na imprensa investigada – a partir dos discursos acionados pelo governo para tentar explicar as mortes e os feridos. Nessa linha de raciocínio, segundo Leite (2012):

A demanda por ordem pública traduziu-se, neste campo discursivo, em uma exigência de “mais segurança” que apoiou e justificou não apenas a reforma e o reaparelhamento da polícia, mas também *políticas de segurança pública que pressupõem a incompatibilidade entre resultados eficientes e respeito aos direitos civis dos favelados* (Idem, p. 380, grifos meus).

Portanto, na perspectiva dos particularismos e da intolerância, os direitos humanos e a cidadania de parcela da sociedade poderiam ser cerceados porque se tinha como concepção de coletividade uma noção arraigada de “mal” proveniente das “classes perigosas”. E esse “mal” tinha que ser combatido a partir de uma resposta adequada ao problema que coloca, ou seja, a partir da ideia de que há uma “guerra”.

Essa reflexão remete à tese de que há, na base do modelo de atuação policial empregado em lugares em que predominantemente vivem pessoas pobres, uma aprovação de parcela mais vocal da sociedade para o *modus operandi* belicoso por parte das forças oficiais, podendo haver, inclusive, desrespeito a direitos mais elementares de moradores (cf. MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 298).

A título de fundamentação acerca dessa aprovação social para um modelo de policiamento vigoroso e violento, vale observar as palavras do historiador Hobsbawm:

O mundo de hoje — e não apenas fora da Europa — está cheio de aparelhos policiais e serviços de segurança que estão convencidos de que, independentemente do que os governos e a imprensa digam em público, não é o estado de direito e sim a força (e, se necessário for, a violência) o que assegura a manutenção da ordem, e também de que *essa atitude tem o apoio pelo menos tácito tanto dos governos quanto da opinião pública* (HOBSBAWM, 2007 *apud* CAVALCANTE; MAUAD, 2013b, pp. 101-102, grifos meus).

Essa chave analítica fornece base para que se compreenda, conforme elencado acima, os discursos do secretário de Segurança Pública, do tenente-coronel Mário Duarte e do governador do Estado do Rio de Janeiro.

Seguindo esse campo de análise, vale examinar parte do editorial do jornal impresso Extra, que aborda a megaoperação realizada no Alemão, ocorrida em 27 de junho. A coluna opinativa externou que tal operação deixou claro que a cidade vivia uma “guerra” (EXTRA, quinta-feira, 28 de junho de 2007, p. 4). A apologia particularista presente no Editorial que apoiou a megaoperação prossegue afirmando que:

Antes de possíveis críticas ao número de mortos, é preciso lembrar que a operação esteve em sintonia com o discurso repetido à exaustão pela atual administração: ainda nos primeiros dias do ano, já estavam declaradas a guerra e a disposição do poder público em não dar trégua aos traficantes. (Idem, *ibidem*).

Não é conveniente que se negligencie, por outro lado, que o texto é encerrado com um fio de esperança de que o estado pudesse conseguir manter as consequências dessa “guerra” longe dos inocentes (Idem, *ibidem*). Deixa, portanto, a impressão de que se alude a uma “guerra” necessária, precisamente necessária, e que tinha de ser vencida para que a “cidade do Pan, do Cristo [Redentor] candidato a maravilha” (Idem, *ibidem*) pudesse se redimir.

As palavras de Fridman (2008) contribuem para suscitar uma reflexão crítica sobre o conjunto de discursos coligidos que defendiam e justificavam as ações policiais na conjuntura política do primeiro ano do governo Sérgio Cabral, especialmente no período entre maio e agosto de 2007, segundo o que foi estruturado anteriormente. De acordo com o sociólogo em questão:

Na atual vigência da mentalidade que destina à favela o lugar do “outro” da cidade (e no limite da sociedade), a parcela da população que ali está instalada tornou-se “matável” por agentes de segurança, sob o olhar complacente daqueles que sentem “aliviados” ou “vingados” pelo uso da força nas localidades onde prolifera a organização dos bandos armados que operam a economia da droga. Tornou-se uma “gente sacrificável” (FRIDMAN, 2008, p. 83, grifos do autor).

A apologia particularista tende a aparecer com força em contextos nos quais ocorrem situações em que os direitos basilares dos moradores de favelas ou de “diversos outros

territórios (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos, etc.)” (LEITE, 2012, p. 378) são violados, gerando protestos e denúncias acerca dessas arbitrariedades, criando um clima revestido por contendas discursivas.

Essa apologia se filia, pois, a um dos diferentes repertórios que compõem a linguagem da violência urbana (cf. MACHADO DA SILVA, 2008, 2010b; 2011; 2012; 2015). Conforme apontado acima, um dos pontos mais importantes e também problemáticos que a linguagem da violência urbana carrega em seu bojo é a centralidade que as favelas ganharam, notadamente no tocante à representação dessa violência na cidade. Ora, num período em que se deveria inequivocamente ampliar cada vez mais a linguagem dos direitos para todos moradores da cidade – independentemente de combater um tipo determinado de violência urbana ou não – testemunhou-se o enquadramento desses lugares de moradia na outra linguagem, a da violência urbana.

Malgrado a defesa do conflito urbano armado ou da militarização da questão urbana (SOUZA, 2012, p. 121) feita por políticos e parcela da sociedade que aderiu ao repertório discursivo particularista, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sobretudo em consequência da supracitada grande operação do dia 27 de junho, impetrou ação judicial postulando a exumação dos dezenove corpos das pessoas mortas em decorrência das ações protagonizadas pela polícia nessa megaoperação de junho.

A OAB solicitava, então, que se investigassem mais profunda e acuradamente os indícios de execuções realizadas pelas forças oficiais. A entidade de defesa dos direitos humanos nutria suspeita de que alguns policiais haviam cometido atos criminosos nessa operação por terem promovido a execução sumária de pessoas, conforme trecho a seguir.

[Título] Moradores denunciam morte de inocentes

[Subtítulo] Ordem dos Advogados do Brasil pedirá a presença de representantes da OEA no Complexo do Alemão

[Texto] Denúncias de abusos e execuções por parte da polícia durante a megaoperação no Complexo do Alemão foram feitas ontem por moradores e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Rio) e de organizações não-governamentais como a Justiça Global que estiveram na Favela da Grota. [...]

Policiais acusados de invadir casas e saquear lojas

Segundo as denúncias dos moradores, um menino de 13 anos foi morto com um tiro pelas costas. A bala teria atingido o garoto após atravessar mochila que ele usava. Outro caso denunciado seria a de um rapaz de 16 anos que foi morto, segundo a polícia, com um fuzil. Mas ele teria uma deficiência no braço que o impediria de manusear uma arma pesada. A maioria das mortes teria acontecido no local conhecido como Areal, na parte mais alta do Complexo do Alemão, uma espécie de quartel-general do tráfico. [...]

(O GLOBO, sexta-feira, 29 de junho de 2007, p. 17).

Representantes do governo, por sua vez, defendiam a tese de que todos os dezenove mortos na megaoperação de junho eram criminosos e haviam sido assassinados por terem resistido à força policial, oferecendo, desse modo, risco aos agentes. Sobre as críticas que estavam ligadas à atuação policial em seu governo, o principal representante do Executivo do Rio de Janeiro deu declarações públicas que foram selecionadas e divulgadas num dos diários esquadrinhados. Ele demonstrava a firme proposta de continuar as operações, segundo trecho a seguir:

O governador [Sérgio Cabral] assegurou que a polícia tem ordens para respeitar a população.

Nossa polícia recebe a orientação de respeitar a população e garantir a segurança. *Essa ação da Comissão de Direitos Humanos* (da OAB, para exumação dos corpos para recolher indícios de possível execução) *não vai nos desmotivar, intimidar, e vamos continuar agindo com rigor*, sem truculência e desrespeito aos direitos humanos. Falta de direitos humanos é o que o marginal faz na comunidade, tocando terror em toda a cidade – comentou o governador.

(O Globo, sexta-feira, 6 de julho de 2007, p. 14, grifos meus).

De acordo com os periódicos, o desmembramento da contenda fez com que a situação acabasse ganhando exposição internacional, motivando a visita do representante da Organização das Nações Unidas (ONU), Philip Alston, que era o relator especial da ONU sobre Execuções Arbitrárias, Sumárias e Extrajudiciais. No que tange a essa controvérsia, a imprensa pesquisada informou que:

[...] O relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Execuções Arbitrárias, Sumárias e Extrajudiciais, Philip Alston, criticou ontem duramente a política de segurança do governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB). Alston atacou principalmente a operação no Complexo do Alemão em 27 de junho, que resultou na morte de 19 pessoas. Segundo ele, a ação mobilizou grande contingente de policiais, matou pessoas sem antecedentes criminais e teve resultado prático pífio [...]

Ao fazer um balanço de sua visita de 11 dias ao Brasil, Alston se referiu aos mortos no Alemão:

Mesmo que todos fossem criminosos, não se justificariam as execuções. A resposta adequada é a prisão, não a execução.

Ele deverá agora apresentar ao Conselho de Direitos Humanos da ONU um relatório minucioso sobre a operação no Alemão e outros casos de violação de direitos humanos verificados no país. *O relator esteve em vários estados, mas centrou suas críticas na política de segurança de Cabral. Ele considerou alto o número de mortes em confrontos com a polícia (autos de resistência). Só nos dez primeiros meses deste ano, foram pelo menos 1.072 casos [...]*

(O GLOBO, quinta-feira, 15 de novembro de 2007, p. 23, grifos meus).

Em função do que foi exposto, deve-se realçar que, ao mesmo tempo em que havia discursos que reiteravam a necessidade da “guerra” para que se pudesse alcançar a tranquilidade necessária, no sentido de promover a regularização das rotinas na cidade, eram

paulatinamente fortalecidas, segundo seleção e publicação dos impressos, as propostas que postulavam ações sociais do governo nas favelas do Alemão.

Mas, conforme apontado, para alguns – especialmente os que se alinhavam à “metáfora da guerra” (cf. LEITE, 2000) – essa postulação dos direitos dos moradores tinha como precondição a ação “pacificadora”, ou seja, o controle das favelas com base na força belicosa do Estado. Nessa perspectiva, os direitos acabam, frequentemente, obstados porque as discussões acerca da “guerra” precisamente necessária acabam enquadrando as favelas numa determinada perspectiva de lugar de primaz da violência na cidade e seus moradores como pretensa e problematicamente envolvidos como cúmplices de criminosos (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008).

Sendo assim, enquanto os partidários dos direitos originais e inequívocos dos moradores de favelas visavam colocar em evidência a relação entre as favelas e o Estado, sobrelevando, enfatizando e defendendo primordialmente o atendimento aos direitos humanos e constitucionais dos moradores, aqueles discursos que pautavam a “guerra” como necessária intentavam legitimar as operações policiais, tratando como inevitável tanto as estratégias adotadas nas operações policiais quanto o modelo de ação praticado. Claro que os que legitimavam as operações não aprovavam as mortes derivativas, mas as enquadravam num “saldo devedor” causticamente necessário. Nessa mesma trilha analítica, vale chamar a atenção que:

Os moradores das favelas cariocas não podem partilhar do sonho de paz nem garantir seus direitos frente à ação da polícia. Vivem sob um triplo cerco: dos traficantes que dominam seus locais de moradia, da ‘permissão para matar’ (que pode se manifestar em formas ‘mais brandas’ da opressão cotidiana e do tratamento permanente de ‘gente sob suspeita’) e da mentalidade que ergue contra eles os muros simbólicos do desapego, do não-reconhecimento e da ausência de pontes e de diálogo que façam o problema pertencer a todos. Pela exclusão dos pobres e dos vulneráveis, a paz e a ‘cidade a salvo’ são uma utopia conservadora (FRIDMAN, 2008, p. 79, aspas do próprio autor).

Em outro editorial, um dos diários de notícias consultados continuava mostrando seu apoio ao sucesso da megaoperação realizada no Alemão, em 27 de junho. Inclina-se, dessa forma, mais no sentido do apoio à legitimidade das operações. Não deixava de ponderar, contudo, que “[...] Tão importantes quanto a presença da polícia são a urgência em ocupar logo os espaços deixados pela saída dos traficantes, sob pena de serem retomados, e as políticas sociais de longo prazo”. (EXTRA, sábado, 30 de junho de 2007, p. 4).

Outro jornal invocava, também em editorial, a necessidade do Estado “ir em frente” e ocupar as favelas da região em apreço, com vistas a reprimir os criminosos. Também não aprovava as mortes e os feridos, mas oferecia, igualmente, apoio às operações. E fazia isso de

forma peremptória, na medida em que, para essa mídia, seria “inaceitável [...] um recuo na postura de enfrentamento da criminalidade instalada nas favelas do Rio” (O GLOBO, sábado, 7 de julho de 2007, p. 6). Não deixava de considerar que se deveria começar, como desdobramento, a etapa urbanizadora que “fará [faria] dos moradores dessas áreas verdadeiros cidadãos – saldando assim uma dívida do Estado com as comunidades carentes” (O GLOBO, sábado, 7 de julho de 2007, p. 6).

Por outro lado, o presidente regional da OAB no Rio de Janeiro, Wadih Damous, por exemplo, contestava principalmente a megaoperação policial, defendendo o atendimento aos direitos dos moradores de favelas. Pregando a ocupação social em vez da ocupação militar e beligerante, ele afirmou que, ao menos, esperava que a megaoperação de junho pudesse ser “precursora da presença social civilizatória do Estado e não só de ocupações policiais” (EXTRA, sábado, 30 de junho de 2007, p. 12).

No contexto em que robusteciam as preparações para o Pan-Americano e no qual se podia identificar o amadurecimento das discussões políticas que estavam tratando da viabilização do PAC, ganhavam estrutura e corpo algumas propostas alternativas que giravam em torno da relação favelas e Estado.

Nesse cenário, não é conveniente negligenciar que mudanças discursivas haviam sido operadas, mesmo que se encontrassem presentes ainda as declarações que apoiavam a “guerra” nas operações policiais no Alemão e mesmo que essas falas fossem majoritárias no debate público organizado pela imprensa.

O que se deseja ressaltar é que, passados alguns meses do governo Sérgio Cabral, os discursos que visavam legitimar as intervenções policiais belicosas nesse conjunto de favelas em apreço não estavam mais fundamentados quase monolítica e puramente pela proposta de intervenção militarizada, com vistas ao combate à facção criminosa que controlava o local.

Embora as operações contra os traficantes de drogas ilícitas fosse o viés fulcral e o norte que estruturavam tais discursos, a partir dos meses de maio e junho, gradativamente, outras questões foram mais incorporadas ao debate público organizado pela imprensa, mesmo que ainda vinculadas à ideia de “guerra” como condição para os direitos.

E aqui nesse ponto não é o objetivo avaliar se as estratégias políticas e sociais que estavam por trás dessas mudanças discursivas eram boas ou não, inovadoras ou não. Importa, nesse sentido, registrar, a partir da imprensa pesquisada, essas sutis mudanças discursivas, no contexto do governo Sérgio Cabral e qualificá-las para que se possa pensar os discursos em torno das ações realizadas no campo da segurança pública e como foram sendo situadas as favelas nessas discussões públicas.

Há que se chamar a atenção, portanto, que os discursos que defendiam as operações policiais de cunho belicoso passavam a incorporar mais robustamente a ideia de “pacificar” o Alemão, erradicando a força armada dos criminosos locais para tomar conta do território, com vistas à viabilização da oferta de serviços sociais, como o PAC, por exemplo. Essa é uma inflexão que se pode perceber, a partir do acompanhamento midiático das contendas discursivas em torno dos sentidos que revestiam aquelas operações policiais belicosas.

E não é conveniente negar que essa incorporação da ideia de “pacificar” o Alemão para a promoção de serviços contradizia, em alguma medida, os discursos que basicamente fundamentavam as intervenções policiais belicosas realizadas no início da gestão Sérgio Cabral, ou seja, entre janeiro e abril de 2007. Vale reiterar que, nesses meses, o que se pode observar no material de pesquisa é – principalmente em relação às favelas do Alemão – uma postura decidida e renitente do governo em dar cabo ao poderio de traficantes de drogas.

Nesse sentido, deve-se expor que podem ser identificadas algumas mudanças nos discursos de integrantes do governo incorporados pela imprensa, a partir de maio de 2007. Afirma-se isso porque as operações policiais, especialmente nos quatro primeiros meses do governo Cabral, eram fundamentadas em discursos que não mostravam uma preocupação em dar um retorno qualitativamente minucioso à sociedade. Logo, não demonstravam preocupação em oferecer explicações que pudessem tentar justificar ações constantes e cada vez mais violentas no Alemão.

Portanto, nesses quatro primeiros meses dessa gestão em voga, é importante realçar que os discursos em torno dessas ações policiais no Alemão centravam suas motivações quase que exclusivamente com base nos procedimentos técnicos e normativos definidos pela secretaria de Segurança Pública. Logo, tais discursos ancoravam-se na necessidade de combater a facção criminosa que controlava o comércio de drogas no Alemão e que era responsável, segundo essa perspectiva, por parcela significativa dos crimes ocorridos na cidade.

De acordo com o que foi apontado anteriormente, desde a segunda quinzena de maio de 2007, por causa da aproximação de alguns megaempreendimentos, em razão do crescimento substancial da visibilidade social das operações policiais e em função das críticas sofridas pelo governo por conta do aumento significativo dos mortos e feridos, as operações policiais permaneceram violentas – aliás, ficaram mais violentas (cf. ALVES; EVANSON, 2013) –, mas os discursos selecionados e publicados pelas mídias pesquisadas passaram a contemplar uma necessidade difusa de atender os direitos dos moradores e novas ações sociais passaram a ser colocadas em pauta.

Isso não implica afirmar que as operações e os discursos de integrantes do governo que reverberaram na imprensa pesquisada deixaram de ser lastreados pela “metáfora da guerra”, pelos repertórios ligados à linguagem da violência urbana e pelo tecnicismo contido nas ações. Não é essa a questão apontada. O que se indica é que tais discursos passaram, pouco a pouco, a ser suplementados por outras propostas, ou seja, tornaram-se mais complexos, afinal as “diretrizes normativas podem ser moldadas, reestruturadas ou até mesmo conformadas pelas situações do dia a dia.” (PALERMO, 2015, p. 64), haja vista que o Estado não é uma entidade fixa (nem seus discursos), pois sua soberania é constantemente reformulada e renegociada (cf. ASAD, 2004, p. 279).

2.5 Discursos acerca da relação entre policiamento e moradores das favelas do Alemão

Nesse contexto de mudanças que antecederiam o Pan-Americano de 2007 e que envolviam preparações para a implementação do PAC, além de envolvido por influências do Pronasci, outra questão importante que ganhou visibilidade nas mídias examinadas concernia à relação entre policiais e moradores de favelas.

É importante lembrar que a forma de atuação policial em favelas cariocas não era um problema exclusivamente ligado ao Alemão⁸¹. No entanto, tendo em vista que essa região era retratada como um dos focos das ações policiais⁸², a questão pululava na imprensa.

Por ocasião das ações nesse conjunto de favelas, os periódicos escolheram colocar em pauta algumas reclamações e protestos de moradores, bem como as que foram protagonizadas por órgãos de defesa da sociedade civil e dos direitos humanos, no tocante à forma de atuação policial nessas favelas da região.

Uma reportagem que exemplifica e dá visibilidade à mencionada questão é a que o jornal O Globo publicou sobre a percepção social acerca da especificidade da forma de atuação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP). Segundo esse diário, a FNSP estava

⁸¹ Machado da Silva e Leite, por exemplo, já haviam identificado, em pesquisa com moradores de favelas do Rio de Janeiro, esse padrão de ação frequentemente violento, que faz uso da força desproporcional e, além disso, indiscriminadamente age sem distinguir entre morador e traficante de drogas (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p. 73).

⁸² Ver também Anexo I.

conseguindo ter uma relação melhor com os moradores do Alemão do que a polícia militar, visto que utilizava abordagem e postura diferenciadas.

De acordo com o que foi selecionado e divulgado num dos impressos escrutinados, a situação relatada estava gerando, em certas ocasiões, uma relação de maior proximidade entre agentes da FNSP e os moradores:

[Título] *Força Nacional vira polícia modelo no morro.*

[Subtítulo] *Educação na hora da revista conquista moradores e é retribuída com água e café.*

[Texto] Em tom cordial, um tenente da Força Nacional de Segurança Pública aborda um morador que desce de moto a Favela da Grota, no Complexo do Alemão. Acompanhado de uma criança, ele escuta a instrução do policial: "Por favor, pode levantar a camisa?". Depois de atender ao pedido, os dois repetem o sinal de positivo feito pelo tenente. A postura da Força Nacional no trato com os moradores do Alemão tem conquistado a comunidade.

Eles são bem mais educados do que os policiais militares. Sabem diferenciar quem é quem - diz um morador.

A Força Nacional entrou na guerra do Alemão em 13 de junho, após 43 dias de confrontos entre traficantes e policiais. Diariamente, das 8h às 20h, 150 agentes cercam todos os acessos às favelas do Alemão. Inicialmente, eles despertaram certa antipatia entre os moradores, porque revistavam até mochilas de crianças que voltavam da escola, prática que foi suspensa pouco depois. Mas, aos poucos, a Força Nacional foi mudando sua imagem junto à comunidade. Em alguns pontos do conjunto de favelas, os moradores já cumprimentam os agentes e oferecem água e café. A cordialidade é maior em pontos com menos movimento, distante dos olhos do tráfico.

Os moradores já conversam com a gente. Contam cada história sobre os PMs que até nós ficamos impressionados - diz um policial de Brasília.

Segundo os policiais da Força Nacional, muitos moradores relataram que tiveram dinheiro extorquido por PMs.

Os moradores gostam da gente porque não pegamos dinheiro de ninguém - diz outro policial da Bahia. [...]

(O GLOBO, segunda-feira, 2 de julho de 2007, p. 12, grifos meus).

Nessa linha de raciocínio, deve-se acrescentar que os princípios normativos que permeiam a capacitação da FNSP estão alicerçados em “procedimentos preventivos e à difusão de temas ligados aos direitos humanos” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, p. 8).

De acordo com o que se pode observar, os discursos em torno da criação do Pronasci foram colocando em voga, ainda que no plano normativo, diretrizes ligadas aos direitos humanos, prevenção da violência – conforme mostrado acima – e à imprescindibilidade do modelo de “policiamento comunitário” (Idem, p. 16).

Por outro lado, sem sobrevalorizar excessivamente o conteúdo da reportagem acima e generalizar o depoimento de um policial, é produtivo levar em conta as palavras do agente da FNSP no sentido de pensar a relação entre moradores de favelas cariocas e policiais militares, haja vista que o agente afirmou que os moradores contam “histórias sobre os PMs” (Idem, ibidem). E não se deve negligenciar o quanto tais “histórias” se fizeram presentes no decurso das operações policiais no Alemão, no início do governo em apreço (cf. ALVES &

EVANSON, 2013, pp. 51-144) nem em que medida essas “histórias” puderam e podem ser flagradas no cotidiano de favelas cariocas (cf. CUNHA, 2004, pp. 203-204; cf. MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, pp. 55-76; cf. FRIDMAN, 2008, p. 83; cf. PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p. 141).

Levando-se em conta especialmente o Estado do Rio de Janeiro, há que se chamar a atenção que a formação de um policial, segundo alguns pesquisadores, contempla não somente os procedimentos normativos, mas também a situação prática do dia a dia. Sendo assim:

[...] observa-se a profunda distinção entre aquele que planeja e aquele que executa, permeando todo o cotidiano da organização policial, afetando por inteiro o funcionamento e a estruturação da formação profissional do policial (PONCIONI, 2005, p. 594).

Ainda no que tange à relação entre a formação teórica e prática:

[...] é preciso frisar que, conforme esclarecem autores como Kant de Lima [...], os centros de formação policial são apenas parcialmente capazes de moldar representações e construir conhecimento junto aos agentes de segurança. Na polícia, o *saber* adquirido nos centros formação - principalmente quando se trata de praças - divide espaço - ou mesmo é eclipsado - com os *saberes* adquiridos “na prática”, no dia a dia das ruas, não raro, transmitidos por policiais mais antigos. (MONTEIRO; MALANQUINI, 2012, p. 3, grifos originais dos autores).

Portanto, cabe ressaltar que a formação prática de um agente ou sua inserção na “cultura policial” do dia a dia esteve historicamente impregnada de saberes, estigmas e representações sociais negativas, especialmente no que concerne às favelas, o que contribui para influenciar⁸³ previamente os comportamentos e condutas de parcela substancial desses agentes e ajuda a compreender o peso histórico que reveste as palavras do agente da FNSP, conforme reportagem de 2 de julho de 2007 cujo excerto foi apresentado logo acima.

Nesse percurso analítico, vale aduzir que:

[...] No caso da cidade do Rio de Janeiro, como exemplo dessa relação, *podemos considerar a atuação policial, sobretudo nas favelas e bairros de periferia, geralmente caracterizada pelo autoritarismo e pelo desrespeito aos moradores. A percepção destes sobre a violência vivida em suas “comunidades”, embora vinculada de um modo ou de outro à questão do tráfico de drogas, encontra-se diretamente relacionada com a atuação da polícia. É comum a invasão de residências sem mandado judicial em busca de eventuais suspeitos, muitas vezes interrogando os moradores com brutalidade ou praticando atos de tortura. Do ponto de vista dos agentes policiais, os moradores dessas “comunidades”, em sua maioria negros, mulatos e pardos, afrodescendentes, portanto, são sempre considerados, “bandidos em potencial”, não sendo mesmo reconhecidos como cidadãos e sim como “elementos”.* (CUNHA, 2004, pp. 203-204, grifos meus).

⁸³ Deve-se ressaltar com veemência que influenciar não significa determinar um comportamento. Aciona-se, aqui, a clássica discussão epistemológica acerca da relação indivíduo-sociedade.

Em vista dessa declaração do agente da FNSP e das considerações acerca de alguns problemas históricos entre forças policiais e moradores de favelas, deve-se realçar que, em fins de 2007, as notícias relativas à política de “guerra” do governo, principalmente na região do Alemão, já tinham arrefecido.

No entanto, as marcas relativas à atuação policial na região ainda permaneciam e rendiam frutos, conforme se pode observar acima nas razões que motivaram a visita do representante da ONU ao Brasil. Sendo assim, algumas discussões no sentido de propor mudanças no modo de atuação policial em “territórios da pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 284) eram colocadas em pauta, muito embora não com frequência nem necessariamente de forma destacada, no caso das mídias analisadas.

Em complemento, cumpre aduzir que um dos jornais que fizeram parte da pesquisa selecionou e publicou informação acerca da cerimônia de formação da primeira turma de mediadores de conflitos. Com o título de “Primeira turma de mediadores de conflitos se forma” (O GLOBO, domingo, 2 de dezembro de 2007, p. 27), o diário de notícias comunicava que, nesse curso, participaram policiais, além de juízes, promotores, defensores públicos, guardas municipais e mais de 500 líderes comunitários do Rio de Janeiro (Idem, *ibidem*).

O periódico acrescentava que “[Eles] vão receber amanhã, no auditório do Ministério Público Estadual, o *diploma de conclusão do curso de mediação e resolução pacífica de conflitos*” (Idem, *ibidem*, grifos meus), conforme previsto no documento normativo que contém o conteúdo programático do Pronasci (cf. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

Ademais, no início de 2008, outro periódico consultado comunicava que havia a previsão de a FNSP não sairia mais do Alemão (EXTRA, domingo, 13 de janeiro 2008, p. 24). Informava, complementarmente, a previsão da ocupação efetiva da região para a implementação do PAC e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) (Idem, *ibidem*).

Não é demais lembrar que uma das diretrizes do Pronasci era – com base na parceria entre as esferas federal, estadual e municipal – procurar garantir os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros, colocando em prática os princípios de um modelo de polícia comunitária (ALVES & EVANSON, 2013, p. XVII).

É quase desnecessário admoestar que não há o interesse em discutir se houve ou não mudança no que se refere à atuação policial ou em quaisquer outras determinações normativas apontadas como sugestões para a política de segurança que paulatinamente foram sendo colocadas em cena/jogo. Isso porque esse não é o foco desta pesquisa.

Intenta-se, com efeito, colocar em evidência que algumas medidas continuavam a ser propostas, no transcurso do governo Sérgio Cabral, criando alternativas discursivas ao arranjo que estava estritamente lastreado pela noção de “guerra” ao tráfico para desbaratar facções criminosas e controlar os índices de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o que se observou nos inúmeros discursos proferidos nos primeiros meses dessa gestão política.

De acordo com o que se pontuará à frente, podem ser identificadas permanências e mudanças nesses discursos. E é nessa trilha que se propõe pensar como tais discursos contribuíram para influenciar aspectos cruciais da política de segurança do Rio de Janeiro e como os mesmos discursos oferecem elementos e esteio para que se possa problematizar o lugar das favelas na cidade do Rio de Janeiro, a partir desses debates.

Conforme visto neste capítulo, integrantes do governo declararam às mídias que, a partir de junho de 2007, ocorreriam mudanças na estratégia de policiamento das favelas do Alemão. Tais estratégias não corresponderam a uma mudança no modo de atuação da polícia nessa localidade. Então, a partir do que noticiado pelos impressos averiguados e com base no que foi identificado por pesquisadores que fizeram trabalho de entrevistas sobre a rotina de pessoas que moravam ou tinham a região do Alemão como parte importante de sua vida (cf. ALVES; EVANSON, 2013), a situação permaneceu violenta.

Sendo assim, pode-se observar, através das narrativas midiáticas, que o desgaste do governo continuou e as contendas políticas se avolumaram. Como desdobramento, os impressos pesquisados evidenciaram as polarizações entre grupos que apoiavam as operações belicosas, defendendo essas ações como uma espécie de “guerra” necessária, e os que eram contra esse modelo. Estes últimos defendiam os direitos basilares dos moradores das favelas da região em apreço, sem se ancorar na ideia de “guerra” ao tráfico como uma necessária precondição para se discutir sobre direitos. A partir dessa última perspectiva, os direitos dos moradores de favelas eram sustentados com base na garantia de que se vive num Estado de direito, não de exceção.

Contudo, não foi somente os desgastes derivados das operações violentas que influenciaram os debates em torno da política de segurança do governo e seus rumos.

Conforme visto, as mudanças conjunturais, ou seja, a preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber grandes empreendimentos foi sendo colocada em evidência pelas mídias em apreço, o que exercia influência também no surgimento de novas propostas por parte de integrantes do governo.

Em outros termos, diante de mudanças na conjuntura e em face das pressões sociais que rivalizavam com as diretrizes governamentais, outros discursos em torno dos direitos dos moradores das favelas do Alemão passaram a figurar nas tematizações das mídias investigadas. Assim, por volta de junho e julho de 2007, observou-se que os discursos protagonizados por integrantes do governo – que reverberaram nos diários em voga – tornaram-se mais amplos.

Portanto, com base no que foi reverberado nas mídias pesquisadas, nessa fase, tais discursos não mais buscavam legitimar, de forma quase unívoca, as operações policiais no Alemão com base nos objetivos de conter a criminalidade. Além disso, esses discursos passaram tematizar menos esse conjunto de favelas por meio do acionamento de representações negativas, conforme se fazia anteriormente.

Os impressos passaram, pois, a selecionar e a publicar novas propostas de intervenção estatal nas favelas do Alemão. Nesse sentido, em vez de quase exclusivamente abordar as operações como profícuas para desbaratar a facção criminosa local e reduzir os índices de criminalidade, os diários de notícias mostravam, cada vez mais, que os integrantes do governo passaram a tentar dar justificativas para que a sociedade compreendesse o motivo de tais operações policiais. E essas justificativas tinham como ponto de partida a garantia de, pelo menos, alguns direitos dos moradores do Alemão.

Não obstante a essas novas tematizações que visavam dar um fundamento ou uma justificativa à sociedade para a belicosidade proveniente das forças oficiais, deve-se ressaltar, tal como foi realizado no capítulo anterior, que o viés da linguagem da violência urbana continuou sendo o enquadramento matricial das favelas nos discursos de integrantes do governo que eram incorporados por essas mídias. Afirma-se isso porque, nesses discursos oficiais organizados pela imprensa investigada, a “guerra” ao tráfico era o precedente basilar para se pensar e se discutir os direitos dos moradores de favelas. De forma maniqueísta, a noção de “guerra” era o referente que apontava o caminho para a “paz”. Aliás, é mais do que isso, tendo em vista que a noção de “guerra” era tematizada como o ponto de partida para os direitos.

No próximo capítulo, haverá um salto no tempo, no sentido de provocar uma visão comparativa que se considera importante para pensar em continuidades e mudanças nos

discursos que – a partir das mídias investigadas – envolveram as ações policiais em algumas favelas que foram colocadas em prática pela política de segurança pública do governo em evidência.

A análise passará a colocar em destaque o período concernente ao final do ano de 2008, quando a favela Santa Marta foi ocupada pela polícia militar e os discursos em torno da política de segurança passavam a ser tratados por outro viés: da “guerra” transitou-se para a “paz”.

Mas, seria essa uma mudança plena nos discursos da política de segurança pública para as ações policiais voltadas a algumas favelas cariocas? Houve mesmo uma ruptura completa nos discursos que foram selecionados e publicados pelas mídias investigadas para retratar a ocupação da favela Santa Marta? Essas são questões importantes que norteiam as discussões nos próximos dois capítulos.

PARTE II

“PAZ”

3 DISCURSOS EM TORNO DA “PAZ”: A OCUPAÇÃO POLICIAL DA FAVELA SANTA MARTA (2008)

Neste ponto, é realizada uma breve excursão/digressão temporal, no sentido de estabelecer uma análise que privilegie aspectos que permaneceram e que mudaram nos discursos acerca das ações policiais em favelas, promovidas pelo governo em destaque. Visa-se, a partir do que foi selecionado e publicado pelos impressos pesquisados, provocar uma visão comparativa entre os discursos sobre a política de segurança do supracitado governo direcionada ao Alemão, no seu primeiro ano (2007), e os que foram colocados em prática a partir do final do segundo ano, na favela Santa Marta.

Ao se perseguir esses discursos, objetiva-se não somente analisar as mudanças e permanências, mas, também, intenta-se compreender em que medida esses relatos públicos cotidianos foram usados para organizar as ações da segurança pública.

Considera-se, pois, que os diferentes discursos que foram selecionados e publicados nas mídias averiguadas não estão meramente expondo uma posição pessoal do secretário de segurança, do governador ou de outro integrante da equipe do governo. Tais discursos organizam um conjunto de percepções de integrantes do governo que acabaram sendo incorporados pela imprensa investigada. Ademais, esses discursos contribuíram para referenciar as ações da política de segurança, além de terem situado as favelas na cidade por meio das representações cunhadas sobre esses lugares de moradia.

Nesse sentido, segundo Boltanski, há uma ambiguidade inerente às instituições. Trata-se de uma contradição que faz parte da vida institucional. Tal contradição

[...] trata da tensão entre a natureza obrigatoriamente incorpórea das instituições (que são entes sem corpos) e a natureza necessariamente corporal dos porta-vozes que permitem às instituições intervir na realidade. Esta tensão é redobrada quando se trata das regras editadas pelas instituições cujo caráter semântico está ameaçado pelas condições pragmáticas de sua implementação (BOLTANSKI, 2013, p. 445).

Os relatos de integrantes do governo e, por conseguinte, a maneira como essas narrativas são selecionadas e, principalmente, organizadas pelas mídias investigadas não são, portanto, trivialmente ideias pessoais ou do grupo empresarial de mídia. Constituem-se em construções discursivas que partem da orientação da política de segurança do governo (e também as orienta) e nos permitem compreender representações sociais que balizam cognitivamente a noção de sociedade/cidade que permeiam os referenciais normativos e

institucionais, bem como referenciam o modelo de retratar o cotidiano social, por parte da imprensa analisada.

Cumprе acrescentar, por outro ângulo, que esses relatos e concepções não se encontram totalmente fechados, definidos de maneira *apriorística* pela cúpula governamental. Sua aplicação prática e sua conformação na realidade estão condicionadas ao diálogo ou à inter-relação com a situação cotidiana nas quais os fenômenos sociais se plasmam, modelam ou ganham forma. Esse encontro entre diretrizes e situações práticas do dia a dia podem produzir uma remodelação nos discursos. E essas operações, conforme se tem apontado, podem ser observadas no acompanhamento diário do trabalho da imprensa.

Portanto, deve-se ressaltar que a colocação em prática das propostas governamentais é, ao cabo, desenhada nos contatos frequentes entre os diferentes atores sociais que se encontram no campo de execução das políticas de segurança pública que ocorrem no dia a dia. Nesse sentido, segundo Sanford (2004), o olhar do pesquisador deve se mover além das ilimitadas margens de um estado nacional. E deve fazê-lo por meio do reconhecimento da nação como um espaço de contestação no qual a cidadania e a soberania do estado são “reconstitued at the margins” (SANFORD, 2004, p. 257).

É em função do que foi delineado acima que se pode compreender em que medida o acompanhamento das permanências e mudanças nos discursos acerca da política de segurança pública desse governo pode contribuir para se entender e problematizar como as ações colocadas em prática estão eivadas de um conjunto de representações que acabam balizando, norteando as propostas governamentais. Dessa forma, pode-se perceber e vislumbrar o quanto os discursos provenientes do governo (incorporados por parcela da imprensa) guardam consigo a relação entre as representações das favelas como territórios primazes da violência na cidade – especialmente algumas favelas – e as propostas de intervenção policial.

É nesse sentido que se apropria da reflexão feita por Leite (2014) acerca da relação entre políticas de segurança pública e a “guerra” praticada por governos nas favelas que são representadas como margens da cidade. Segundo a autora em apreço:

No Rio de Janeiro das últimas décadas, o aumento dos crimes e da violência, como se sabe decorrentes de uma mudança expressiva de suas modalidades relacionada à expansão do tráfico de drogas ilícitas e a suas conexões com os cartéis internacionais, transformou o crime violento sediado nas favelas no principal problema urbano, levando a uma mudança no enquadramento do conflito social, redefinindo o lugar desses assentamentos habitacionais e de seus moradores na cidade. (LEITE, 2014, p. 627).

Em outro artigo, a autora argumenta que as imagens e representações construídas para as favelas correspondem a dispositivos de produção desses lugares de moradia como território

da violência e da marginalidade no Rio de Janeiro. Ademais, é importante para Leite as modalidades de identificação e os dispositivos que constroem as favelas como territórios “vinculados à violência e a uma alteridade radical em relação à cidade e à sociedade” (LEITE, 2012, p. 376). Assim, as categorias “favelas” e “favelados”, mormente após os anos 1990:

[...] passaram a ser as modalidades de identificação dominantes desses territórios e populações, configurando-se como um dos principais dispositivos que promovem e sustentam a dimensão segregatória desses espaços contida em diversas políticas públicas e, especificamente, no campo da segurança [...]. (Idem, p. 378).

Cabe colocar, por outro lado, que os discursos em torno da política de segurança pública do governo, no período das operações policiais violentas no Alemão (conforme visto nos dois primeiros capítulos) não foram capazes de se apoiar em referenciais puramente normativos, ou seja, não se basearam monoliticamente nas diretrizes governamentais. Logo, o que se deseja ressaltar é que tais discursos não se fixaram somente num determinado viés, ou seja, foram reformulados em adequação às experiências práticas do dia a dia ou em função de outros constrangimentos discursivos.

É preciso afirmar mais enfaticamente que tal condição de adequação é basilar na construção de uma posição política, pois um discurso não é resultado de uma vontade meramente enunciativa. Um discurso é resultado da produção social da linguagem (FIORIN, 2013, p. 53), o que implica, necessariamente, levar em conta na análise do discurso, tanto os fatores linguísticos (fonologia, sintaxe etc.) como os extralinguísticos. Em outros termos, pensar em produção social da linguagem é considerar como funciona a língua em seu uso, no seu dia a dia (cf. BRANDÃO, 2013, pp. 19-20) ou nas condições sociais que acolhem as ações dos atores (cf. Idem, pp. 32-34).

Portanto, o discurso, antes de ser externado como parte da vida coletiva, projeta as situações sociais do seu entorno, mede sua validade e sua condição de recepção. É a partir dessas considerações que um enunciado é colocado em prática, transformando-se num discurso. Dessa maneira, cumpre reiterar e ratificar que um discurso não se constitui meramente pela vontade enunciativa em sua essência, mas, antes, leva em conta as projeções sociais que estão envolvidas em sua enunciação.

Em outros termos, o discurso sofre pressões de outros discursos cujas origens podem ser diversas. Essa é uma característica tanto do discurso político (que reverbera na imprensa) como dos discursos das mídias cujas pressões são de diversas naturezas⁸⁴. Nesse sentido,

⁸⁴ A parte III desta tese faz uma discussão que coloca em evidência uma análise sobre algumas pressões discursivas exercidas sobre o trabalho cotidiano da imprensa.

considera-se, aqui, que tratar o discurso da imprensa ou os discursos do governo que foram selecionados pelos diários investigados somente a partir de sua enunciação é perder de vista as possibilidades diversas e, por conseguinte, desconsiderar as tensões e o jogo de força que há na complexidade da vida social.

Brandão (2013), analisando a enunciação e interação social a partir de Bakhtin, afirma que: “toda comunicação verbal, de qualquer tipo, faz parte de uma corrente de comunicação ininterrupta em que o ‘outro’ está sempre pressuposto não de forma passiva, mas ativa, orientando a construção do discurso” (Idem, p. 33).

Diante do que foi colocado em cena, deve-se esclarecer que, neste capítulo, serão discutidas questões ligadas às permanências e rupturas discursivas em torno da política de segurança do governo em análise. Com isso, pontos importantes serão invocados nesta etapa, como, por exemplo, a escolha da favela Santa Marta como a primeira a receber um novo modelo de policiamento, os discursos em torno dos objetivos da criação desse novo modelo e as sobrevivências históricas dos discursos que perpassam a “guerra” e a “paz” declarada pelo governo.

3.1 **Discursos sobre a escolha da Santa Marta como novo modelo de policiamento de favelas**

A ocupação da favela em alusão, ocorrida em 19 de novembro de 2008, não foi retratada com grande alarde pelos jornais consultados, especialmente nos primeiros dias de presença policial. Em matéria sem muito destaque na edição como um todo, O Globo descreveu que a polícia havia ocupado a localidade e que intentava combater o tráfico, além de estabelecer a ordem na favela. Assim:

De acordo com o tenente-coronel Albuquerque, comandante do 2º BPM (Botafogo), a ordem do comando da PM é *manter o morro ocupado por tempo indeterminado. Com a polícia na comunidade, explicou, equipes de fornecimento de água, energia e limpeza urbana, entre outros serviços, vão poder trabalhar com tranquilidade.* (O Globo, Quinta-Feira 20 Novembro de 2008, p. 17, grifos meus).

Segundo Cunha e Mello (2012, pp. 448-449), os moradores da favela acordaram no dia 20 de novembro com a localidade ocupada pela polícia militar, sem um motivo especial explicitado. Passados alguns dias da presença ostensiva da polícia, os moradores perceberam,

então, que, naquela oportunidade, as forças do governo tinham chegado para ficar (Idem, *ibidem*).

Da mesma maneira que os moradores da Santa Marta, somente depois de alguns dias de ocupação policial é que as mídias pesquisadas expuseram declaração do secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro informando alguns procedimentos pensados/projetados para a localidade:

‘Vamos criar uma nova maneira de policiamento comunitário, com uma nova nomenclatura. Segurança pública não é somente ações policiais. Precisamos que o estado entre com os serviços. É importante que as pessoas tenham dignidade’ - disse o secretário (O GLOBO, sexta-feira, 28 de novembro de 2008, p. 15, grifos meus).

O secretário informou que criaria uma nova maneira de policiamento comunitário na favela. Vale mencionar que esse policiamento, ao qual se referia o secretário, era calcado num modelo que se baseia na proximidade entre população moradora da favela e a polícia, tendo como fator aliado do “fortalecimento das políticas sociais nas favelas” (CUNHA; MELLO, 2012, p. 441).

Tal modelo carrega consigo a noção de que o padrão de atuação policial deve ser diferente, visando romper com a forma predominantemente violenta que, historicamente, caracterizou a atuação policial em favelas (cf. CUNHA, 2004), conforme se pode observar, por exemplo, no capítulo anterior.

No início de dezembro, transcorrido pouco mais de uma semana de presença policial na região em apreço, as mídias pesquisadas começaram, gradualmente, a apresentar definições e propostas mais categóricas que foram verbalizadas por integrantes da cúpula governamental acerca dessa ocupação policial.

De acordo com os periódicos investigados, o novo modelo de policiamento estabelecido na localidade ainda estava se estruturando. A declaração do secretário que foi selecionada por um dos diários de notícias mostra as características que eram pensadas para aquele policiamento:

‘É um laboratório, um modelo de política de segurança pública. Estamos fazendo planilhas com os gastos. Vamos apresentar à sociedade os resultados e dizer: deu certo, esse é o custo. Se vocês quiserem um policiamento igual no Complexo do Alemão, vai custar tanto’ - disse Beltrame. (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 13, grifos meus).

A escolha da favela Santa Marta para a realização de um “laboratório”, conforme categoria utilizada pelo secretário Beltrame, para um novo modelo de política de segurança pública não foi aleatória. Em razão disso, é importante que se pense o porquê dessa ocupação

ou como os discursos ligados a essa escolha acabaram construindo uma explicação que nos permite pensar não somente tal escolha, mas também os referenciais que balizaram a política de segurança do governo em relação à favela Santa Marta.

Essa operação analítica contribui para que se compreenda tal novidade na política de segurança pública (ocupação de favelas com um novo modelo de policiamento nessas localidades), bem como, no mesmo diapasão, permite contemplar e interpretar o que há de permanência nesses discursos que organizaram a política de segurança pública praticada por esse governo, além de nos oferecer mais referências analíticas acerca das representações espacializadas de algumas favelas na cidade (cf. PALERMO, 2014a, p. 120).

Pelo menos três questões importantes podem ser introduzidas nesse debate, de forma a que se consiga ampliar o sentido da escolha específica da Santa Marta para ser um modelo, o “laboratório” de uma política de segurança. Essas três questões reverberaram em alguns dos discursos relacionados à ocupação da mencionada favela.

As duas primeiras questões têm ligação estrita com as representações que algumas favelas tinham/têm para o governo e, com isso, ajudam a esclarecer e compreender um pouco mais acerca das relações que as favelas têm com a cidade, partindo do ponto de vista político governamental. Essas duas questões foram explicitadas nos discursos dos integrantes do governo.

A última questão tem relação com as continuidades discursivas que revestiram a política de segurança do governo. Portanto, vale destacar que as explicações relacionadas a esta última questão não apareceram de forma aberta e constante na imprensa investigada, mas podem ser interpretadas a partir da construção histórica dos discursos que forjaram essa política de segurança.

(i) A primeira questão apontada acima está ligada às representações espacializadas da Santa Marta. Tratavam-se de pontos ou elementos que os integrantes do governo acionavam ou construía para essa favela, tendo em vista sua relação ao bairro de Botafogo. Isso ocorria porque essa favela era considerada pelo governo como a principal fonte irradiadora dos crimes no supracitado bairro.

Tais representações começaram a aparecer nas mídias pesquisadas desde o início da ocupação policial da localidade, especialmente a partir de dezembro de 2008. Todavia, essas representações não eram acionadas no sentido de compor claramente a referida favela como um perigo.

Quanto à imprensa, deve-se mencionar que o tom das matérias, desde a ocupação policial dessa favela, era voltado para a construção de uma imagem de “paz” (cf. ROCHA;

PALERMO, 2015). Além disso, as matérias enfatizavam a possibilidade de, com essa ocupação, haver maior oferta de serviços para a “comunidade”, acentuando também, nesse bojo, o fato de a favela ter ficado livre dos traficantes e do tráfico de drogas, conforme se discutirá à frente.

Nessa fase inicial de ação policial com vistas à ocupação, portanto, os jornais investigados construíam suas notícias com uma chave cognitiva que acentuava o clima de euforia e otimismo quanto ao futuro dos moradores da favela e do bairro de Botafogo (cf. ROCHA; PALERMO, 2015).

Entretanto, ainda que de forma tangencial, podem ser encontradas matérias que expunham outros sentidos da ocupação da favela pelo governo, o que nos ajuda a compreender as possibilidades diversas da relação entre a Santa Marta e o Estado (e a sociedade).

Nesse sentido, segundo um dos periódicos, em texto publicado no final de uma reportagem, a correlação entre a ocupação da favela e a queda da criminalidade no bairro de Botafogo já estava emergindo.

Nenhum registro de roubo ou furto

A iniciativa parece estar dando resultado: o número de roubos e furtos nas ruas de Botafogo próximo ao acesso do Morro Dona Marta despencou nas duas últimas semanas. De acordo com o comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gileade Albuquerque, não há nenhum registro nos últimos 14 dias, quando a média indicaria 16 crimes nesse período:

- A ocorrência de crimes caiu bastante nas ruas próximas ao acesso do morro. Havia uma média de oito crimes por semana e não tivemos qualquer roubo ou furto nas duas últimas semanas. Fecharemos os dados da segunda semana amanhã (hoje), mas a informação que tenho é de que não houve qualquer incidência.

O comandante do batalhão afirmou ainda que a redução da criminalidade tem relação direta com a ocupação do Dona Marta:

- Esses criminosos estão de alguma forma ligados ao tráfico. Além disso, as pessoas que têm pendências judiciais não estão mais circulando no local. Todo dia nós levamos alguém suspeito para checar.

(O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 12).

Noutro periódico, em coluna que tratava de informes acerca da cidade do Rio de Janeiro, a ocupação dessa favela ganhou destaque principal. Num dos trechos da coluna, o jornalista responsável informa que os roubos haviam caído na região do entorno dessa localidade. Assim descreve o colunista: “Ainda de acordo com o governador, a presença constante da Polícia Militar no Dona Marta fez despencar os casos de roubos e furtos na Rua São Clemente, principal acesso ao morro. ‘Há duas semanas que esses índices foram zerados’, anuncia [o governador]”. (O DIA, terça-feira, 2 de dezembro de 2008, p. 4).

Em matéria que anunciava a fuga de traficantes da favela Santa Marta para outras de Copacabana, o mesmo jornal expôs declaração do secretário de Segurança Pública afirmando

que: “[...] houve uma redução nos índices de roubos a pedestres no entorno do Dona Marta e a polícia já está com a atenção voltada para Copacabana, onde haverá reforço do policiamento”. (O DIA, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 11).

Numa reportagem impregnada de sentidos ligados à “paz”, o diário de notícias em voga expõe, no subtítulo de uma reportagem, que “[...] Policiamento permanente em favela de Botafogo traz esperança de revitalização às ruas do bairro” (O DIA, quinta-feira, 4 de dezembro de 2008, p. 14). E complementa no interior da matéria informando que “[...] De acordo com o vice-presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) [...], apartamentos no entorno da favela chegam a valer 80% menos do que imóveis similares longe da área de risco (Idem, ibidem).

Em outra reportagem publicada dias depois, O Globo selecionou e mostrou depoimento de um morador do bairro de Botafogo sobre a ocupação da Santa Marta. Essa reportagem apresenta representações sobre a favela que se alinham aos sentidos formulados nas matérias anteriores. Impregnada de sentido está a seleção feita pelo jornal, especialmente no trecho grifado a seguir.

Lá embaixo [fora da favela], o clima também era de apoio ao policiamento implantado no morro.
 - Os assaltos eram constante (sic) aqui em Botafogo. *Andar próximo ao Dona Marta sempre foi um risco.* Agora isso aqui está uma tranquilidade - disse um homem que se identificou apenas como Roberto.
 (O GLOBO, segunda-feira, 15 de dezembro de 2008, p. 15, grifos meus)

Poucos dias depois, o mesmo diário de notícias publicou matéria sobre o reaquecimento do setor imobiliário em Botafogo. Nessa reportagem impregnada de sentido sobre o lugar representado por essa favela no supramencionado bairro, há a veiculação da declaração de um tenente-coronel da Polícia Militar afirmando que a Santa Marta era como uma espécie de referencial negativo no bairro e, com a ocupação policial da localidade, essa referência negativa havia acabado (cf. O GLOBO, domingo, 21 de dezembro de 2008, p. 17).

Além dessas referências que foram organizadas e publicadas pelos jornais que integraram a pesquisa realizada, a Santa Marta era uma favela considerada pelo secretário de Segurança Pública, em termos técnicos, como um lugar que representava o ponto de irradiação de ocorrências criminais em Botafogo. Segundo Beltrame declara em seu livro:

Desde a Missão Suporte [trabalho realizado por ele na Polícia Federal], eu entendia que o grande problema da cidade eram os territórios abandonados à própria sorte pelo Estado. O Rio, segundo o Instituto Pereira Passos, contabiliza mais de mil favelas, numa prova de como o desleixo da história recai sobre os ombros da polícia. Assim que cheguei ao Rio, marquei num mapa as favelas controladas por bandidos. *Ao realizar o cruzamento do mapa com os dados da violência, ficava patente a*

coincidência entre as marcas que havia feito e a criminalidade. A favela Santa Marta, que fica no Morro Dona Marta, em Botafogo, Zona Sul, era o ponto de irradiação das ocorrências policiais do bairro (BELTRAME, 2014, p. 104, grifos meus).

(ii) A segunda questão acionada para explicar a escolha da favela Santa Marta apontava para o fato de ela ser menos complexa, em relação a outras possíveis candidatas a receberem esse novo modelo de policiamento. Nesses discursos reverberavam, pois, argumentos que apresentavam a favela como menor do que outras, que essa localidade tinha menos moradores, bem como tinha poucas entradas/saídas, em relação a outras favelas mais complexas e mais densas.

Numa reportagem voltada para informar sobre a ausência de traficantes de drogas na Santa Marta, um dos diários investigados apresentou a fala do governador através da qual ele anunciava a criação de ações permanentes na localidade em apreço, bem como pontuava, por conseguinte, benefícios que tal ocupação levaria aos moradores. Nessa perspectiva, a autoridade máxima do poder executivo deixou escapar algumas pistas sobre a escolha do “laboratório”:

[...] O governador lembrou que a intenção é criar uma ação permanente da polícia que possa garantir tranquilidade à população local. Neste sentido, também estão sendo inauguradas pelo governo novas casas, uma creche reformada e uma área esportiva. Segundo o governador, *o Dona Marta está tendo uma atenção diferenciada por não apresentar o “nível de complexidade” de outras comunidades, como Rocinha e Jacarezinho:*

— *No caso do Dona Marta, por ser uma comunidade menos complexa, tenho absoluta certeza de que esse desafio que lancei à polícia será alcançado com êxito.* [...].

(O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro 2008, p. 12, grifos meus).

Outro jornal que fez parte da pesquisa informou, em complemento à manchete de capa da edição, que a operação de ocupação da favela Santa Marta seria permanente. Ademais, o periódico noticiava que a operação deveria ser estendida para outras localidades similares, como, por exemplo, Babilônia e Chapéu Mangueira. Isso ocorreria porque “[...] As duas comunidades e o Dona Marta têm características que favorecem o trabalho [de ocupação policial]: são isoladas e não fazem parte de grandes complexos [de favelas]”. (O DIA, terça-feira, 2 de dezembro de 2008, p. 1, capa do jornal).

Numa reportagem publicada no dia seguinte, o mesmo jornal mostrou declaração do governador que permite acrescentar informações importantes acerca da escolha da favela Santa Marta para receber um novo modelo de policiamento. Segundo o governador, “[...] ‘O Dona Marta não tem o nível de complexidade da Rocinha ou do Jacarezinho e vai servir como modelo’ [...]”. (O DIA, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 11, capa do jornal)

Em adendo, vale expor trecho de uma declaração em que o secretário de Segurança Pública mostra como algumas características da favela Santa Marta foram importantes como fatores pensados pelo governo para a escolha da localidade. Portanto, além de ser o ponto de irradiação das ocorrências policiais em Botafogo, a Santa Marta

[...] acabou escolhido[a] por uma questão circunstancial. Pouco populoso, conta com apenas duas entradas, uma por baixo e outra pelo alto. Ao contrário das comunidades planas, não há circulação de carros, salvo num pequeno trecho na parte baixa. No fim dos anos 1980, os traficantes de lá travaram uma guerra sangrenta com os da Rocinha. O moro ainda era um ponto estratégico da venda de drogas na Zona Sul, embora o poder local estivesse acéfalo (sob tutela do Comando Vermelho). (BELTRAME, 2014, p. 107).

Contudo, a escolha não tinha essa trivialidade externada nas palavras do secretário, sobretudo em se pensando as características locais. Nesse sentido, o principal ponto a ser ressaltado é que havia, no horizonte político, uma preocupação com a possibilidade de o policiamento não ter o êxito esperado pelos propugnadores desse novo programa. Vejamos palavras do secretário que mostra que a escolha da Santa Marta pode ter sido circunstancial, mas os discursos permitem pensar num planejamento básico ligado à reorganização desse policiamento, em caso de dificuldades com a ocupação policial:

Cerca de um ano e meio se passou [desde a megaoperação policial no Alemão, em 2007] até que fosse possível dar o pontapé inicial no programa das UPPs. O Dona Marta [morro onde se localiza a favela Santa Marta], o Morro Babilônia, no Leme, também na Zona Sul, o Morro da Providência, no Centro, seriam candidatos naturais. *Eram comunidades pequenas e, se as coisas não funcionassem, seria possível recuar, se rearticular e seguir em frente* (Idem, ibidem).

A todas essas explicações pode ser acrescentada a preparação da cidade para o recebimento de megaempreendimentos (PALERMO, 2013; RODRIGUES, 2014), pois as favelas pensadas e planejadas para receber o programa de policiamento permanente se localizavam em pontos considerados pelo governo de representação importante na cidade, como a zona sul e centro, por exemplo.

O que se deseja realçar é que os discursos apresentados anteriormente, originários da imprensa pesquisada ou da autobiografia do secretário de Segurança Pública, organizaram um modo de interpretação das favelas – e da Santa Marta, em si – que nos permite pensar nas propostas de intervenção não como algo circunstancial, mas como uma política racionalizada cuja intervenção é caudatária das representações que cada favela tem para o governo.

Por isso, pode-se afirmar que a escolha da Santa Marta pode ter sido circunstancial, mas não foi aleatória, não foi fruto de um golpe de sorte ou azar, seja lá o que for. Em outros termos, as circunstâncias, sobretudo a proximidade com megaeventos (PALERMO, 2013;

RODRIGUES, 2014) podem ter pressionado o governo a ter que escolher uma favela-modelo ou “laboratório”, mas o pontapé inicial não foi dado por sorteio, foi por conta de uma escolha racional. Destarte, foi escolhida uma favela que preenchia determinados critérios que nos permitem problematizar o lugar dessa localidade na cidade e até mesmo sua posterior fundamentação como um modelo de aplicação do programa das UPPs⁸⁵.

Assim como ocorreu nas operações policiais no Alemão, é possível depreender que essa relação corresponde a um “[...] claro exemplo do encontro entre *representação [negativa da localidade], construção de problemas públicos e políticas de intervenção [policial]* (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p. 50, grifos meus).

(iii) Há uma terceira questão a ser colocada em cena, que contribui para pensar também (não somente) a escolha da favela Santa Marta para a experimentação do novo modelo de ocupação policial. Ela não tem uma presença verbalizada abertamente nos discursos de integrantes do governo ou da imprensa, conforme as duas primeiras questões apontadas antes. Mas, essa terceira questão pode ser depreendida a partir de uma visão que privilegia a continuidade discursiva em relação à política de Segurança Pública desse governo. Essa questão deriva, portanto, da angulação construída aqui para pensar a historicidade dos discursos em torno das ações policiais em algumas favelas cariocas.

Ora, conforme discutido no capítulo 1, as ações comandadas pela Segurança Pública eram relatadas pelos integrantes do governo, de acordo com os periódicos investigados, como tendo ligação muito mais com situações contextuais do que com as representações do Alemão para o governo, ou seja, com questões estruturais.

Todavia, ao escrutinar a série de discursos que reverberaram na imprensa (ou em outros canais), pode-se propor uma interpretação diferente, no sentido de compreender alguns elementos que organizavam, pautavam e construíam as ações da Segurança Pública.

Desse modo, o acompanhamento dos discursos ligados às ações policiais no Alemão permite inferir que havia fatores que vinculavam esse conjunto de favelas a um problema que já tinha sido mapeado tecnicamente pelo governo. Mais do que isso: a facção criminosa que controlava o comércio de drogas nessa região era representada como um grande empecilho pelo o governo, uma vez que o controle territorial exercido por essa facção, segundo os

⁸⁵ Recentemente, o portal G1 publicou reportagem que informava que, de acordo com a Coordenadoria de Polícia Pacificadora, as UPPs receberiam bandeiras de cores diferentes. Essas cores não são expostas publicamente, mas permitem definir o grau de risco de cada região. Nesse sentido, a favela Santa Marta foi uma das mais comemoradas como um caso de “pacificação” que deu certo. Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/areas-de-upps-do-rio-terao-cores-para-definir-grau-de-risco.html> (Consulta realizada em 27 de novembro de 2015).

discursos coligidos, baseava-se, eminentemente, na força das armas pesadas e na violência derivada desse arsenal. Esse era o elemento que construía substancialmente as representações espacializadas do Alemão.

Mas, por que essa breve digressão retornando ao Alemão ou aos capítulos anteriores? Porque esses discursos que construía o Alemão como um lugar de perigo e como ponto de apoio principal da facção denominada Comando Vermelho ainda representavam um problema para o governo (cf. RODRIGUES, 2014). Logo, a escolha da favela Santa Marta como “laboratório” da política de segurança também tinha alguma conexão com o combate que a secretaria de Segurança Pública havia travado em relação aos traficantes do Alemão.

Cumprir reiterar que as considerações que ligam a migração de traficantes do Comando Vermelho que atuavam no Complexo do Alemão para a favela Santa Marta (e outras da zona sul do Rio de Janeiro) com a decisão de começar a promover um novo modelo de policiamento nessa última favela não é acionada abertamente pelos integrantes da cúpula governamental. E dificilmente o seria.

No entanto, a partir do acompanhamento dos discursos que reverberaram na imprensa, pode-se interpretar tal relação, na medida em que há reportagens que mostram a preocupação do governo com essa migração, em função da presença policial mais ostensiva em favelas que, sobretudo no início de 2008, estavam para receber obras do PAC. A matéria a seguir (exibida quase na íntegra) pode ajudar na compreensão dos argumentos empregados:

[Título] O êxodo do Alemão

[Subtítulo] Traficantes de Ramos estão migrando para favelas da Zona Sul, como Dona Marta

[Texto] A apreensão de uma metralhadora .30 e a descoberta de vestígios de um acampamento usado por traficantes na mata do Morro Dona Marta, feitas ontem por policiais do 2º BPM (Botafogo), reforçam a informação de que o cerco da polícia à quadrilha que controla a venda de drogas no Complexo do Alemão, em Ramos, deu origem a uma espécie de migração de bandidos da região para favelas da Zona Sul do Rio. Dados da Subsecretaria de Inteligência (SSI) revelam que integrantes do bando teriam se refugiado no Morro Dona Marta, na Ladeira dos Tabajaras e no Pavão-Pavãozinho (em Copacabana).

A informação sobre o êxodo do Alemão também é investigada pelos setores de inteligência das polícias Militar e Civil. *A migração foi detectada em outubro, quando cerca de 30 traficantes do Complexo do Alemão deixaram a comunidade, seguindo inicialmente para o Morro dos Prazeres, em Santa Teresa. De lá, a maior parte do grupo foi para o Dona Marta.*

Tiroteio assusta moradores da área

O tráfico de drogas nos morros Dona Marta, do Pavão-Pavãozinho e na Ladeira dos Tabajaras é controlado pela mesma facção criminosa do Alemão. As migrações, segundo as investigações, devem se intensificar com a retomada do cerco policial ao Complexo do Alemão, para garantir o início das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para escapar da polícia, os traficantes buscam refúgio em favelas da Zona Sul, onde as operações policiais têm maior visibilidade, como comprova declaração dada em

outubro passado pelo secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, à Rádio CBN. Na ocasião, ele disse que um tiro em Copacabana era diferente de um disparado em comunidades como a Favela da Coréia, na Zona Oeste, e o Complexo do Alemão. Segundo o secretário afirmou na época, prender traficantes no Dona Marta, por exemplo, é mais difícil.

A apreensão da metralhadora .30 ontem na favela aconteceu durante uma operação do 2º BPM feita para localizar um acampamento de traficantes do Alemão. A incursão começou a ser montada de madrugada. No início da manhã, quando cerca de 20 policiais entraram no Dona Marta, houve intenso tiroteio e moradores da área ficaram assustados. Um homem identificado como Walmir Costa de Souza, que segundo os policiais seria traficante da favela, foi baleado no confronto e morreu. A polícia suspeita que ele fazia a segurança do acampamento. Na mata, foram encontrados apenas vestígios da presença de pessoas, como restos de uma fogueira. Um policial ficou levemente ferido ao cair no local.

(O GLOBO, sexta-feira, 15 de fevereiro de 2008, p. 14, grifos meus para destacar o fato de a Santa Marta ter recebido a maior parte dos traficantes).

Por meio dessas colocações, que se baseiam em informações institucionais providas por dados da Subsecretaria de Inteligência (SSI), pode-se inferir que a terceira questão mencionada antes guarda um nexos também com a permanência da “guerra” ao tráfico de drogas nos Complexos do Alemão e da Penha, segundo o que foi colocado em discussão nos dois capítulos anteriores.

Desde as operações violentas que foram praticadas no Alemão, em 2007, e com o constante policiamento dessa região, com vistas à preparação do conjunto de favelas para receber as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), integrantes da cúpula de segurança discorriam publicamente para a imprensa sobre a migração de traficantes de drogas do Comando Vermelho, facção que comanda o comércio de drogas na região, para a favela Santa Marta.

Ora, de acordo com o que foi organizado e discutido anteriormente, nos capítulos 1 e 2, o Comando Vermelho era avaliado como um grande problema para o governo, pois era considerado como uma facção criminosa mais violenta do que as outras, uma vez que usava primordialmente seu poderio bélico para manter o domínio territorial e potencializar a venda de drogas nas localidades em que têm o controle.

Portanto, como a favela Santa Marta também era controlada pela mesma facção, o governo informava, segundo discursos organizados e publicados nas mídias averiguadas, que grupos de traficantes haviam se deslocado em direção à favela de Botafogo. Esse tipo de publicação, conforme reiteradamente ocorre, traz consigo a chancela do serviço de inteligência ou pelo menos mobiliza essa noção, no sentido de reverberar uma percepção maior peso no vetor informativo.

Em outra matéria, o jornal investigado mostra que estavam sendo planejadas ações para evitar a fuga de traficantes de favelas programadas para receber obras do PAC para outras favelas:

LULA NO RIO: Traficantes teriam fugido
 Polícia fará o 'cinturão do PAC' nas favelas
 Movimentação de traficantes será monitorada por 12 delegacias e unidades especializadas
 A Polícia Civil criou o "cinturão do PAC", que inclui 12 delegacias e unidades especializadas. Além de fazer os registros dos crimes ocorridos nas favelas onde haverá obras, os policiais vão acompanhar a movimentação de traficantes com o apoio das informações passadas pela Coordenadoria de Inteligência Policial (Cinpol). Segundo o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, os bandidos fugiram do Alemão, da Rocinha e de Manguinhos para outras comunidades. (O GLOBO, sábado, 8 de março de 2008, p. 26).

Cumprir acrescentar que Rodrigues (2014) afirma que o combate focal ao Comando Vermelho, a fim de provocar sua extinção, é uma das apostas antigas da polícia militar do Rio de Janeiro. Esse foco deriva do fato de a polícia deste Estado considerar que a referida facção criminosa trabalha com a lógica da territorialização de sua atuação, pautando suas ações na “estética da guerra” (Idem, *ibidem*). Sendo assim:

[...] dado o contexto atual da cidade do Rio, a agenda dos “megaeventos” serviu como um poderoso catalizador de recursos para que o Estado procedesse a uma iniciativa militar de enfraquecimento da referida facção [o Comando Vermelho]. *O fato das favelas “vermelhas” [com o comércio de drogas ilícitas comandado pelo Comando Vermelho] estarem localizadas em setores estratégicos para os “megaeventos” só corroborou para um velho desejo da polícia, cujo mote é erradicar um grupo que desde o final dos anos 1970 desafia a soberania do Estado no Rio de Janeiro* (RODRIGUES, 2014, grifos meus).

O que se deseja realçar é que a primeira ocupação policial destinada a ser permanente, com vistas à experimentação de um novo modelo de policiamento, tem, em alguma medida, nexos de continuidade com os discursos e com o foco da política de segurança pública combativa e violenta realizada no Alemão.

Vale reiterar e ratificar que esses discursos ligados à migração de traficantes do Alemão para a zona sul da cidade do Rio de Janeiro não foram empregados no sentido de explicar a escolha da Santa Marta como a favela que receberia um novo modelo de policiamento. Pelo menos não há essas referências no material de pesquisa investigado.

No entanto, reposicionando os discursos calcados nos dados da SSI que reverberaram na imprensa, pode-se interpretar que há uma relação que, no mínimo, deu sua contribuição ou fez parte do horizonte das estratégias operacionais da SESEG. Ademais, não se deve negligenciar, conforme apontado no capítulo 1, que os Complexos do Alemão e da Penha,

desde a morte do jornalista Tim Lopes, tornaram-se um problema para a imprensa (RAMOS; PAIVA, 2007, pp. 99-100).

3.2 **Discursos que delinearão objetivos do governo sobre a ocupação da favela Santa Marta**

Conforme observado na seção anterior, os primeiros dias de ocupação da favela Santa Marta não geraram notícias profusas sobre as razões que envolviam a presença policial na localidade. Após alguns dias, notadamente a partir de dezembro de 2008, as notícias começaram a brotar com maior abundância nas mídias e, por meio da seleção e publicação desses veículos, pode-se notar que os integrantes do governo começaram a expor alguns pontos que passaram a ser pautados como objetivos ou finalidades daquele modelo de policiamento que seria, ulteriormente, batizado de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

Dessa forma, a ocupação da favela Santa Marta, ocorrida desde 19 de novembro de 2008, não foi relatada com grande alarde e pujança informativa nos jornais consultados, pelo menos no que se refere ao transcurso dos primeiros dias da presença policial. Não obstante, o jornal O DIA deu, ainda que eventualmente, destaque a uma matéria sobre essa ocupação, mostrando alguns detalhes iniciais, conforme a seguir:

[Título] Dona Marta ocupado 24h

[Subtítulo] Polícia Militar ficará em comunidade de Botafogo por tempo indeterminado para reprimir tráfico

[Texto] Com o objetivo de reprimir o tráfico de drogas e apreender armas, cerca de 130 policiais de nove batalhões da Polícia Militar ocuparam ontem o Morro Dona Marta, em Botafogo, por volta das 5h30. A ocupação será mantida por tempo indeterminado. Na chegada da polícia, houve confronto no alto da favela, mas ninguém ficou ferido ou foi preso. Dois helicópteros deram apoio à ação, que contou ainda com a participação de cães farejadores. Armas, munições, máquina caça-níqueis e aparelhagem de som usada em bailes funk foram apreendidas.

[...] “Não temos data para sair daqui. Vamos deixar quarenta homens durante 24 horas por dia, por tempo indeterminado. A intenção é dar um choque de ordem. Com nossa presença, empresas de serviço público e a prefeitura poderão entrar com tranqüilidade para regularizar a questão de gatos de energia e de TV a cabo, comércio irregular e outros tipos de irregularidades”, afirmou o tenente-coronel Gileade Albuquerque, do 2º BPM (Botafogo).

(O DIA, quinta-feira, 20 de novembro de 2008, p. 10).

Segundo as reportagens que foram publicadas nas fontes pesquisadas, as diretrizes que envolviam a ocupação não apresentavam, inicialmente, definições precisas nem ampliadas do que iria acontecer nos desdobramentos dos acontecimentos. De acordo com a reportagem do

jornal O DIA cujo trecho está exposto acima, a ordem do comando da Polícia Militar, naquela operação, era simplesmente manter a favela ocupada, sem um período precisamente determinado para o fim da empreitada. Além disso, o periódico informou que o tenente-coronel Albuquerque, comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar de Botafogo, havia afirmado que, com a ocupação policial, as equipes de fornecimento de água, energia, limpeza urbana etc. poderiam trabalhar com tranquilidade.

Transcorridos alguns dias dessa ocupação, os diários consultados expuseram declaração do secretário de Segurança Pública, informando alguns procedimentos pensados e projetados para a localidade. Logo, a partir desse momento, os relatos midiáticos começaram a organizar algumas declarações importantes dos integrantes do governo que permitem um mapeamento mais consistentes dos discursos acerca dos objetivos do novo modelo de policiamento que estava sendo colocado em prática e que reverberaram nos veículos de mídia que fizeram parte da pesquisa.

Segundo os relatos do secretário de Segurança Pública que foram capturados pelos diários investigados, o governo tinha a intenção de criar um novo modelo de policiamento comunitário que ofereceria, a partir da presença policial, a possibilidade de o estado prover mais serviços à favela (O GLOBO, sexta-feira, 28 de novembro de 2008, p. 15, grifos meus).

Outro periódico investigado anunciava que a Santa Marta receberia um policiamento-modelo de base comunitária (O DIA, quinta-feira, 27 de novembro de 2008, p. 12). Segundo esse jornal, visava-se, com isso, ampliar serviços nas áreas de saúde, assistência social e atividades recreativas (Idem, ibidem).

Já nessa fase, um dos impressos publicou outra declaração do secretário na qual ele informava ter decidido que instalaria, então, “[...] uma companhia da Polícia Militar, com 120 homens, no prédio de uma creche que cuidaria de 120 crianças de até 4 anos, no alto do Morro” (O GLOBO, sexta-feira, 28 de novembro 2008, p. 15).

O DIA, por sua vez, informava que a favela receberia uma companhia de policiamento comunitário. “Ainda sem nome escolhido [para o novo modelo de policiamento], o projeto servirá como modelo para outras comunidades” (O DIA, sexta-feira, 28 de novembro 2008, p. 11).

Segundo O Globo, em consequência do anúncio que definia o uso de uma creche como base operacional para funcionamento de uma companhia da polícia, houve contestações que foram protagonizadas pelos moradores da favela. Ainda de acordo com o esse periódico, diante dessas objeções, “Beltrame [secretário de Segurança] tentou explicar a importância de

se implantar o *policciamento comunitário* no local, mas os moradores foram irredutíveis, defendendo a creche” (O GLOBO, sexta-feira, 28 de novembro 2008, p. 15, grifos meus).

O que foi publicado no outro diário de notícias também retratava a insatisfação de moradores com a ocupação da creche Braguinha (O DIA, sexta-feira, 28 de novembro 2008, p. 11). Em complemento, o periódico informava que “[...] Além de pedir ao secretário que a creche passe a funcionar, os moradores ainda reclamaram da maneira truculenta com que os PMs estariam agindo na comunidade” (Idem, *ibidem*).

Em face da oposição adotada por moradores e lideranças locais, o jornal O Globo selecionou a seguinte declaração do secretário:

A creche nunca funcionou aqui por causa do tráfico. Vamos criar uma nova maneira de policiamento comunitário, com uma nova nomenclatura. Segurança pública não é somente ações policiais. *Precisamos que o estado entre com os serviços*. É importante que as pessoas tenham dignidade - disse o secretário, que levou para a reunião representantes de vários órgãos, como a Secretaria de Saúde, para desenvolver o programa Médico de Família.
(O GLOBO, sexta-feira, 28 de novembro 2008, p. 15, grifos meus).

De acordo com o mesmo veículo de mídia, com as pressões dos moradores e do presidente da Associação de Moradores da favela defendendo a creche, o secretário foi taxativo e impositivo, afirmando que os moradores teriam que aceitar o modelo de policiamento proposto pelo Estado, conforme a seguir:

Queremos um policiamento modelo e escolhemos o Dona Marta porque a comunidade já tem uma presença forte do estado. Será um policiamento diferente. Os policiais já estão sendo treinados para isso. *A comunidade tem que querer esse policiamento* e não posso expor os policiais à morte (Idem, *ibidem*, grifos meus).

À medida que a ocupação avançava e ganhava destaque social e midiático, começaram a ocorrer outros questionamentos em relação às propostas relatadas nos primeiros dias. Foram surgindo, então, novas demandas que eram provocadas e protagonizadas, principalmente, pela imprensa ou eram colocadas em pauta em razão de sua presença e interesse na ocupação policial da Santa Marta. Uma dessas pautas tinha relação com a permanência do tráfico de drogas nessa favela.

Nesse sentido, Edilson Silva (2010, pp. 111-134), em seu livro, especificamente num capítulo intitulado “Teoria e prática: o discurso dos jornalistas sobre a violência no Rio de Janeiro”, mostra o quanto a representação da violência urbana no jornal pesquisado por ele guarda uma ligação preponderante e umbilical com a ação de traficantes de drogas. Segundo esse autor:

A exemplo do que se passa com os textos selecionados [nos jornais impressos investigados por ele], também nos discursos dos entrevistados [jornalistas], há uma representação dominante que coloca a existência do crime organizado relacionada ao tráfico de drogas no centro da discussão e das análises produzidas sobre a violência urbana (Idem, p. 122).

Cumprir registrar, em função do que foi exposto, que a presença de traficantes drogas e o funcionamento de seus negócios foram questões que passaram também a fazer parte do horizonte de expectativa do que era tematizado pelas mídias. Em razão disso, não tardou para que o combate ao tráfico de drogas começasse a figurar nas abordagens discursivas de integrantes do governo acerca dos objetivos iniciais do novo programa de policiamento que se estava estruturando na Santa Marta.

Nesse sentido, há que se colocar em evidência uma reportagem teve grande destaque na capa de um dos diários consultado nesta pesquisa. O jornal O DIA estampou com destaque principal na capa de sua edição a seguinte matéria:

[Manchete principal da edição em caixa alta] CABRAL AFIRMA: ‘TRÁFICO ACABOU NO DONA MARTA’

[Texto complementar] Governador do Rio assegura que, com a ocupação da comunidade por parte da Polícia Militar, o comércio de drogas desapareceu. ‘Os bandidos foram embora’, garantiu Sérgio Cabral, acrescentando que a presença da PM no Dona Marta provocou a redução dos índices de roubos e furtos na Rua São Clemente, principal acesso ao morro.

(O DIA, terça-feira, 2 de dezembro de 2008, p. 1, capa do jornal).

Outro periódico esquadrinhado produziu uma reportagem cujo título se apresentava num tom animado, em relação à presença policial ostensiva e constante na favela Santa Marta: “Secretário anuncia 'tsunami de ações sociais' como nova política” (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 13)⁸⁶. No subtítulo encontram-se as palavras: “FAVELA SEM TRÁFICO: Dona Marta será usada como modelo” (Idem, ibidem, grifos do próprio jornal em letras grandes).

Outra reportagem veiculada no mesmo dia apresenta um pouco mais acerca dos discursos que construía esse novo modelo de policiamento e que narravam seus objetivos iniciais. No título constavam as seguintes palavras: “Dona Marta livre dos bandidos – FAVELA SEM TRÁFICO – Após quase duas semanas de ocupação pela PM, todas as 'bocas-de-fumo' estão fechadas” (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 12, grifos do próprio jornal em letras grandes).

⁸⁶ Deve-se ressaltar que o secretário utiliza uma palavra de sentido negativo para, metaforicamente, tentar readequá-la para que ganhe um cariz positivo. Obviamente, a palavra tsunami, na expressão “tsunami de ações sociais” ganha, por parte do secretário, um sentido positivo, pelo menos esse parece ser o enquadramento expositivo. Mas, trata-se, no mínimo, de um uso fora dos padrões.

É importante chamar a atenção para o grifo em caixa alta que o jornal O Globo fez em duas reportagens publicadas num mesmo dia, conforme acima. Ambas, vale ressaltar, destacam que o tráfico de drogas não estava mais operando na favela Santa Marta, em decorrência da presença policial na localidade. Não se deve negar que essa é uma construção de sentido feita pela própria mídia, mas não deixa de ter uma relação com a narrativa proferida pelas autoridades políticas, o que sugere uma simbiose entre tais discursos, conforme será discutido mais detalhadamente no capítulo 6.

A matéria em alusão dá continuidade à produção de sentido acima mencionada. Logo, a reportagem continua informando que:

Eles [os traficantes de drogas] teriam começado a fugir da favela no dia 20 de novembro, quando a área foi ocupada pela Polícia Militar. Hoje, 13 dias depois do início da tomada da área pelo poder público – representado por 50 homens do 2º BPM e do Batalhão de Choque -, *todas as "bocas-de-fumo" estão fechadas, segundo o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame* (Idem, ibidem, grifos meus).

O periódico em voga selecionou e publicou, outrossim, um depoimento do delegado Marcus Vinicius, que era, à época, titular da Delegacia de Combate a Drogas (Dcod). Nesse depoimento, o delegado “também afirmou que o tráfico não está [estaria] mais no Dona Marta” (Idem, ibidem). O diário de notícias acrescenta palavras do delegado que se apresentam como um relato de cunho formal e, ao mesmo tempo, contundente: “O que está acontecendo no Dona Marta é uma ocupação séria, diferentemente de todas as outras. *Posso afirmar que não está mais havendo venda de drogas na favela - disse Marcos Vinicius*” (Idem, ibidem, grifos meus).

Adicionalmente, o mesmo jornal informou que agentes da Polícia Federal do Rio de Janeiro também “confirmaram que os pontos de venda de drogas fecharam e que os bandidos desapareceram do Dona Marta” (Idem, ibidem). Os agentes advertiram, no entanto, que era preciso ter cautela quanto às ações que estavam sendo realizadas, uma vez que não se deveria comemorar um feito antes de sua consolidação. Tais discursos, portanto, permaneciam ainda numa chave analítica que contemplava o objetivo de eliminar o tráfico de drogas.

Diante desse cenário que apresentava um programa de policiamento de uma favela sendo colocado em prática, O Globo selecionou e publicou declaração do governador do Estado do Rio de Janeiro sobre os objetivos institucionais envolvidos naquela ocupação policial. Segundo o que foi veiculado no jornal:

O governador Sérgio Cabral também demonstrou cautela. [Mas,] *PERGUNTADO SE JÁ É POSSÍVEL AFIRMAR QUE O TRÁFICO ACABOU NO MORRO DONA MARTA, ELE RESPONDEU:*

- *DÁ PARA AFIRMAR QUE NO MORRO DONA MARTA O NOSSO OBJETIVO É ESSE*. Como numa rua qualquer do asfalto do Rio de Janeiro, você tem que ter um policiamento permanente e a garantia da ordem - disse.
(Idem, ibidem, com grifos em caixa alta meus para destacar enfaticamente o diálogo do governador sobre os objetivos do programa de policiamento na favela Santa Marta).

Como desdobramento dessas declarações, em Editorial, a mídia em voga fez uma análise que se declarava otimista em relação à ocupação policial da favela, não deixando de destacar o que considerava a animadora perspectiva concernente à expulsão dos traficantes da região e ao fim do tráfico de drogas numa favela da Zona Sul.

É no mínimo animadora a afirmação do governador Sérgio Cabral de que o tráfico no Dona Marta está aniquilado. Após uma ocupação que começou na segunda quinzena de novembro, com efetivos da Polícia Militar, o governo, de acordo com Cabral, sufocou o movimento de compra e venda de drogas, esteio econômico das quadrilhas que se sucediam no comando das atividades criminosas da favela, encurtou gradativamente as áreas subjugadas pelos traficantes e, por fim, expulsou os bandidos da região (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 6, grifos meus).

Sobre os discursos que revestiam os objetivos do novo modelo de policiamento que estava sendo praticado na Santa Marta, a imprensa em análise – Jornais O Globo, EXTRA e EXPRESSO – passava a noticiar que um dos primeiros desafios que foram colocados em pauta pelo então governador Sérgio Cabral era acabar com o controle territorial do tráfico de drogas na localidade.

Vale ressaltar ainda que o secretário de Segurança Pública anunciava que, com a ocupação da favela pelos policiais, os serviços sociais seriam implantados na localidade de forma intensa. Desse modo, os discursos do secretário e do governador se organizavam no sentido de mostrar/propor que a presença da polícia na área seria apenas a primeira etapa de um conjunto de ações que o governo estava começando a planejar para benefício dos moradores. Assim o secretário se posicionou para a mídia analisada:

*Se não for dessa forma, com ações [sociais] de duração infinita, não acabamos com o tráfico. O que nós estamos planejando para o Dona Marta é diferente de tudo que já foi feito em política de segurança pública.
(O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 13).*

O jornal O DIA, apontando a escolha da capitã Priscila de Oliveira Azevedo como a comandante da tropa policial escolhida para trabalhar na ocupação da Santa Marta, informou que ela era discípula do comandante do 1º Comando da Capital, coronel Marcus Jardim. Ademais, noticiava que a capitã teria que “[...] garantir a aposta do governo estadual no novo modelo de ocupação e, principalmente, manter afastados os bandidos que fugiram da favela”. (O DIA, quinta-feira, 4 de dezembro de 2008).

Conforme apontado, os discursos que reverberaram na imprensa acerca das finalidades declaradas na ocupação policial da favela Santa Marta foram sendo, paulatinamente, expostos publicamente pelos integrantes do governo. Com isso, as mídias examinadas passaram cada vez mais a selecionar, noticiar e valorizar a ocupação policial da favela com crescente destaque. Isso ocorreu também porque a implantação de um novo modelo de policiamento na referida localidade gerou um impacto imediato na sociedade carioca e fluminense (cf. CUNHA; MELLO, 2012, p. 455).

Os jornais pesquisados capturaram, selecionaram e noticiaram alguns dos objetivos da ocupação da favela Santa Marta que foram identificados nos discursos dos integrantes do alto escalão do governo ou de bases operacionais. Além disso, em editorial, conforme acima, uma das mídias investigadas mostrou-se “animada” e a favor das ações governamentais na localidade citada.

Conforme exposto nos capítulos anteriores, cumpre destacar que essa é uma das formas pelas quais as mídias pesquisadas agiram como uma espécie de “ator político” (SILVA, 2010, pp. 135-158), ao organizarem e pautarem novas propostas para a segurança pública, sobrelevando determinados pontos dos discursos institucionais que, para os referidos diários de notícias, eram importantes, como, por exemplo, a expulsão dos traficantes da região e o fim do tráfico de drogas. Segundo Silva, ao noticiar, a imprensa está, ao mesmo tempo, denunciando e analisando criticamente uma situação, agindo, portanto, na esfera pública (Idem, p. 145), contribuindo para pautar temas e questões que têm, em alguma medida, influência política e social.

Retomando os relatos que reverberaram nas mídias, vale ressaltar que, passados dezenove dias de ocupação, o governador do Estado anunciou que a promessa de instalação de uma Companhia Comunitária da Polícia Militar (O GLOBO, quarta-feira, 10 de dezembro de 2008, p. 18), na favela Santa Marta, seria cumprida e que essa base contaria com efetivo de 125 homens, alguns deles realizando o trabalho de policiamento permanente na localidade, em regime de escala. Cumpre ratificar que o programa, nessa fase da ocupação, ainda não era nomeado como Unidade de Polícia Pacificadora.

É importante destacar que, nessa fase, os discursos que mostravam o objetivo de promover a expansão desse modelo de policiamento que se delineava já se faziam presentes. Nesse sentido, de acordo com o mesmo periódico, o governador informara, à época, que a extensão de um policiamento diferenciado (ou similar ao da Santa Marta) a outras favelas vizinhas – nos morros da Babilônia e do Chapéu Mangueira – dependeria do secretário de Segurança (O GLOBO, quarta-feira, 10 de dezembro de 2008, p. 18).

Diante desse contexto em que brotavam discursos e manifestações atinentes aos objetivos do novo modelo de policiamento delineado e praticado na favela Santa Marta, o governador do Estado do Rio de Janeiro foi indagado sobre a possibilidade do retorno do tráfico de drogas à favela Santa Marta. Em face desse questionamento, ele deu a seguinte declaração que foi selecionada e publicada:

Sobre a possibilidade de volta do tráfico ao Dona Marta, Cabral disse: - *Não vou fazer bravata, mas estamos aqui para não permitir isso. Vamos trabalhar para isso, como espero que não volte o consumo de drogas na Vieira Souto, na Delfim Moreira...* (Idem, ibidem, grifos meus).

Diante do que foi exposto nos jornais pesquisados e conforme apontado em um artigo publicado em revista acadêmica (PALERMO, 2013), os principais objetivos da ocupação policial realizada na favela Santa Marta que reverberaram na imprensa pelas declarações dos mais destacados integrantes do governo foram: a retomada do território controlado por traficantes de drogas, para que se pudesse promover a entrada cada vez mais profusa de serviços sociais e de infraestrutura porque, segundo o discurso governamental escolhido e iluminado pela mídia, a promoção de serviços nas favelas era obstaculizada pela presença de traficantes de drogas nas localidades.

Além desses objetivos, tendo em vista os constantes problemas relativos à atuação policial em favelas – vide exemplo do Alemão exposto nos capítulos anteriores –, um novo modelo de policiamento foi anunciado pelo governo para ser colocado em prática na favela Santa Marta, contemplando o policiamento comunitário, segundo o próprio Beltrame, conforme trecho de reportagem a seguir.

Cumprido destacar ainda que, de acordo com o discurso organizado pela imprensa, o governo intentava priorizar, nesse novo modelo de policiamento, a utilização de novos policiais, de modo a tentar romper com uma visão pré-formatada e impregnada de estigmas que alguns policiais antigos carregam em relação aos moradores de favelas. Desse modo, segundo a reportagem cujo trecho é exposto a seguir:

PMs que atuarão no Dona Marta são diplomados
 Secretário diz que outra favela ganhará polícia comunitária
 O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, entregou na manhã de ontem, no quartel-general da PM, os diplomas aos 125 recrutas que farão, a partir de sexta-feira, o novo modelo de patrulhamento comunitário no Morro Dona Marta, em Botafogo. Durante a diplomação, Beltrame ressaltou que a equipe será pioneira ao atuar na comunidade, que está há quase um mês sem tráfico de drogas. O secretário revelou ainda que já está em estudos a implantação da Companhia de Polícia Comunitária em outra favela carioca, cujo nome não quis informar:
 - Vamos primeiro colher os dados e preparar a próxima ação nos mesmos moldes, com ocupação da comunidade.

De acordo com o comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gileade Albuquerque, os recrutas trabalharão em esquema de plantão, com 30 soldados em cada equipe. Eles terão a companhia de policiais que já trabalharam na Companhia de Policiamento em Áreas Especiais (Cpae), do Grupamento de Cães e do Batalhão Florestal. O trabalho deve começar na próxima sexta-feira, quando a ocupação do Dona Marta completará um mês e será inaugurada a Companhia de Polícia Comunitária no alto do morro.

(O GLOBO, terça-feira, 16 de dezembro de 2008, p. 21).

Como consequência de tais discursos acerca dos objetivos institucionais para a organização do policiamento na favela Santa Marta, os diários consultados divulgavam, à época, que havia sido planejada pelo governo a implantação de uma Companhia de Policiamento Comunitário na localidade, com o fito de garantir a presença constante da polícia militar, assegurando, pelo menos em princípio, a redução ou o fim dos confrontos armados entre traficantes e policiais que eram causadores de alta letalidade nas favelas, conforme apresentado na matéria a seguir:

A tomada da favela

Depois de anos dominado pelo tráfico, o Morro Dona Marta foi ocupado [...] pela Polícia Militar sem a necessidade de um tiro sequer. Ao todo, 50 homens passaram a patrulhar diariamente a comunidade: policiais militares do 2º BPM (Botafogo), do Batalhão Florestal e da Companhia de Cães da PM. Todas as "bocas-de-fumo" fecharam e os traficantes fugiram para outras favelas.

Já nos primeiros dias, os efeitos da ocupação chegaram ao asfalto: o número de roubos e furtos nas ruas de Botafogo junto ao acesso do Dona Marta despencou. A Secretária de Segurança anunciou que o plano é manter ocupações semelhantes em outras favelas.

(O GLOBO, segunda-feira, 15 de dezembro 2008, p. 15, grifos meus).

Vale acrescentar ainda que o destaque dado pelo jornal aludido para a ausência de tiro na ocupação da favela Santa Marta pela polícia militar começava a marcar uma inflexão no modelo de cobertura da mídia, pois este passaria crescentemente a tematizar as localidades ocupadas pela polícia militar por outras metáforas: da “guerra” transitava-se para a “paz” (cf. ROCHA; PALERMO, 2015). Nesse sentido:

O debate que se seguiu na imprensa evidencia a reação dos atores envolvidos. O noticiário trata de alardear os primeiros resultados, fazendo euforicamente o elogio das UPPs. As matérias jornalísticas chamam a atenção para o clima de ‘segurança’ e ‘tranquilidade’ que passou a existir então na favela (CUNHA; MELLO, 2012, pp. 455-456, aspas dos próprios autores).

Portanto, nesse primeiro mês de ocupação policial da favela Santa Marta, os discursos acerca dos objetivos que revestiam o novo programa de policiamento proposto pelo Estado estavam sendo delineados pela imprensa e apontavam, inicialmente, para quatro questões básicas, conforme já assinalado anteriormente, a partir dos trechos de jornal selecionados.

Resumida e esquematicamente, esses discursos podem ser reposicionados dessa forma: (i) ocupação territorial permanente realizada pela polícia militar; (ii) preparação para a

utilização de um novo modelo de policiamento, baseado na concepção de polícia comunitária, com a presença de policiais recém-formados; (iii) intensificação da presença do Estado na favela, propiciando, inclusive, a possibilidade de aumento da oferta de serviços diversos; (iv) acabar com a atividade criminosa ligada ao tráfico de drogas⁸⁷.

3.3 Continuidades e mudanças nos discursos sobre as ações policiais destinadas a favelas

A partir da ocupação policial na favela Santa Marta, em fins de 2008, a linha discursiva mais empregada por integrantes do governo e pela imprensa investigada passou a acionar, primordialmente, a ideia e o sentido de que se transitou de uma política de “guerra” para a política da “paz”.

Em artigo publicado em parceria com a socióloga Lia Rocha, identificamos que não havia nenhuma menção ao termo “paz” nos diários escrutinados, pelo menos levando-se em conta o período entre janeiro de 2007 e a ocupação policial da favela Santa Marta (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26).

Tal constatação permite perceber, nas mídias investigadas, uma produção de sentido que enfoca na descontinuidade discursiva, sobrelevando os sentidos de “paz” em detrimento dos sentidos de “guerra”. É como se o período em que o governo promoveu ações policiais violentamente belicosas voltadas para algumas favelas – como, por exemplo, as que se localizam no Alemão – tivesse sido deixado para trás. Com base no que foi organizado nessas narrativas diárias, “guerra” e “paz” seriam construtos discursivos plenamente dissociados, o que sugeriria, por extensão, uma desconexão também na própria prática da política de segurança do governo Sérgio Cabral.

⁸⁷ A título de ampliação desse escopo, tendo por base pesquisa recente que interpreta o programa das UPPs a partir de etnografias que problematizam sobretudo o impacto da “pacificação” na sociabilidade das favelas, cumpre destacar que Leite (2014) acrescenta uma questão deveras importante aos estudos sobre as favelas em tempos de UPPs. Segundo a autora, o sentido da “pacificação” não se restringe ao “recolhimento das armas”, mas se dirige aos moradores de favelas” (Idem, p. 634, aspas no original). A autora faz referência à disciplinarização desses atores sociais, especialmente pensando na relação entre favelas e cidade, a partir de uma chave analítica que é eminentemente moral. Em outros termos, apesar de o sítio das UPPs colocar como um dos objetivos do programa recuperar a “soberania estatal” sobre as localidades ocupadas, a autora identifica que as relações assimétricas de força entre polícia e moradores ainda subsiste, além de registrar a permanência de práticas abusivas por parte da polícia. Em resumo, permanecem dispositivos de controle social coercitivo e acionamento de recursos de disciplinarização dos moradores (Idem, p. 635).

Os destaques recorrentes às expressões ligadas ao sentido de tranquilidade e de “paz” na favela Santa Marta, que havia sido ocupada pela polícia militar, começavam a marcar, desse modo, uma inflexão no modelo de cobertura da mídia (Idem, ibidem). Os diários de notícias consultados passariam, então, a tematizar crescentemente as ulteriores localidades ocupadas pela polícia militar por meio de outras metáforas: da “guerra” transitava-se para a “paz”.

Portanto, com a ocupação policial 24 horas da referida favela (cf. O DIA, quinta-feira, 20 de novembro de 2008, p. 10), ocorreu um investimento nos discursos colocados em prática pelo governo (e incorporado nas narrativas dos diários pesquisados), no sentido de passar a tematizar o ambiente criado na Santa Marta a partir da ideia de “paz” e “tranquilidade” como um operador lógico de produção de uma nova imagem para a localidade. Nesse diapasão, a imagem de “paz”, não raramente, produzia o esmaecimento das imagens de “guerra”, que haviam sido tão polêmicas nos primeiros meses do referido governo, conforme capítulos anteriores.

Por parte da imprensa esquadrinhada, pode-se propor que, desde novembro de 2008, as reportagens passaram a apresentar os acontecimentos ligados à supracitada ocupação policial de uma forma que vinculava essa ocupação à noção/ideia de “pacificação” da cidade como um todo, não somente da favela Santa Marta.

Em outros termos, empolgados com a presença policial constante na localidade aludida, os diários de notícias selecionados passaram a transbordar, em algumas reportagens, os sentidos iniciais do recém-lançado programa de policiamento de favelas. Havia, sobretudo no período inicial desse programa, uma relação, ainda que de forma subjacente, entre a implementação do novo programa e o fim da violência na cidade do Rio de Janeiro como um todo. Conforme Machado da Silva:

O que sustenta o entusiasmo acrítico com as UPPs é a esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível que pode por a perder a própria experiência das UPPs. (MACHADO DA SILVA, 2010a, p. 1, grifos do próprio autor).

Podem ser trazidos alguns exemplos dessa relação entre a ocupação de favelas e “a esperança de uma cidade calma e serena” (Idem, ibidem) como um todo, principalmente no tocante ao discurso de parcela da imprensa.

Numa edição de domingo, o Jornal O Dia publicou uma matéria com a seguinte manchete: “Com UPPs, Tijuca celebra a rotina sem violência” (O DIA, domingo, 15 de agosto de 2010, nº 21.242, ano 60, 2ª edição, p. 4). Em outra edição foi publicada a seguinte

manchete: “Pacificação dá a largada para a nova fase na Tijuca” (O DIA, domingo, dia 2 de maio de 2010, nº 21.137, ano 59, 2ª edição, p. 4).

Além disso, vale mostrar que, em Editorial, o mesmo diário publicou o título: “Pela paz duradoura no Rio” (O DIA, segunda-feira, dia 13 de dezembro de 2010, nº 21.361, ano 60, 1ª edição, p. 16). Em outro Editorial, pouco tempo depois, o mesmo periódico publicou o seguinte: “MAIS UM PASSO ATÉ A PAZ” (O DIA, Ano 60, nº 21.386, quinta-feira, 6/1/2011, p. 20, 1ª edição, grifos em caixa alta do próprio jornal).

Nesse sentido, no jornal Extra, pode-se destacar a seguinte manchete: “[Título] Esperança renovada. [Subtítulo] Um Natal de paz, depois de 25 anos. [Subtítulo] Dona Marta e Batan voltam a celebrar data sem violência” (EXTRA, domingo, 21 de dezembro de 2008).

Não se deve desconsiderar ou negligenciar algumas novidades trazidas pelo programa das UPPs e alguns fatores positivos para as favelas cariocas, sobretudo em sua fase inicial. Assim, quanto às novidades trazidas, os autores que publicaram trabalho encabeçado por Marcelo Burgos apontam algumas dessas características do programa, conforme a seguir:

É somente porque se perdeu o contato com essa concepção mais ampla de segurança pública que se pode apresentar a UPP como uma nova política de segurança pública, quando na verdade é, sobretudo, um programa, ainda em construção, de reorganização da lógica de atuação policial. (BURGOS et. al., 2011, p. 58).

Sobre alguns aspectos positivos do programa, Cano, Borges e Ribeiro (2012) mostram que um dos mais notáveis, principalmente nos primeiros anos do programa, foi a redução da violência letal em áreas de UPP. Assim, em função da redução dos conflitos armados nas localidades ocupadas por UPPs, houve uma redução significativa nos números de mortes de civis em decorrência de ações policiais (Idem, p. 48).

Não obstante a essas mudanças advindas da implementação desse programa, o que se deseja chamar a atenção, neste ponto, é que a ocupação da favela Santa Marta não marcou – pensando especificamente no governo Sérgio Cabral – somente mudanças na estratégia de atuação da polícia (cf. BURGOS et. al., 2011, p. 58). Marcou, também, permanências entre os discursos que envolviam as operações policiais no Alemão, em 2007, e os que construíam o novo modelo de policiamento colocado em prática na favela Santa Marta.

Desse modo, apesar dos discursos que visavam ligar, conectar a ocupação policial dessa localidade exclusivamente à ideia de “paz”, há que se apontar em que medida esses discursos tinham vinculação aos que foram empregados no período da “guerra” ao Alemão, tendo como referência basilar o que foi discutido nos dois primeiros capítulos desta tese.

Três questões teórico-metodológicas norteiam e substancializam a interpretação sobre as permanências nos discursos que organizaram a política de segurança pública do governo em voga, tendo em vista os dois períodos recortados e mencionados logo acima: as ações policiais constantes no Alemão, em 2007, e a ocupação da Santa Marta, em 2008.

A primeira questão que lastreia tal inferência é que acreditar nos discursos que constroem as UPPs (ou qualquer acontecimento) exclusivamente como uma novidade é apostar numa concepção de tempo que é eminentemente teleológica. Nesse tipo de concepção, prevalece primordialmente a ideia de linearidade temporal dos acontecimentos (GOMES, 2006). Assim, nessa perspectiva, ainda que se possa considerar ou admitir algum tipo de permanência, não se perde de vista a noção de que o tempo é, substancial e mormente, uma seta que aponta para o futuro, conferindo pouca visibilidade para que se enxergue as permanências ou sobrevivências.

Em outros termos, as rupturas temporais, nessa angulação, são pensadas como construção de um fenômeno inteiramente novo, que rompe contumaz e definitivamente com a noção de permanências no interior do processo histórico. Logo, o interesse maior, nessa perspectiva, está nas mudanças que devem ser priorizadas e valorizadas, bem como vistas como contundentes. O tempo, nessa concepção, é uma seta que aponta substancialmente para o futuro, para o devir, para os fins.

Fazendo um paralelo com a epistemologia que se interessa sobre a relação entre pesquisador e objeto pesquisado, conforme a longa tradição da filosofia do conhecimento (CAVALCANTE; MAUAD, 2013b, pp. 118-119), a perspectiva que considera o tempo linear e teleológico acaba conferindo maior primazia ao objeto, desconsiderando ou dando menor ênfase às categorias de entendimento e as interpretações que são próprias do sujeito observador.

Nessa perspectiva, então, pensar os discursos sublinhando o ponto de vista da ruptura plena, com vistas aos fins ou objetivos finais, envolve uma escolha epistemológica que se centra na noção de tempo como contínuo, como algo objetivamente colocado, ou seja, remete à noção de que, epistemologicamente, o objeto deve ser conhecido, eminentemente, pelo que ele nos mostra, não pelo entendimento que temos dele⁸⁸. Essa aposta não faz parte da estrutura cognitiva acionada nesta pesquisa, que se nutre mais da perspectiva dialética,

⁸⁸ Segundo Cavalcante e Mauad, há três posturas filosóficas autoexcludentes: a idealista, a materialista mecanicista (empirista) e a materialista dialética. A primeira valoriza o sujeito observador como parte ativa da construção do conhecimento; a segunda define a predominância do objeto sobre o sujeito; a terceira define a interrelação, ou melhor, avalia tanto o sujeito como o objeto como partes importantes da produção do conhecimento. (CAVALCANTE; MAUAD, 2013b, pp. 118-119).

centrando-se na ideia de que o objeto e o sujeito observador são importantes na produção do conhecimento, por isso a ênfase na relação entre eles.

Em tempos mais prosaicos e ordinários, pode-se afirmar que a perspectiva adotada aqui se nutre de uma concepção de tempo que considera e valoriza o processo histórico. Isso remete à noção de que as permanências e mudanças, ao longo do tempo histórico, devem ser consideradas em consubstanciação, não em oposição (cf. GOMES, 2006, p. 459).

Pensando a partir da tradição epistemológica, conforme acima delineado, esta pesquisa tem como premissa a ideia de que tanto o sujeito observador (pesquisador) com suas categorias de entendimento como o objeto são partes cruciais para se pensar a produção do conhecimento. Logo, não é a seta do tempo que se coloca como primaz, nem são as categorias do pesquisador que abarcam definitivamente o tempo em sua concepção abstrata. O que define essa relação é o que Gomes (2006) chama de “superação da dicotomia entre permanência e ruptura e a consideração da interação dialética entre esses elementos” (Idem, *ibidem*).

A segunda questão teórico-metodológica que lastreia essa interpretação tem a ver com a crença na versão do “vencedor” (Idem, *ibidem*), ou seja, no discurso de quem propaga determinada verdade clara, cristalina e, no nosso caso em análise, totalmente descontinuada. Ora, ao lançar as bases de um novo programa de policiamento, o governo intentou sublinhar e destacar seus aspectos positivos (pelo menos em sua perspectiva), o que é algo que compõe a lógica do seu discurso que, não raramente, é acompanhado pela imprensa.

Cabe-nos, entretanto, problematizar esses discursos e pensar esse acontecimento não somente pelo que se diz, mas também pela interpretação densa do que se diz. Para tanto, há que se empregar recursos. E, conforme se tem pontuado, o principal recurso acionado nessa análise é a crítica à historicidade desses discursos. Mais à frente, vamos ver o quanto essa metodologia é o esteio para problematização de alguns aspectos sociológicos.

Além da noção de processo histórico na análise crítica dos discursos, como terceiro e último ponto, é importante invocar a noção antropológica de visibilidade e obscuridade trazida à tona por outros pesquisadores, em artigo publicado recentemente sobre a percepção de “guerra” e de “paz” nos territórios de violência em Medellín, cidade colombiana (cf. RAMÍRES; COSTA, 2012).

Nesse trabalho de pesquisa, os autores aludidos mostram o quanto as percepções de “guerra” e de “paz” nos territórios ligados à violência, em Medellín, são acionadas como descontinuidades, na exata medida em que “[...] A história oficial tem privilegiado alguns momentos específicos de exercício da violência política, chamando-os de ‘guerra’” (Idem, p.

117). Por outro lado, “[...] um olhar mais atento para as histórias das pessoas comuns, invisíveis para os que têm autoridade para definir a História, revela uma relação íntima e dialética entre a “paz” e a “guerra” no país andino (Idem, ibidem).

Os autores em apreço chegaram a essa conclusão a partir de um trabalho de pesquisa realizado na cidade de Medellín. A cidade havia ganhado destaque, na década de 1980, em função do pujante crescimento dos índices de violência urbana. Após os anos 1990, entretanto, operações (como a *Órion*, por exemplo) e acordos, entre outros acontecimentos, geraram uma noção de “paz” na cidade que é defendida como “[...] uma evidência corroborada pelas estatísticas que mostram a redução de homicídios, a reinserção social dos paramilitares e a ausência de confrontos armados” (Idem, p. 126).

Não obstante, “[...] para além do discurso oficial que mostra a transição de Medellín de um território de “guerra” para um espaço de “paz”, gostaríamos de voltar nossas atenções para violências continuadas entre estas leituras oficiais de ‘guerra’ e ‘paz’” (Idem, p. 126). Destarte, ampliando o olhar em relação às noções de “guerra” e de “paz”, os autores identificam que a violência contra as mulheres permaneceu em todos os períodos, desde os que oficialmente eram tratados como “guerra” ou como “paz”.

Ademais, ressaltam que, sobretudo em período denominado como de “paz”, esse tipo de violência permaneceu invisível nas estatísticas oficiais (Idem, p. 131). Destarte, os autores perceberam que, nos períodos chamados de “paz”, são obnubilados os acontecimentos ligados a alguns tipos específicos de violência, o que remete à ideia de “paz” como um construto macro, que não leva em conta algumas especificidades.

A partir dessa pesquisa que tem relação familiar com os acontecimentos ligados à política de segurança pública do governo Sérgio Cabral, uma vez que o programa colombiano foi uma das matrizes de inspiração da gestão do governo fluminense⁸⁹, pode-se notar que “os períodos definidos como “guerra” e os momentos de “paz” se interpenetram” (Idem, p. 117).

Com base nos dados coletados nesta pesquisa e lastreado pelas perspectivas teórico-metodológicas mobilizadas acima, cumpre expor que, tendo em vista todo período de atuação do governo Sérgio Cabral (2007 até a ocupação da favela Santa Marta), pode-se perceber e propor, por esse ângulo que valoriza o processo histórico, que os discursos que construíram a

⁸⁹ Os jornais pesquisados noticiaram que o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, fez viagem a Medellín, Colômbia. Ao retornar desse país, o governador, segundo uma das mídias, declarou-se encantado com o projeto daquela cidade e conseguiu incluir elementos desse projeto no Programa de Aceleração do Crescimento, como, por exemplo, a instalação de teleféricos em algumas favelas cariocas (EXTRA, segunda-feira, 2 de julho de 2007, p. 5). Não se deve negar também o quanto o modelo de policiamento de favelas da cidade de Medellín influenciou a implementação do programa das UPPs.

política de segurança pública desse governo guardam também continuidades, não somente mudanças, conforme propalado por parcela da imprensa e por integrantes do governo.

Diante do exposto, é conveniente propor que o modelo de policiamento colocado em prática na favela de Botafogo marca não somente mudanças, mas deixa perceber também permanências nos discursos que organizaram e estruturaram esse modelo de policiamento, sobretudo caso se analise tais discursos como um processo histórico que foi gradativamente delineado, ou seja, contemplando todo o período do governo em voga.

Portanto, pode-se propor que a comparação entre a política de segurança do governo Sérgio Cabral no seu primeiro ano (2007) e a que foi colocada em prática a partir do final do segundo ano (2008), por ocasião da ocupação policial da favela Santa Marta, pode ser vista não somente pelo viés das mudanças discursivas, conforme pertinentemente já foi sublinhado acima, mas também sobre o ponto de vista das permanências discursivas que, ao cabo, contribuíram como esteio, além de lastrear e fundamentar o modelo das UPPs.

O que se deseja destacar é que, a partir das mídias escrutinadas, os discursos de integrantes da cúpula do governo sobre os objetivos da ocupação policial da favela Santa Marta foram: a retomada do território controlado por traficantes de drogas, para que se pudesse, com a presença policial constante, promover a entrada cada vez mais intensa de serviços sociais e de infraestrutura porque, segundo o discurso governamental escolhido e iluminado pela mídia, a promoção de serviços nas favelas era dificultada ou obstaculizada pela presença de traficantes de drogas nas localidades.

Além disso, tendo em vista os constantes problemas relativos à atuação policial em favelas (cf. CUNHA, 2004; PONCIONI, 2005; MONTEIRO; MALANQUINI, 2012), um novo modelo de atuação policial foi anunciado pelo governo para ser colocado em prática na favela Santa Marta, contemplando o policiamento de proximidade chamado pelo próprio secretário de Segurança Pública de comunitário (O GLOBO, terça-feira, 16 de dezembro 2008, p. 21).

Tendo por base os discursos coligidos nessa pesquisa, discursos esses que organizaram as ações da secretaria de Segurança Pública, pode-se propor que todas essas finalidades declaradas por integrantes do governo e que reverberam na imprensa investigada por ocasião da ocupação da Santa Marta, não se tratavam de uma ruptura nos discursos sobre a política de

segurança pública do governo, pelo menos se considerarmos a perspectiva histórica da própria gestão do governador Sérgio Cabral⁹⁰ ou seu ponto de vista endógeno.

Afirma-se isso porque as operações policiais constantes que foram realizadas nos Complexos do Alemão e da Penha, no período de 2007, foram produzindo, conforme registrado e apontado nos capítulos anteriores, problemas para o governo. Esses problemas, além das mudanças na conjuntura, gradativamente, demandaram cada vez mais adequações discursivas por parte dos integrantes da cúpula governamental.

Dessa forma, em vista das injunções conjunturais e dos problemas enfrentados pela constante presença policial belicosa, integrantes do governo Sérgio Cabral (ou mesmo do governo federal) admitiam, pouco a pouco, através dos relatos narrados pela imprensa investigada, que o modelo violentamente colocado em prática deveria ser revisto, deveria sofrer algumas adequações.

Houve, destarte, uma afinação discursiva em relação às operações policiais realizadas em algumas favelas, como, por exemplo, as do Alemão. E essa afinação discursiva foi a base, o esteio que lastreou os discursos que explicaram e, mais importante, que pautaram e fundamentaram os discursos oficiais acerca das ações policiais que seriam implementadas na favela Santa Marta. Assim, o horizonte discursivo que criou o novo modelo de policiamento desta última favela estava referenciado num construto que havia sido colocado em cena no período das constantes e belicosas ações policiais nas favelas do Alemão.

Portanto, nota-se, a partir do que foi organizado pela imprensa investigada nesta pesquisa, o quanto os discursos e as ações policiais empregadas no Alemão, principalmente entre maio e junho de 2007, contribuíram para a estruturação gradativa de um modelo de policiamento que foi sistematizado e colocado em prática na favela Santa Marta (2008).

Propõe-se isso porque a ideia de ocupação territorial para facilitar a promoção de serviços sociais nas favelas, tendo por base uma polícia formada em novo modelo e com nova forma de atuação, todas essas foram questões e sugestões colocadas no contexto das ações belicosas no Alemão. E esses postulados basilares contribuíram, conforme se pode captar nas informações e discursos que foram publicados na mídia, para dar (assim como outros elementos que ajudaram nessa composição) uma linha de pensamento e ação (um norte) para

⁹⁰ Outros autores têm salientado os elementos de continuidade que marcam a criação das UPPs em relação a outros modelos de policiamento de favelas. Um exemplo eminente: a “UPP é, [...], filha de uma história de fracassos de experiências de policiamento especializado para favelas. Isto não significa que muitas dessas experiências não contivessem virtudes que mais tarde serão incorporadas ao modelo da UPP” (BURGOS et. al., 2011, p. 53).

a ocupação da favela Santa Marta, ou melhor, para as ações policiais voltadas para algumas favelas cariocas posteriormente.

Diante do que foi proposto e organizado, cumpre chamar a atenção para o caráter gradativo dessa construção discursiva, conforme relação que pode ser estabelecida entre o que foi discutido em capítulos anteriores e o que foi elencado neste capítulo.

É deveras importante e pertinente destacar (e ponderar) que, a partir das mídias investigadas (especialmente o *Expresso*, o *Extra* e o *O Globo*), a política de segurança do governo Sérgio Cabral não iniciou sua gestão mobilizando e empregando discursos similares ao que acabaram sendo colocados em prática na ocasião da ocupação da Santa Marta.

Muito pelo contrário, esses diários organizaram os discursos de integrantes do governo com base em propostas de caráter violento e militarizado que desconsiderava, frequentemente, em suas perspectivas, experiências anteriores de policiamento que tinham um sentido de polícia comunitária, inclusive uma das experiências que estavam ainda em uso (à época) que era o GPAE. Ademais, no período inicial do governo (de janeiro a abril de 2007), o que era organizado pela imprensa mostrava que o estafe do governo fazia pouco caso das críticas recebidas dos moradores de favelas ou de entidades que se sensibilizavam com a demanda desses moradores.

Portanto, deve-se destacar contundentemente que, no tocante a algumas favelas cariocas, o governo Sérgio Cabral começou sua gestão com uma pauta discursiva baseada no confronto direto e na beligerância das ações policiais (cf. MACHADO DA SILVA, 2010a, p. 1). Nesse sentido, segundo Alves e Evanson:

A prática da violência cotidiana no estado do Rio de Janeiro, no entanto, a decidir, logo no começo de sua gestão, que a prioridade deveria ser um combate militar ao tráfico de drogas e ao crime organizado em territórios específicos. Com essa visão, o governador declarou “guerra ao tráfico”, iniciando em 2007 um período sem precedentes de estado de sítio, invasões promovidas por militares e pela PM em favelas, começando com o Complexo do Alemão. Essa política, conhecida como “política de confronto”, elevou a violência a ponto de alcançar um grau inaceitável de perdas de vidas humanas. O governo estadual se viu forçado a considerar as opções incluídas no Pronasci, pelo menos quanto à instalação de policiamento local permanente. (ALVES; EVANSON, 2013, p. XIX).

À medida que o tempo passou, que o contexto foi sofrendo pressões em função das mudanças que haveriam na cidade e que os problemas e as críticas da sociedade surgiram, foram sendo produzidas adequações discursivas. Tais questões possibilitaram a incorporação de elementos inerentes ao nascente Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) (ALVES; EVANSON, 2013, pp. XVII-XVIII), além de elementos de outros programas de policiamento de favelas. Pouco a pouco, os discursos foram buscando justificar

as ações policiais nas favelas do Alemão, com vistas a dar conta de um conjunto de mudanças que estavam ocorrendo.

Desse modo, os discursos de integrantes do governo não somente explicavam o que ocorriam, mas, sobretudo após maio de 2007, preocupavam-se em justificar a violência tendo como horizonte a previsão de implementação de um conjunto de mudanças nessas favelas. E essas mudanças contemplavam a oferta de serviços e, gradativamente também, a promoção de um novo tipo de relação entre policiamento e moradores.

É muito importante acrescentar e destacar, neste ponto, que os discursos oficiais que reverberaram nas mídias pesquisadas passaram, outrossim, a incorporar, em alguma medida, as críticas de parcela da sociedade civil, como, por exemplo, as entidades de defesa dos direitos humanos (OAB, Anistia Internacional e Justiça Global, por exemplo), conforme se pode observar nas contendas discursivas que ganharam expressividade internacional, com a vinda de um representante das ONU ao Rio de Janeiro, na segunda metade de 2007, segundo apresentado no capítulo 2 desta tese.

Nesse sentido, segundo Alves e Evanson (2013, p. 208), o Pronasci ofereceu a base das diretrizes que conformaram a política de segurança do governo Sérgio Cabral que culminou na criação das UPPs. Argumenta-se, aqui, que os autores estão corretos, mas a questão é mais complexa. Há que se ir mais além.

Portanto, dada a especificidade das favelas (cf. VALLADARES & PRETECEILLE, 2000, p. 481), sobretudo levando em consideração os complexos do Alemão e da Penha como um conjunto de favelas *sui generis* para o governo, propõe-se, aqui, que a base, a estrutura das diretrizes e dos discursos que conformaram, paulatinamente, um modelo de ocupação de favelas cariocas pelo governo Sérgio Cabral, também sofreu influência do cotidiano das ações policiais nos referidos complexos de favelas⁹¹. Logo, essa influência não é unidirecional. Compreendê-la é pensar nas diversas possibilidades.

Do ponto de vista teórico, segundo o que propõem Veena Das e Deborah Poole, pensar as margens é vê-las não como fixas (DAS; POOLE, 2004, pp. 29-30). Pensar as margens do estado é tê-las como algo complexo e “[...] so central to the understanding of the state” (Idem, p. 30). Desse modo, ainda que, em alguma medida sofram o controle, o gerenciamento do poder central, essas margens encontram espaço para negociar, resistir e, por meio de suas práticas diárias, moldar a experiência biopolítica do estado (Idem, p. 30).

⁹¹ Deve-se lembrar, novamente, que Boltanski afirma que as regras que são propostas pelas instituições estão ameaçadas pelas “[...] condições pragmáticas de sua implementação” (BOLTANSKI, 2013, p. 445).

Conforme apontado no desenvolvimento deste trabalho (do primeiro capítulo até este ponto), pode-se notar que as adequações gradativas nas propostas verbalizadas por integrantes do governo não são resultantes somente do interesse dessa gestão política em “considerar as opções incluídas no Pronasci, pelo menos quanto à instalação de policiamento local permanente” (ALVES; EVANSON, 2013, p. XIX).

O que se argumenta é que a necessidade que o governo tinha em se preparar para o recebimento de megaempreendimentos, os embates entre os discursos, no cotidiano da vida social, além das diferentes críticas com as quais o governo teve que lidar em função do impacto social do “combate militar ao tráfico de drogas e ao crime organizado em territórios específicos” (idem, *ibidem*), também contribuíram para pressionar o governo a fazer adequações em seus discursos beligerantes que referenciavam as ações policiais nos Complexos do Alemão e da Penha.

Tendo em vista os argumentos arrolados, a partir das narrativas que foram organizadas pela imprensa pesquisada, pode-se propor que foi um conjunto de acontecimentos – incluindo as diretrizes do Pronasci, as pressões discursivas de setores da sociedade, as referências a programas de policiamento comunitário anteriores e as mudanças conjunturais – que acabaram fazendo emergir, pouco a pouco, a possibilidade de integrantes do governo do Estado do Rio de Janeiro começarem a modular seus discursos. Como isso, houve, gradativamente, a incorporação de outros discursos ligados à ideia de “pacificação” das favelas. Logo, essas ideias já tinham sido tematizadas durante os violentos episódios ensejados pelas forças do Estado no Alemão, desde 2007⁹².

Destarte, cabe destacar que, segundo o que se pode observar no material pesquisado, esse modelo de atuação policial permanente que foi construído no governo Cabral guarda um nexó dialético com o cotidiano social e político da cidade. Perder de vista essas questões é minimizar (ou mesmo negligenciar) o papel dos atores sociais (cf. PALERMO, 2015); é considerar que as proposições meramente normativas consomem as ações dos sujeitos da história, estruturando-as de forma inequívoca.

Não é essa a perspectiva teórico-metodológica que referencia a construção desta tese. Pensa-se, aqui, em consonância, por exemplo, com as historiadoras Ana Rios e Hebe Mattos,

⁹² Conforme argumentado nos capítulos anteriores, a inflexão da “guerra” para a “paz” não significa uma mudança no enquadramento do lugar das favelas na cidade, pois elas continuaram a ser tematizadas e seus direitos continuaram a ser discutidos com base (ainda) na “Linguagem da Violência Urbana”, pois as referências às favelas, constante e frequentemente, eram situadas a partir da “guerra” ao tráfico. Sem esse referente nodal da “guerra” como princípio ensejador dos debates, parece não ser lícito discutir os direitos dos moradores de favelas.

que propõem pensar o período após a abolição da escravidão, no Brasil, tendo em conta a perspectiva dos ex-escravos, não somente do Estado e/ou dos ex-senhores. Segundo as autoras em apreço, as pesquisas que estavam sendo conduzidas por elas em localidades onde viviam quilombolas estava abrindo uma oportunidade importante para “[...] que pudéssemos colocar no palco os atores que faltavam [os ex-escravos]” (RIOS; MATTOS, 2014, p. 191).

Para substancializar essas assertivas que propõem um foco também nas continuidades entre as ações no Alemão (2007) e na Santa Marta (2008), deve-se acrescentar e chamar a atenção para o fato de que o próprio secretário de Segurança Pública, em autobiografia, assume que há permanências na política de segurança do governo.

As palavras do secretário, de acordo com excerto apresentado a seguir, deixam-nos perceber o quanto o cotidiano da vida social é capaz de exercer influência nas diretrizes normativas. Tendo como foco as ações policiais efetivamente realizadas, o trecho a seguir contribui para enriquecer o debate e substancializar, em alguma medida, o que se vem argumentando aqui:

[Capítulo 8] Dona Marta: hora de mudar [...]

Naquele primeiro ano de governo [2007], a atitude [da Secretaria de Segurança Pública] era basicamente reativa. Organizávamos melhor as operações, mas a lógica segundo a qual as polícias sempre atuavam se mantinha. *No início, foi bem complicado separar o estratégico do tático, pois as emergências cobravam respostas diárias.* Faltava-nos aquele momento de pausa, de respiro, necessário à elaboração de um plano alternativo e consistente. [...]

Nesse contexto, surgiu a ideia das UPPs. Um pouco das experiências anteriores, das conversas de almoço, da urgência por novas soluções, do talento da equipe e até mesmo de sorte. *CONCRETAMENTE, A OPERAÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO, EM 2007,* [parece que ele se refere mais contundentemente à megaoperação de junho daquele ano], *HAVIA SERVIDO COMO UM BALÃO DE ENSAIO.* Ela nos mostrou que era possível dobrar o tráfico, com suas armas de guerra, em qualquer ponto da cidade. *Mas sabíamos também que precisávamos de algo mais perene.* (BELTRAME, 2014, pp. 103-104, todos os grifos são meus).

Ao se referir bem claramente à operação no Complexo do Alemão como um balão de ensaio para as ideias que foram colocadas em prática para a implementação das UPPs, parece que o secretário alude mais especificamente à estrutura operacional das ações que foram colocadas em prática. O que se pode deduzir da leitura do livro é que o secretário está mais contundentemente querendo externar o quanto foi difícil desenvolver tais operações, na prática, devido à força do tráfico na localidade. Sendo assim, essas operações de “guerra” acabaram por dar um conhecimento que foi profícuo para que se tivesse estrutura e conhecimento para que, na Santa Marta, ou seja, um ano e meio depois, o governo pudesse estruturar uma nova estratégia que foi pautada pela ocupação territorial.

Analogamente, estende-se, aqui, a análise operacional do secretário para as construções discursivas que disputaram sentidos acerca das operações policiais no Alemão, em 2007, e da ocupação policial na favela Santa Marta, em fins de 2008. Ora, se as ações, as operações serviram como um balão de ensaio, os discursos sobre os objetivos também podem, por extensão, ser encaixados nessa perspectiva, uma vez que, segundo o que foi acompanhado nos jornais pesquisados, as propostas verbalizadas para justificar a ocupação policial da Santa Marta foram muito similares ao que foi colocado publicamente no período das ações belicosas realizadas no Alemão.

Diante do que foi exposto, refletindo sobre os discursos que organizaram a perspectiva do governo Sérgio Cabral (considerando o ponto de vista endógeno ao governo), no tocante à segurança pública, pode-se propor que a “paz” nasceu na “guerra”. Nessa angulação, “guerra” e a “paz” não são construtos totalmente dissociados assim, visto que guardam homologias em suas propostas/discursos. Nesse sentido, gostaria de “voltar nossas atenções para violências continuadas entre estas leituras oficiais de ‘guerra’ e ‘paz’” (RAMÍRES; COSTA, 2012, p. 126). Ou, em outros termos:

[...] as UPPs nascem como resultado invertido da truculência retórica, que exagerava no reconhecimento explícito do que secularmente acontece nos bastidores do controle das “classes perigosas”, que sempre se realizou através da violência. Inverteram-se os termos: a guerra – isto é, as famigeradas “operações”, que estão longe de ter acabado – prepara a pacificação; a guerra deve ser intensa, mas é curta; já a pacificação pode ser lenta, mas é de longo prazo. (MACHADO DA SILVA, 2010, pp. 1-2, grifos do autor).

Essa proposta remete não somente a uma crítica ao modo de atuação do governo em sua política voltada para algumas favelas (as que constam da pesquisa), mas também guarda um nexos umbilical com a construção histórica dessa política, uma vez que os discursos que foram arrolados nesta pesquisa nos mostram que é possível compreender que a normatividade dos procedimentos concernentes à segurança pública foram, também, adequando-se, paulatinamente, às condições e críticas do cotidiano (cf. DAS; POOLE, 2004).

Portanto, a reflexão acerca da historicidade dos discursos sobre a política de segurança pública desse governo nos abre um canal de reflexão antropológico e sociológico que é crucial para pensar tanto a prática do discurso político como também a importância do contraponto realizado pela sociedade (cf. PALERMO, 2015).

Essa angulação, ligada à historicidade dos discursos, leva-nos a pensar, conforme Paulo Freire, que o mundo ou a sociedade não é, mas está sendo (cf. FREIRE, 1996, p. 76). Isso permite colocar em jogo, a partir dos embates discursivos, a importância de enxergar a volição como um ato social e político relevante. “[...] Afinal, minha presença no mundo não é

a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da História”. (Idem, p. 54, grifos do autor).

Neste capítulo, foram priorizadas discussões acerca da escolha da favela Santa Marta como primeira localidade a receber um novo modelo de policiamento. Procurou-se mostrar o quanto os discursos do governo, que reverberaram na imprensa ou por meio de outros canais, situaram essa favela como um problema para o bairro onde se localiza, bem como em que medida sua escolha denotava as incertezas em relação ao programa a ser experimentado.

Ademais, os discursos acerca dos objetivos desse novo programa de policiamento também foram colocados em evidência, no sentido de mostrar o quanto eles referenciaram as ações do governo na favela Santa Marta, não deixando de pontuar que, em alguma medida, acabar com o tráfico de drogas e expulsar os traficantes eram questões presentes no horizonte dos objetivos do novo programa de policiamento.

Terminou-se este capítulo fazendo uma reflexão acerca das continuidades e descontinuidades nos discursos do governo, continuidades essas que permitem analisar o quanto a “guerra” e a “paz” apresentam de permanência e de mudança discursivas. Chaveou-se, sobretudo, a ideia de que os discursos que construíram a “guerra” referenciaram os que formularam a “paz”. Logo, a despeito das diferenças e mudanças discursivas entre os contextos da “guerra” ao Alemão (2007) e da “paz” da Santa Marta (2007), nota-se que as diretrizes que construíram a “paz” têm relação com o que era discutido/tematizado à época da “guerra”.

É importante também registrar que as discussões estabelecidas no capítulo procuraram iluminar o quanto essas referências discursivas que constroem a ideia de “paz” têm relação com os discursos críticos à atuação do governo nas favelas do Alemão. Para tanto, há que se tocar num ponto que foi lateral neste capítulo, mas que é importante para a tese como um todo: a imprensa não tem um discurso unívoco.

Apesar de seu enquadramento matricial ser angulado no ponto de vista do governo e a despeito de a imprensa se filiar aos repertórios em torno da linguagem da violência urbana, é possível vislumbrar, por meio da análise cotidiana desses veículos, outras possibilidades discursivas. Nesse sentido, observa-se, neste capítulo, que havia discursos que se contrapunham aos discursos do governo. E esses discursos críticos às operações de “guerra”

podem ser considerados como um contraponto que acabou exercendo influência nas modulações discursivas do governo.

No próximo capítulo, pretende-se seguir para a análise acerca dos discursos que giraram em torno da expansão do programa de policiamento de favelas. Colocar-se-á em análise como a expansão teve também relação com as representações espacializadas da favela Cidade de Deus para o governo e para o contexto de megaempreendimentos ao qual a cidade do Rio de Janeiro estava envolvida. Ademais, intenta-se abordar como, a partir das narrativas midiáticas, a expansão colocou novos problemas para o governo e, por conseguinte, como os discursos em torno da legitimação do referido programa foram sendo adequados, de acordo com as circunstâncias encontradas.

4 **CIDADE DE DEUS: DISCURSOS EM TORNO DA EXPANSÃO DO NOVO PROGRAMA DE OCUPAÇÃO POLICIAL DE FAVELAS**

Com base nos dados oferecidos pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, a Cidade de Deus foi a segunda favela a ter recebido uma UPP, que foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2009⁹³. No entanto, curiosamente, essa favela foi ocupada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro antes da Santa Marta, esta última considerada, oficialmente, a primeira UPP⁹⁴.

Segundo os diários consultados para a realização desta pesquisa, a ocupação policial na Cidade de Deus ocorreu a partir do dia 11 de novembro de 2008, numa operação denominada “Cidade de Deus é de Deus”, conforme se pode observar num excerto da matéria a seguir:

[Título] PM ocupa Cidade de Deus e 7.700 ficam sem aulas
 [Subtítulo] Segundo oficial, polícia continuará na favela por tempo indeterminado; ação teve dois traficantes mortos e um preso

[Texto] Uma operação que mobilizou ontem 150 policias militares deixou cerca de 7.700 crianças e adolescentes de 13 escolas e três creches sem aulas na Cidade Deus, em Jacarepaguá. Para evitar que balas perdidas ferissem motoristas, a polícia fechou pela manhã trechos de três vias importantes da região: a Estrada do Gabinal, a Avenida Edgar Werneck e a Avenida Miguel Salazar Mendes de Moraes. O trânsito ficou bastante congestionado.

O objetivo da operação, batizada de Cidade de Deus é de Deus, era reprimir o tráfico, os roubos de carros, os assaltos a transeuntes e em ônibus. Sete pontos de vendas de drogas na favela foram ocupados pela PM. Dois traficantes morreram em confronto e um foi preso. Além disso, 18 motocicletas e dez carros roubados ou com documentos em situação irregular foram apreendidos. Também foram recolhidos uma espada, uma adaga, um revólver, uma pistola, munição e material para embalar drogas.

(O GLOBO, quarta-feira, 12 de novembro de 2008, p. 17).

Apesar de ter sido uma ocupação policial que ocorreu anteriormente à da Santa Marta, não é incoerente pensar, a partir dos discursos assumidos oficialmente pelo governo, que a Cidade de Deus tenha correspondido à expansão do programa de policiamento que, à época, era gestado. O próprio secretário de Segurança Pública afirmava, no transcurso da ocupação policial da Santa Marta, que a presença policial numa e noutra favelas era tratada de forma diferente pelo governo (O GLOBO, sábado, 6 de dezembro de 2008, p. 39).

A rigor, poder-se-ia contestar tais discursos governamentais em relação à primogenitura desse programa de policiamento de favelas, tendo em vista que a favela

⁹³ <http://www.upprj.com/> - Consulta realizada em 20 de novembro de 2015, às 13h:10.

⁹⁴ Idem, *ibidem*.

localizada no bairro de Jacarepaguá, conforme acima mostrado, havia sido ocupada poucos dias antes da favela situada no bairro de Botafogo. Poder-se-ia, de forma mais relevante ainda, problematizar a assunção oficial de que a favela Santa Marta foi a primeira experiência de uma UPP.

Tal problematização poderia ser realizada com base no argumento de que o discurso que situava a Santa Marta como a primeira favela a ter UPP foi empregado publicamente porque o governo já previa encontrar dificuldades na Cidade de Deus, em razão de sua maior complexidade social. Logo, por essa linha de raciocínio, seria mais adequado e menos arriscado, do ponto de vista do governo, assumir que esta última localidade não era uma experiência inovadora de policiamento comunitário.

Contudo, há poucos dados na pesquisa realizada que possam contribuir para substancializar a discussão de tais questões. O material empírico disponível oferece limites e possibilidades; no caso desse tipo de formulação, o material acaba não dando base para fundamentar tais inferências⁹⁵.

Diante do que foi apresentado, intenta-se, neste capítulo, estabelecer uma análise sobre os discursos que envolveram os desafios da expansão do referido programa de policiamento de favelas para a Cidade de Deus. Pretende-se, com isso, colocar em evidência pelo menos duas questões. E elas terão desdobramentos analíticos importantes para complementar as análises e discussões que foram feitas nos capítulos até este ponto.

A primeira concerne à forma como a sobredita localidade era representada pelo governo, o que permite colocar em evidência – assim como nos capítulos referentes ao Alemão e aos que analisaram os discursos sobre a favela Santa Marta – como essas representações presentes nesses discursos oficiais organizaram e orientaram as ações policiais.

A segunda propõe efetivamente refletir em que medida a expansão desse programa colocou para o governo novas questões e novos problemas que, além de política e socialmente

⁹⁵ Em artigo que propõe discutir os resultados do célebre livro “O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição”, escrito pelo historiador Carlo Ginzburg, Dominick LaCapra promove uma crítica profunda às interpretações realizadas por Ginzburg, às quais LaCapra consideram exageradas. Assim, Ginzburg, segundo análise de LaCapra, usa as fontes documentais “como jazidas de fatos ou fontes para reconstruções inferenciais da ‘realidade’” (LACAPRA, 2015, p. 306). O que está em jogo, para este autor, é um tipo de “um realismo documental arquivístico” (Idem, p. 295) que leva Ginzburg a interpretar exageradamente as fontes de pesquisa. Apesar de não concordar de todo com a exagerada proposta de leitura rigorosa das fontes que é propugnada por LaCapra, há que se ter como horizonte de análise as ponderações do autor como um contraponto a ser respeitado e, em alguma medida, levado em conta.

delicadas, acabaram produzindo contestações e questionamentos que engendraram modulações e adequações discursivas ligadas aos objetivos das UPPs.

4.1 Cidade de Deus: representações sobre a favela e resistência do tráfico de drogas

De acordo com um dos diários perscrutados para a composição desta pesquisa, o objetivo da ação policial que promoveu a ocupação da localidade em apreço era “combater o tráfico e qualquer outra atividade ilícita no local” (O GLOBO, quinta-feira, 4 de dezembro de 2008, p. 13). Essa ocupação tinha a previsão inicial de se alongar por um tempo estimado de um ano (Idem, *ibidem*).

A mídia impressa em questão já havia selecionado e publicado, alguns dias antes, o depoimento do comandante do 18º Batalhão da Polícia Militar de Jacarepaguá, tenente-coronel Luigi Gatto. Ele fez declarações acerca da ocupação da favela em apreço, afirmando que o objetivo da ocupação que se realizava, à época, era “[...] tirar os bandidos de circulação, sem danos à comunidade” (O GLOBO, sexta-feira, 14 de novembro de 2008, p. 19).

Segundo o jornal Extra, a operação realizada visava “reprimir o tráfico de drogas na Cidade de Deus” (EXTRA, quarta-feira, 12 de novembro de 2008, p. 12). Isso é o que foi informado no início da matéria, mas em seu desenvolvimento expositivo é mostrado que:

*De acordo com o comandante do 2º Comando de Policiamento de Área (CPA), coronel Cesar Lopes, o objetivo da PM [com a ocupação da favela Cidade de Deus] é reduzir os índices de criminalidade na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes. Segundo ele, estes dois bairros são alvos constantes de criminosos da Cidade de Deus. Segundo o coronel Lopes, os policiais também vão coibir a venda irregular de gás, a exploração de máquinas caça-níqueis, além da TV a cabo clandestina. Os moto-taxistas também serão alvo da Polícia Militar (Idem, *ibidem*, grifos meus).*

Em reportagem também impregnada de representações negativas em relação à localidade aludida, o jornal O Globo apresentou informações providas pelo secretário de Segurança Pública acerca das diferenças entre as ocupações policiais das favelas Santa Marta e Cidade de Deus, conforme a seguir:

[Título] *PM proíbe mototáxis na Cidade de Deus para reduzir crimes na região*
 [Subtítulo] Comandante do quartel de Jacarepaguá aplica a lei e recolhe motos irregulares
 [...]
 [Tópico da reportagem] Ações da PM reduzem índices de criminalidade

Desde a ocupação no dia 11 do mês passado, foram apreendidas cerca de 50 motos. De acordo com dados da Secretaria de Segurança, houve redução nos principais índices de criminalidade. De 11 a 27 de novembro deste ano, 65 roubos a transeuntes contra 102 casos no mesmo período em 2007. Comparando as mesmas épocas, houve redução também nos homicídios, que caíram em 80%, e os roubos de motos, com registro de queda de 67%.

Além do Código Penal e do CTB, o comandante resolveu aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para evitar que menores tomassem bebida alcoólica até altas horas:

— Trabalhador não fica até tarde em bar. Comerciantes vendiam indiscriminadamente bebida alcoólica e até drogas para os jovens. Com o novo horário de funcionamento, reduzimos o problema. Alguns pais, infelizmente, não têm domínio sobre seus filhos. Também estamos recolhendo máquinas de caça-níqueis. Estamos cumprindo a lei.

A expansão da Cidade de Deus em direção à Avenida Embaixador Abelardo Bueno, na Barra da Tijuca, já foi motivo de um alerta do comandante à prefeitura:

— Todos têm de fazer a sua parte. Daremos segurança para que outros órgãos também participem dos projetos sociais.

Embora enfatize que a ocupação do Morro Dona Marta, em Botafogo, é diferente da realizada na Cidade de Deus, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, diz que as duas ações se refletiram na redução dos índices:

— *Como não se tem condições de fazer policiamento em toda Jacarepaguá, nós fomos onde a grande maioria da irradiação dos ilícitos sai, que é a Cidade de Deus. Por isso estamos permanecendo lá. Mas não podemos fazer da Cidade de Deus o que pretendemos fazer no Dona Marta. Até mesmo porque o projeto no Dona Marta não está consolidado.*

(O GLOBO, sábado, 6 de dezembro de 2008, p. 39, grifos meus para realçar as representações sobre as favelas).

Pode-se notar que os discursos que construíam e explicavam as intervenções policiais nessa favela, bem como sua ocupação, referenciavam-se, tanto quanto foram mostrados nos casos do Alemão e da Santa Marta (capítulos anteriores), na representação da localidade como um mal que irradiava perigo para uma parte da cidade. No caso da Cidade de Deus, o problema que essa favela supostamente apresentava tinha ligação direta com os índices de violência nos bairros de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca (este último se caracteriza por ser um bairro de classe alta).

Em síntese, pode-se destacar que essa favela em voga era considerada, por representantes do governo e pelas mídias consultadas, como uma localidade que era o ponto central de irradiação de problemas ligados à ilicitude na região do bairro de Jacarepaguá, que é onde fica a referida favela. Ademais, há uma sugestão, na reportagem acima, de que a Cidade de Deus representava perigo para o bairro nobre da Barra da Tijuca, uma vez que a expansão da favela já tinha sido motivo de um “um alerta do comandante [da polícia militar] à prefeitura” (Idem, ibidem).

É preciso voltar a mencionar que havia, no período de recorte deste trabalho, uma produção de sentido, por parte do governo, acerca de determinadas favelas cariocas, como o Alemão, a Santa Marta e a Cidade de Deus, por exemplo. Esses sentidos construíam essas localidades (e outras não tematizadas aqui neste trabalho) como lugares de moradia que

representavam perigo imediato e de alta intensidade para a cidade (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 63).

Mais uma vez, portanto, pode-se propor que houve um “[...] claro exemplo do encontro entre *representação [negativa da localidade], construção de problemas públicos e políticas de intervenção [policial]* (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p. 50, grifos meus).

As palavras do secretário de Segurança Pública, em sua autobiografia, reiteram essas representações. Isso é realizado num capítulo em que ele faz uma abordagem sobre a Cidade de Deus, mostrando que essa localidade conseguiu uma expansão que desencadeou desafios para o modelo de ocupação policial que estava sendo implementado pelo governo (BELTRAME, 2014, p. 113). Segundo o secretário:

Jacarepaguá é um bairro grande, e o mapa da criminalidade da região era praticamente ditado pela Cidade de Deus, uma favela enorme, plana, complicada, composta por um conjunto residencial de prédios, de um lado, e casas e barracos, de outro.

[...] O batalhão percebeu que não havia como baixar os índices de criminalidade apenas com o policiamento do bairro. Sequer havia efetivo suficiente para cobrir uma área tão extensa. *O comandante decidiu rumar para dentro da favela que, como o Dona Marta, também estava sob controle do Comando Vermelho.* Em menos de um mês, os índices de roubos e furtos em Jacarepaguá despencaram. (Idem, pp. 113-114, grifos meus).

Quanto às mídias investigadas, é preciso destacar que havia uma diferença que marcava a cobertura das reportagens relativas à ocupação policial da Cidade de Deus e da Santa Marta. Essa dessemelhança podia ser identificada na resistência do tráfico de drogas que ocupava a favela do bairro de Jacarepaguá. Ora, se na favela Santa Marta a atmosfera de “paz” era narrada de forma bastante animada por parcela da mídia (cf. ROCHA; PALERMO, 2015, pp. 26-32), na Cidade de Deus o clima não era construído de forma tão otimista assim (cf. Idem, pp. 33-37).

Pode ser apresentada, por exemplo, uma reportagem produzida pelo diário Extra, dois dias depois da ocupação policial nessa favela. Segundo a matéria produzida:

[Título] Tráfico mantém as escolas fechadas

[Subtítulo] PM critica diretores de colégios

[Texto] "As escolas estão fechadas por orientação do tráfico de drogas. Essa é uma maneira de a comunidade criar antipatia com a Polícia Militar". Assim, o comandante do 2º Comando de Policiamento de Área, coronel Cesar Lopes, criticou a Secretaria municipal de Educação. Ao todo 7.730 alunos, de 13 escolas municipais e de três creches perderam mais um dia de aula, ontem, na Cidade de Deus. Não há previsão de volta. Segundo o coronel Cesar Lopes, os moradores devem confiar na PM. (EXTRA, quinta-feira, 13 de novembro de 2008, p. 11).

Nessa mesma linha, o jornal O Globo, no início de dezembro, período em que pululavam, por um lado, representações eufóricas das mídias pesquisadas sobre a ocupação policial realizada na favela Santa Marta, publicou uma reportagem que mostra, em sentido geral, que os traficantes que comandavam o comércio de drogas na Cidade de Deus haviam desafiado a polícia militar que estava ocupando a região, conforme excerto a seguir.

[Título] *Tráfico desafia PM na Cidade de Deus*

[Subtítulo] Polícia recolhe cocaína em matagal e detém menor que carregava maconha

[Texto] A ocupação por policiais militares da Cidade de Deus, iniciada no dia 11 de novembro, fez parar o funcionamento das bocas-de-fumo na favela, mas ainda são encontradas drogas em esconderijos usados por traficantes. Ontem, durante uma operação de rotina, foram apreendidos mil papalotes de cocaína num matagal, atrás de uma casa. Um menor que carregava 15 trouxinhas de maconha foi detido pelos policiais e encaminhado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). O comandante do 18º BPM (Jacarepaguá), tenente-coronel Luigi Gatto, foi procurado para falar como os traficantes já voltaram a agir na Cidade de Deus, mas não foi encontrado.

(O GLOBO, terça-feira, 9 de dezembro de 2008, p. 13, grifos meus).

Em decorrência também de problemas dessa natureza, na parte final do mês de dezembro de 2008, os diários perscrutados anunciaram que haveria a implementação de uma Companhia Independente da Polícia Militar na localidade em apreço. Segundo o que foi publicado num desses impressos, o governo intentava, com essa ação, “[...] impedir o retorno de traficantes ou a ocupação do local por milícias, já que a polícia conseguiu desarticular a facção que dominava a venda de drogas ali há mais de 20 anos” (O GLOBO, terça-feira, 23 de dezembro de 2008, p. 17).

Inobstante a essas afirmações que davam conta de que o controle da localidade estava com a polícia, o jornal, na mesma reportagem, mostrava, logo a seguir, que:

Ainda ontem, duas equipes do Grupo de Apoio Tático percorriam as matas na área do Karatê para sufocar os bolsões de resistência que, segundo Lopes, ainda ameaçam a paz na Cidade de Deus.

— É uma área de difícil acesso, com mata muito alta e charco, o que dificulta nosso trabalho. *Eles passam o dia escondidos na mata e saem à noite, bem armados* — explicou o comandante, autor do projeto, já aprovado pelo Comando Geral da PM, para a construção da Companhia Independente de Polícia Militar da Cidade de Deus. Lopes disse que está aguardando a posse do prefeito Eduardo Paes para pedir apoio para programas sociais e infraestrutura, para ajudar a manter a tranquilidade no local.

(Idem, *ibidem*, grifos meus).

Em tom de otimismo, o jornal consultado discorreu sobre a atmosfera de “paz” nessa localidade em análise, produzindo sentidos ao anunciar como título de uma matéria que a “Cidade (enfim) de Deus tem [vivia um] clima de paz natalina” (O GLOBO, quinta-feira, 25 de dezembro de 2008, p. 12). Substancializando a linha de produção de sentido da matéria, o

subtítulo informava o seguinte: “Livres do tráfico e com [a] tranquilidade garantida pela ocupação da PM, moradores circulam desde cedo pelas ruas” (Idem, *ibidem*).

Entretanto, na parte central da reportagem, pode-se observar que a narrativa faz uma concessão à presença do comércio de drogas, mostrando que a resistência de traficantes ainda era encontrada na localidade. A questão não é tratada com tanta importância, ou seja, é colocada como uma exceção em meio a um clima de “paz”. Segue o pequeno trecho que conta com a declaração de um policial sobre o clima da região:

Comerciários comentaram que as vendas nos últimos dias cresceram e que o comércio pôde funcionar até mais tarde. Além dos pontos ocupados, viaturas circulavam pela favela. Um dos policiais que fazia a ronda contou que a receptividade tem sido boa:

— *O único ponto onde ainda há tensão é para o lado do Karatê, onde ainda tem traficantes refugiados nas matas, o que dificulta sua localização. Mas, no restante, o clima é calmo.*

(Idem, *ibidem*, grifos meus).

Ainda que narrando uma atmosfera de “paz”, o periódico não deixa de pontuar, nessa mesma reportagem, o quanto a possibilidade de se dar fim à atividade ligada ao tráfico de drogas mantinha-se, de alguma forma, presente como horizonte de expectativas discursivas do governo e, mais ainda, na tematização que era realizada pela imprensa.

No tocante ao diário de notícias Extra, vale mencionar que, no período natalino, o jornal publicou a seguinte reportagem:

[Título] Moradores festejam clima de paz na Cidade de Deus

[Subtítulo] Com ocupação da PM, vendas aumentam na favela de Jacarepaguá

[Texto] O Natal parece ter chegado mais cedo para os moradores da Cidade de Deus. Ocupada desde o dia 11 de novembro pela Polícia Militar, os moradores aproveitaram o clima de tranquilidade para, desde o início da manhã, sair às ruas para concluir os preparativos da ceia e cumprimentar amigos e vizinhos.

(EXTRA, quinta-feira, 25 de dezembro de 2008, p. 7).

Contudo, no dia seguinte, a reportagem já tinha mudado de tom, conforme a seguir:

[Título] Executados na Cidade de Deus

[Subtítulo] Madrugada violenta: Dois homens foram mortos e outro está desaparecido. Polícia ainda não sabe o motivo do crime

[Texto] *O clima de paz da véspera na Cidade de Deus não durou sequer até a noite de Natal. Mesmo com a ocupação policial na favela, na madrugada de ontem pelo menos duas pessoas foram mortas e outra está desaparecida, vítimas de traficantes que atuam no local.* O comandante do 2º Comando de Policiamento de Área (Zona Oeste), coronel Paulo César Lopes, explicou que por medida de segurança, as operações do Grupo de Apoio Tático foram suspensas às 20h da véspera de Natal e só serão retomadas após as 20h do dia 26.

— *Como ainda existe um bolsão de resistência na área do Karatê, decidimos suspender as rondas para evitar que um possível confronto na noite de Natal pudesse causar a morte de inocentes ou mesmo de policiais* — explicou o comandante. (EXTRA, sexta-feira, 26 de dezembro de 2008, p. 7, grifos meus).

Com o alvorecer do ano de 2009, as dificuldades da polícia militar em exercer o controle da favela iriam, segundo os diários de notícias consultados, permanecer, uma vez que a resistência dos traficantes de drogas iria continuar; aliás, aumentaria. Com isso, as discussões acerca do novo modelo de policiamento implementado em algumas favelas iriam ser ampliadas, ganhando outras fundamentações. Ocorreriam, em função desse cenário, modulações e adequações discursivas que, conforme à frente, redefiniriam, gradualmente, uma das bases do programa das UPPs.

4.2 **Cidade de Deus: modulações nos discursos que delineavam os objetivos das UPPs**

Em janeiro de 2009, decorridos, portanto, dois meses da ocupação policial nessa localidade em voga, o governo tornava público de forma mais aberta e decidida que começava a preparar um tipo de policiamento nos mesmos moldes do que fora implantado na favela Santa Marta.

Nesse sentido, foi selecionada e publicada por um dos jornais que fizeram parte da pesquisa uma informação que dava conta da intenção de se instalar uma “Companhia de Policiamento Comunitário” (O GLOBO, segunda-feira, 12 de janeiro de 2009, p. 14) na Cidade de Deus. O Extra informava em título de reportagem que haveria a criação de um “Policiamento fixo na Cidade de Deus” (EXTRA, segunda-feira, 12 de janeiro de 2009, p. 12). Mas, logo no subtítulo mostrava que “Jovem morre em confronto na favela” (Idem, ibidem).

Um dos impressos analisados publicou que a referida Companhia de Policiamento Comunitário tinha a previsão de receber “[...] 200 policiais militares do 18º BPM (Jacarepaguá), que serão [seriam] reforçados por recrutas saídos diretamente da academia” (O GLOBO, segunda-feira, 12 de janeiro de 2009, p. 14).

O problema é que, segundo as mídias averiguadas, a ocupação dessa localidade continuava oferecendo, conforme pontuado anteriormente, dificuldades ao trabalho de controle territorial que deveria ser realizado pela Polícia Militar. Notadamente, esses entraves eram registrados pela polícia na região conhecida como “karatê”.

De acordo com os jornais esquadrihados, essas dificuldades não haviam sido enfrentadas na favela Santa Marta, mas se colocavam presentes no cotidiano da ocupação da Cidade de Deus. O excerto da reportagem a seguir sugere essa dificuldade:

A polícia ocupa sete pontos estratégicos dentro da Cidade de Deus, mas o número pode chegar a 12 até o fim do mês. Após a saída dos PMs do Batalhão de Operações Especiais (Bope), explica Lopes, o intuito é tomar mais três pontos na região conhecida como Karatê, com o apoio da companhia, que será instalada dentro da comunidade, e do Posto de Policiamento Comunitário (PPC), localizado na Avenida Edgar Werneck.

(O GLOBO, segunda-feira, 12 de janeiro de 2009, p. 14).

Diante desse quadro, o tenente-coronel Luigi Gatto, ainda que tenha feito um balanço positivo sobre os dois meses de ocupação da Cidade de Deus⁹⁶, acabou admitindo que o “‘varejinho’ dificilmente deixará [deixaria] de existir” (Idem, ibidem).

Malgrado essas palavras, que podem ser consideradas como um lamento ou uma assunção das dificuldades encontradas, o tenente-coronel completou sua fala em tom mais otimista: “Não vamos erradicar 45 anos de problemas em apenas dois meses. É uma área extensa, de 120 mil moradores, com pontos de extrema pobreza. *Mas o tráfico que constrange a população não tem mais*” (Idem, ibidem, grifos meus).

Outro diário que fez parte da pesquisa selecionou como importante uma situação solene que representava a inauguração da base da polícia na favela. Nessa ocasião formal, houve o hasteamento da bandeira do Brasil para celebrar a presença da polícia e a inauguração da base. Pode-se encontrar, nessa reportagem, uma declaração de um capitão da Polícia Militar produzindo sentido sobre o evento:

[Título] Bope finca a bandeira do Brasil na Cidade de Deus

[Subtítulo] Polícia mantém ocupação e prende dois traficantes

[Texto] Equipes do Bope hastearam, ontem, na creche da Cidade de Deus, onde a unidade montou sua base, a bandeira do Brasil. Segundo o capitão Ivan Blaz a bandeira no alto da creche, que estava desativada e era utilizada pelos traficantes, simboliza a ordem e a missão de pacificação que o Bope está cumprindo na Cidade de Deus.

— *Encontramos uma área deflagrada onde não conseguíamos entrar em carros comuns. Hoje, essa bandeira simboliza a democracia e a devolução da Cidade de Deus aos moradores de bem* — disse o capitão Blaz.

(EXTRA, quarta-feira, 14 de janeiro de 2009, p. 12, grifos meus).

Segundo o capitão Blaz, a democracia havia chegado à Cidade de Deus que havia sido devolvida a seus moradores. No bojo dessa declaração otimista figurava, em alguma medida, a pressão por explicações acerca da atuação do tráfico de drogas na favela, pressão essa exercida sobretudo pela imprensa. Afirma-se isso porque, dois dias antes, conforme excerto de uma reportagem citada acima, o tenente-coronel Luigi Gatto havia abordado o problema da presença do tráfico. Nessa declaração, Gatto acabou minimizando os efeitos do problema,

⁹⁶ O que contemplava o período de início de novembro até início de janeiro.

deixando entrever que havia tráfico de drogas, mas a presença ostensiva de traficantes constringendo a população não era mais encontrada na região.

Na ocasião da cerimônia de formatura de 677 soldados da Polícia Militar, no Centro de Formação de Praças, com vistas à atuação nas favelas da Cidade de Deus e do Batan, que seriam ocupadas nos moldes do policiamento da Santa Marta, o secretário de Segurança Pública “[...] reconheceu que a implantação do policiamento comunitário na Cidade de Deus é [seria] difícil” (O GLOBO, sexta-feira, 16 de janeiro de 2009, p. 17).

Não obstante, o secretário declarou confiança no programa de ocupação de favelas, sem deixar de reconhecer as dificuldades históricas que eram colocadas pela complexidade da localidade em questão: “Nosso compromisso é com a certeza de que o projeto [expansão da ocupação policial de favelas] vai dar certo. *O local é historicamente difícil*, mas posso dizer que hoje a Cidade de Deus está sob a tutela da PM” (Idem, *ibidem*, grifos meus).

O governador do Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, assumia um discurso que se mantinha mais firmemente ancorado no plano do otimismo, notadamente no que concerne à possibilidade de se acabar com o tráfico nas regiões ocupadas pelo novo modelo de policiamento anunciado à época. Assim foram as palavras do governador:

Sim, nós podemos. Este ano, com as ocupações da polícia, temos um marco na estrutura de policiamento. Entramos em locais onde não havia a presença do estado. *Vamos acabar com o tráfico nessas regiões.* (Idem, *ibidem*, grifos meus).

Passados alguns dias, um dos diários consultados abordou uma declaração do secretário de Segurança Pública na qual ele fez uma análise que reiterava a dificuldade que a Polícia Militar estava tendo em combater ou acabar com o tráfico na Cidade de Deus. Segundo o jornal:

[...] O secretário garante que a ocupação já reduziu bastante os índices de criminalidade no bairro [de Jacarepaguá]. Segundo ele, a Cidade de Deus está *“praticamente livre do tráfico”*. Beltrame admite, no entanto, que ainda há pontos de resistência do tráfico no local conhecido como Karatê, uma das áreas mais pobres da favela, onde boa parte dos moradores ainda vive em barracos de madeira junto a porcos.

(O GLOBO, quinta-feira, 29 de janeiro de 2009, p. 11, com aspas colocadas pelo próprio jornal e o itálico destacado por mim).

A implementação efetiva da Unidade de Polícia Pacificadora da Cidade de Deus, ocorrida em 16 de fevereiro de 2009 (CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012, p. 22), fez com que as mídias investigadas passassem a tratar a base da polícia militar na localidade não mais pela denominação de Companhia de Polícia Comunitário. O título da matéria exibida pelo jornal O Globo, à época, realça isso, destacando a primeira menção direta ao novo nome, no tocante à

favela em apreço: “A força de paz da Cidade de Deus: Favela ganha Unidade de Polícia Pacificadora, com 223 PMs, três meses após iniciada ocupação” (O GLOBO, terça-feira, 17 de fevereiro de 2009, p. 10).

Partindo das informações e relatos que foram organizados pela imprensa pesquisada, pode-se evidenciar que esse é um momento importante para a compreensão da trama histórica concernente aos discursos dos representantes do governo sobre a imagem construída para o programa das UPPs.

O que se deseja ressaltar é que essa fase marca, com base nos discursos e informações selecionados pela imprensa investigada, uma pequena inflexão num dos objetivos que, à época, estava sendo trabalhado/reforçado desde a ocupação da favela Santa Marta: o fim do tráfico de drogas em favelas com UPP.

Seguindo essa linha de raciocínio, é preciso chamar a atenção para a análise de Boltanski sobre algumas das principais formas de dominação que caracterizam o modo gestor⁹⁷ e traçar um paralelo com essa referência intelectual e teórica. Segundo esse autor, uma das características desse modo de dominação é “garantir uma forma de dominação que insista na *mudança*”⁹⁸ (BOLTANSKI, 2013, p. 448, grifo do autor). Assim, “[...] Estas formas de dominação, que podem ser chamadas de *gestorárias* [...] são adaptadas às modalidades de exploração que fazem economia da força física, mas também de algum grau de persuasão” (Idem, p. 449, grifos do autor).

Desse modo, vale ressaltar que, nessa mesma ocasião comemorativa referente à inauguração da base da UPP na favela, o secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro afirmou que “[...] Não podemos afirmar que não há mais tráfico na Cidade de Deus, o que não há mais é venda ostensiva de drogas. Há uma ambiência de paz – disse o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame”. (Idem, ibidem, grifos meus).

⁹⁷ Boltanski identifica três tipos de modos de dominação: a dominação pelo terror, a dominação pela ideologia e a dominação gestorária. De forma bastante sintética, vale mencionar que a dominação pelo terror contempla o medo como fator que desempenha papel fundamental; a dominação pela ideologia se nutre da distância entre o que é oficial e o que é extraoficial; e a dominação gestorária que se desenvolveu nas últimas décadas do século XX e se caracteriza pela adaptação à economia da força, bem como mobiliza um grau de persuasão, buscando manter, de forma duradoura, “uma ou várias assimetrias profundas” (BOLTANSKI, 2013, p. 449). É preciso lembrar que esses modos são concebidos como tipo ideiais, logo, não se apresentam de forma monolítica, podendo contemplar adaptações e combinações de elementos identificados em um ou outro modo de gestão.

⁹⁸ O autor desenvolve sua análise a partir de um pressuposto típico-ideal que é adaptado aqui para pensar a respeito das modulações discursivas nos objetivos do programa de ocupação de favelas como uma mudança necessária nos discursos do governo (que foram selecionados e publicados na imprensa escrutinada) em face das transformações ou da “robustez da realidade”.

Portanto, ao acompanhar, a partir das mídias perscrutadas, a construção histórica dos discursos institucionais que organizavam as ações da Secretaria de Segurança Pública voltadas para o policiamento de algumas favelas cariocas, pode-se interpretar que houve uma sutil inflexão no discurso do secretário.

Ora, se antes o objetivo de acabar com o tráfico de drogas estava, em alguma medida, no horizonte de planejamento do governo (cf. PALERMO, 2014b), conforme se pode notar no capítulo 3 desta tese, agora o secretário afirma que, pelo menos, não havia venda ostensiva de drogas na Cidade de Deus. Logo, pode-se deduzir que o secretário produziu uma adequação discursiva, no tocante ao fim do tráfico de drogas nas favelas ocupadas pela polícia, conforme trecho anteriormente apresentado.

Desse modo, provocado pelas circunstâncias comemorativas atinentes à inauguração da segunda UPP (cf. CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012, p. 22), o secretário afirmou que a venda ostensiva na localidade em voga não estava mais ocorrendo. Essa declaração dá a entender que não haver a venda de drogas abertamente era um fator importante para as finalidades da UPP.

A partir desse período em que foi inaugurada solenemente a UPP da Cidade de Deus, compreende-se que o importante para o programa, sob a perspectiva dos discursos de alguns integrantes do governo, não era mais acabar com o tráfico de drogas na favela, mas sim ter um ambiente em que os traficantes de drogas não atuassem de forma a chamar a atenção pública.

Tempos depois, por conta do anúncio da formação de mais 3.300 policiais que iriam atuar em postos das UPPs, com vistas a dar garantias à expansão desse programa, o secretário de Segurança Pública declarou, de maneira mais incisiva, que o mencionado programa de policiamento não tinha a pretensão de acabar com o tráfico. Segue boa parte da reportagem para contextualizar a fala:

[Título] A GUERRA DO RIO: Mais 3.300 policiais serão formados até fevereiro do ano que vem para atuar nos novos postos

[Subtítulo] UPPs vão beneficiar 300 mil pessoas em favelas do Rio até fim de 2010

[Subtítulo] Ladeira dos Tabajaras e Cabritos devem ganhar unidade ainda este ano

[Subtítulo] CASAS DA Ladeira dos Tabajaras (Copacabana), que deve ter uma UPP

[Texto] O governo do estado pretende triplicar até o fim de 2010 o número de pessoas beneficiadas no Rio por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), informou ontem o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame. [...]

Beltrame não revelou que favelas serão, mas fontes do governo garantiram que as ocupações acontecerão na Ladeira dos Tabajaras e no Morro dos Cabritos, comunidades que se espalham pelos bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa. [...]. Para cumprir o planejamento do próximo ano, o secretário de Segurança e o comandante Mário Sérgio anunciaram a formação de mais 3.300 policiais até

fevereiro de 2010. Há previsão ainda de, até julho, abrir concurso para contratar mais quatro mil PMs. Segundo a Secretaria de Segurança, a gratificação de R\$500 para os policiais que trabalharão nas UPPs já está garantida pela prefeitura. Nas UPPs do Dona Marta (Botafogo), do Batam (Realengo), da Cidade de Deus e do Chapéu Mangueira/Babilônia, há 465 policiais.

— *Não temos a pretensão e não podemos prometer acabar com o tráfico ou com a violência.* Mas estamos acabando com a lógica da territorialidade imposta pelo fuzil. Isso, sim, acabou nas comunidades pacificadas — afirmou o secretário de Segurança.

[...] *Beltrame ressaltou a importância de acabar com o domínio das comunidades pelo crime.*

— *Os moradores não tinham seu direito de ir e vir garantido. Os caminhões das lojas não podiam fazer entregas em favelas. Agora, é a hora de resgatar a cidadania, com projetos sociais* — disse Beltrame.

(O GLOBO, terça-feira, 1 de dezembro de 2009, p. 17, grifos meus).

Não obstante a essas declarações mais contundentes, é conveniente colocar em evidência uma matéria que contribui para se perceber, por meio do que foi organizado pela mídia explorada, as modulações no discurso institucional tornado público, especialmente em relação à finalidade de acabar ou não com o tráfico de drogas em favelas ocupadas pelo referido programa, conforme à frente. Nessa reportagem, o jornal O Globo inicia afirmando que a “UPP não acaba com tráfico na Cidade de Deus – Imagens mostram bandidos desarmados vendendo maconha livremente na favela, a segunda a ser pacificada” (O GLOBO, sexta-feira, 2 de julho de 2010, p. 20).

Em face das informações coletadas por órgãos de imprensa e das imagens feitas por cinegrafistas amadores exibindo o comércio de drogas ilícitas que era feito de forma aberta na região em voga, o representante-mor da Secretaria de Segurança Pública foi provocado a comentar os acontecimentos.

Cumprir evidenciar que as declarações do secretário ganharam um cunho formal, notadamente por ele ter empregado a expressão “missão básica” das UPPs, conforme se pode identificar a seguir. Assim, o ponto central a ser destacado, nessa altura dos acontecimentos, é que as palavras do secretário mostram a modulação das finalidades do supramencionado programa. Segue a declaração que faz parte da reportagem cujos título e subtítulo foram mencionados acima, na reportagem de 2 de julho de 2010:

Comércio ilegal enquanto durarem os estoques

De acordo com o vídeo, é possível ver adolescentes e um homem, que se passa por pedreiro, vendendo cocaína e maconha. O "feirão" da droga, como é conhecido o ponto de venda de entorpecentes da Rocinha 2 [região que faz parte da Cidade de Deus], começa por volta das 15h e só acaba quando termina o estoque. As cenas mostram ainda um consumo interno forte, onde adolescentes e até senhoras compram as drogas, enquanto crianças e idosos passam pelo local, fingindo normalidade. A cerca de cem metros do lugar, fica um carro da PM. [...]

[Declaração do secretário de Segurança sobre a venda de drogas realizada

abertamente na favela]

- Já recebemos algumas denúncias deste tipo [venda de drogas na favela]. Não podemos nos esquecer que fizemos mais de 200 prisões na Cidade de Deus, desde que instalamos lá uma UPP. *A missão básica [do programa] sempre foi desarmar os traficantes e levar paz aos moradores.* O vídeo parece que não mostra gente armada

O secretário ressaltou a dificuldade de controlar a Cidade de Deus, a maior área ocupada pela polícia com uma única UPP.

- São mais de 100 mil moradores circulando por lá. A Cidade de Deus é maior do que muitos municípios do interior. É difícil controlar cada ponto, pois a comunidade é muito complicada, com muitas saídas e entradas. Além disso, são mais de 40 anos sob o domínio do tráfico. *Não temos pretensão de acabar com o tráfico de uma hora para outra* - disse o secretário.

(Idem, ibidem).

O que se pode perceber e realçar, a partir desses discursos, é que há, mesmo passado algum tempo depois da implementação de algumas UPPs⁹⁹, uma modulação nos discursos oficiais sobre a questão do comércio de drogas ilícito e da tolerância ou não da presença de traficantes em favelas ocupadas pelo programa.

Mesmo correndo o risco de ser redundante, vale lembrar que Boltanski afirma que os relatos dos representantes de instituições (no caso aqui, a instituição governamental) têm como objetivo básico imprimir um sentido corpóreo às instituições cuja natureza é eminentemente incorpórea. Logo, por sua natureza concreta, os relatos dos porta-vozes “permitem às instituição (sic) intervir[em] na realidade” (BOLTANSKI, 2013, p. 445). Esse é um paralelo claro que se deseja estabelecer aqui entre o Estado (na qualidade de uma instituição) e as declarações de seus porta-vozes, sobretudo na estruturação dos objetivos das UPPs, eminentemente a partir de relatos selecionados e publicados nos impressos perscrutados.

Deve ser ressaltado que a própria reportagem cujo trecho é exibido logo acima mostra as variações nos discursos do secretário de Segurança Pública sobre a finalidade das UPPs de acabar ou não com o tráfico de drogas em favelas ocupadas por tal programa de policiamento.

Conforme se pode perceber no excerto acima, primeiramente o secretário teve o cuidado de minimizar o problema relacionado à presença de traficantes comercializando drogas na região. Nesse sentido, ele declarou que o governo já tinha realizado inúmeras prisões na Cidade de Deus, desde a “pacificação” da localidade. Em complemento, afirmou que a missão básica das UPPs sempre foi desarmar os traficantes, com o intento de produzir a

⁹⁹ No ano de 2010 foram inauguradas UPPs nas seguintes favelas: Ladeira dos Tabajaras/Cabritos (14/1), Providência (26/4), Borel (7/6), Formiga (1/7), Andaraí (28/7), Salgueiro (17/9), Turano (30/10), Macacos (30/11). Fonte: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Consulta realizada em 23 de novembro de 2015.

“paz” na localidade (Idem, ibidem), o que remete à inferência de que não necessariamente a missão seria acabar com o comércio de drogas ilícitas.

Em seguida, o jornal exhibe outra declaração do secretário afirmando, paradoxalmente, que o governo não tinha a pretensão de acabar com o tráfico num curto horizonte temporal, o que alude à ideia de que acabar com o tráfico (com os traficantes ou com o comércio de drogas ilícitas) era algo que, de certa forma, estava presente na perspectiva do governo, no que toca à estruturação do programa das UPPs.

Além dessas incongruências identificadas no discurso institucional, protagonizado por integrantes do governo, nota-se – e esse é um ponto metodologicamente importante nesse caso – que a presença e pressão da imprensa, além das dificuldades práticas da localidade, exerceram influência nessas modulações discursivas, pressionando as circunstâncias e, por conseguinte, criando um vaivém argumentativo que aumentou, a partir dos discursos coligidos aqui, a imprecisão acerca do que o governo tinha como meta.

Portanto, diante da imprecisão nos discursos do governo sobre o objetivo de acabar com o tráfico de drogas ou não, as cobranças continuaram, às vezes até aumentaram. Em face dessa situação, as definições permaneceram imprecisas e incongruentes. Com isso, formou-se um ciclo vicioso em matéria de definição de diretrizes e de informações. O trecho seguinte que é componente da mesma reportagem acima exibida ajuda a compreender esses argumentos:

[Pressão da imprensa] *Ao ser perguntado se ele tem conhecimento sobre a convivência de policiais da UPP da Cidade de Deus para o funcionamento da feira [comércio de drogas abertamente realizado], Beltrame disse que a inteligência já havia recebido informações que estão sendo analisadas:*

- Acho difícil um policial de uma unidade de pacificadora fazer vista grossa para algum crime. Uma filmagem numa esquina onde há a venda de 10 ou 15 papelotes, considerando que são viciados, doentes, é factível. É um caso de saúde pública. São pessoas que precisam de tratamento - avaliou Beltrame.

De qualquer forma, o secretário disse ser inadmissível o policial presenciar a venda e não agir.

- Não descarto que haja a venda, num lugar ermo, numa área imensa que é a Cidade de Deus, mas não vamos tolerar que o tráfico não seja combatido pela polícia. É difícil extirpar este tipo de conduta, mas estamos nos empenhando. [Pressão das circunstâncias colocadas pela localidade exercendo influência na adequação discursiva] *O resultado positivo [da UPP da Cidade de Deus] é infinitamente mais importante que a venda meia dúzia de papelotes - concluiu o secretário.* (O GLOBO, sexta-feira, 2 de julho de 2010, p. 20).

Deve-se reiterar que, a partir das mídias investigadas, a mudança mais contundente no discurso institucional dos integrantes do governo ainda não tinha sido realizada, mesmo após a implementação de algumas unidades policiais baseadas nesse modelo de policiamento.

No que toca especificamente à Cidade de Deus, mesmo diante das dificuldades narradas pelos diários investigados, os integrantes do governo ora relativizavam o objetivo de acabar com o comércio de drogas ilícitas na localidade, ora ressaltavam o ambiente de “paz” como algo mais importante, ora admitiam que, com o tempo, o tráfico poderia ser eliminado.

Todavia, de acordo com os discursos organizados pelas mídias estudadas, não havia uma autoridade sequer que houvesse afirmado categórica, coerente e constantemente que o objetivo do modelo de policiamento de favelas, que começou na Santa Marta e que se transformou no programa das UPPs, nunca tinha tido o objetivo de acabar com o tráfico de drogas.

A partir do material de pesquisa, o que se pode notar é um vaivém discursivo protagonizado por integrantes do governo em declarações públicas que foram selecionadas e publicadas pelas mídias investigadas. Cabe acrescentar que se pode depreender que o mencionado vaivém discursivo ocorreu de acordo com as pressões das circunstâncias sociais e/ou com os constrangimentos colocados pela presença (ou atuação) dos veículos de imprensa.

Dessa maneira, é preciso ressaltar que a versão oficial do governo para explicar a presença da força e do poder dos traficantes em favelas ocupadas foi construída de forma gradativa e estava relacionada à ampliação do programa de “pacificação” para localidades mais “complexas”, conforme discutido a seguir¹⁰⁰, às circunstâncias ligadas ao contexto do dia a dia, bem como às pressões discursivas dos atores sociais envolvidos (com destaque especial para a presença da imprensa nesses acontecimentos). Essas são questões muito importantes porque contribuem para se possa compreender a situação social que revestia os discursos de integrantes do governo que reverberavam nas mídias perscrutadas.

¹⁰⁰ A partir de 2009, o programa das UPPs foi sendo expandido gradualmente. Além da Cidade de Deus, neste ano, o programa foi implementado nas seguintes favelas: Batan, Babilônina/Chapéu Mangureira, Cantagalo/Pavão-Pavãozinho (CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012, p. 26). Cabe chamar a atenção que não se está postulando, aqui, que apenas a Cidade de Deus colocou dificuldades para a expansão do programa de policiamento de favelas. O argumento é construído a partir das referências e recorte que fazem parte da delimitação da pesquisa.

4.3 UPPs: ampliação, novas circunstâncias e outros discursos acerca de seus objetivos

Se pensarmos especificamente os pontos que remetem ao fim do comércio de drogas em favelas ocupadas e a expulsão de traficantes dessas localidades, o discurso atual de integrantes da cúpula oficial do governo sobre as UPPs visa reforçar a imagem de que este foi um programa colocado em prática com um planejamento de ação linear, sem modulações nos discursos, ao contrário do que foi pontuado na seção anterior. Isso ocorre porque uma das funções do discurso político é exatamente não criar polêmicas ou enveredar por elas, de modo a evitar as críticas ou produzir o arrefecimento delas.

Pode causar surpresa entrever – por meio de declarações institucionais organizadas por parcela importante da mídia – esse programa dentro de um quadro de construção discursiva cotidiana, em que as abordagens acerca dos objetivos das UPPs estão revestidas por modulações, que têm relação com o contexto e as situações que envolviam e davam sentido aos discursos.

Portanto, nessa construção oscilante incidem fatores, como, por exemplo, as variáveis ligadas aos planos institucionais, as representações espacializadas das favelas, a atuação da imprensa, as injunções conjunturais, entre outros. E tais fatores concorreram para construir a adequação das estratégias discursivas e objetivos governamentais.

Olhar um acontecimento em retrospectiva é vislumbrá-lo com o privilégio de poder capturar outras tonalidades, o que pode provocar, por conseguinte, novos questionamentos, novas problematizações acerca dos fenômenos sociais e históricos.

Os discursos selecionados e publicados nas mídias impressas, bem como os que o secretário de Segurança Pública colocou em prática em sua autobiografia (cf. BELTRAME, 2014), permitem inferir, por essa angulação construída aqui, que a escolha da Santa Marta como primeira favela ocupada para a implementação de um novo modelo de policiamento decorreu, principalmente, em razão de o governo considerá-la, a princípio, menos complexa do que, por exemplo, as favelas do Jacarezinho, da Rocinha, do Complexo do Alemão, entre outras localidades extensas, com bastante moradores e muitos acessos¹⁰¹.

¹⁰¹ Essas colocações não implicam a afirmação que a favela Santa Marta teria que ser escolhida exclusivamente em função dessas questões. A escolha dessa favela como primeira localidade a ter uma UPP não foi obrigatória, mas também não foi aleatória, despropositada. Em outros termos, provavelmente outros fatores incidiram nas análises dos integrantes do governo para proceder à escolha da Santa Marta. O que se deseja ressaltar, aqui, é que esses pontos destacados foram importantes dentre um conjunto de fatores que concorreram para a escolha da referida favela como a primeira a receber uma UPP.

Segundo a perspectiva dos discursos institucionais coligidos neste trabalho, essa representação espacializada singular da Santa Marta favorecia a instalação do que, naquela época, o mencionado secretário denominou um “laboratório” que poderia ser produtivo para se testar um latente modelo de policiamento de favelas que se esquadrihava.

Em acréscimo, pode-se depreender, nesse diapasão, que a ocupação da Cidade de Deus começou a colocar, conforme apontado anteriormente, entraves práticos efetivos para a implantação do programa de “pacificação” na localidade, sobretudo se considerarmos o clima relatado pelas mídias acerca do cotidiano da favela Santa Marta (cf. ROCHA; PALERMO, 2015).

À medida que o tempo foi passando, é possível notar que essas diferenças entre os cotidianos da favela Santa Marta e da Cidade de Deus, de acordo com o que era narrado pelas mídias pesquisadas (cf. ROCHA; PALERMO, 2015), contribuíram para motivar a reformulação (ou a oscilação) do discurso institucional sobre a presença e atuação dos traficantes, provavelmente com o fito de não perder certo grau de aceitação pública que envolvia o programa das UPPs (PALERMO, 2014b, p. 18).

Sendo assim, novos embasamentos discursivos foram capturados pelas mídias pesquisadas em torno desse programa de policiamento que se estava colocando em prática entre fins de 2008 e início de 2009. No sentido da argumentação em torno da singularidade que há na relação estabelecida entre o governo e cada favela, vale trazer palavras do próprio secretário de Segurança Pública. Nesse trecho, o secretário mostra, na qualidade de uma autoridade pública, o quanto há diferenças entre as favelas (cf. VALLADARES; PRETECEILLE, 2000; cf. ALVITO, 2003) e, por conseguinte, como é complexo para as políticas públicas lidarem com situações práticas do dia a dia. Segundo ele:

O Santa Marta [favela Santa Marta] nos mostrou que o projeto [programa das UPPs] tinha tudo para funcionar; os índices de criminalidade na vizinhança despencaram e, por conta disso, muito expectativa foi gerada. *O resultado ali foi tão promissor que passou a ideia equivocada de que toda UPP seria padrão Dona Marta por onde aportasse. MAS A PRÁTICA MOSTROU MAIS UMA VEZ QUE SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE TÊM MATIZES MUITO PRÓPRIOS. ÁREA POR ÁREA. Nem sequer há casos semelhantes no mundo quando falamos de policiamento ostensivo em comunidades enormes, com mais de 100 mil habitantes, do tamanho da Rocinha e do Complexo do Alemão.* E o crime é uma variável externa: ele se adapta. Portanto, aprender com cada experiência é estar alerta é o que podemos prometer. (BELTRAME, 2014, p. 181, todos os grifos são meus).

Portanto, em face da pressão da circunstância colocada pela expansão do programa de “pacificação”, pressão essa que envolveu, muito especialmente, o cotidiano da vida social e a força social da imprensa fazendo questionamentos quase que cotidianamente, alguns

integrantes do governo começaram, de maneira gradual, a deslocar ou minimizar o impacto da presença dos traficantes armados em favelas ocupadas pela polícia. Assim, a mudança nos discursos atinentes aos objetivos do programa em questão foi feita através da proposição de uma releitura dos seus propósitos iniciais, contemplando a realização de uma nova produção de sentido para a versão institucional levada ao conhecimento público.

Nessa linha argumentativa, não importa se, em algumas situações, a expressão acabar com o tráfico remetia aos traficantes em si ou ao comércio de drogas ilícitas local. O que importa são as menções a um ou outro de forma cambiante, diferentemente dos discursos mais contundentes, mais decididos que foram colocados em cena na ocupação da favela Santa Marta. Além disso, importa, metodologicamente, a referência social que revestia as pressões em torno desses discursos, o que produzia a necessidade de uma explicação legitimadora para a sociedade, tendo a imprensa como um canal intermediador que pauta questões que acham relevantes para a coletividade, que valoriza temas, entre outras interferências/pressões.

Dessa forma, nessa fase de expansão inicial do programa em apreço, é possível notar, tendo como referência as declarações que foram organizadas para essa pesquisa, que os discursos sofreram uma adequação e/ou uma modulação que mostra(m) em que medida as proposições normativas podem ser negociadas (e o são frequentemente), dependendo da situação prática do dia a dia (cf. POOLE, 2004, pp. 59-61).

4.4 UPPs: nova conjuntura e a redefinição dos objetivos concernentes ao combate ao tráfico de drogas em favelas ocupadas

Com o desenvolvimento e expansão do programa das UPPs, os integrantes da equipe do governo acabaram retirando (com clareza e contundência) do léxico utilizado e acionado pelo governo o objetivo de acabar com o tráfico de drogas ou de expulsar os traficantes das favelas ocupadas. No sítio institucional das UPPs podem ser observados alguns dos objetivos esquadrinhados neste capítulo e no anterior, conforme disposto a seguir:

O objetivo da polícia pacificadora é retomar territórios antes dominados por grupos criminosos ostensivamente armados e estabelecer o Estado Democrático de Direito. Devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas, necessárias ao exercício e desenvolvimento integral da cidadania. Contribuir para quebrar a lógica de “guerra” existente no Estado do Rio de Janeiro.

Permitir a entrada ou a expansão dos serviços públicos e da iniciativa privada, tradicionalmente limitada pela ação do poder paralelo dos grupos criminosos; Aumentar a formalização das atividades econômicas e dos serviços no local, bem como da vida dos moradores em geral, historicamente submetidos a condições de informalidade; Contribuir a uma inserção maior desses territórios e seus habitantes no conjunto da cidade, desativando a visão tradicional de ‘cidade partida’ que caracteriza o Rio de Janeiro¹⁰².

Destarte, o crescimento gradativo do programa de “pacificação” de favelas acabou impondo um padrão de discurso que se alinhava mais aos discursos e às circunstâncias experimentadas na Cidade de Deus do que na Santa Marta.

O que se deseja colocar em voga é que a gradativa complexidade atingida pelo programa em apreço, conforme se pode depreender do discurso do secretário de Segurança Pública (excerto apresentado na seção anterior), acabou forçando a retirada do objetivo de acabar com o tráfico de drogas dos discursos de integrantes do governo, conforme apresentado adiante. Isso ocorreu porque a favela Santa Marta havia deixado uma impressão “*equivocada* [para os integrantes do governo] de que TODA UPP SERIA PADRÃO DONA MARTA por onde aportasse” (BELTRAME, 2014, p. 181, todos os grifos são meus).

Nesse sentido analítico, algum tempo depois, numa incursão policial na favela da Rocinha, o jornal O DIA noticiou que a PMERJ havia achado munição escondida na localidade. Questionado como o material havia sido encontrado em uma favela ocupada pela polícia militar para preparação da implementação de uma UPP, o secretário de Segurança Pública deu sua versão e, no meio da entrevista, afirmou publicamente algo importante sobre os objetivos atuais do programa de “pacificação”:

A função da UPP não é acabar com o tráfico, nem com a criminalidade como um todo, mas garantir o direito de ir e vir das pessoas de bem que moram nessas comunidades e, com isso, garantir também o acesso delas aos direitos de cidadão. E isso vai acontecer na Rocinha. (O DIA, Ano 60, nº 21.845, quarta-feira, 11 de abril de 2012, p. 14 – 1ª Edição –, grifos meus).

Apesar de não poder precisar se esse foi o primeiro momento em que houve uma inflexão mais contundente no discurso sobre o fim do tráfico ou sobre a expulsão de traficantes, a declaração acima retrata uma postura institucional mais clara e objetiva no sentido de lidar com a exigência acerca do fim do tráfico de drogas nas favelas ocupadas. Nessa declaração, o secretário esquiva-se de vez desse tipo de cobrança, coadunando e

¹⁰² Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/faq>. Consulta realizada em 23 de novembro de 2015, às 14h:22.

harmonizando-se com a posição que está explicitada oficialmente no Sítio das UPPs, de acordo com que foi exposto acima¹⁰³.

Cumprе aduzir que, pouco tempo depois, na ocupação policial das favelas de Manguinhos e Jacarezinho, com vistas à preparação para a implementação de UPPs nessas localidades, o secretário de Segurança Pública afirmou que aquela operação não se constituiria numa caçada aos traficantes que ocupavam essas favelas. Segundo palavras dele que foram selecionadas e publicadas pela imprensa investigada, “[...] nossa ideia é recuperar território e garantir a tranquilidade das pessoas. Não vamos fazer de um marginal um troféu” (O DIA, nº 22.035, sábado, 13 de outubro de 2012, p. 5, 1ª Edição, grifos meus).

Em relação ao mesmo evento mencionado, o Editorial do jornal O DIA externou o seguinte: "Grosso modo, o processo [de “pacificação”] visa a dois objetivos: *expulsar o tráfico ostensivamente armado* e promover a cidadania dos moradores" (O DIA, nº 22.035, sábado, 13 de outubro de 2012, p. 12, 1ª Edição, grifos meus).

Tal reconhecimento de alguns dos princípios básicos formulados para as UPPs sugere, ainda que por meio dessa declaração específica, que parcela da imprensa já não estava mais exercendo pressão tão grande em integrantes do governo, no sentido de buscar explicações formais e públicas acerca do fim do tráfico de drogas em favelas ocupadas ou acerca da expulsão de traficantes armados dessas localidades.

Nessa fase, passava a prevalecer, portanto, a descontinuidade discursiva ou como havia sido colocado por ocasião da expansão do programa para a Cidade de Deus: não poderia haver a presença ostensiva de traficantes constringendo a população. Conforme o secretário de Segurança Pública havia declarado, não podemos afirmar que não há mais tráfico na Cidade de Deus, o que não há mais é venda ostensiva, o que remetia, segundo ele, a uma percepção de “paz” no clima da localidade (cf. O GLOBO, terça-feira, 17 de fevereiro de 2009, p. 10). Controle territorial e ambiente de “paz” foram os motes que permaneceram no vocabulário do governo que foi incorporado, paulatinamente, pelas mídias investigadas, em substituição ao objetivo de expulsar os traficantes e acabar com o comércio de drogas ilícitas.

Nesse sentido, cumpre realçar que encontra-se, no próprio Sítio institucional do governo que aborda o programa das UPPs, também uma pergunta direta e focal acerca do objetivo do programa em acabar com o tráfico de drogas nas favelas ocupadas. Essa informação pode ser encontrada na seção “Perguntas frequentes” sobre o projeto, na qual há o

¹⁰³ Fonte: Sítio oficial das UPPs: <http://www.upprj.com/index.php/faq>. Consulta realizada em 23 de novembro de 2015, às 14h:22.

seguinte questionamento: a “UPP visa acabar com o tráfico?”. A resposta peremptória é: “*Não são objetivos das UPPs: Acabar com o tráfico de drogas. Acabar com a criminalidade. E, sim, retomar territórios ocupados por facções de criminosos fortemente armados [...]*”¹⁰⁴.

É importante colocar em destaque que há – num total de 25 perguntas propostas pelos próprios idealizadores do supramencionado Sítio e colocadas como formulações mais frequentes – um questionamento especificamente elaborado para esclarecer a população acerca dos objetivos das UPPs em acabar ou não com o tráfico de drogas em favelas ocupadas.

Depreende-se, aqui, que essa preocupação é, no mínimo, sintomática de um questionamento que remete aos percalços e incômodos que esse ponto trouxe para os gestores do programa, conforme se pode observar na organização dos discursos que foi feita anteriormente aqui neste capítulo.

Ora, se esse não fosse um problema efetivo para o governo, uma preocupação ou, ao menos, um incômodo, o referido questionamento não seria alvo de uma explicação específica no Sítio institucional das UPPs; seria decisivamente ignorado. Se não o foi é porque se tratou de uma questão importante para o governo (ou para a sociedade, seja como for) para figurar entre as principais perguntas mais frequentes desde algum tempo.

Vale destacar, ainda, que, em artigo que aborda a percepção de moradores de favelas ocupadas com UPP, Burgos (*et. al*) afirmam o seguinte:

Ao colocar como seu principal objetivo não a pretensão de acabar “com o tráfico”, mas, sim, a de “acabar com a circulação de armas nas mãos de gangues de traficantes”, as UPPs obrigam o próprio discurso público a complexificar o debate em torno da segurança pública, dissociando o problema do combate ao tráfico de drogas do problema da territorialização da economia do tráfico. Com isso, pode colocar o foco no problema da “retomada de territórios” antes dominados por gangues de traficantes fortemente armados, comprometendo se, necessariamente, com uma pauta mais ligada à necessidade de emancipação dos moradores desses territórios do jugo dos traficantes. (BURGOS *et. al*, 2012, pp.54-55, grifos do autor).

Portanto, nas informações encontradas em diferentes fontes sobre a missão e os objetivos das UPPs, parece haver certo consenso de que o Estado, ao intervir com esse novo programa de policiamento nas favelas, nunca esteve preocupado com o fim do tráfico de drogas (ou com a expulsão de traficantes de drogas) nessas regiões, mas, sim, objetiva e efetivamente com a primazia do controle do território e o estabelecimento de uma nova ordem cujo poder armado não estivesse mais com as facções de traficantes de drogas. Essa parece ser

¹⁰⁴ Fonte: Sítio oficial das UPPs: <http://www.upprj.com/index.php/faq> <acessado em 16 de outubro de 2013, às 19 horas e 7 minutos>, grifos meus. Convém deixar registrado que esse Sítio ainda se encontra em operação, em 9 de janeiro de 2016.

uma questão cristalizada, pelo menos no que concerne ao ponto de vista do governo, parte da imprensa e até mesmo por parte de alguns pesquisadores¹⁰⁵.

Conforme discutido anteriormente, as notícias e as declarações acerca da ocupação policial da favela Santa Marta, não produziram informações ou dados significativos, pelo menos em se considerando os primeiros dias de presença policial. No entanto, as notícias veiculadas nos jornais investigados começaram, notadamente a partir de dezembro de 2008, a organizar e mostrar os discursos de integrantes do governo sobre o que se pretendia, inicialmente, realizar nessa favela, a partir da presença do policiamento que havia se instalado na localidade.

Nesse contexto, os jornais passaram a organizar e divulgar discursos institucionais que giravam em torno da necessidade da presença de um novo modelo de policiamento que deveria permanecer diuturnamente na favela Santa Marta, a fim de garantir a entrada de serviços de infraestrutura que beneficiariam os moradores. Nessa fase, a atividade ligada ao comércio de drogas ilícitas (assim como seus controladores) tornou-se, em alguma medida, componentes pautados pela imprensa em questões colocadas para os integrantes do governo.

O problema é que a ocupação da favela Cidade de Deus começou a colocar novas questões/problemas para o governo, haja vista a resistência dos traficantes de drogas à presença policial e a pressão da imprensa questionando integrantes do governo sobre a atuação de traficantes numa localidade “pacificada”.

Diante desses acontecimentos, nota-se que as oscilações nas declarações de integrantes da institucionalidade estatal tornaram-se mais agudas e adequações discursivas, pouco a pouco, prepararam o arrefecimento desse objetivo, até que o discurso oficial se encorajou em peremptoriamente declarar que a função da UPP não é acabar com o tráfico, nem com a criminalidade que o controla. Sua função seria garantir a liberdade de circulação das pessoas que moram em favelas (O DIA, Ano 60, nº 21.845, quarta-feira, 11 de abril de 2012, p. 14, grifos meus).

Além disso, consolidou-se a ideia de que a retomada dos territórios e a não presença de armamento ostensivos eram os principais propósitos das UPPs, com vistas a devolver a

¹⁰⁵ É conveniente não negligenciar que há pesquisas que apontam para preocupações relacionadas com a presença do tráfico de drogas em favelas com UPPs, sobretudo no tocante ao seu impacto no dia a dia da localidade. Portanto, não deixam de lado essa questão. Nesse sentido, vale registrar, por exemplo, que Monteiro e Malanquini (2012) identificaram, em trabalho realizado durante o curso de “Saúde Policial e Assistência à População”, que policiais militares que atuam em áreas “pacificadas” conferem novos significados às suas práticas, focando no “ganso” (que pode ser um usuário de drogas, um pequeno traficante ou um praticante de pequenos delitos que se utiliza disso para sustentar seu uso de drogas ilícitas) como novo “inimigo [que] está presente e precisa ser derrotado” (Idem, p. 9, grifo em aspas feito pelos autores).

quebrar a lógica da “guerra” e promover a devolução da “paz” aos moradores. Com isso, poder-se-ia potencializar a entrada de serviços públicos e da iniciativa privada¹⁰⁶.

Cumprir realçar que essa continuou, então, sendo a base do discurso institucional sobre as UPPs, ou seja, deslocou-se dos discursos e minimizou-se a responsabilidade do Estado pela presença de traficantes e de tráfico de drogas nas favelas. Por isso, toda a vez que se interpela algum representante oficial do governo do Estado do Rio de Janeiro acerca da presença do comércio de drogas ilícitas em favelas “pacificadas”, há o cuidado de deixar patente que a missão do projeto “sempre” foi o controle territorial, visando levar “paz” aos moradores e serviços sociais à localidade. E essa informação pode ser flagrada também no Sítio oficial das UPPs, conforme já apontado antes.

Entretanto, os discursos e as informações publicadas na mídia impressa investigada, no período que se consideram as primeiras ocupações policiais para fins de UPP, permitem problematizar tais assertivas. Essa dissonância permite pensar e problematizar o quanto a retirada de pauta, de forma gradual, da finalidade de acabar com o tráfico de drogas em favelas ocupadas por UPPs é uma questão histórico-sociológica importante, uma vez que, mesmo de forma parcial, ou seja, a partir dos discursos que foram capturados e organizados pela imprensa, permite compreender e problematizar, conforme realizado à frente, a relação entre discurso político e as circunstâncias em que são proferidos/defendidos.

Esse exercício oferece a possibilidade de contemplar analiticamente outros aspectos da vida social e política que vão além das posições individuais dos integrantes do governo (cf. BOLTANSKI, 2013, p. 445). Por isso, serão colocados em evidência dois pontos que podem ser considerados de grande importância nesses acontecimentos organizados aqui: o primeiro tem relação com a vida social em sua prática cotidiana, o que remete à ideia de como se modelam as orientações normativas, a partir de um contexto social específico; a segunda tem relação com a presença da imprensa nessa trama cotidiana, incorporando as vozes de atores sociais envolvidos nessa trama.

¹⁰⁶ Fonte: Sítio oficial das UPPs: <http://www.upprj.com/index.php/faq>. Consulta realizada em 23 de novembro de 2015, às 14h:58.

4.5 Os depoimentos oficiais sobre os objetivos das UPPs organizados pelas mídias: uma reflexão sociológica acerca das modulações e adequações discursivas

O que se nota a partir da descontinuidade identificada no discurso institucional que foi organizado e noticiado pela imprensa investigada é que, no contexto de tensão e questionamento ao qual foram submetidos os integrantes do governo, sobretudo após a expansão do projeto de “pacificação” para além da Santa Marta, a versão oficial procurou enquadrar, ainda que paulatinamente, o desenvolvimento histórico concernente à implantação das UPPs numa perspectiva que visava mostrar uma homogeneidade linear nos discursos que construíram os objetivos do programa.

Dessa forma, a versão oficial promovia, pouco a pouco, a construção de uma nova proposta discursiva para os objetivos do referido programa de policiamento de favelas. A modulação dessa nova versão discursiva se adequava às circunstâncias cotidianas colocadas notadamente a partir da Cidade de Deus, pois o próprio comandante maior do programa das UPPs afirmou em sua autobiografia que “[...] a prática mostrou mais uma vez que segurança pública e criminalidade têm matizes muito próprios. Área por área” (BELTRAME, 2014, p. 181).

Portanto, deve-se destacar que houve uma intrínseca relação entre as novas circunstâncias sociais e as modulações nos discursos sobre os objetivos que estavam definidos para o programa de policiamento que se expandia. Sendo assim, analogamente pode-se pensar que, segundo Boltanski, a tensão entre a natureza incorpórea das instituições e corpórea (concreta) dos porta-vozes que intervêm na realidade “[...] é redobrada quando se trata das regras editadas pelas instituições cujo caráter semântico está *ameaçado pelas condições pragmáticas de sua implementação*” (BOLTANSKI, 2013, p. 445, grifos meus). Ainda nesse sentido, de acordo com Pollak:

[...] uma história de vida colhida por meio da entrevista oral [e pode-se pensar também na história de uma instituição ou de uma política pública], esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras *em função do contexto* ao qual é relatada (POLLAK, 1989, p. 11, grifos meus).

Nessa mesma linha de raciocínio, conforme Bourdieu (1996), uma história de vida não deve ser tratada como um relato coerente, homogêneo ou como uma sequência de acontecimentos dotada de significados e sentidos precisos e lineares. Uma história de vida ou de um programa implementado por uma instituição – como quer que seja – deve ser pensada

como um construto que é revestido de imprecisão, descontinuidade e possibilidades interpretativas. Desse modo, o relato de vida (ou sobre o programa implementado) pode variar em forma e conteúdo, sendo importante que se atente para a relação entre trajetória e estrutura de possibilidades. Além disso, o autor em apreço afirma que “*a própria situação da investigação* [de uma história de vida] contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido” (BOURDIEU, 1996, p. 189, grifos meus).

As três matrizes teóricas apresentadas acima (POLLAK, 1989; BOURDIEU, 1996; BOLTANSKI, 2013), especialmente levando-se em consideração o que foi grifado, permitem pensar que a situação à qual o secretário de Segurança Pública (considerado aqui como o porta-voz do governo na enunciação desse programa de policiamento) estava envolvido – no caso da permanência da atuação do tráfico de drogas na Cidade de Deus e a conseqüente pressão social exercida pela imprensa pesquisada para que o governo tomasse uma posição mais contundente acerca do assunto – exerceu influência na trajetória que o discurso da “pacificação” tomou, pois tal discurso foi modulado, gradualmente, até ser transfigurado.

Em face da pressão imposta pelas circunstâncias e também em função da pressão colocada pela própria presença da investigação jornalística, o secretário acabou enquadrando o discurso relativo aos objetivos das UPPs, elegendo uma versão menos comprometida e que pudesse causar um impacto negativo menor à imagem do processo de “pacificação” no qual o governo estava investindo. Além disso, tratava-se de uma versão que impunha objetivos menos complexos para se dar conta. Isso porque “[...] Uma das características dos efeitos da dominação gestonária é fornecer menos abertura à crítica do que a dominação pelo terror, ou até mesmo pela ideologia” (BOLTANSKI, 2013, p. 450)¹⁰⁷.

Essa versão que ganhou destaque se adequava ao compromisso de o policiamento ter o controle territorial, mas sem necessariamente ter a obrigação de dar cabo ao tráfico de drogas e expulsar os traficantes de drogas das favelas ocupadas, pelo menos no que tocava ao tráfico ostensivamente estabelecido. Desde então, essa linha de compromisso com a sociedade foi semeada pelo governo, com vistas a fornecer um novo significado à constituição das UPPs e suas finalidades basilares.

O problema é que, em alguns discursos, a versão institucional em alusão se configurou como uma espécie de “história oficial” não contestada, na medida em que teve repercussão na imprensa, nos veículos institucionais de divulgação utilizados pelo governo. Isso ocorre

¹⁰⁷ Uma explicação sinóptica sobre esses modos de gestão, segundo Boltanski, foi realizada em nota de rodapé acima.

porque as versões – institucionais ou não, pois para qualquer acontecimento pode haver uma disputa política de versões que ocorrem a *posteriori* – acabam tendo influência naquilo que, futuramente, compreendemos e representamos acerca de um fenômeno social.

Outro problema é que essa “história oficial” perde de vista as vicissitudes inerentes à trajetória política e social que marcou a implementação das primeiras experiências desse novo modelo de policiamento praticado em algumas favelas cariocas. Por perder de vistas essas modulações e incongruências, a aceitação acrítica dessa “história oficial” acaba suscitando uma visão homogênea tanto do processo histórico como também da relação entre favelas e governo, ofuscando a trama cotidiana que envolve as representações sobre as favelas, as relações de poder e as ações dos sujeitos sociais.

4.5.1 Trama social e depoimentos individuais: entre a normatividade e a facticidade

Há um ponto que deve ser discutido substancialmente. Trata-se das mudanças ou variações nos discursos do secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro (ou de outros integrantes desse estafe), que foram capturadas nas mídias e organizadas por elas.

Essas oscilações nos depoimentos/declarações de um integrante tão eminente do governo não devem ser encaradas como simples alterações ou modulações operadas na posição ou no ponto de vista de um indivíduo, afinal os atores sociais emitem opiniões que podem ser readequadas ou totalmente modificadas. Essas operações fazem parte, decerto, da vida social e carregam consigo também a noção de que uma mudança de opinião é salutar, na medida em que a pessoa se coloca como não portadora de uma verdade absoluta.

Mas não se trata de esquadrinhar a posição individual de alguém e verificar sua incongruência em contextos diferentes. Não é assim que esse exercício deve ser encarado e analisado sociologicamente. O peso que deve ser dado às modulações e adequações discursivas, conforme se postula aqui, tem um sentido sociológico que deve ser valorizado, visto que se tratam de declarações públicas que, nesse diapasão, acabam conferindo um estatuto de formalidade em relação à construção de um modelo de policiamento. Tratam-se, conforme já pontuado, a partir de Boltanski, de relatos que conferem concretude e materialidade às instituições, oferecendo um caminho para que se enxergue, por esse

diapásão, a “ambiguidade das instituições e relatar a possibilidade mesma da crítica” (BOLTANSKI, 2013, p. 445).

Essas declarações organizam, com efeito, a forma de pensar de integrantes do governo e coordenam as diretrizes de ação que o programa das UPPs estavam ganhando. Ademais, há que se levar em conta que as adequações/modulações discursivas estão revestidas de um caráter de persuasão política em favor desse programa e também situam os diversos atores envolvidos numa trama que é social, além de se encontrar impregnada de representações acerca das posições que cada ator exerce nessa trama.

Cavalcante e Mauad (2013b, p. 234) mostram o quanto o ato de falar de si mesmo é um ato performativo. Nessa perspectiva, narrar uma história de vida é, ao mesmo tempo, falar de si e produzir a si mesmo. Ora, se narrar uma história de vida é produzir a si mesmo, logo, pode-se pensar o relato dos integrantes da cúpula governamental (sobretudo o secretário de Segurança Pública), quando falam da política de policiamento de favelas, como um ato análogo ao de narração de si próprio.

Desse modo, ao discursarem pública e formalmente sobre o modelo de policiamento implementado à época, os integrantes do governo estavam delineando um ato que substancialmente intentava externar um discurso que tanto dava base para que se pudesse pensar o programa (cf. BOLTANSKI, 2013, p. 445), como também possibilitava problematizar o papel dos atores sociais envolvidos.

Em razão do exposto, cumpre ressaltar que, ao serem provocados pela imprensa a dar declarações sobre o desenvolvimento do programa de policiamento aplicado em algumas favelas, os integrantes do governo, levando-se em conta o conceito de performatividade proposto por Cavalcante e Mauad (2013b) para a autoconstrução de histórias individuais, forjam, constroem diretrizes que vão tecendo e fornecendo moldes ao programa que estava sendo inventado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, deve-se colocar em realce que a construção dessa narrativa nos permite perceber o quanto esses discursos são consoantes com as representações do governo em relação às especificidades de algumas favelas cariocas, conforme discutido nos primeiros capítulos.

Mais do que isso: esses moldes nos permitem identificar que os discursos estão atualizando, pouco a pouco, as diretrizes normativas, em face das pressões exercidas pelo complexo cotidiano da vida social (cf. BOLTANSKI, 2013, p. 445).

Nessa linha de raciocínio, segundo Veena Das (2004), o Estado não deve ser compreendido como o resultado de um modelo puramente burocrático-racional, nem como

simplesmente um fetiche (DAS, p. 225). Ao contrário, o Estado deve ser entendido em sua oscilação entre o modo racional e o modo mágico de ser (Idem, *ibidem*).¹⁰⁸

Deve-se afirmar, portanto, que a pressão das circunstâncias exerce, em alguma medida, um poder sobre as propostas normativas. Logo, consubstanciando a análise, com base nos autores mobilizados (cf. POLLAK, 1989; BOURDIEU, 1996; DAS, 2004; BOLTANSKI, 2013; CAVALCANTE; MAUAD, 2013b), cabe afirmar que o contexto em que os discursos foram empregados contribui para pressionar os atores sociais a darem respostas que satisfaçam aos interesses dos que estão envolvidos na circunstância. Assim, reposiciona-se, com uma visão diferenciada, a construção desses discursos que foram acionados para construir os objetivos das UPPs.

E essa construção discursiva nos permite – esse é um dos pontos cruciais para este trabalho – compreender o quanto as políticas públicas se constroem não somente a partir do ponto de vista ou dos discursos do governo (oficial) ou de suas propostas, mas também são moldadas e/ou reconfiguradas nos interstícios da vida prática e suas dificuldades constantes, nem sempre correspondendo à aplicação “fria” e “calculista” da lei, nem às determinações propostas pela racionalidade burocrática (PALERMO, 2015, p. 6). Tal linha teórica permite descortinar também as ações sociais de diversos matizes.

4.5.2 A força social e política colocada pela presença da imprensa

Como adendo às questões analisadas acima, há que se argumentar, principalmente no tocante às modulações discursivas ocorridas no processo de expansão do programa das UPPs, que não são somente as condições práticas do dia a dia (ou a vida social em sua efervescência) interferem na adequação dos discursos acionados pelos integrantes do governo.

Deve-se chamar a atenção – de acordo com o que foi analisado nesses primeiros capítulos sobre as favelas do Alemão, da Santa Marta e da Cidade de Deus – que a pressão discursiva (voluntária ou não) exercida pela imprensa produz, cotidianamente, uma força na

¹⁰⁸ Mágico, segundo Veena Das, significa o que é aplicado nas margens, contemplando essencialmente as práticas específicas locais, ou seja, contemplando as postulações, ações, desejos etc. dos atores sociais (p. 226). A oscilação entre o modelo burocrático-racional e o mágico é uma forma de postular, teoricamente, que o modelo normativo necessariamente dialoga com as práticas do cotidiano; e estas últimas estão eivadas, impregnadas de volição e de participação social das margens, reconfigurando e adequando, portanto, o modelo burocrático-racional.

tematização e cobrança acerca da postura do governo em relação ao combate ao tráfico de drogas ilícitas e em relação à expulsão dos traficantes dessas drogas. Esses interesses em disputa e essas pressões que são exercidas contribuem, em alguma medida, para plasmar ou modelar políticas públicas, especialmente as que são destinadas às favelas cariocas.

A rigor, o que se deseja realçar é que, se a imprensa organiza a percepção social (CEVIS, 2011 *apud* ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), logo ela não aborda ou narra o cotidiano solitariamente. Ao contrário, ela o faz a partir de um conjunto de referências sociais que são vozes organizadas por esses discursos midiáticos.

Nesse sentido, partindo desse ponto de vista, pode-se pensar que as pressões acerca do fim do tráfico ou a expulsão definitiva dos traficantes das favelas ocupadas pela polícia guardavam relação com o que há de parcela da sociedade no discurso organizado pela imprensa¹⁰⁹. É importante acrescentar e chamar a atenção que essa parcela da sociedade responsável por impulsionar o (ou dar um norte ao) trabalho da imprensa é, especialmente, o público-alvo estimado com o qual as mídias visam dialogar ou que elas têm como horizonte de expectativa dialógica no seu trabalho diário.

Segundo esse curso analítico, cumpre trazer a reflexão de Silva (2010) que pensa acerca de como o trabalho de um diário de notícias impresso é realizado. Segundo o autor:

Uma vez conhecida a geografia dominante da circulação do jornal, o processo de produção das notícias tende, assim, a se desenvolver objetivando atender, prioritariamente, às expectativas e áreas de interesse de um público específico, o que, muitas vezes, leva à construção de tipos idealizados com os quais, não raro, os jornalistas acabam por dialogar. Sem representar nenhuma novidade, a caracterização do público leitor e sua associação a imagens estereotipadas constitui, uma prática comum no meio jornalístico, aqui e alhures, tanto no presente quanto no passado. (SILVA, 2010, p. 96, grifos meus).

[...] Parte integrante do campo jornalístico, o público leitor mantém, ainda que não declaradamente, uma relação dialética com o jornal, na qual tanto sofre quanto produz efeitos. (Idem, *ibidem*, p. 98).

Por conseguinte, pode-se deduzir que a pressão midiática aludida anteriormente tem relação com o atendimento à expectativa de um determinado tipo de discurso social (*idem, ibidem*), amplo e vocal, por sinal. Esse discurso tem como foco basilar as favelas cariocas como um lugar que é responsável por emanar perigo para a cidade; tal arranjo discursivo enquadra-se, destarte, no que chamamos (ROCHA; PALERMO, 2015), a partir da referência

¹⁰⁹ Essa análise tem uma inspiração analítica na reflexão realizada por Machado da Silva (2010) em artigo que o autor mostra o quanto a atuação da polícia é “[...] Consequência de uma delegação dos grupos responsáveis pela opinião dominante”. Em outros termos, a crítica à atuação da polícia deve ser vista numa perspectiva não meramente institucional, mas buscando percebê-la numa teia de apoios e aprovações que emanam da sociedade. Só assim seria possível, segundo o autor, proceder a uma “refundação” da polícia.

de Machado da Silva (2010b, p. 284), de “‘gramática da violência urbana’, que identificava [identifica] as favelas com fontes do crime que afeta a cidade” (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 25).

É assim que a presença da imprensa, questionando e contestando integrantes do governo sobre as estratégias e objetivos do novo programa de policiamento, acabou organizando, em algum nível, o debate em torno do programa de policiamento de favelas na chave que tematiza “*a construção social das favelas como o território da violência na cidade do Rio de Janeiro*” (LEITE, 2012, p. 375, grifos meus).

Com vistas a robustecer esses argumentos, é importante trazer à baila a contribuição analítica de Thompson (2014) acerca de como o desenvolvimento da tecnologia e o crescimento do papel das mídias nas sociedades modernas acabaram influenciando a forma como os governos trabalham e lidam com a publicidade de suas gestões. Segundo o autor:

A administração da visibilidade através da mídia é uma atividade perseguida não somente nos períodos intensivos de campanhas eleitorais; ela faz parte também da própria arte de governar. *A condução de um governo exige um contínuo processo de tomada de decisões sobre o que, a quem e como se pode tornar público.* (Idem, pp. 181-182, grifos meus).

Em acréscimo, cumpre chamar a atenção que o autor em apreço afirma que “[...] O exercício do poder político se submete assim [na modernidade] a um tipo de *escrutínio global* que simplesmente não existia antes” (Idem, p. 192, grifos do autor). Dedutivamente pode-se pensar e propor que:

[...] A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, *a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência* (Idem, p. 156, grifos meus).

Claro que, conforme apresentado acima, apontar essas características inerentes ao trabalho das mídias é ter como horizonte analítico que elas não falam sozinhas, não atuam solitariamente¹¹⁰. Há, a partir dessa angulação construída aqui, uma relação de simbiose¹¹¹

¹¹⁰ Ao ler todo o livro de Thompson, tenho a impressão que, em termos epistemológicos, esse autor evidencia excessivamente o papel das mídias, não incorporando contundentemente, em sua análise, o diálogo que esses veículos têm com parcela da sociedade, o que configuraria um afastamento entre a posição do eminente autor e a que se desenvolve aqui.

¹¹¹ A referência à palavra simbiose visa mostrar que, se por um lado as mídias não falam sozinhas, por outro elas também não devem ser consideradas como mero repositório de uma demanda difusamente estabelecida. Nesse sentido, entende-se, aqui, que os atores que trabalham nas mídias têm capacidade volitiva, o que reverbera na produção dos discursos das mídias. Logo, as mídias também têm um grau de autonomia discursiva; autonomia negociada com a pressão de outros discursos, como qualquer outro ator social.

entre a política editorial da empresa mantenedora, o público-alvo, os anunciantes, entre outras vozes que acabam contribuindo para moldar, referenciar o discurso organizado pelas mídias.

Pensando em termos metodológicos, pode-se propor, portanto, que as modulações, adaptações e mudanças discursivas em alguns dos objetivos que contribuía para construir o programa das UPPs começaram ocorrer porque havia pressões cotidianas impostas em função das condições específicas de cada localidade (cf. ROCHA; PALERMO, 2015).

Ademais, deve-se evidenciar que havia a presença das mídias constantemente divulgando esses acontecimentos e essa situação produzia um constrangimento discursivo à posição política de integrantes do governo, uma vez que a imprensa é capaz de definir pautas de discussão públicas sobre o tema da segurança (RONDELLI, 2000, p. 156).

Assim, de acordo com Fausto Neto (2004, p. 120), a mídia, na atualidade, “[...] se converte, segundo estratégias discursivas distintas em dispositivos que não só narram, mas agem sobre o espaço político”; sempre tendo em vista a ideia de mídia como construção discursiva em parceria com parcela da sociedade (cf. SILVA, 2010, p. 154-158; BOURDIEU, 1997, p. 19-20) ou a mídia como organizadora de uma polifonia social.

É importante trazer para esse debate que uma das principais questões que mais pautam o discurso das mídias, notadamente no que remete às representações ligadas à violência urbana, é o medo difuso que o tráfico de drogas exerce, em sentido geral, no imaginário de profissionais desse campo. Vale aduzir, nesse sentido, que Silva (2010), ao pesquisar sobre o que um jornal de grande circulação considerava como violência urbana em suas reportagens, afirma que:

[...] a despeito de uma ou outra variação pontual, praticamente todos [os que trabalham no jornal] acabam recorrendo aos mesmos elementos para explicar ou delinear a violência no Rio de Janeiro: crise de autoridade do Estado; incremento das atividades relativas ao tráfico de drogas; mudança no perfil dos criminosos que comandam a distribuição par ao consumo final; expansão quantitativa e qualitativa da criminalidade na cidade. São essas, via de regra, as principais variáveis acionadas para explicar o problema da (in)segurança pública e, conseqüentemente, justificar o aumento do espaço concedido pela grande imprensa a assuntos correlatos. Se [...] é correto afirmar que o fenômeno violento constitui um objeto difuso, alvo, portanto, de difícil caracterização, o mesmo não ocorre com o sujeito social tido como responsável por sua objetivação. *Representado, não só nos textos como nas entrevistas, como o algoz dos cariocas, o tráfico é apontado, por dez em cada dez jornalistas, como o autor coletivo responsável pelo avanço da criminalidade e pela crescente difusão da violência urbana no Rio de Janeiro.* (SILVA, 2010, pp. 133-134, grifos meus).

Em termos sinópticos, pode-se propor que a oscilação no discurso do governo não ocorreu somente em função das diferenças práticas entre as favelas Santa Marta e Cidade de Deus, mas, também, em função do interesse constante das mídias nesses eventos e, por conseguinte, a presença na narração desse cotidiano das favelas ocupadas. Isso porque a força

social que a imprensa carrega consigo é capaz de exercer, em alguma medida, pressão nos discursos sociais e políticos.

Uma vez que a imprensa, em sentido geral, tem o tráfico de drogas situado em favelas cariocas como o principal algoz dessa cidade (Idem, *ibidem*), no tocante às representações acerca da violência urbana, pode-se depreender que a tematização do comércio de drogas ilícitas e a questão da expulsão do tráfico em favelas ocupadas pelo novo modelo de policiamento gerou pressão discursiva – também por parte das mídias investigadas – sobre integrantes do governo.

Diante de problemas do dia a dia que eram colocados pela expansão do programa (cf. ROCHA; PALERMO, 2015), alguns integrantes do governo, com o fito de tentar não perder a legitimidade e popularidade que a ocupação policial estava ganhando, acabaram entrando num vaivém discursivo que perdurou até o programa ganhar uma expansão substancial. Assim, com o tempo, essas questões desapareceram da pauta das UPPs, segundo as mídias e o que se encontra no Sítio oficial desse programa.

Encerra-se esse capítulo lembrando três pontos principais que foram alvo de discussão. O primeiro se relaciona a como as representações da Cidade de Deus para o governo situavam a localidade como um problema eminentemente de segurança pública, sobretudo no que concerne à região da zona oeste da cidade.

O segundo é atinente às modulações discursivas acerca dos objetivos do programa de policiamento destinado a algumas favelas. De acordo com o que se pode depreender do material de pesquisa, tais modulações ocorreram até que, passado algum tempo, integrantes do governo efetivamente comesçassem a assumir que acabar com tráfico e expulsar traficantes de drogas não eram objetivos das UPPs. O problema, nesse sentido, não era o tráfico, mas sua presença ostensiva. E essa versão discursiva acabou se cristalizando nos debates em torno desse programa de policiamento.

O terceiro alude à recuperação sociológica dessas modulações ocorridas no discurso político. Desse modo, pensar essas adequações não é tratar individualmente a questão, mas, sobretudo, pensar as dificuldades práticas de cada localidade, a pressão exercida socialmente

pela imprensa e, imbricado a esses fatores, problematizar o lugar de algumas favelas na cidade.

No próximo capítulo, intenta-se fazer uma discussão que impinge uma inflexão no rumo da narrativa até agora construída, mas se mantém a linha argumentativa. Nesse sentido, passa-se a colocar em voga especificamente o próprio discurso da imprensa como algo importante. Por isso, a parte III desta tese é intitulada “Imprensa”.

Pretende-se, pois, na próxima parte desta tese, analisar como o discurso da imprensa pode se apresentar de formas variadas. Assim sendo, especificamente no próximo capítulo, intenta-se colocar em discussão como as pressões externas à produção dos diários pesquisados contribuem para moldar os discursos desses periódicos. Para tanto, toma-se como caso exemplar as diferenças nos discursos de duas das mídias investigadas, no sentido de mostrar como o horizonte de expectativa de seu público-alvo acabou exercendo influência no que é selecionado, no que é enquadrado e na forma de escrita de cada impresso, ainda que esses jornais pertençam ao mesmo grupo editorial

PARTE III

IMPRESA

5 A IMPRENSA ESCRITA PESQUISADA E SEU CIRCUITO SOCIAL DE PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO

Foram discutidas – até este ponto do trabalho de pesquisa apresentado – questões ligadas a alguns discursos que foram responsáveis por organizar formas de pensar acerca das ações ou ocupações policiais em algumas favelas. Nesses debates, ora foram evidenciados os discursos do governo, a fim de colocar em prática suas estratégias de policiamento, ora foram destacados os discursos dos moradores de favelas, que visavam denunciar as arbitrariedades policiais ou outras questões de seus interesses, ora foram mostrados os discursos dos pesquisadores e especialistas que, *a priori*, visavam construir uma análise mais ampla das situações, entre outros discursos e questões evidenciadas.

Em todos esses casos, o principal meio de obtenção desses discursos, por parte desta pesquisa, foi a imprensa escrita, que seleciona, organiza e publica os depoimentos, as opiniões e os acontecimentos, não sem propor um enquadramento matricial, ou seja, uma dimensão cognitiva que possa oferecer uma direção focal de entendimento para seu leitor.

Cumprir voltar a evidenciar que a proposição de um enquadramento não implica considerar que a imprensa condiciona, de forma absoluta, a recepção dos atores. Ao se empregar a ideia de enquadramento, indica-se apenas que a mídia propõe, oferece ou sugere uma chave de compreensão, “através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) [...] que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (PORTO, 2004, p. 80) ou oferece uma determinada direção interpretativa e um enfoque a ser considerado. Essa é uma das questões importantes neste capítulo.

Por ora, o que se deve enfatizar dessa relação entre produção de sentido e recepção é o seguinte:

[...] o falante trabalha a linguagem buscando no processo da enunciação moldar o seu discurso visando à construção de determinados efeitos de sentido. [Entretanto] No uso efetivo, em oposição a uma visão homogeneizadora da língua, não há um sentido literal, fixo em que as palavras significam sempre a mesma coisa indiferentemente, mas que a palavra é polissêmica, ela muda de sentido conforme o posicionamento sócio-histórico-ideológico assumido pelo sujeito em conformidade com a formação discursiva em que sua fala se insere (BRANDÃO, 2013, p. 42).

Em face dessas considerações, deve-se sublinhar que os estudos ligados às mídias compõem um campo de pesquisa cuja multiplicidade de trabalhos têm apontado para “[...] um registro comum, o que se poderia chamar de “*interdependência*’ entre *audiência e meios de comunicação*” (ALDÉ; VEIGA, 2004, p. 505, grifos itálicos meus e aspas das autoras).

Além dessa vertente prevalecente nos estudos de mídia a qual Aldé e Veiga (2004) denominam de “registro comum”, há que se chamar a atenção para o fato de que “[...] Um ponto quase consensual quanto ao poder de influência da mídia, e bastante demonstrado por pesquisas também no Brasil, é o alto grau de penetração e credibilidade dos meios de comunicação de massa”. (Idem, p. 504).

Em decorrência dessa credibilidade e capilaridade nas esferas sociais (Idem, *ibidem*), é lícito considerar que as mídias têm sido um canal privilegiado de divulgação do programa das UPPs (ALMENDRA, 2014, p. 64). Nesse sentido, uma das consequências ligadas a essa capacidade desses veículos é que as UPPs acabaram ganhando “centralidade no debate sobre segurança pública no Brasil” (MENEZES, 2014, p. 665), pois têm recebido “destaque de inúmeras reportagens” (Idem, *ibidem*).

Cumpra acrescentar a essa discussão um ponto importante para esta tese: as mídias não apresentam um discurso totalmente homogêneo (PORTO, 2009, p. 226)¹¹². Conforme insistentemente pontuado em capítulos anteriores, tanto seus temas como suas abordagens e formas de escrita têm intrínseca relação com o diálogo que esses veículos estabelecem com seus leitores (SILVA, 2010, pp. 154-158), além de terem ligação com outras pressões (ou censuras) discursivas que se colocam no trabalho diário da imprensa escrita.

Em razão do que foi exposto, o ponto de partida da questão discutida neste capítulo está na avaliação das diferenças presentes no trabalho dos veículos de mídia. O principal exercício aqui realizado é estabelecer uma comparação entre dois jornais impressos que fazem parte de uma mesma organização empresarial. É importante sublinhar que esses diários de notícias compuseram parte fundamental deste trabalho de pesquisa como um todo.

Objetiva-se, com dessa análise cotejadora, identificar algumas distâncias entre ambos, notadamente no que concerne ao período relativo à cobertura realizada por essas mídias sobre a ocupação policial da favela Santa Marta. Em decorrência dessa análise comparativa, colocar-se-á em discussão questões teórico-metodológicas relacionadas ao material de pesquisa.

Portanto, a partir dessa análise, poder-se-á apontar o nexos entre os discursos organizados ou protagonizados pelos diários estudados e o que há de parcela da sociedade na composição desses discursos. Trata-se de um exercício analítico que viabiliza colocar em

¹¹² Mesmo admitindo essa não homogeneidade absoluta das mídias, Bourdieu (1997) para uma quase unidade temática e de conteúdo presentes nos trabalhos das mídias, o que gera, segundo ele, uma circularidade da informação entre as mídias que torna o trabalho delas, em sentido geral, quase homogêneo (Idem, pp. 30-38).

evidência, em alguma medida, a importância social e política do trabalho das mídias, principalmente no mundo contemporâneo.

Os veículos selecionados para esta empreitada foram os jornais impressos Extra e O Globo. Esses impressos fazem parte da empresa Infoglobo. Foram analisadas, com vistas à composição da análise que é apresentada neste capítulo, doze reportagens do primeiro periódico e dezesseis do segundo, considerando-se o intervalo do período compreendido entre 20 de novembro e 22 de dezembro de 2008. Vale lembrar que esse período corresponde a pouco mais de um mês entre a ocupação policial da favela Santa Marta e a inauguração de uma Companhia de Policiamento Comunitário na localidade, que se tornou a base para a implementação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (cf. PALERMO, 2014a, pp. 117-118).

Tendo em vista o que foi apresentado, as discussões acerca das diferenças nos discursos dos referidos periódicos serão e apresentadas a partir de um fio condutor basilar que enfoca substancialmente nas seguintes questões: forma de escrita de cada jornal propõe, abordagem de conteúdo realizada por cada um deles e, sobretudo, o enquadramento temático proposto por essas mídias em suas reportagens.

5.1 As diferenças na cobertura das mídias do Infoglobo

Os jornais impressos Extra e O Globo são dois produtos importantes da empresa Infoglobo.

O primeiro periódico atinge mais notadamente as classes sociais B e C, com 51% de seus leitores pertencendo especificamente à classe C. O perfil etário dos leitores é bem distribuído, mas apresenta maior incidência na faixa que varia entre 30 e 39 anos. Além disso, esse impresso é mais lido por pessoas que possuem ensino médio, perfazendo um total de 49%, do que por aquelas que têm curso superior, que correspondem a apenas 17%¹¹³.

O Globo, por sua vez, atinge principalmente a classe social B, totalizando 55% nessa faixa. Ademais, o perfil etário de seu público é bem distribuído. Apesar disso, cumpre informar que a maioria de seus leitores se situa na linha acima dos 60 anos. Deve-se

¹¹³ Fonte: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=92>. <Consulta realizada em 11/06/2015, às 14h:22>.

acrescentar que, eminentemente, a maior parte de seu público tem curso superior, alcançando um total de 49%¹¹⁴. Em outros termos:

O jornal O Globo fala para as elites, as classes A e B (categorias de renda, em última análise), que representam 78% do seu público leitor. Já os leitores do jornal Extra formam um público um pouco mais diferenciado, porém concentrado no outro extremo do *continuum* de renda, com 57% nas classes C, D e E. (ALMENDRA, 2014, p. 72, grifo do autor).

Tendo em vista que esses veículos pertencem ao mesmo grupo empresarial, suas reportagens exibem similaridades muito visíveis, principalmente no caso das matérias que são produzidas por um mesmo (ou uma mesma) repórter e que são publicadas nas edições de ambos periódicos.

Inobstante as semelhanças entre as reportagens produzidas num e noutro, deve-se ressaltar que há diferenças de estilo de linguagem, de enquadramento temático, bem como de seleção e apresentação de seus conteúdos. Ainda que essas distinções, algumas vezes, apresentem-se de maneiras sutis, há que se destacar que contribuem para se pensar o papel e atuação de cada veículo na vida social e política.

Nesta seção, três diferenças são primordialmente tratadas, tendo em vista especialmente o diálogo desses impressos com seus leitores. A primeira é concernente ao estilo de linguagem utilizado por cada mídia. A segunda é atinente ao enquadramento temático realizado por elas. Por fim, analisa-se em que medida há distinções na apresentação do conteúdo de cada impresso examinado.

(i) Considerando-se especificamente a primeira diferença acima mencionada, pode-se evidenciar que O Globo, de forma geral, apresenta uma linguagem com um cariz mais cerimonioso e formal, ao passo que o diário de notícias Extra se caracteriza pela leveza e coloquialismo. É importante acrescentar que este último veículo apresenta um conteúdo mais reduzido do que aquele, uma vez que o periódico O Globo é um jornal maior, com maior projeção de reportagens, notícias, colunas etc.

Diante dessas caracterizações, cabe destacar que as matérias publicadas no Globo tendem a pormenorizar as informações e a acrescentar mais dados ao conteúdo publicado do que as do impresso Extra. Além disso, deve-se enfatizar que o primeiro se apresenta com uma linguagem diferente da que é utilizada pelo segundo.

¹¹⁴ Fonte: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. <Consulta realizada em 11/06/2015, às 14h:30>.

Os trechos das reportagens, conforme a seguir, podem ser tomados como exemplos de que o texto do jornal O Globo procura utilizar uma linguagem mais protocolar, ao passo que o Extra se expressa com maior leveza e um tom mais coloquial. As reportagens tratam substancialmente do mesmo acontecimento, ou seja, a definição da criação de uma Companhia de Policiamento da Polícia Militar na favela Santa Marta. Vejamos as diferentes iniciais entre elas:

[Título] *Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta*
 [Subtítulo] Secretário de Segurança ouve queixas de moradores, mas mantém decisão.
 (O GLOBO, sexta-feira, 28 de novembro de 2008, p. 15, grifos meus).

[Título] *Em lugar de bebês, policiais militares*
 [Subtítulo] PM instala companhia no Dona Marta no lugar de creche.
 (EXTRA, sexta-feira, 28 de novembro de 2008, p. 12, grifos meus).

A partir das exposições do título e do subtítulo das reportagens acima, pode-se notar que há uma apresentação mais formal no primeiro impresso e uma apresentação de cunho mais coloquial do segundo.

É válido também destacar que, no decorrer dessas matérias referidas acima, o impresso O Globo mantém o relato do acontecimento, ao passo que o Extra não trata a reportagem detalhadamente. O que se deseja ressaltar é que aquela mídia mostra as críticas que os moradores da favela fizeram à polícia militar, além do depoimento do presidente da Associação de Moradores local cobrando o funcionamento da creche que havia na localidade.

Apesar das explicações de Beltrame, os moradores reclamaram da ocupação da PM, há dez dias no morro. Eles denunciaram truculência policial e a interdição do plano inclinado. Ontem, com a visita do secretário, o serviço foi restabelecido.
 [...] Segundo o presidente da associação de moradores, José Mário Hilário dos Santos, a creche Compositor Braguinha já foi inaugurada duas vezes: uma em 26 de dezembro de 2006, no governo passado, e outra neste ano.
 - Ela nunca funcionou porque não havia segurança. Até hoje não temos creche para as crianças de até 4 anos - disse José Mário. [...]
 (O GLOBO, sexta-feira, 28 de novembro de 2008, p. 15).

Complementarmente, a reportagem do jornal O Globo seleciona e publica, ao final, uma declaração do secretário de Segurança Pública afirmando categoricamente que os moradores tinham que querer aquele modelo de policiamento proposto pelo Estado para a favela.

[...] Beltrame disse que não recua e usará o prédio da creche:
 - Queremos um policiamento modelo e escolhemos o Dona Marta porque a comunidade já tem uma presença forte do estado [...]
 Segundo Beltrame, apesar dos protestos de moradores, a ocupação vai continuar.
 (Idem, ibidem).

No caso do Extra, essa contenda é relatada com o detalhamento da fala do secretário, tanto quanto o fez o diário O Globo. Entretanto, sobre as postulações dos moradores da Santa Marta, o Extra foi mais lacônico, informando que:

[...] Apesar das explicações de Beltrame, os moradores reclamaram da ocupação da Polícia Militar, há dez dias no morro. Eles denunciaram truculência policial e a interdição do plano inclinado. Ontem, com a visita do secretário, o serviço foi restabelecido
(EXTRA, sexta-feira, 28 de novembro de 2008, p. 12).

Um exemplo ainda mais pujante dessas diferenças assinaladas pode ser registrado na cobertura realizada por esses jornais poucos dias depois da que foi evocada acima. Isso foi realizado em reportagem que tratava da possibilidade da oferta de serviços legalizados na Santa Marta, em consequência da ocupação policial que estava sendo realizada na favela. Seguem trechos das matérias, com as diferenças nuançadas em itálico:

[Título] Morro Dona Marta começa a receber serviços
[Subtítulo] Companhia telefônica instala fios para novas linhas e *moradores compram pacotes para TV a cabo regularizada*.
(O GLOBO, sexta-feira, 5 de dezembro de 2008, p. 17, grifos meus).

[Título] A legalidade agora sobe o Dona Marta
[Subtítulo] *Empresas tomam o lugar de 'gatos'*
[Texto] Dezesete dias após o início da ocupação policial do Morro Dona Marta, em Botafogo, moradores estão agora tendo acesso aos serviços públicos. Energia elétrica, água, telefone e TV a cabo legalizados estão chegando aos poucos à comunidade, antes dominada pelo tráfico. Nos acessos à favela, equipes de uma empresa de telefonia instalavam ontem cabos para novas linhas. Ao mesmo tempo que o serviço regular era procurado, PMs encontravam uma central clandestina de TV a cabo num barraco. Segundo eles, o sinal era transmitido para quase todos os moradores.
(EXTRA, sexta-feira, 5 de dezembro de 2008, p. 13, aspas do próprio jornal e grifos itálicos meus).

Nessas reportagens aludidas, ambos os periódicos transmitem informações bem similares acerca da oferta de serviços na favela. Esse é o eixo central que se pode interpretar depois de se ler as duas matérias. Não obstante, a reportagem do Globo, em seu todo, tem uma expressão mais formal e apresenta informações gerais e mais detalhadas, registrando os depoimentos de moradores sobre a oferta desse tipo de serviço e atualizando a situação da ocupação policial na localidade, conforme a seguir:

[...] Dezesete dias após o início da ocupação do Morro Dona Marta, em Botafogo, pela polícia, moradores estão agora tendo acesso a serviços. Energia elétrica, água, telefone e TV a cabo, tudo legalizado, estão chegando aos poucos à comunidade, que antes era dominada pelo tráfico. Nas ruas de acesso à favela, equipes de uma empresa de telefonia, por exemplo, instalavam ontem cabos para novas linhas. No alto do morro, um morador resolveu procurar a concessionária de energia para regularizar seu fornecimento de luz.

- *Tenho aparelhos eletrônicos em casa e não quero correr o risco de queimá-los por causa de uma pique de luz (sic) - disse, sem se identificar.*

Na parte baixa da favela, moradores procuravam uma empresa de TV a cabo que está fazendo pacotes a preços populares. Satisfeita, a vendedora Cátia Gonçalves, de 32 anos, comemorava o contrato feito em parceria com a vizinha. O sinal é dividido por duas casas, o que deixa a mensalidade mais barata.

- *Não é tão barato como "gatonet" (R\$35), mas estamos com serviço regular (R\$109, para duas casas) e, se der problemas, temos a quem reclamar - disse.*

Ao mesmo tempo que o serviço regular era procurado, policiais do 2º BPM (Botafogo) encontravam uma central clandestina de TV a cabo num barraco. Segundo a polícia, ela transmitia o sinal a quase todos os moradores.

Até a paisagem da favela está mudando aos poucos. No lugar de traficantes pulando de laje em laje para se esconder da polícia, viam-se moradores tomando sol e donas-de-casa lavando e estendendo roupas.

Apesar da ausência de bandidos, o capitão Carlos Martin, do 2º BPM (Botafogo), disse que ainda estão sendo procuradas drogas e armas deixadas pelos traficantes ao fugir. [...]

(O GLOBO, sexta-feira, 5 de dezembro de 2008, p. 17, grifos meus).

A matéria apresentada pelo Extra é mais concisa, objetiva, sucinta. Vale registrar e também ressaltar que a reportagem do impresso Extra do dia 5 de dezembro de 2008, conforme exibição anterior, representa toda a matéria apresentada pelo jornal. Logo, deve-se deixar claro que não se trata de um excerto somente, visto que aquele pequeno texto compõe toda a reportagem do jornal para aquele dia.

Ademais, pode-se assinalar que o jornal em voga se apresenta com tom mais impactante em seu título (quase sensacionalista): “A legalidade agora sobe o Dona Marta”. Cumpre acrescentar ainda que o periódico se expressa numa linguagem mais popular, coloquial, que pode ser identificada, por exemplo, pela utilização da palavra “gatos” estampando o subtítulo da matéria.

(ii) Prosseguindo a análise acerca das diferenças registradas entre os periódicos em voga, cumpre apontar que segunda dessemelhança entre os diários de notícias em apreço a ser destacada é bastante importante para se compreender as diferenças nos papéis sociais e políticos deles. Trata-se, pois, do enquadramento temático das reportagens.

É importante esclarecer e aduzir, novamente, que enquadramento é um conceito com muitas apropriações por parte de eminentes autores. “Ainda não existe, portanto, uma definição consensual sobre o que sejam os enquadramentos da mídia” (PORTO, 2004, p. 77).

Em razão dessas dificuldades, o conceito de enquadramento temático é compreendido, aqui nesta pesquisa, como a ideia que organiza o sentido do texto e “que atribui significados específicos aos eventos, tecendo uma conexão entre eles e definindo o caráter de controvérsias políticas” (Idem, p. 81). Nesse sentido,

[...] Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, *de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral*

e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994, Apud PORTO, 2004, p. 82, grifos meus).

Conforme desenvolvimento à frente, é conveniente expressar, reiteradamente, que se pensa, aqui, no enquadramento temático não como um recurso de manipulação cognitiva do leitor pelos jornais examinados. Considera-se o enquadramento, eminente e primordialmente, como uma proposta interpretativa que é realizada pela imprensa, mas que, por outro lado, não deixa de ter como horizonte a expectativa mensurada de recepção do conteúdo por um público-alvo.

Trata-se, pois, de uma proposta de direcionamento cognitivo por parte do diário de notícias. Todavia, essa proposta não é feita sem que se tenha como projeção um gosto médio de seus leitores. Logo, o enquadramento, ainda que seja formulado pela mídia, não deixa de pressupor um interlocutor. Assim, esse enquadramento é pensado também em acordo com uma projeção em relação à expectativa do leitor¹¹⁵.

Nesse sentido, o enquadramento das matérias é visto pela perspectiva que visa compreender uma das formas usadas por impressos para tentar incorporar a expectativa de seu leitor médio nas reportagens (SILVA, 2010, p. 97). Considera-se, portanto, que os veículos de comunicação em apreço organizam a percepção social. Com isso, o uso ao recurso do enquadramento visa propor uma ideia central organizadora que esteja em consonância com as expectativas de seu público-alvo.

Feitas essas considerações, cabe colocar que a principal diferença identificada nas matérias publicadas pelas mídias pesquisadas é que O Globo utiliza um enquadramento temático que evidencia não somente a ocupação policial em si, mas também abre espaço (ou possibilidades), em algumas matérias, para informar acerca da promoção de serviços sociais decorrentes dessa ocupação na favela Santa Marta.

¹¹⁵ Para se ter uma ideia concreta do que se está abordando, vale expor um exemplo de uma situação ocorrida no programa de Rádio “Plantão de Notícias”, que era apresentado todos os sábados, na Rádio Globo do Rio de Janeiro (o programa saiu do ar por volta de abril de 2016). O programa era apresentado pelo jornalista Maurício Menezes, contando ainda com os profissionais Hélio Júnior e Sérgio Ricardo. Tratava-se de um programa humorístico que visava, substancialmente, fazer brincadeiras com situações vividas por profissionais da imprensa. No dia 26 de dezembro, um dos participantes do programa, Hélio Júnior, iniciou uma brincadeira sobre o que ele chamava de “Dicionário das Loiras”, um dicionário que mostra, jocosamente, um entendimento errado das palavras pelas loiras, o que é claramente uma alusão a um preconceito que faz uma brincadeira com a capacidade intelectual de mulheres loiras. Mas, como estamos diante de um programa declaradamente humorístico, Hélio Júnior se propôs a fazer essa brincadeira. Enquanto Hélio Júnior expunha as brincadeiras em relação às loiras, Sérgio Ricardo o alertava, também em tom cômico: “Olha, já estamos recebendo ligações de loiras, Helinho. Cuidado!”. Ainda que em tom de brincadeira, vale ressaltar que Sérgio Ricardo fazia referência à pressão que os ouvintes exercem no discurso dos apresentadores, deixando-nos perceber, mesmo por meio de uma situação jocosa, um pouco das estratégias de comunicação que cercam o trabalho dos profissionais que atuam em Rádio.

O Extra, em sentido geral, enfoca prioritariamente o enquadramento de suas reportagens na ocupação policial, ou seja, na manutenção da ordem por parte do novo modelo de policiamento que estava sendo experimentado (cf. RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012, pp. 14-15), registrando menos espaço e interesse em informar e discutir acerca da promoção de serviços sociais por parte do governo, muito embora, em algumas reportagens, essas questões ou informações sejam mencionadas.

Comparativamente, portanto, as reportagens veiculadas no jornal O Globo retratam uma ideia central organizadora dos acontecimentos cujo núcleo é a presença policial (ocupação militar) para viabilizar a oferta de serviços na favela (ocupação social). Portanto, este periódico não deixa de dar valor central à ocupação policial, mas aborda também (e mais que o outro periódico em comparação) os discursos contidos nas promessas governamentais de promoção de benefícios sociais para a favela.

O enquadramento do Extra diferencia-se daquele outro diário de notícias por situar e valorizar eminente e substancialmente a presença policial e seu controle na localidade, avançando quantitativa e qualitativamente menos na pauta relativa à promoção de benefícios sociais (ou quaisquer outras pautas), reforçando, desse modo, a ocupação como ideia que preside substancialmente suas abordagens.

Esses enquadramentos dos fenômenos pesquisados podem ser identificados nas matérias que são apresentadas a seguir. As informações contidas nessas reportagens tratavam da cobertura de um mesmo acontecimento, realizado tanto por uma como por outra mídia. Vale registrar que, no mesmo dia, O Globo publicou mais de uma matéria sobre a referida ocupação policial, ao passo que o Extra foi menos amplo, segundo os dados dispostos abaixo:

[Título do Editorial] Ocupação real
(O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro 2008, p. 6).

[Título] Sem confrontos
[Subtítulo] Comerciantes e moradores dizem que acabaram-se (sic) os tiros e roubos
(O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro 2008, p. 12).

[Título] Dona Marta livre dos bandidos
[Subtítulo] FAVELA SEM TRÁFICO: após quase duas semanas de ocupação pela PM, todas as 'bocas-de-fumo' estão fechadas
(O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro 2008, p. 12).

[Título] Secretário anuncia 'tsunami de ações sociais' como nova política
[Subtítulo] FAVELA SEM TRÁFICO: Dona Marta será usada como modelo
[Subtítulo] Segundo ele, ocupação inclui serviços como postos de saúde e escolas
(O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro 2008, p. 13).

[Título] Bandidos somem do Dona Marta
[Subtítulo] Bocas-de-fumo fechadas
[Subtítulo] Ocupação da PM seria o motivo da debandada

(EXTRA, quarta-feira, 3 de dezembro 2008, p. 13).

É relevante registrar, primeiramente, que as reportagens cujos títulos e subtítulos estão expostos acima são as primeiras – em relação aos impressos investigados – que trataram a presença policial na favela Santa Marta num tom abertamente otimista. Além disso, deve-se destacar que o primeiro periódico se diferencia do segundo substancialmente porque publicou, conforme apontado acima, mais de uma matéria sobre a ocupação na mesma edição do Jornal. Com isso, detalhou mais os acontecimentos.

Mais importante do que reforçar ou reiterar a noção de maior detalhamento de um jornal em relação ao outro é sublinhar que O Globo informou e apontou, nas matérias elencadas acima, não somente o combate à violência representado pelo modelo experimental de policiamento colocado em prática pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O periódico em questão também ofereceu notícias mais detalhadas acerca dos benefícios que integrantes do estafe do governo estavam prometendo aos moradores. Isso pode ser visto no título da matéria em que o secretário de Segurança Pública havia anunciado um “tsunami de ações sociais' como nova política” (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 13). Por outro lado, o Extra abordou os mesmos acontecimentos priorizando enfática e nuclearmente o controle territorial exercido pela polícia na favela.

O Editorial do jornal O Globo pode sintetizar o que se está colocando em discussão aqui. De acordo com o que é apresentado a seguir, o sentido geral da coluna opinativa está presidido, de forma preponderante, para a aprovação da ocupação policial realizada pelo Estado (ênfase na ocupação militar). Isso pode ser notado no título do Editorial e num trecho do texto em que é usado um argumento que expõe a posição geral e pública dos editores:

[Título do Editorial] Ocupação real

É no mínimo animadora a afirmação do governador Sérgio Cabral de que o tráfico no Dona Marta está aniquilado. Após uma ocupação que começou na segunda quinzena de novembro, com efetivos da Polícia Militar, o governo, de acordo com Cabral, sufocou o movimento de compra e venda de drogas, esteio econômico das quadrilhas que se sucediam no comando das atividades criminosas da favela, encurtou gradativamente as áreas subjugadas pelos traficantes e, por fim, expulsou os bandidos da região.

[...] A lógica dessa política é cristalina: diferentemente da tática de enxugar gelo empregada em outras favelas, onde o poder público promove invasões por meio de seu braço armado e bate em retirada, deixando a região novamente à mercê do crime, a opção pela ocupação em tempo integral mantém a área sob controle do Estado. Exemplo que justifica a nova orientação em vigor no Dona Marta é a favela Tavares Bastos, onde a presença constante de efetivos do Bope igualmente logrou desalojar os bandidos. A reconquista do Dona Marta não decorre de táticas sofisticadas de enfrentamento do crime organizado. O governo, neste caso, apenas seguiu o mais elementar manual, criando um filtro nos acessos ao morro e mantendo policiais lá em cima para garantir a segurança dos moradores. [...]. (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 6, grifos meus).

Malgrado o enquadramento temático que foi apresentado acima, que contém abertamente um sentido orientado para o controle militar, há a afirmação, no final do Editorial, de que o governo estava em vias de estender para outras favelas o modelo de ocupação colocado em experimentação na Santa Marta e a sugestão de que esse deveria ser:

[...] o primeiro e efetivo passo para a ocupação definitiva dessas áreas *através da oferta de serviços públicos até aqui praticamente inexistente nas comunidades*. Somente assim, de acordo com essa perspectiva, o estado de direito voltará a vigorar em toda a cidade. (Idem, *ibidem*, grifos meus).

A título de exemplo do que se está argumentando, nesse mesmo dia em que publicou o Editorial acima aludido, o referido diário de notícias fez mais duas reportagens sobre a ocupação policial da favela Santa Marta. Numa delas há o foco diretivo do enquadramento em orientar o conteúdo para o sumiço dos bandidos da favela (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 12). Na outra matéria, que se encontra logo na página seguinte, o enquadramento é muito significativamente dirigido à presença policial, com vistas à consequente oferta de serviços sociais, que, conforme o secretário de Segurança Pública, ocorreria como um “tsunami” (Idem, p. 13).

Diferentemente, a reportagem realizada pelo Extra, que consta nos registros da pesquisa para o mesmo dia 3 de dezembro, tinha como enquadramento basilar a ideia de que os traficantes de drogas haviam sumido da favela. Nessa mesma reportagem, o jornal apresentou declarações do governador e de um delegado da Polícia Militar. Na seleção e publicação feita pelo diário, o delegado aparece abordando a singularidade do modelo de atuação policial na Santa Marta e o governador falando acerca do objetivo de não permitir que o tráfico de drogas voltasse à localidade (EXTRA, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 13).

Assim, o Editorial do jornal O Globo serve, conforme exposto, para representar resumidamente o argumento desenvolvido aqui: o referido diário de notícias enquadra nuclearmente, tanto quanto o Extra, a ocupação da favela Santa Marta como um problema da ordem e da segurança pública; e faz isso, cabe reiterar, dando visibilidade central à ocupação militar da favela¹¹⁶.

Entretanto, apesar de pertencerem ao mesmo grupo empresarial, o primeiro diferenciou-se do segundo por selecionar e publicar, com maior primazia, os desdobramentos

¹¹⁶ Essa prioridade de ambos os periódicos pela ocupação policial, que marca uma semelhança pujante entre as duas mídias em voga, será trabalhada com maior minúcia no próximo capítulo.

da ocupação policial. Em outros termos, o Globo foi mais longe do que o Extra, detalhando o acontecimento e divulgando mais informações, sobretudo as que se relacionavam à possibilidade de oferta de serviços. Apesar de não estar ancorado eminentemente na linguagem do direito dos moradores de favelas, O Globo menciona mais essas promessas de ofertas de serviços sociais do que o Extra, muito embora ambos, conforme discutido em capítulos anteriores, estejam em consonância com uma linha de raciocínio que se vincula aos repertórios que gravitam em torno da “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13), pois a “guerra” seria uma pré-condição para a “paz”.

As diferenças apontadas anteriormente podem ser notadas também em outra reportagem que foi publicada uma semana depois da que foi colocada em evidência anteriormente.

[Título] Começa a ocupação social do Dona Marta
 [Subtítulo] *Governador e prefeito eleito sobem o morro para avaliar os serviços que o estado e o município levarão até lá.*
 (O GLOBO, quarta-feira, 10 dezembro 2008, p. 18, grifos meus).

[Título] Dona Marta ocupado já recebe visitantes ilustres
 [Subtítulo] *Governador e futuro prefeito passeiam na favela sem tráfego.*
 (EXTRA, quarta-feira, 10 dezembro 2008, p. 14).

O primeiro diário de notícias apresenta a “ocupação social” da favela como a ideia central organizadora da matéria ao passo que o segundo procura mostrar que a localidade estava ocupada e, com isso, receberia visitantes nada comuns nem corriqueiros. Sendo assim, a abertura das reportagens mencionadas já nos mostra as diferenças que constam nas ideias organizadoras de cada uma delas.

No desenvolvimento da reportagem, tanto um como outro veículo de informação descreveram que a visita das autoridades políticas do governo do Rio de Janeiro objetivava investigar os problemas da localidade para mobilizar possíveis ações do Estado ou da Prefeitura, com o fito de propor soluções aos problemas.

Embora haja similaridade nesses conteúdos, o que se deseja colocar em evidência é que o enquadramento temático do jornal O Globo organizou, sutilmente, a ideia nuclear contida na matéria com base no que o jornal denomina de a “ocupação social” após a presença da Polícia Militar da favela, diferentemente do Extra que primou centralmente por sobrelevar tal presença na localidade.

Tanto um como outro transmitiram, portanto, informações bem parecidas acerca da visita do governador e do prefeito à favela. Logo, o mesmo fato é tratado com algumas informações que podem ser categorizadas como semelhantes. Contudo, pode-se notar que o título da matéria publicada no primeiro jornal já apresenta mais dados sobre o evento

reportado do que o segundo. Destarte, enquanto O Globo procurou informar que as autoridades políticas foram à localidade para avaliar as possibilidades de oferta de serviços que poderiam ser levados para a favela (“ocupação social”), no Extra o evento foi tratado com uma abordagem que valorizava substancialmente a “ocupação” militar que havia viabilizado a visita de personagens ilustres à favela.¹¹⁷

No desenvolvimento da reportagem cujos títulos e subtítulos estão expostos logo acima, não se deve negar que o Extra publicou a informação de que o governador e o prefeito “passaram quase duas horas caminhando pela favela para mapear problemas como lixo acumulado, esgoto, fios mal colocados e barracos ameaçados” (EXTRA, quarta-feira, 10 Dezembro 2008, p. 14).

Não obstante, o que se intenta colocar em destaque e discussão, aqui, é que O Globo selecionou, desenvolveu e valorizou mais esses dados em sua reportagem e, com isso, pormenorizou as informações, expondo até a fala do governador sobre o planejamento das ações que estavam sendo desenvolvidas para a oferta de serviços para a localidade¹¹⁸.

Em acréscimo, deseja-se salientar que o impresso Extra escolheu priorizar a ocupação militar como ideia que preside o sentido do texto, embora, conforme exposto acima, tivesse obtido acesso ao discurso dos integrantes do governo acerca da intenção de se mapear questões sociais que se mostravam evidentes na favela.

(iii) Por fim, dando prosseguimento, há que se colocar em destaque uma última diferença identificada na pesquisa. Ela tem ligação com a seleção e apresentação de conteúdo que faz parte das reportagens publicadas pelos impressos examinados.

Essa distinção remete ao fato de o diário O Globo utilizar uma seleção de conteúdo que mostra mais significativamente as questões ligadas ao impacto da ocupação militar (policial) no entorno da Santa Marta do que o Extra. A ênfase nos benefícios da presença

¹¹⁷ É quase desnecessário chamar a atenção para o fato de que não se está discutindo, neste artigo, se os discursos dos integrantes do estafe governamental que foram selecionados pelas mídias pesquisadas eram, politicamente, sinceros ou não. Vale alertar que não se está centrando a análise na validade dos discursos dos governantes, mas se está discutindo, sim, a diferença de abordagem de um e outro veículo de informação, ou seja, os discursos dos próprios veículos de mídia.

¹¹⁸ É importante registrar que essas diferenças de enquadramento, ou seja, um mais voltado para a “ocupação social” e outro mais orientado para a “ocupação militar” não devem ser explicadas exclusivamente em razão do tamanho projetado para cada jornal, em vista da decisão editorial que rege cada um. Essa discussão será realizada na próxima seção com maior detalhamento. Por ora basta evidenciar que o processo de “fabricação” de notícias (SILVA, 2010, p. 107), tanto quanto as abordagens de cada jornal em suas reportagens, não se impõem “de forma essencialmente apriorística” (Idem, p. 139, grifo do autor), em que pese o fato de ambos os impressos pertencerem ao mesmo grupo organizacional.

policial para a região próxima à referida favela marca, portanto, uma diferença de valorização de conteúdo informativo entre as mídias pesquisadas.

A partir da leitura e análise dos jornais investigados, pode-se depreender que aquele diário de notícias publica mais substancialmente informações que apresentam o ponto de vista e preocupações de moradores das ruas próximas à favela, de comerciantes do entorno e de profissionais ligados ao ramo imobiliário do que o Extra.

O realce do jornal O Globo recai ora na queda dos roubos e furtos na região, ora na valorização dos imóveis ocorrida no bairro em que a favela está situada. É importante sublinhar que o Extra não deixa de prover essas informações, mas não as aborda com a mesma intensidade, destaque e frequência do que o outro impresso.

A divulgação de questões relacionadas ao entorno da favela Santa Marta, no Globo, começou a ocorrer quase duas semanas após a ocupação da localidade, mais precisamente a partir das matérias publicadas no dia 3 de dezembro de 2008.

Deve-se chamar a atenção que as reportagens desse dia já foram analisadas acima. Naquela ocasião, visava-se postular/argumentar o quanto O Globo se diferenciava do Extra, no sentido da oferta de uma abordagem que valorizava mais a ocupação social do que a militar, bem como se intentava apontar para as diferenças de detalhamento entre ambos.

Agora, neste ponto da exposição, a intenção é recolocar em evidência as reportagens do dia mencionado, mas com um objetivo diverso. Visa-se, neste momento, evidenciar que, na referida data, há outra diferença presente nas publicações dos impressos em alusão.

Cumpram-se ratificar que se mantém a indicação de que, em sentido geral, o enquadramento primaz das matérias de ambos os jornais estava lidado à ocupação policial, mas intenta-se realçar que o jornal O Globo abordou e valorizou informações concernentes ao entorno da Santa Marta. E fez isso de forma mais ampla do que o jornal Extra.

A reportagem a seguir começa destacando a redução dos confrontos armados, bem como dos roubos na região da favela em voga. Por isso, ela é iniciada com o título “Sem confrontos” (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 12). Apesar dessa enunciação inicial estar, pelo menos a princípio, voltada para descrever o interior da favela, há que se acrescentar e registrar que são expostas, no corpo da matéria, informações acerca da percepção de alguns atores sociais de fora da favela, conforme se pode perceber no excerto a seguir:

[...] Dos comerciantes da Rua São Clemente aos ambulantes e donos de quiosques instalados nas ruas que levam à favela, *todos são unânimes em dizer que, desde que a polícia ocupou o morro, não houve mais tiros, confrontos ou roubos nos arredores da favela* [...].

(Idem, ibidem, grifos meus).

Em outra reportagem publicada no mesmo dia, é possível identificar a ampliação das informações apontadas no trecho anterior. O título e subtítulo da matéria dão um tom que seria seguido pelo desenvolvimento da matéria que era informar que a favela “Dona Marta [estava] livre dos bandidos” e “sem tráfico” (Idem, *ibidem*).

Em prosseguimento à narrativa, o texto interno da matéria é iniciado com ênfase no sucesso da ocupação policial, contemplando depoimentos de um integrante da polícia militar e do governador sobre o que estava acontecendo na favela.

Como desdobramento dessa ocupação militar, o jornal em alusão passou a tratar a percepção dos personagens acerca dos acontecimentos. É nesse ponto que há um registro substancial que coloca em destaque os efeitos da ocupação policial para a região, de acordo com o que é apresentado a seguir:

[Subtítulo interno para marcar uma mudança na narrativa] Nenhum registro de roubo ou furto

[Texto que acompanha o subtítulo] A iniciativa [ocupação policial da Santa Marta] parece estar dando resultado: *o número de roubos e furtos nas ruas de Botafogo próximo ao acesso do Morro Dona Marta despencou nas duas últimas semanas*. De acordo com o comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gileade Albuquerque, não há nenhum registro nos últimos 14 dias, quando a média indicaria 16 crimes nesse período:

— *A ocorrência de crimes caiu bastante nas ruas próximas ao acesso do morro. Havia uma média de oito crimes por semana e não tivemos qualquer roubo ou furto nas duas últimas semanas. Fecharemos os dados da segunda semana amanhã (hoje), mas a informação que tenho é de que não houve qualquer incidência.*

O comandante do batalhão afirmou ainda que a redução da criminalidade tem relação direta com a ocupação do Dona Marta:

— *Esses criminosos estão de alguma forma ligados ao tráfico. Além disso, as pessoas que têm pendências judiciais não estão mais circulando no local. Todo dia nós levamos alguém suspeito para checar.*

(Idem, *ibidem*, grifos meus).

No mesmo dia em que foram publicadas as reportagens do jornal O Globo, conforme anteriormente exibido, o Extra apresentou uma matéria apontando, em sua perspectiva, o sucesso da operação policial na favela Santa Marta, tendo em vista que as “bocas-de-fumo” estariam fechadas (EXTRA, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 13).

O mais importante, neste caso, é registrar que, em comparação com as publicações realizadas pelo jornal O Globo apresentada no mesmo dia, o Extra informou apenas que:

O número de roubos e furtos nas ruas de Botafogo próximo ao acesso do morro Dona Marta despencou nas duas últimas semanas. De acordo com o comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gileade Albuquerque, não há nenhum registro nos últimos 14 dias, quando a média indicaria 16 crimes neste período (Idem, *ibidem*).

Portanto, no mesmo dia em que aquele diário de notícias abordou extensamente o impacto da presença policial para o entorno da favela, o Extra quase não tocou no assunto. Dessa forma, mesmo sendo parte de uma mesma empresa de comunicação, as escolhas e ênfases nas temáticas, bem como o desenvolvimento de seus conteúdos apresentam dessemelhanças.

É necessário registrar, adicionalmente, que o jornal O Globo, quase duas semanas depois das matérias discutidas anteriormente, publicou uma reportagem informando que recrutas assumiriam o policiamento na favela em apreço, não deixando de apontar no conteúdo da matéria, ainda que subsidiariamente, as implicações da ocupação militar da localidade para o entorno da favela ao mostrar que:

Lá embaixo [fora da favela], o clima também era de apoio ao policiamento implantado no morro.

— Os assaltos eram constante (sic) aqui em Botafogo. *Andar próximo ao Dona Marta sempre foi um risco. Agora isso aqui está uma tranqüilidade* — disse um homem que se identificou apenas como Roberto.

(O GLOBO, segunda-feira, 15 de dezembro de 2008, p. 15, grifos meus).

Como complemento, deve-se chamar a atenção que há um trecho, na mesma reportagem exibida logo acima, que apresenta os efeitos da ocupação da Santa Marta para a região que compõe as ruas próximas à favela e que se situam no bairro de Botafogo:

[Subtítulo interno para marcar uma mudança na narrativa] A tomada da favela
[Texto que acompanha o subtítulo] Depois de anos dominado pelo tráfico, o Morro Dona Marta foi ocupado no dia 20 de novembro pela Polícia Militar sem a necessidade de um tiro sequer. Ao todo, 50 homens passaram a patrulhar diariamente a comunidade: policiais militares do 2º BPM (Botafogo), do Batalhão Florestal e da Companhia de Cães da PM. Todas as "bocas-de-fumo" fecharam e os traficantes fugiram para outras favelas.

Já nos primeiros dias, os efeitos da ocupação chegaram ao asfalto: o número de roubos e furtos nas ruas de Botafogo junto ao acesso do Dona Marta despencou. A Secretária de Segurança anunciou que o plano é manter ocupações semelhantes em outras favelas.

(Idem, ibidem, grifos meus).

A reportagem ilustrada aborda, conforme já apontado, a continuação da ocupação da favela e, por isso, seu título é: “Recrutas assumirão a ocupação do Dona Marta” (Idem, ibidem). Uma interpretação possível, ao final da leitura, é que o entorno da favela Santa Marta estaria colhendo frutos quase tão positivos quanto os moradores dessa localidade, o que mostra a preocupação do periódico aludido em anunciar que os “efeitos da ocupação chegaram ao asfalto” (Idem, ibidem).

Deve-se, ainda, chamar a atenção para o fato de não haver publicação registrada para o jornal Extra no dia da supramencionada reportagem do periódico O Globo. Uma matéria que,

em alguma medida, toca no programa de ocupação de favelas foi publicada pelo Extra no dia seguinte. Seu título é: “Diploma para novos recrutas” (EXTRA, terça-feira, 16 de dezembro de 2008, p. 12). Como subsídio argumentativo, é importante destacar que não há nenhum registro nessa matéria sobre os efeitos da ocupação policial sobre o entorno da favela Santa Marta, ao contrário da reportagem do Globo acima evidenciada (Idem, *ibidem*).

Com o intuito de dar prosseguimento à fundamentação do que se tem argumentado, é necessário que se coloque em destaque uma matéria produzida poucos dias após a criação da Companhia de Policiamento Comunitário na favela em apreço.

Nessa reportagem, o diário de notícias O Globo ressaltou os ganhos obtidos tanto por moradores da Santa Marta quanto pelo setor imobiliário da região de Botafogo. Cumpre aduzir que os ganhos do setor imobiliário correspondem, no caso da matéria em voga, à parte mais visível da reportagem, constituindo-se, destarte, no seu enquadramento principal. Segue um trecho que elucida essa afirmação:

[Título] *Ação no Dona Marta aquece mercado imobiliário* [a ação na favela Dona Marta refere-se à ocupação policial na favela]

[Subtítulo] A VOZ DO MORRO - Segundo corretores, com o fim do tráfico de drogas na favela, procura por imóveis em Botafogo cresceu 30%.

[Excerto do texto que compõe a reportagem] *Os ventos que sopram a favor dos moradores do Morro Dona Marta, em Botafogo, desde a sua ocupação pela polícia, há um mês, também embalam as vendas de imóveis de classe média no entorno da favela. Com o fim do tráfico de drogas, corretores da região avaliam que houve um aumento na procura de apartamentos no bairro de 25% a 30%. Segundo Nelson Freitas, diretor regional da [empresa corretora de imóveis], um apartamento de três quartos e garagem na Rua da Matriz, em frente ao morro, que custava R\$300 mil, hoje é vendido rapidamente por R\$420 mil. [...].*

— O mercado imobiliário sofreu um aquecimento nas últimas semanas impressionante. As ruas da Matriz e das Palmeiras, que sofriam muito com a proximidade da favela por causa de tiroteios e assaltos, não têm mais esses problema (sic). Espero que o governo faça a mesma coisa na Rocinha — diz Nelson. (O GLOBO, domingo, 21 de dezembro de 2008, p. 17, grifos meus).

Além desses ganhos obtidos pelo setor imobiliário da região que foram tematizados pelo diário de notícias em questão, a mesma reportagem coloca em voga, com destaque secundário, os desdobramentos da ocupação nas ruas que ficam no entorno da favela. Prosseguindo a narrativa, a reportagem informa que:

[Subtítulo interno para marcar uma mudança na narrativa] Na primeira semana de ocupação [da Santa Marta], nenhum delito

[Texto que acompanha o subtítulo] A pedido do GLOBO, o comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gileade Albuquerque, fez um levantamento e constatou que, na primeira semana de ocupação do Dona Marta, iniciada em 19 de novembro, não houve qualquer delito na Rua São Clemente. Para o oficial, a estratégia de acabar com o tráfico e reprimir irregularidades na favela — como interditar uma central de internet clandestina e recolher caça-níqueis — está afastando os bandidos.

A ocupação conta ainda com patrulhamento aéreo, feito por dois helicópteros blindados da Polícia Civil.

— Os comerciantes me contaram que os pedintes na porta dos estabelecimentos desapareceram. Eles tentavam ganhar dinheiro intimidando pedestres, daí alguns roubos a transeuntes. O Dona Marta servia como um referencial negativo em Botafogo. Isso, felizmente, acabou — disse o oficial.

Albuquerque teme, porém, que criminosos migrem e passem a atuar em outros bairros.

A valorização dos imóveis no asfalto também enche de esperança os moradores do Dona Marta, que já começam a calcular os benefícios que terão com a ocupação, como é o caso da empregada doméstica Maria Aparecida Ribeiro, de 46 anos, há 14 na parte alta da favela.

— Quando vim para cá, me apaixonei pela vista. Espero que não me tirem daqui. Quero fazer uma obra e valorizar minha casa — diz.

(Idem, *ibidem*).

Comparativamente, é necessário realçar que o jornal Extra também publicou, no mesmo dia 21 de dezembro, uma reportagem sobre a favela que está em voga. Tal matéria apresentava uma abordagem deveras diferente da que foi produzida pelo Globo, conforme excerto a seguir:

[Título] Esperança renovada

[Subtítulo] Um Natal de paz, depois de 25 anos

[Subtítulo] Dona Marta e Batan voltam a celebrar data sem violência

[Texto] Depois de quase três décadas, finalmente o Natal voltará a ser celebrado em paz em duas favelas cariocas. Pela primeira vez em 22 anos, os moradores do Morro Dona Marta, em Botafogo, vão comemorar a data sem sobressaltos nem rajadas de metralhadora disparadas por traficantes. Os bandidos se foram, dando lugar a um sentimento de esperança não visto por lá desde 1987, quando, em outubro, explodiu uma guerra de duas semanas entre as quadrilhas de Zacarias Gonçalves Neto, o Zaca, e Emílson Fumero, o Cabeludo. Depois da batalha, nunca mais houve clima para festa ali. [...]

(EXTRA, domingo, 21 de dezembro de 2008, p. 13).

Portanto, a reportagem do diário Extra tratava principalmente da melhoria na rotina dos moradores da Santa Marta, sublinhando, na perspectiva do jornal, a “paz” que estava cada vez mais presente na localidade, não deixando de prever um Natal com esperança renovada para os moradores.

Ademais, é preciso chamar a atenção para o fato de não haver, no conjunto de registros de reportagens publicadas no Extra, nenhuma reportagem com o enquadramento temático voltado prioritariamente para os efeitos da ocupação da favela no entorno ou no mercado imobiliário, conforme se expôs acima em relação ao jornal O Globo (cf. Idem, domingo, 21 de dezembro de 2008, p. 17, grifos meus).

5.2 Influências do circuito social das mídias impressas na forma de comunicação do Extra e O Globo

5.2.1 Definindo teoricamente as influências presentes no circuito social da imprensa escrita investigada

As mídias não falam solitariamente, assim como não impõem aos receptores incondicionalmente sua forma de pensar nem seus interesses. Sua comunicação está, desse modo, em constante diálogo com a sociedade, ou seja, coaduna-se com um conjunto de posições que lhes são caras e lhes dão suporte.

Seus discursos devem, portanto, ser analisados a partir da rede que contempla todo um circuito social, devendo ser levado em conta as condições de produção, de circulação e de consumo dessa fonte (cf. MAUAD; CAVALCANTE, 2013a, 2013b). Esse circuito tem ligação, pelo menos, com dois fatores, conforme disposto a seguir¹¹⁹.

(i) O primeiro se refere estritamente às condições de produção do discurso midiático, tendo como referência sua perspectiva endógena, ou seja, tem ligação com as pressões internas que conformam um modelo de fazer jornalismo. Sobre esse ponto de vista é importante analisar as palavras de Aguiar (2006), visto que sua pesquisa versa sobre “os critérios de noticiabilidade que regem o jornalismo investigativo em quatro jornais da grande imprensa carioca” (AGUIAR, 2006, p. 73). Segundo o autor:

Podemos afirmar, seguindo os passos de Wolf (2003), que *a produção de notícias resulta da conjunção de dois fatores. De um lado, a cultura profissional [das pessoas que atuam na imprensa], entendida como um emaranhado de estereótipos, representações sociais e rituais relativos às funções dos meios de comunicação de massa e dos jornalistas, à concepção do principal produto – a notícia – e às modalidades que presidem à sua confecção. De outro, as restrições ligadas à organização do trabalho, sobre as quais se criam convenções profissionais que determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo – desde a utilização das fontes até a seleção dos acontecimentos e as modalidades de confecção do noticiário – e contribuem para se prevenir das críticas dos leitores. Fica, assim, estabelecido um conjunto de critérios – ou seja, do grau de relevância entre os acontecimentos – que definem a noticiabilidade de cada acontecimento: o modo pelo qual é construída sua qualidade para que seja transformado em notícia* (Idem, p. 78, grifos meus).

¹¹⁹ Não se objetiva reduzir a questão a esses dois fatores; pretende-se, tão somente, analisá-los com vistas a substancializar os argumentos desenvolvidos no capítulo, tratando essa análise como casos escolhidos para pensar a relação das mídias com seu circuito social.

Seguindo nesse caminho, pode-se acrescentar que Silva (2010) aborda um dos pontos cruciais da questão que remete às definições internas do que é importante ou não para ser noticiado, especialmente acerca do que é mais relevante para ser tematizado com destaque nas mídias.

De acordo com autor em apreço, a seleção das notícias atende, de modo geral, a alguns critérios internos do jornal. Nesse sentido de manutenção dos critérios de seleção interna, “[...] a figura do editor permanece, tal qual no passado, associada à de um todo-poderoso que paira sobre os demais profissionais gerando, por consequência, uma certa personalização da editoria e seus produtos” (SILVA, 2010, p. 89)¹²⁰.

(ii) Quanto às condições de produção, de circulação e de consumo dos jornais impressos, um segundo fator deve ser mencionado. Ele alude especificamente à circulação e ao consumo do produto final do que esses veículos produzem, o que envolve o cuidado que as mídias têm com o texto publicado, a fim de que sua narrativa não esteja em dissonância com as expectativas do seu público leitor (cf. SILVA, 2010, pp. 154-158; FAUSTO NETO, 1999, pp. 12-13) nem dos anunciantes e também da editoria da empresa (cf. BOURDIEU, 1997, pp. 19-20).¹²¹

Pensando especificamente a partir da empresa jornalística selecionada para sua pesquisa, Silva (2010) argumenta que um dos principais critérios concernentes à seleção de notícias, bem como às formas pelas quais elas são publicadas, é o uso da referência a um público leitor.

Essa referência ao público-alvo que referencia o discurso do diário de notícias é definida e estabelecida com base nas imagens que o jornal tem ou projeta de quem é seu interlocutor do outro lado; em outros termos, o consumidor que vai receber essas informações. Essas definições de quem é o público que vai ler o jornal resultam de um

¹²⁰ Silva (2010) identificou também, no jornal pesquisado, que os repórteres se sentem pressionados a cumprir pautas relativas às reportagens encomendadas por seus editores. Assim, segundo o autor, há as reportagens com a característica de RECO, ou seja, uma redução de recomendadas. Esse tipo de reportagem é bastante considerado pelos repórteres, devido à pressão subjacente à recomendação. Vale chamar a atenção para o fato de o autor trabalhar essa questão num tópico que é intitulado de “Hierarquias internas”, dentro de um capítulo chamado de “Critério de seleção e hierarquização das notícias” (Idem, *ibidem*).

¹²¹ Pode-se afirmar que o circuito social que recobre as mídias é muito complexo. Nesta seção, o enfoque prioriza o trabalho com uma escolha analítica presidida pela relação entre escrita e o horizonte de circulação da mídia impressa, tendo especial atenção às expectativas do público-alvo (leitor) dos impressos pesquisados. Reconhece-se, dessa forma, que a ampliação do escopo tornaria a pesquisa deveras extensa, o que inviabilizaria sua proposta de ser parte de uma tese. No entanto, a aposta subjacente é que o exercício realizado não compromete a veracidade dos argumentos e dos resultados apresentados, podendo oferecer uma contribuição acadêmica.

variado tipo de captação de informações: pesquisas de opinião, e-mails enviados pelos leitores, ligações telefônicas etc. (SILVA, 2010, p. 97)¹²². Nesse sentido:

Para construir e preservar sua própria identidade, um discurso não lida com seu Outro como tal, mas sim como um simulacro desse Outro, simulacro que, a partir da perspectiva assumida, ele é capaz de construir acerca desse Outro. (SOUZA-E-SILVA, 2013, p. 105).

É importante chamar a atenção também para o fato de que a própria escrita, em sentido geral (não só a produção jornalística), não é construída como um puro construto definido pelo enunciador. Escrever é um ato influenciado por, pelo menos, dois vetores dimensionais.

Um primeiro que se dá na relação entre autor e personagens, especialmente no caso da literatura (CALDAS, 2012, pp. 242-248). Nesse caso, o autor ou autora vai construindo seu texto em diálogo com os personagens da trama que o influenciam na escrita (Idem, *ibidem*).

O segundo que ocorre numa espécie de sinapse entre autor(es) ou autora(s) e sociedade (público-alvo). Nessa situação, o autor ou autora, ao pensar na sua mensagem, está necessariamente elegendo um interlocutor que será o alvo dessa mesma mensagem. Segundo Souza-e-Silva, “[...] percebe-se que uma formação discursiva não define somente um universo no qual ela se move” (SOUZA-E-SILVA, 2013, p. 105). Baseada em Maingueneau, a autora em apreço afirma que “[...] pelo contrário, para fazê-lo, ‘ela define igualmente seu modo de coexistência com outros discursos’” (Idem, *ibidem*).

Portanto, a comunicação não é uma ação que ocorre influenciada meramente por princípios idealistas (concepção puramente do autor), mas, antes, uma ação que se constrói pensando constantemente em outros discursos que, no nosso caso, consubstancia-se nas referências discursivas projetadas para a construção de um determinado tipo de leitor.

Nesse sentido, “Há que se compreender que as mensagens e seus modelos de comunicação e apropriação operam por ajustes, combinações e resistências” (MAUAD; CAVALCANTE, 2014b, p. 74). Em outros termos, a “comunicação vai mais além da transmissão informação, ela é pressuposto para a convivência em sociedade” (FIGARO, 2013, p. 10). A comunicação, de acordo com Dominique Wolton, configura-se “[n]um processo frágil de negociação” (WOLTON, 2011, Apud FIGARO, 2013, p. 10).

¹²² Voltando ao exemplo citado em uma das notas anteriores exibidas neste capítulo sobre o programa de Rádio “Plantão de Notícias”, um dos participantes do programa, ao alertar o outro acerca do possível impacto da brincadeira, mostra-nos que o Rádio, por exemplo, é um veículo muito pautado pelo retorno imediato. Logo, e-mails, mensagens via telefone celular (ou Internet) e ligações telefônicas se apresentam como referências importantes na construção comunicativa dos programas desse veículo. A televisão, por exemplo, tem levado em conta, frequentemente, os índices de audiência que são medidos *on line*. Outro dia, o apresentador Carlos Roberto Massa, conhecido como Ratinho, comemorou, ao vivo, o fato de seu produtor ter lhe avisado que seu programa havia alcançado a segunda colocação no índice de medição de audiência.

Cabe incrementar, ainda nessa linha, que Veena Das, tendo como base a relação entre teoria e prática ou entre a normatividade e a facticidade que remete à teoria antropológica, fundamenta-se também no filósofo francês Jacques Derrida para afirmar que a escrita é algo que se deve pensar para além de uma forma usual de comunicação. Segundo a autora em alusão, a lógica proposta por Derrida não se insere no campo da dominação realizada pela performance da autoridade de quem escreve, mas “rather from the instability introduced by the possibilities of a gap between a rule and its performance” (DAS, 2004, p. 227).

Como desdobramento dessas considerações de cunho teórico, pode-se propor que tanto a escrita dos jornais pesquisados quanto suas escolhas, por tematizarem algum tipo de evento em detrimento de outros, são tarefas que apresentam conexão, ligação com o todo o circuito social que envolve, outrossim, a circulação e consumo desse produto ou a toda uma projeção social de como e por quem o produto será fruído.

Além desse critério ligado ao horizonte de comunicabilidade, cumpre evidenciar que, segundo Silva (2010), o jornal que constou de sua pesquisa tinha uma predileção por divulgar os acontecimentos que tinham relação com a espacialidade do público leitor que é alvo de tal mídia. O autor destaca, então, a importância da “situação socioespacial da notícia na cidade” (Idem, p. 93).

Essa linha de raciocínio se refere à noção de que eventos são experimentados diferentemente pelo público-alvo do jornal. Desse modo, uma ocorrência de crime que tenha sido realizada em bairros da zona sul e parte da zona norte da cidade tem maior possibilidade de ser noticiada do que uma ocorrência similar no subúrbio ou na Baixada Fluminense. Essa maior possibilidade remete especificamente às representações que a editoria do jornal tem de seus leitores. Em relação à característica do jornal pesquisado, Silva argumenta que:

Uma vez identificado que a maioria dos leitores do jornal pesquisado (cerca de 55%) está concentrada na Zona Sul da cidade, notadamente uma região em que residem, entre outros, segmentos populacionais dotados de alto poder aquisitivo, esses acabam por ser genericamente tratados como uma clientela preferencial, de modo que as notícias que tocam direta ou indiretamente o seu interesse acabam, via de regra, recebendo tratamento prioritário (Idem, p. 94).

Há que se advertir, inobstante as pressões e negociações que cercam os discursos das mídias, que tanto a atuação social da imprensa como sua ação política não se restringem meramente em organizar e difundir algumas percepções sociais, ou seja, sua atuação não é totalmente determinada pelas pressões exógenas. A questão também não é mecanicista.

O público leitor, por exemplo, “mantém, ainda que não declaradamente, uma relação dialética com o jornal, *na qual tanto sofre quanto produz efeitos*” (SILVA, 2010, p. 98, grifos

meus). Em outras palavras, “a despeito, porém, da busca de afinidade e de legitimidade junto aos leitores, não se deve esperar, conforme assinalam alguns jornalistas, que o jornal diga sempre aquilo que o público deseja escutar” (Idem, p. 155).

Compreender o discurso dos jornais impressos envolve, portanto, analisar seu conteúdo para além da simples informação textual, pois há outros vetores sociais que incidem sobre essa produção. Aliás, isso deve ser feito para qualquer outro tipo de discurso. No caso da imprensa, deve-se incluir o texto ou a enunciação numa teia de relações que, ao cabo, contribui para modular ou conformar as escolhas dessas mídias e o próprio formato de apresentação das reportagens.

Em síntese, pode-se afirmar, portanto, que o processo de seleção e hierarquização das notícias está intrinsecamente relacionado à representação que os jornalistas têm do espaço social e dos públicos que o compõem. (Idem, p. 98).

Seguindo essa linha de raciocínio, as diferenças apontadas na seção anterior, no tocante às coberturas do Extra e do Globo, têm conexão, principalmente (não somente), com um conjunto de pressões sociais que contribuem para a conformação dos discursos dos impressos, visto que as notícias reportadas não são reflexo da uma realidade dada (SILVA, 2011, p. 2) nem se configuram como relatos verdadeiros, objetivos e fiéis dos fatos. Em outros termos:

Pela teoria do *newsmaking*, o jornalismo é um dispositivo de construção da realidade; logo, não pode ser mero reflexo do real. Ou seja, as notícias – e também as reportagens – não refletem os acontecimentos que se dão a ver, mas são antes de tudo construções narrativas que produzem condições de possibilidades através dos quais a realidade se dá a conhecer. A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – tanto do ponto de vista da estrutura do trabalho nos jornais como também do profissionalismo dos jornalistas – para que possam adquirir a existência pública na formação discursiva denominada notícia. (AGUIAR, 2006, p. 81).

Em vista dessas considerações, pode-se deduzir que a forma de escrita mais coloquial e mais leve do jornal Extra tem alguma ligação com o horizonte de expectativas da editoria do periódico acerca de quem é seu leitor médio, ou seja, um tipo idealizado que a mídia procura atender (cf. SILVA, 2010, pp. 97-98). O Globo, da mesma forma, visa se aproximar do seu público-alvo ao se portar de uma forma mais cerimoniosa.

Deve-se acrescentar que as diferenças de enquadramento temático e de seleção de conteúdos que foram publicados pelas mídias pesquisadas podem ser compreendidas acompanhando-se o circuito social desses jornais, não somente se limitando às questões concernentes à produção de cada uma delas.

Portanto, sugere-se, aqui, que essa explicação acerca das dessemelhanças identificadas nos impressos deve ser centrada mais nesse circuito social de produção, circulação e recepção dos discursos dos periódicos do que na sua proposta editorial de ser um veículo mais ou menos detalhado ou de ter maior/menor conteúdo. Aliás, ao fim e cabo, a própria proposta editorial do jornal que é formulada pela empresa jornalística está conectada ao circuito social que é projetado para a fruição da mídia.

Ademais, o próprio trabalho do editor, que personaliza a editoria e seus produtos (SILVA, 2010) e as “convenções profissionais que determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo” (AGUIAR, 2006, p. 78) não deixam de guardar uma referência ao circuito de produção, circulação e consumo (CAVALCANTE; MAUAD, 2013b) dos periódicos, nem deixam de considerar previamente o interdiscurso (SOUZA-E-SILVA, 2013).

5.2.2 Relacionando o discurso das mídias pesquisadas com seu circuito social

Adotando-se essa perspectiva teórico-metodológica, conforme desenvolvido na seção anterior, é possível compreender as divergências de estilo ou tipo de linguagem utilizado por cada mídia, as diferenças de enquadramento temático proposto ao seu leitor e as dessemelhanças na seleção de conteúdo que foram identificadas acima.

Por esse ponto de vista, é possível, adicionalmente, compreender algumas aparentes contradições que emergiram da interpretação das reportagens dos impressos em análise. Um exemplo dessa aparente/suposta contradição é o fato de o jornal O Globo propor uma ênfase de sentido mais voltada para questões sociais do que o Extra, no que concerne à apresentação de suas reportagens.

A rigor, causa estranheza, pelo menos a princípio, pensar que um jornal que fala “para as elites, as classes A e B” (ALMENDRA, 2014, p. 72) tenha uma cobertura com maior ênfase nas promessas de promoção de serviços sociais dirigidas às favelas ocupadas que estavam sendo feitas pelo governo. E o Extra, um jornal de cunho mais popular, tenha em sua pauta, via de regra, uma construção de sentido mais voltada para a ocupação militar da favela, não deixando de pautar as promessas de melhorias sociais, mas centrando seu enquadramento geral na ordem promovida pela polícia.

Essas aparentes contradições podem ser desfeitas, ou melhor, ser compreendidas ao se inserir esses discursos em todo o seu circuito social de produção, circulação e consumo que é presumido por suas próprias editorias. Pode-se iniciar essa explicação acerca da análise dos discursos do Extra e do O Globo, tendo como parâmetro sua relação com outros discursos. Nesse caminho analítico:

Trabalhar com o princípio do primado do interdiscurso, isto é, com a precedência do interdiscurso sobre o discurso, significa que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas esse espaço de trocas construído pelo analista. Chamo a atenção para o princípio da interdiscursividade tal como formulador por Maingueneau: não se trata de considerar cada discurso uma identidade fechada, nem de levar em conta o fato de haver dois ou mais discursos em contato, ou de um enunciado ter mais de um sentido ou a presença de várias vozes, trata-se de olhar para o espaço discursivo, que é o local onde se dá a relação *Eu x Outro*, é o local onde Eu e Outro se constituem, tomam forma. Nessa perspectiva, o princípio do primado do interdiscurso implica considerar que os discursos, em termos de gênese, não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, colocados em relação, mas que eles se constituem, de maneira regulada, no interior de um interdiscurso (SOUZA-E-SILVA, 2013, p. 100, grifos da própria autora).

Diante dessas considerações, é importante ressaltar que a editoria do jornal O Globo, no tópico denominado “Hábitos de Consumo dos Leitores”, que consta em sua página na Internet, apresenta-se como “O jornal preferido dos formadores de opinião. Com colunistas renomados, o noticiário cobre os fatos mais importantes de maneira clara e objetiva”¹²³.

O Extra, por seu turno, é mais vago em sua definição final de um público receptor de seu conteúdo, pois informa, em seu sítio na Internet, que “Nada é mais valioso para um jornal do que os seus leitores. Não é à toa que o Extra é o jornal mais lido do Brasil”¹²⁴.

Em ambos os casos, está implícito que seus discursos buscam se inserir nesse espaço discursivo (SOUZA-E-SILVA, 2013, p. 100), com vistas a estabelecer uma conexão com seu público-alvo ou com o conjunto de interlocutores que a mídia escolheu/definiu como parâmetro.

Ademais, tomando por base a noção de “formador de opinião”, que é assumida pelo Globo, cabe recolocar uma questão importante acerca da nova e atual abordagem jornalística sobre a violência urbana. Conforme observado e desenvolvido anteriormente no capítulo 1, por exemplo, essa nova abordagem referencia-se, crescentemente, no que se chama de

¹²³ <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91> <Consulta realizada em 21/07/2015, às 20h:25>.

¹²⁴ Fonte: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=92>. <Consulta realizada em 27/05/2015, às 17h20>.

“coberturas segurança pública” (SILVA, 2010, p. 99) ou nas “pautas sobre segurança pública” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 17).

Essas novas pautas se diferenciam do antigo jornalismo policial que primava pelo uso excessivo de “recursos sensacionalistas e noções apelativas” (Idem, p. 15). Assim, algumas das atuais coberturas tentam fornecer, de forma crescente, a “apresentação de subsídios informativos [opinião de especialistas] que contribuam para a adoção de medidas pró-ativas” (SILVA, 2010, p. 100), o que é consoante com a expectativa do jornal O Globo em relação ao seu público-alvo, segundo o que foi explicitado acima, haja vista que este periódico define seu público como “formador de opinião”¹²⁵.

Tendo por referência o impresso Extra e a ideia de que “o destaque jornalístico conferido a esta ou aquela ocorrência diz respeito não tanto ao fato noticiado em si, mas a quem se sente, *direta ou indiretamente*, afetado por ele” (SILVA, 2010, p. 159, grifos meus), pode-se inferir e compreender que o fato desse periódico enquadrar suas reportagens sobre a ocupação da Santa Marta numa perspectiva militarizada está em harmonia com sua expectativa de se expressar para um leitor mais genérico, vago.

E sua proposta de ser um jornal com conteúdo menos detalhado harmoniza-se – pode-se depreender isso – com uma projeção realizada por este impresso de que seu público-alvo, mais amplo e vagamente definido, interessar-se-ia por informações mais sintéticas, mais resumidas.

Ademais, apesar de não ser o cerne do argumento aqui desenvolvido, não se deve negligenciar que o fato de o Extra ser um periódico mais lido por pessoas que são definidas como pertencentes à classe C (que não são da elite econômica) também influenciaria na proposta editorial de ser um jornal menos extenso. Ora, se as edições do Extra são mais concisas, menores, logicamente seu custo é menos oneroso, logo, pode ser vendido a preço mais módico. Então, se esse periódico pode ser vendido por um preço mais barato, pode-se deduzir que, pelo menos em tese, seria mais acessível, mais viável haver seu consumo por integrantes de camadas menos privilegiadas em termos econômicos, pois seu gasto não pesaria tanto no orçamento do final do mês.

Diante dessas questões, é possível depreender que O Globo prima por ter uma cobertura de segurança pública mais detalhada e ampla, avançando no aprofundamento de algumas questões porque objetiva dialogar com o que sua editoria considera “formadores de

¹²⁵ <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91> <Consulta realizada em 30/12/2015, às 15h:01>.

opinião”¹²⁶, pessoas que, na perspectiva projetada pelo jornal, deveriam exigir, pelo menos a princípio, a “apresentação de [maior quantidade de] subsídios informativos” (SILVA, 2010, p. 100).

Sendo assim, as coberturas realizadas para noticiar a ocupação policial da favela Santa Marta haveriam, nesta perspectiva, que incorporar mais do que somente a ideia de ocupação militar da localidade. Pretensamente projetando o interesse de seu interlocutor médio, o jornal O Globo acrescenta dados às suas reportagens e, por conseguinte, torna suas matérias mais ricas em termos de conteúdo porque se investe de uma tarefa que é atender a essa também pretensa “qualificada” demanda, que representa os “formadores de opinião” com os quais o jornal projeta dialogar. É preciso, pois, evidenciar que essas são projeções que são inferidas com base numa definição que parte do próprio escopo do jornal, não de uma realidade social identificada.

No caso do Extra, é possível depreender que sua abordagem comunicativa é mais voltada para o atendimento de uma demanda mais universalmente projetada, em razão de este impresso não prover, em sua projeção editorial na página na Internet, uma definição clara de público-alvo nem do hábito de consumo de seus leitores. Ora, se seu público-alvo é menos detalhadamente definido, o diálogo tenderia a ser mais aberto ou poderia ser mais aberto, sem a necessidade de se prover subsídios informativos, até porque não se tem precisão de quem está do outro lado.

Deve-se acrescentar, conforme pontuado, que sua abordagem é mais concisa também porque esse periódico dialoga com um público de classe menos abastada, o que, por dedução silogística, demandaria um preço menor para ser cobrado por cada edição e, por conseguinte, forçaria a redução no número de páginas das edições, com vistas a tornar mais barato o valor nas bancas de jornais e facilitar o acesso a um público que, em tese, tem menos poder econômico.

Nesse sentido, as reportagens do periódico em alusão tendem a centrar seu foco no que é crucial para a demanda de sua editoria (a ocupação da favela) e no que essa editoria projeta ser fundamental para estabelecer uma comunicação com um público genericamente construído/imaginado, ou seja, noticiar que a polícia está na localidade. Ora, se não há uma precisa definição de circulação e consumo desses impressos, a informação acaba sendo a mais geral e objetiva possível. Ademais, se o jornal tem que atingir classes menos abastadas, há

¹²⁶ <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91> <Consulta realizada em 21/07/2015, às 20h:25>.

que ser, por dedução, mais barato. Logo, deve ser menor, o que acarreta maior objetividade para não encarecer o produto; daí, a maior concisão identificada nas reportagens do Extra.

Destarte, enquanto O Globo parece se mostrar orgulhoso por se considerar o “jornal preferido dos formadores de opinião”¹²⁷, o Extra mostra-se vaidoso por se intitular o impresso “mais lido do Brasil”¹²⁸, por isso afirma que não há nada “mais valioso para um jornal do que os seus leitores”¹²⁹, conferindo um sentido bastante impreciso a seu público, ao contrário do jornal O Globo.

Em termos sinópticos, O Globo apresenta uma definição de um público-alvo, mas o Extra não o faz de forma clara. Logo, pode-se inferir que essas referências acabam tendo alguma implicação em suas maneiras de se comunicar, na forma como os discursos são apresentados publicamente. Essas nuances podem, talvez, não ser percebidas caso não se proceda ao exame da fonte discursiva em sua circulação social, pois:

Como uma teoria crítica da leitura, a contribuição da Análise do Discurso é mostrar que os modos de ver a realidade pela linguagem não são processos mecânicos de decodificação do sistema linguístico, mas *é um processo dialógico em que o leitor, enquanto coenunciador, assume uma atitude responsiva dialogando como texto*, respondendo ao desafio de interpretação que ele impõe (BRANDÃO, 2013, p. 42, grifos meus).

Marcando uma inflexão em relação aos discursos selecionados nas duas primeiras partes desta tese, este capítulo priorizou a análise dos discursos da imprensa e sua forma de se comunicar com parcela da sociedade. Para tanto, considerou-se esse discurso em sua teia de relações sociais ou seu circuito social de produção, circulação e consumo.

Nesse caminho analítico, elegeu-se como questão central o diálogo que a imprensa visa estabelecer com seu público-alvo. Este último foi visto, neste capítulo, como um

¹²⁷ <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91> <Consulta realizada em 21/07/2015, às 20h:25>.

¹²⁸ Fonte: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=92>. <Consulta realizada em 27/05/2015, às 17h20>.

¹²⁹ Fonte: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=92>. <Consulta realizada em 27/05/2015, às 17h20>.

interlocutor que contribui, em alguma medida, para moldar a seleção de conteúdo feita pelas mídias, além de cooperar na construção discursiva das mídias.

Visou-se, a partir do trabalho de leitura e interpretação das fontes, compreender em que medida o texto das mídias investigadas estavam em consonância com as expectativas de seus leitores ou se ajustavam a elas. A partir dessa chave, procurou-se mostrar que esse horizonte de expectativa acaba tendo, de alguma forma, implicações que contribuem para marcar uma diferença de escolha, de narrativa e de enquadramento entre uma e outra mídia, haja vista que elas visam incorporar as demandas de seus interlocutores. Por isso, as diferenças acabam emanando cotidianamente, a despeito de os impressos serem originários de um mesmo grupo empresarial.

Essas conclusões, portanto, contestam a ideia de que a mídia é meramente um veículo de manipulação social ou se que seus discursos sejam puramente autônomos, uma vez que se mostrou que seu discurso considera previamente o interdiscurso, ou seja, tem como horizonte outros discursos sociais, ou seja, dos que estão envolvidos no circuito social dessas mídias.

Portanto, pensar essas diferenças e analisar esses discursos implica, tanto comparativa como sociologicamente, inserir esse trabalho num circuito social que contempla um conjunto de pressões sociais que acabam por reverberar uma posição social. E nessa posição a participação da imprensa é organizar a percepção das vozes dos atores envolvidos nesse circuito.

Por fim, vale aduzir que objetivou-se, subjacentemente, propor, neste capítulo, uma explicação em torno do quanto essas análises acerca do trabalho das mídias nos ajudam a pensar, por conseguinte, como as favelas cariocas pesquisadas são tematizadas e quais são os interesses sociais e políticos que revestem essas tematizações.

Ora, se a imprensa, nessa intrincada rede de relações, tanto influencia quanto é influenciada por outras posições sociais, então, sugere-se, aqui, que para compreender e qualificar essas influências é necessário que se proceda a um exame específico desse discurso, tendo como parâmetro o conjunto de forças que dialogam ou se fazem presente na construção de um discurso midiático.

Portanto, o exercício feito aqui foi no sentido de promover uma conexão entre narrativa midiática e diálogo com parcela desse referido conjunto de forças sociais que atuam em parceria com a imprensa. A aposta implícita é que esse exercício nos permite pensar a mídia como um discurso social e político mais amplo do que seu simples universo editorial (endógeno). Logo, a partir desse exercício, pode-se vislumbrar, ainda que em parte, quais são as forças sociais com quem a imprensa investigada dialoga. Em conclusão, deduz-se que as

representações sociais das favelas e a tematização de seu lugar na cidade não são construções meramente midiáticas, mas, sobretudo, da sociedade.

No próximo capítulo, intenta-se colocar em evidência a relação entre o discurso da imprensa e a sociedade como um todo (não somente seu público-alvo). E se fará isso tendo como base a pressão exercida pela linguagem da violência urbana no trabalho da imprensa. Dessa forma, nessa próxima etapa, o diálogo das mídias estará em conexão com o horizonte de cognoscibilidade social mais amplo. Tratam-se, pois, de pressões exógenas mais alargadas.

O problema é que, nesse caso, os discursos das mídias ganham uma importância política de monta, visto que situam as favelas num construto discursivo amplo (mais do que neste atual capítulo) que organiza o debate sobre o lugar dos atores (e grupos) sociais na cidade. As mídias, neste caso, organizam um diálogo cuja referência é a pauta da sociedade como um todo. Por conseguinte, as análises que são realizadas no próximo capítulo acabam complementando o que foi, inicialmente, realizado neste atual capítulo. Portanto, ao final, visa-se propor uma perspectiva ampla acerca do diálogo dos diários pesquisados, tanto com seu público-alvo como em relação às condições de cognoscibilidade que a sociedade como um todo propõe ou impõe.

6 A IMPRENSA ESCRITA PESQUISADA E A LINGUAGEM DA VIOLÊNCIA URBANA

No capítulo anterior foram colocadas em evidência questões importantes que – percebeu-se nesta pesquisa – exercem influência na composição do trabalho realizado pela imprensa investigada, conferindo-lhes especificidades a partir da consideração de seu circuito social de produção, circulação e consumo.

Agora, intenta-se, neste derradeiro capítulo, destacar e discutir em que medida as condições sociais mais amplas colocam um determinado padrão de sentido com o qual a imprensa escrita pesquisada visa dialogar ou intenta se filiar.

Mantém-se a imprensa como fonte basilar e como objeto de análise, tal como foi desenvolvido no capítulo anterior. Mas, neste ponto, seu circuito será estendido, alargado, no sentido de propor uma reflexão acerca das influências mútuas construídas entre o discurso da imprensa e uma referência social predominante. Há também, neste capítulo, a ampliação do uso das fontes para todo o período pesquisado, não se circunscrevendo somente à Santa Marta, conforme capítulo precedente¹³⁰.

O foco analítico se dirige, então, para a compreensão de como as favelas cariocas que constaram da pesquisa são tematizadas nos periódicos pesquisados. Nesse sentido, este capítulo parte da interpretação dos impressos *Expresso*, *Extra*, *O Dia* e *O Globo*. O cerne da questão a ser discutida é a relação que há entre as mídias e a linguagem da violência urbana¹³¹ (MACHADO DA SILVA, 2008; 2010b; 2011; 2012) ou, em outros termos, entre a parcela da imprensa que fez parte da pesquisa e as representações principais que a sociedade tem acerca

¹³⁰ Neste capítulo, o uso das fontes tem relação com todo o período analisado, compreendendo as operações policiais no Alemão, na Santa Marta e na Cidade de Deus.

¹³¹ A linguagem da violência urbana pode se apresentar por meio de diferentes repertórios (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 293). Cumpre esclarecer, desde já, que, a partir de Machado da Silva (2008, 2010b; 2011; 2012), a referida linguagem é tratada, neste capítulo, como um construto discursivo organizado para representar e conferir sentido ao debate em torno da segurança e da ordem pública, num período em que a violência urbana apresentou crescimento constante, ou seja, a partir de meados dos anos 1980. O ponto fulcral que é incorporado na discussão aqui estabelecida é a nuclearidade das favelas cariocas na estruturação desse debate que toca especificamente na representação da violência urbana. Conforme já apontado, a fase de redemocratização brasileira, a partir do período supramencionado, trazia esperanças, em parcela da sociedade, de que a linguagem dos direitos predominaria. No entanto, com o crescimento da violência urbana e a atuação de facções criminosas em favelas cariocas, os moradores dessas localidades encontraram (e ainda encontram) muita dificuldade em tematizar plenamente seus direitos à cidade. Isso porque o enquadramento das favelas na gramática da violência urbana associa, difusa e imprecisamente, esses lugares e seus moradores aos traficantes de drogas que atuam nessas localidades (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), dificultando a ação política dos moradores.

das favelas cariocas, na contemporaneidade. Como desdobramento, analisa-se, outrossim, o papel político exercido pela imprensa ao executar seu trabalho de noticiar, narrar, relatar o cotidiano da vida social.

Dois vetores analíticos são propostos para a exposição dessas referências. Eles compõem as linhas matriciais dessa argumentação.

O primeiro remete a como a linguagem da violência se estrutura. Tem ligação também com a maneira através da qual ela oferece, em consequência, condições de cognoscibilidade para que os diários consultados tematizem as favelas cariocas em suas edições diárias.

Nesse sentido, cabe trazer à tona o que Massimo Mastrogregori defende acerca dos estudos sobre a construção do conhecimento científico. Segundo o autor, que é teórico da historiografia (estudos ligados à problematização acerca da escrita da História), há uma relação transcendental entre o passado e o presente. Em razão disso, o passado é construído a partir de um presente que nos abre condições de cognoscibilidade para que interpretemos tal passado. Destarte:

[As] Condições políticas, econômicas, religiosas, morais, estéticas, convergem em um determinado presente para moldar o passado visível (um passado possível que pode tornar-se real). Somente por meio de uma fórmula dessa natureza podem ser levantados os problemas inerentes à história e à memória e as condições que determinam o destino dos traços visíveis do passado. (MASTROGREGORI, 2006, p. 75).

Em outros termos, as condições de produção de qualquer tipo de conhecimento – mesmo o da historiografia cujo caráter científico é bem peculiar – são importantes balizas discursivas que impõem/requerem um diálogo necessário para a produção desse conhecimento. No caso da imprensa, sua produção de notícias, que é uma forma específica de produção de conhecimento diário dos acontecimentos, também pode ser vista como sendo influenciada pelas condições de cognoscibilidade colocadas pela sociedade.

Essas condições de cognoscibilidade são amplas e variadas. Entretanto, no caso da imprensa investigada, observa-se seu nexos com o discurso ligado à linguagem da violência urbana. Logo, esse é um dos vetores analíticos que será desenvolvido à frente.

O segundo vetor analítico é um desdobramento do primeiro. Assim, se aquele tinha relação com as influências exercidas pela linguagem da violência urbana no trabalho das mídias averiguadas, este segundo visa compreender em que medida os diários investigados têm emprestado um cariz específico a essa linguagem da violência, ao tematizar e narrar as favelas cariocas a partir de um determinado ângulo ou recorte da sociedade.

Esse exercício se justifica porque a imprensa tem se tornado, crescentemente, uma esfera através da qual as políticas públicas também (não somente) são executadas e formuladas (FAUSTO NETO, 1999, p. 137; RAMOS; PAIVA, 2007, pp. 21-22). Ora, em tempos em que a política de segurança pública ganhou crescente visibilidade nas mídias, as favelas cariocas acabaram sendo alvo constante do foco desses veículos (cf. MENEZES, 2014, p. 665). Assim sendo, intenta-se, neste capítulo, fazer uma avaliação interpretativa dessas tematizações e das representações das favelas nesses conteúdos que foram publicados nos periódicos investigados.

Em função do que foi exposto, o ponto focal da questão discutida neste capítulo está na avaliação das semelhanças presentes no trabalho dos veículos de mídia e sua ligação com a percepção da sociedade acerca do lugar das favelas na “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 283). Pretende-se, por tudo o que foi evocado acima, propor uma explicação para o fundamento basilar dessa homologia entre as mídias investigadas, tendo especial atenção os periódicos Extra e O Globo, pois são os que compõem a maior parte do material de pesquisa.

Objetiva-se, com isso, explicitar como essa semelhança tem relação não somente com a circulação dessas mídias, conforme assinalado no capítulo imediatamente precedente, mas também tem vínculo umbilical com as condições de cognoscibilidade (MASTROGREGORI, 2006, p. 75) que foram colocadas pela situação do nosso presente, pelo menos, desde fins dos anos 1990, quando as favelas cariocas passaram a ser tratadas, crescentemente, como um problema eminentemente ligado à violência urbana (LEITE, 2000; 2012; MACHADO DA SILVA, 2012).

Cabe destacar que este capítulo mantém a linha argumentativa muito próxima à do anterior: a relação entre produção midiática e as pressões que a expectativa da recepção social exerce sobre tal produção. No entanto, conforme observado, agora amplia-se o enfoque porque o ponto de referência de interlocução discursiva é uma forma de percepção social generalizada sobre as favelas cariocas. Essa chave analítica é um princípio explicativo central para compreender como diários de notícias diferentes – inclusive de grupos editoriais distintos, como é o caso do O Dia – podem ter uma linha de tratamento das favelas tendo um fio condutor tão homólogo.

Portanto, alarga-se o campo de visão para pensar nas pressões discursivas que a sociedade – como um todo – exerce sobre a produção dos jornais impressos que fazem parte das fontes pesquisadas. Ou melhor: amplia-se o campo de visão para se pensar acerca de como esse horizonte de cognoscibilidade aberto, a partir da constituição da linguagem da

violência urbana, interfere na produção da imprensa (ou de parcela dela) e, ao mesmo tempo, como a atuação desses veículos, que organizam a percepção social (CEVIS, 2011 *apud* ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), termina emprestando um cariz específico à referida linguagem.

Com essa extensão do olhar sobre o horizonte discursivo dos impressos investigados, intenta-se compreender a relação entre a produção desses jornais e a linguagem da violência urbana, a fim de se evidenciar a discussão sobre algumas representações que situam as favelas cariocas na cidade. Logo, essa operação analítica remete a uma construção de sentido que deve ser mais ampla, com o fito de colocar em discussão tanto as representações que situam as favelas na cidade como as que renovam, em tempos de “pacificação”, os nexos simbólicos e as imagens que se tem desses lugares de moradia com a linguagem da violência urbana.

Sugere-se, de forma suplementar, que essa proximidade ou similitude apontada entre os supracitados impressos não se diferencia muito de algumas outras mídias de grande circulação (cf. SILVA, 2010, p. 160). Isso porque uma majoritária parcela dos discursos sociais (inclui-se, neste caso, a pauta de algumas das expressivas mídias) enquadra as favelas cariocas no campo da violência urbana, especialmente retratando a centralidade desses lugares de moradia na perpetração e acentuação da violência, sobretudo após os anos 1990 (cf. LEITE, 2000).

Diante do que foi enunciado, cumpre informar que, neste capítulo, serão apresentadas questões que se consideram importantes para se discutir a imprensa e a linguagem da violência. Com isso, pontos importantes serão evocados, como, por exemplo: a influência que a linguagem da violência urbana exerce na seleção dos acontecimentos e nos relatos diários das mídias averiguadas; em que medida as mídias investigadas também oferecem uma determinada forma de sugestão interpretativa do “problema favela” (MACHADO DA SILVA, 2002), nessa linguagem da violência; como consequência, visa-se discutir o papel político que as mídias exerceram ao procederem dessa forma.

6.1 Algumas considerações teóricas gerais sobre a especificidade das mídias nas discussões sobre as favelas cariocas

Na pesquisa realizada com reportagens publicadas nos jornais Expresso, Extra, O Dia e O Globo (muito especialmente no segundo e no último), é possível identificar uma

similaridade marcante entre essas duas coberturas: a ênfase nos enquadramentos temáticos desses diários de notícias recai sobre a ênfase militar, especialmente no tocante às matérias ligadas à ocupação policial da favela Santa Marta. Essa é uma abordagem comum aos periódicos aludidos e que já foi mencionada em outra oportunidade, notadamente no capítulo anterior.

No sentido de pensar as homologias nas pautas e nos discursos dessas mídias, pode-se trazer à baila um argumento de Silva (2010). O autor, buscando pensar um fundamento de cunho mais generalista acerca de sua pesquisa sobre a rotina de produção de notícias ligadas à violência urbana (pesquisa essa realizada num grande jornal), chama a atenção para o fato de que as publicações feitas no impresso pesquisado por ele tinham alguma influência sobre “aquilo que acaba, muitas vezes, ganhando relevância também noutros jornais, inclusive naqueles que, do ponto de vista editorial, não seriam dirigidos mesmo tipo de público” (SILVA, 2010, p. 160).

Nessa linha de raciocínio, o autor em apreço propõe, analiticamente, que há uma espécie de “processo de unificação dos enfoques jornalísticos, a exemplo do que se passa com os veículos comunicativos” (Idem, *ibidem*). Desse modo, “[...] aquilo que é tido como importante para determinados segmentos sociais acaba por tornar-se importante, também, para todos os demais” (Idem, *ibidem*).

Há uma influência teórica de Bourdieu (1997) na análise realizada por Silva (2010), conforme acima apresentado. Segundo o sociólogo francês, ocorre uma espécie de “circulação circular da informação” (BOURDIEU, 1997, p. 30) no trabalho das mídias, acarretando, em alguma medida, uma homogeneização dos temas pautados por esses veículos (Idem, *ibidem*). Essa operação ocorre, segundo ele, por dois motivos cruciais.

Primeiro porque os jornalistas têm um hábito enraizado de ler os outros jornais para se certificarem do que eles estão publicando. Trata-se, com efeito, não somente de uma estratégia de atualização profissional. Trata-se, também, de uma estratégia de observação do que está acontecendo em outras mídias, com vistas a aumentar, potencializar a capacidade de entrar mais forte na concorrência por índices de audiência. Em decorrência:

[...] Ninguém lê tanto jornais quanto os jornalistas, que, de resto, tendem a pensar que todo mundo lê todos os jornais. [...] Para os jornalistas, a leitura dos jornais é uma atividade indispensável e o clipping um instrumento de trabalho: para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros disseram. [...] Esse é um dos mecanismos pelos quais se gera a homogeneidade dos produtos propostos [...]. (Idem, p. 32).

[...] Essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental (Idem, p. 33).

O segundo motivo é um desdobramento do primeiro, logo, coloca-se de forma superposta ao anterior. Trata-se da disputa pela audiência ou pelo mercado que caracteriza o campo das mídias. Para o sociólogo em apreço, essa é uma pressão deveras importante no trabalho jornalístico. Segundo Bourdieu, não se pode considerar esses meios de comunicação como totalmente homogêneos, mas o fato de essas mídias estarem “[...] sujeitas às pressões [constantes] do índice de audiência” (Idem, p. 36) produz, como resultado final, certa homogeneidade de pauta e de conteúdo entre as grandes mídias, gerando, por conseguinte, uma “circulação circular da informação” (Idem, p. 30).

Não se desconsidera, aqui, essas razões apontadas por Silva (2010), ancoradas nas referências de Bourdieu (1997). Há que se considerar também esses motivos que invocam a busca de fatias maiores no mercado e a circularidade de leitura entre as mídias, haja vista que tais fatores oferecem a possibilidade de aumento da quantidade de anunciantes, agradando aos donos do veículo. Assim, levando em conta esse circuito competitivo, as mídias mais influentes passariam, em função de sua “força e notável capacidade de penetração” (SILVA, 2010, p. 160), a exercer influência no mercado editorial, sobretudo nas tematizações de acontecimentos como pautas importantes para a sociedade.

Entretanto, procura-se, aqui nesta tese, não enfatizar demasiadamente essa centralidade dos discursos das mídias como personagens detentores dessa capacidade de produção dessas pautas ou desse “processo de unificação dos enfoques jornalísticos” (SILVA, 2010, p. 160). Compreende-se, portanto, que essas pautas que são colocadas como importantes pelas mídias têm um vínculo discursivo com a sociedade como um todo ou com as pressões que ela exerce sobre os discursos das mídias. Ora, as mídias organizam a percepção de setores da sociedade cujas expectativas elas visam atender, logo, elas não falam sozinhas.

Destarte, essa unificação ou, como se prefere aqui nesta tese, essa homologia nas pautas dos jornais e no desenvolvimento de seus conteúdos tem relação com o que Mastrogregori (2006, p. 75) chama de condições de cognoscibilidade para que interpretemos o passado ou, neste caso das mídias, os acontecimentos ligados ao nosso cotidiano.

Em outros termos, o presente abre um campo de possibilidade de conhecimento, de interpretação e de tematização de questões e/ou problemas. Esse campo está ligado às pressões sociais, políticas, jurídicas, religiosas etc. do nosso mundo, de nossa sociedade, que influenciam, de alguma maneira, nossa compreensão do um passado ou de um fenômeno

social presente (Idem, p. 75). Quase desnecessário admoestar que essas condições de cognoscibilidade não exercem uma influência absoluta, condicionando plenamente as formas de pensar. Trata-se, pois, de um horizonte de possibilidade interpretativa que está ancorado em nossos valores, conhecimentos, representações etc.

O cerne do argumento formulado aqui tem vínculo mais específico e umbilical com a relação que há entre a linguagem da violência urbana e as favelas cariocas. Sugere-se que, para se compreender essa aproximação/homologia entre as coberturas dos referidos jornais (especialmente os diários Extra e O Globo), em seu sentido amplo, deve-se voltar nosso olhar sobretudo para as representações que as favelas cariocas têm no tecido urbano, notadamente atentando para a conexão entre esses lugares de moradia e a linguagem da violência urbana.

Essa operação muda o escopo analítico e teórico das mídias para uma pauta (ainda que difusa) cuja matéria-prima é oferecida pelas condições de cognoscibilidade sobre as favelas. Essas condições emanam robustamente da sociedade ou de uma construção discursiva que se ancora na linguagem da violência urbana (cf. MACHADO DA SILVA, 2010b) para tematizar questões políticas e sociais concernentes a esses lugares de moradia.

Portanto, essa tematização é realizada, com frequência, no sentido de produzir “a construção social das favelas como o território da violência na cidade do Rio de Janeiro” (LEITE, 2012, p. 375, grifos meus). E, cumpre destacar, que esse construto discursivo tem exercido pressão nos debates públicos, principalmente os que são organizados pelos impressos pesquisados.

6.2 A linguagem da violência urbana como um parâmetro social das mídias investigadas para o enquadramento das favelas cariocas

Em vista do que foi postulado na seção anterior, deve-se expor, com maior minúcia, o que se entende por linguagem da violência urbana, na medida em que esse é um construto que admite diferentes repertórios (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 293). Estabelece-se um recorte mais preciso do que se está tematizando para dar continuidade à exposição e aos argumentos.

Essa explicação remete ao processo recente de construção da democracia brasileira cujo desenvolvimento se processou em paralelo ao crescimento da violência urbana. Segundo Peralva (2000), esse seria um dos paradoxos da história recente do Brasil.

A autora aludida provê quatro fatores que visam explicitar o crescimento da violência urbana, no período de transição da ditadura brasileira governada por militares para o regime democrático, entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980. Interessa, aqui, posicionar especialmente um desses fatores.

Tal fator tem relação com a “Continuidade autoritária” (Idem, p. 74), que corresponde à manutenção de princípios autoritários nas instituições responsáveis pela ordem pública, como a Polícia Militar, por exemplo. Isso “explicava a persistência, no regime democrático nascente, de formas de funcionamento autoritário” (Idem, pp. 75-76).

Assim, a “noção de ‘autoritarismo socialmente implantado’” na sociedade brasileira gerou um sentimento social amplo (ainda que difuso) que dá certa aquiescência para o acionamento de recursos similares ao que se via no período ditatorial. Segundo Peralva:

[...] Esse tipo de explicação foi reforçado por pesquisas que apontavam para *uma opinião pública altamente favorável ao emprego de métodos violentos pela polícia, à instauração da pena de morte, ou ao recurso a métodos de justiça ilegal*. A fragilidade da análise, em contrapartida, residia na interpretação dessas tomadas de posição em termos de atraso histórico, de déficit em matéria de civilização, sem levar em conta os problemas concretos que a oferta insuficiente de ordem legal e legítima ocasionava, e de que essas expressões ideológicas radicais constituíam uma tradução (Idem, p. 76, grifos meus).

Além do crescimento dos índices de violência, no período mencionado, vale registrar que aumentou também a sensação de insegurança, na cidade do Rio de Janeiro, principalmente após os anos 1990, tendo em vista a constituição de um cenário de medo que foi potencializado, sobretudo, por alguns episódios emblemáticos: arrastões, brigas em bailes *funk* e as chacinas da Candelária, de Vigário Geral e de Acari, entre outros (LEITE, 2000, p. 74).

Portanto, especialmente a partir da última década do século XX, o Rio de Janeiro passou a ser representado não somente como um lugar violento, mas também como uma cidade partida entre favelas e asfalto. Desse modo, a “representação do Rio de Janeiro como uma ‘cidade partida’ terminou [...] por reforçar os nexos simbólicos que territorializavam a pobreza e a marginalidade nas favelas cariocas” (Idem, *ibidem*).

Nessa conjuntura, os debates sobre a situação social que envolviam os diversos atores (ou grupos) sociais na cidade passaram a incorporar “a metáfora da guerra de todos contra todos” (Idem, p. 78) como um operador lógico-cognitivo que vinculava a criminalidade violenta e o narcotráfico “[...] às contradições que opõem *morro* e *asfalto*, traficantes e trabalhadores, favelados e cidadãos” (Idem, p. 79, grifos da própria autora).

Como resultado geral desse debate público coordenado pela imagem da cidade em “guerra”, as favelas cariocas tornaram-se, difusa e imprecisamente, o foco representativo principal e quase exclusivo da violência urbana na cidade (cf. ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), acarretando um impacto negativo de grande monta nos direitos dos favelados, tanto do ponto de vista social como político.

Como desdobramento, os moradores de favelas se tornaram – a partir da ideia de que há, nessas localidades, “uma espécie de determinismo ecológico” (MELO; CUNHA, 2011, p. 374) – vítimas da criminalização da pobreza, em novos tempos em que tanto as questões de cunho moral quanto as que remetem à territorialidade acabaram conferindo a esses moradores uma representação negativa na cidade. Destarte:

Toda a população moradora de favelas passou a ser vista como composta por bandidos ou quase bandidos, em razão da contigüidade territorial inescapável com a minoria que integra os bandos armados. Emparedada, [essa população] vive uma vida sob cerco. De um lado, a pela violência criminal e policial que desestabiliza a sociabilidade em seus territórios de moradia (e de trabalho, para muitos) e dificulta o prosseguimento regular das interações nas diferentes localidades. Afetada a confiança interpessoal que se fundamenta na estabilidade de suas rotinas, torna-se problemático articular coletivamente uma compreensão orgânica e proativa das condições de vida compartilhadas. A agregação em movimento de base local escasseia, limitando a capacidade de influência nas arenas públicas. De outro lado, o medo e desconfiança generalizados das camadas mais abastadas da cidade obrigam os moradores de favelas a um esforço prévio de ‘limpeza simbólica’ – isto é, a necessidade de demonstrar ser ‘pessoa de bem’, a fim de ganhar a confiança do Outro –, poucas vezes bem-sucedido, antes mesmo que possam apresentar no espaço público suas demandas como interlocutores legítimos. O confinamento geográfico cerceia-lhes também a palavra (MACHADO DA SILVA, 2008, pp. 14-15).

Em síntese, no plano social, a representação da cidade em “guerra” transpôs para os moradores de favelas um estigma que faz uma parcela da sociedade enxergar que eles tinham alguma ligação e/ou convivência com traficantes de drogas (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, pp. 73-76; SOUZA, 2012, p. 120). Assim, “dada a contigüidade social e territorial com as quadrilhas de narcotraficantes, a população favelada passou a ser vista e tratada pela polícia a partir desse enquadramento: como ‘inimigos em potencial’” (TEIXEIRA, 2015, p. 83).

Vale acrescentar que as ações policiais violentas realizadas em favelas acabaram, nesse contexto, sendo interpretadas por parcela da sociedade como necessárias. Ademais, as mortes derivadas dessas operações policiais passaram a ser vistas como acidentes de percurso (LEITE, 2000, p. 82; FRIDMAN, 2008, p. 83). Destarte, nesse período, “[...] reforçou-se a representação do trabalho policial como um trabalho de ‘combate aos inimigos’” (TEIXEIRA, 2015, p. 82).

No tocante ao plano político, o direito dos moradores de favelas à cidade passou a ser enxergado como uma questão secundária ou, até mesmo, deslocada, em relação ao combate à violência urbana. Em consequência, ganhou força um construto discursivo que pregava que primeiramente tinha que se ganhar a “guerra” urbana para que se pudesse pensar em questões atinentes aos direitos dos favelados (MACHADO DA SILVA, 2010b, pp. 296-298). Nesse sentido, foi analisado, nos capítulos 1 e 2 desta tese, que, mesmo quando se abordava os direitos dos moradores, acionava-se como precondição a “guerra” ao tráfico como uma pretensa obviedade.

A partir dessas chaves analíticas e discursivas, as favelas passaram a ser enxergadas e tematizadas menos pelo ponto de vista dos direitos de seus moradores e mais central e substancialmente como um “perigo imediato” (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 63) para a cidade. Cabe ressaltar que isso ocorreu, paradoxalmente, mesmo em se considerando um período de ampliação da esfera democrática.

Um dos resultados gerais dessas contendas foi que, notadamente após os anos 1990, a violência tornou-se “uma categoria central da agenda pública” (Idem, p. 62) e, desse modo, a linguagem da violência urbana acabou pautando parte dos debates públicos, principalmente os que tinham algum vínculo com as favelas cariocas.

Criou-se, em função desse cenário, uma gramática da violência que tem sido, não raramente, mobilizada e empregada para se pensar, discutir, representar ou administrar questões concernentes às favelas. A partir de Leite (2012), compreende-se esses dispositivos discursivos construídos, conforme acima, como uma forma de enquadramento das “favelas cariocas como margens da cidade, no sentido de Das e Poole (2004)” (LEITE, 2014, p. 628)¹³².

Em decorrência desse enquadramento, as representações sobre as favelas cariocas e seu lugar na cidade sofreram uma grande transformação quando:

[...] as favelas passam a ser tematizadas na linguagem da *violência urbana*. Nesse momento, o perigo imputado a elas deixa de ser uma questão urbanística, relacionada ao fortalecimento de uma categoria social em franco processo de incorporação socioeconômica e política. As favelas passaram a ser vistas – pouco importa o quão errônea possa ser essa compreensão – como o valhacouto de

¹³² Leite mostra também como esse processo em que “o estado e suas margens se configuram” é mais complexo. Nesse sentido, “tanto se pode produzir disciplinarização e assujeitamento quanto subjetivação, bem como dispositivos e contradispositivos de regulação da ordem” (LEITE, 2014, p. 628). Nesta tese, essas complexidades foram mostradas e discutidas nos capítulos 1, 2, 3 e 4. Neste ponto do trabalho, o enfoque se volta para como os discursos visam produzir ou reforçar essas representações das favelas na cidade, o que visa gerar, conforme Leite (Idem, *ibidem*), disciplinarização e assujeitamento.

criminosos que interrompem, real ou potencialmente, as rotinas que constituem a vida ordinária na cidade. (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 297, grifos do autor).

Adicionalmente vale ressaltar que:

Assim se produziu um giro de sentido fundamental na apreensão, na tradução e na gestão dos conflitos urbanos referidos às favelas e a seus moradores [...], do campo da cidadania e da distribuição de equipamentos urbanos e serviços públicos para o campo da segurança pública e da territorialização de políticas públicas e projetos sociais visando afastar os “favelados violentos” (sobretudo os mais jovens, por suas parcas vinculações ao mundo do trabalho e à escola) das redes e atividades ilegais e ilícitas (LEITE, 2014, p. 631).

6.3 A homologia nas coberturas dos jornais pesquisados: representações sociais sobre o lugar das favelas cariocas na linguagem da violência urbana

Em função do que foi exposto, a relação que se faz aqui, neste capítulo, é que a linguagem da violência urbana encontra na grande imprensa um canal de reverberação de discursos de parcela da sociedade que visibiliza significativamente a conexão entre as favelas cariocas e o problema da violência urbana.

Sobre a visibilidade que os discursos encontram nas mídias, Mayra Gomes afirma que as mídias têm “sua importância como ponto estratégico por cuja apropriação se bate, uma vez que se trata de espaços por onde os discursos terão seu ponto máximo de difusão” (GOMES, 2003, p. 45).¹³³

Não se está propugnando que essa linguagem se origina na imprensa pesquisada ou na grande mídia. Também não se está propondo que o enquadramento social e político geral das favelas é realizado originariamente a partir desses veículos. Em outros termos, não se considera a imprensa como um veículo que impõe à sociedade um modo de pensar específico que situa favelas (e lugares onde predomina a pobreza urbana) num determinado lugar na cidade, modo este que condicionaria cognitivamente nossa apreensão do “problema favela” (MACHADO DA SILVA, 2002).

Insistente e reiteradamente, vale mencionar que a referência teórica que pauta o olhar que se desenvolve é que a imprensa tem uma relação de influência mútua com parcela da sociedade, na construção desse discurso, desse enquadramento social e político desse

¹³³ Ainda sobre a capacidade da imprensa em tornar visíveis os acontecimentos, ver: THOMPSON, 2014, pp. 19-20; SILVA, 2010, p. 18; FAUSTO NETO, 1999, pp. 13-14.

“problema” (cf. BURGOS, 2006, p. 25). Destarte, as mídias tanto influenciam como são influenciadas pela “linguagem da violência urbana”; elas influenciam e são influenciadas na construção ou na reiteração do “problema favela” (Idem, *ibidem*).

Há, portanto, uma simbiose, uma relação dialética entre o trabalho das mídias e as condições de cognoscibilidade colocadas pela sociedade. Em vista disso, não cabe investigar a procedência desse construto discursivo em sua origem. Considera-se, aqui, essa tarefa como de menor monta.

A rigor, o que importa é que a emergência da referida linguagem ocorre em paralelo à reabertura política e em concomitância com o crescimento da violência urbana, conforme apontado por Peralva (2000). E, nesse cenário, o aparecimento desse construto discursivo acabou, significativamente, obstando a tematização dos direitos moradores de favela (FRIDMAN, 2008; LEITE, 2000; 2012; MACHADO DA SILVA, 2012).

Neste ponto, o importante para este trabalho de pesquisa é, com efeito, situar e apontar que é a partir dessas instituições sociais em alusão que a linguagem da violência urbana ganha tanto uma difusão significativa (e com uma ideia de credibilidade revestindo tal discurso) como também recebe um cariz específico no enquadramento social das favelas cariocas em discussões candentes sobre os direitos de todos os cidadãos à cidade.

Como consequência, ao tematizar as favelas cariocas substancialmente a partir da linguagem da violência urbana, as mídias investigadas, contribuem, em alguma medida, para robustecer o debate público que situa, fixa esses lugares de moradia (e seus moradores) num patamar de perigo imediato (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 63) para a cidade. Cooperam, nesse sentido, para produzir a construção social de uma determinada realidade (PORTO, 2009, p. 217; AGUIAR, 2006, pp. 76-77; SILVA, 2011, p. 2).

Portanto, postula-se, aqui, que a compreensão do lugar das favelas na cidade é dependente, em alguma medida, do entendimento acerca do papel das grandes mídias que organizam a percepção e a polifonia social e, dialeticamente, comunicam-se com parcela representativa da sociedade.

Como desdobramento, deve-se afirmar que os veículos de mídia investigados nesta pesquisa tanto produziram quanto reverberaram representações e estigmas sobre esses lugares de moradia que constam neste trabalho. É importante ainda acrescentar que fizeram isso a partir de uma relação de simbiose com outras vozes sociais, criando, desse modo, uma agenda pública (AGUIAR, 2006, p. 77; PALERMO, 2014a, p. 121; RONDELLI, 2000, p. 156) que desfruta de credibilidade social e acaba por contribuir para representar as favelas cariocas como um problema urbano suscetível de obstar o andamento regular das rotinas na cidade.

E essa não é uma pauta exclusiva da imprensa; muito pelo contrário. Trata-se, pois, de uma pauta que foi construída pela sociedade, sobretudo após os anos 1990 (cf. LEITE, 2000; cf. MACHADO DA SILVA, 2008), e que tem formatado um modo de representar e pensar o lugar das favelas na cidade.

Por isso, é possível afirmar que o sentido geral das reportagens, que fazem parte desta pesquisa como um todo, mostra um enquadramento que evidencia, via de regra, uma matriz discursiva que aciona e emprega a “metáfora da guerra” (LEITE, 2000, pp. 78-80) ou a ideia de “militarização da questão urbana” (SOUZA, 2012, p. 121).

E faz isso ao mobilizar e empregar um tipo de discurso que sugere que o fim da presença dos traficantes e dos confrontos armados levaria efetivamente a “paz” às favelas ocupadas (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 38). Aliás, esse construto discursivo vai além, pois prega que a “guerra” ao tráfico de drogas seria o pré-requisito fulcral para que se pudesse efetivamente tematizar as favelas e, por conseguinte, pensar sua integração plena à cidade.

Nesse sentido, não é excessivo trazer à tona, novamente, trecho do Editorial do jornal Extra que ilustra, em alguma medida, os argumentos empregados aqui, pois a coluna opinativa afirma que antes das críticas, há que se ter em mente que a “guerra” já estava declarada. Soa, ao mesmo tempo, como algo inevitável e eficiente. Vejamos o excerto:

Antes de possíveis críticas ao número de mortos [que ocorreu na megaoperação realizada no Alemão em 27 de junho de 2007], é preciso lembrar que a operação esteve em sintonia com o discurso repetido à exaustão pela atual administração: ainda nos primeiros dias do ano, já estavam declaradas a guerra e a disposição do poder público em não dar trégua aos traficantes. (EXTRA, quinta-feira, 28 de junho de 2007, p. 4).

Ainda nesse viés, segundo Almendra (2014), os jornais Extra e O Globo conferem maior preponderância ao repertório verbalizado pela polícia militar, através da estruturação de um discurso que incorpora a “concepção intelectual e prática das UPPs pela polícia carioca” (ALMENDRA, 2014, p. 74). Para o autor, essa é uma composição decisiva na estruturação dos discursos das referidas mídias (Idem, *ibidem*) sobre as UPPs e, portanto, também acerca de algumas favelas cariocas (as que são ocupadas por esse programa).

Destarte, ao mobilizar os repertórios enunciados acima, pode-se interpretar que, em sentido geral, a principal similaridade identificada na cobertura das mídias pesquisadas situa-se no enquadramento temático que majoritariamente as reportagens apresentaram. Trata-se, pois, de uma abordagem ancorada nos “repertórios da linguagem da violência urbana e sua metáfora da guerra.” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13).

É por essa linha de raciocínio que se pode compreender por que uma parte significativa das reportagens divulgadas pelo Expresso, Extra, O Globo e O Dia, em todo o período que estrutura o recorte dessa pesquisa, enquadram as favelas do Alemão, a Santa Marta e a Cidade de Deus substancialmente como um dos problemas primazes da violência urbana na cidade.

Como desdobramento, cria-se um canal, uma agenda pública cuja pauta central da relação entre governo e favelas, entre direitos e favelas, bem como entre a cidade e as favelas está predeterminada pela linguagem da violência e, por conseguinte, é referenciada pelas representações que se têm das favelas como um lugar a ser primeiramente dominado, controlado, disciplinarizado e/ou moralizado. Os direitos iguais para todos, dos quais os moradores de favelas deveriam desfrutar, seriam, por essa perspectiva, pensados somente após a vitória na “guerra” construída metaforicamente.

Em vista dessas considerações, pode-se mostrar o quanto o enquadramento que fundamenta as matérias publicadas nas mídias pesquisadas enfoca primordialmente na ocupação policial como uma “auspiciosa” ação que obteve uma vitória sobre o tráfico de drogas, conforme Editorial do Jornal O Globo (quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 6), o que permitiria, nessa perspectiva, a ocupação da favela em tempo integral, a fim de manter a área sob controle do Estado (Idem, ibidem).

Assim, por exemplo, a partir de maio de 2007, no período em que ocorriam operações policiais constantes no conjunto de favelas do Alemão, o jornal Extra passava a tratar essas operações como a “Guerra na Penha” (EXTRA, sábado, 12 de maio de 2007, p. 11). Fazia isso acrescentando ingredientes fortemente militarizados para narrar essas incursões policiais. Nesse sentido, mobilizava o constante uso de palavras que visavam retratar uma “guerra” de fato, conforme excerto: “Dez dias de batalha já registram 16 mortos” (Idem ibidem).

O Globo dava preferência em anunciar ou declarar a “Guerra do Rio” (O GLOBO, sábado, 12 de maio de 2007, p. 13), ou seja, uma “guerra” mais ampla ainda. Passava, desse modo, a tratar as operações policiais com expressões de cunho beligerantes. Tanto quanto o Extra, O Globo retratava a situação social criada pelo governo como uma batalha, segundo curto excerto complementar a seguir: “Mais baixas no Alemão” (Idem, ibidem).

Passando a analisar o período em que houve a ocupação policial da favela Santa Marta, em novembro de 2008, vale registrar que, mesmo nessa fase, a linguagem da violência urbana permaneceu como um referente importante, basilar na pauta das mídias investigadas. E não é demasiado lembrar que tal ocupação visava a promoção de serviços sociais e de

infraestrutura, conforme constam nas diretrizes normativas tão propaladas pelo governo (PALERMO, 2013, p. 316).

Ainda que nessa fase de ocupação da Santa Marta a ideia de “paz”, nas matérias jornalísticas investigadas (cf. ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), tenha sido prevalecente e a menção aos direitos dos moradores da favela tenha sido mais tematizada do que anteriormente¹³⁴, observa-se, através da publicação dos objetivos dessa ocupação policial (PALERMO, 2014, pp. 9-11), a insistência e a permanência do enquadramento dessa localidade na linguagem da violência urbana.

Sustenta-se essa assertiva porque, conforme apontado antes, a rigor, a tematização da “paz”, nas condições realizadas, não deixava de se vincular aos repertórios que orbitavam a metáfora da guerra (cf. LEITE, 2000, p. 80) e a “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13). Nesse sentido, a “paz” deixa subjacente a referência à linguagem da violência urbana, visto que explicita-se a “paz”, tematiza-se a “paz”, mas deixa como referente a noção de que ela só existe porque há a “presença da polícia inibindo a ação de traficantes e prevenindo confrontos” (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 38); deixa como referente basilar a noção maniqueísta de que, nessa “guerra” urbana que vive a cidade do Rio de Janeiro, há apenas dois lados: o do “bem” e o do “mal”. É por isso que se pode afirmar que a “paz” só é tematizada porque se considera e se entende, a partir dessa perspectiva, que aquela localidade estava integral e inteiramente controlada, vigiada pela polícia. Sem essa perspectiva, o perigo poderia emergir.

Em vista dessas questões, não é conveniente esquecer que “a própria linguagem funciona como um mapa, quadriculando o mundo em eixos de latitude e longitude” (GOMES, 2003, p. 56). Essa referência à linguagem como um mapa que define lugares sociais pode ser acionada para se pensar, por meio da forma de se comunicar, como a referência ao clima de “paz” e aos direitos dos moradores ainda guarda um nexo com a chave binária que tipifica amigos/inimigos (cf. MACHADO DA SILVA, 2010a, p. 1), bem como aciona um imaginário de que, para se pensar e discutir os direitos dos moradores de favelas, há que se enfrentar uma “guerra” contra os traficantes de drogas¹³⁵.

¹³⁴ Na fase de ocupação da favela Santa Marta, as mídias pesquisadas divulgaram que um dos principais objetivos da ocupação era promover um conjunto de ações sociais e de infraestrutura que as favelas não tinham a oportunidade de ver realizados por conta da presença de traficantes de drogas.

¹³⁵ Os capítulos 1 e 2 mostram o quanto a pauta ligada aos direitos dos moradores foi colocada em voga no período em que houveram constantes incursões policiais nas favelas do Alemão. Sustentou-se, nesses capítulos, que essa linguagem foi incorporada muito especialmente em função dos desgastes sociais e políticos que o governo estava enfrentando. Além disso, há que se lembrar, conforme analisado neste capítulo, que esses

Não se deve negligenciar, contudo, que houve, nas mídias pesquisadas, uma inflexão de abordagem atinente ao ambiente da favela Santa Marta. E, nesse contexto, tal mudança tem relação com a tematização reiterada da “paz” na favela ocupada (cf. ROCHA; PALERMO, 2015). Deve-se insistir, contudo, que o problema é que, por essa perspectiva, “[...] Guerra e paz são referências binárias que tipificam amigos/inimigos, presença/ausência de perigo, sem maiores refinamentos classificatórios” (MACHADO DA SILVA, 2010a, p. 4).

O que se deseja mostrar é que, por ocasião da ocupação policial da favela Santa Marta, em novembro de 2008, integrantes do governo começaram a externar os objetivos que revestiam aquela ação – aparentemente repentina – que era realizada pelo Estado. Por conta da curiosidade social acerca dessa ocupação policial, os integrantes do governo passaram a ser provocados a dar declarações acerca dos objetivos dessa ação do Estado realizada na Santa Marta.

Nessa ocasião, alguns direitos sociais e civis dos moradores foram tematizados pelo governo como possíveis conquistas que seriam oferecidas aos moradores da Santa Marta. Sendo assim, tais temas foram incorporados pelas mídias em suas narrativas diárias. Desse modo, o direito à livre circulação dos moradores e a proposta de promoção de serviços sociais passaram a ser abordadas nesse período, mas, não raramente, tendo como referência o necessário controle da localidade pela polícia, após a expulsão dos traficantes de drogas.

Assim, de forma explícita ou subjacentemente, a linguagem da violência continuou como uma referência importante a enquadrar as discussões acerca da ocupação da favela Santa Marta, ainda que tópicos ligados aos direitos sociais e civis dos moradores de favelas tenham ganhado mais visibilidade, neste contexto. O trecho a seguir ajuda a compreender essa tematização implícita da linguagem da violência:

Alguns dias depois, o mesmo jornal [O Globo], em editorial, afirmou que “afastado o tráfico, é todo o bairro de Botafogo que começa a se beneficiar de uma outra ecologia social, onde já é notável a diminuição de atos criminosos” [...]. Portanto, é assim que a “paz” nos ajuda a perceber como se tematiza, em algumas situações, o lugar da favela na cidade por meio de uma “gramática da violência urbana” [...] (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 31, grifos no próprio original).

Em acréscimo, vale argumentar que “[...] A simples idéia de que estas áreas precisam ser pacificadas indica que os moradores, em conjunto, são vistos com extrema desconfiança, seja pelo restante da população urbana, seja pelas instituições de manutenção da ordem pública” (MACHADO DA SILVA, 2010a, p. 4).

Para finalizar essa seção, vale chamar a atenção para o que Ramos e Paiva afirmam sobre o trabalho da imprensa a respeito da cobertura realizada em favelas e periferias:

O mea culpa da imprensa pela cobertura estigmatizante que realiza sobre favelas e periferias é um dos poucos consensos encontrados na pesquisa do CESeC. A maioria dos profissionais [que atuam na mídia] ouvidos reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência. Ao mesmo tempo, admite que a população dessas comunidades raramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 77, grifos meus).

6.4 Discursos do governo e as representações sobre as favelas incorporadas pelos impressos pesquisados

Cumpre ainda acrescentar uma análise que é importante para que compreendamos em que medida a imprensa investigada, sobretudo o Extra e O Globo, contribuíram para oferecer, emprestar um cariz específico à linguagem da violência urbana. Nesse sentido, um dos resultados dessa pesquisa que é importante destacar, enfaticamente, é que a cobertura desses impressos se pautou, de forma eminente e substancial, pelo discurso que valoriza o ponto de vista normativo institucional-governamental.

A partir do acompanhamento das reportagens, editoriais e colunas, depreende-se que a escolha ou a seleção do que foi tornado público teve, de forma prevaiente, ligação – deliberada ou inadvertidamente – com a perspectiva governamental em sentido *lato*, não somente ligado à “concepção intelectual e prática das UPPs pela polícia carioca” (ALMENDRA, 2014, p. 74), mas como um construto mais amplo que envolvia, também, representações sobre as favelas cariocas.

Trata-se, pois, de um recurso de trabalho, produção e/ou criação jornalística que visa dar a impressão de isenção, objetividade e transparência, de modo que se produz, nessa lógica, uma autolegitimação discursiva da mídia que acaba minimizando as polêmicas sociais, haja vista que se parte de um ponto de vista que é, em princípio, legal e também reiteradamente anunciado como racional (baseado na perícia e tecnicismo). Pode-se propor que se visa, nesse sentido, tentar expressar um distanciamento e uma neutralidade, com vistas a estabelecer um diálogo, uma interlocução com um público de grande amplitude.

Portanto, deve-se apontar e chamar a atenção que, nas reportagens realizadas sobre a cobertura das ações policiais nas favelas pesquisadas, o recurso mais utilizado pelos jornais

investigados foi se apropriar das informações, dados, explicações e das representações sobre as favelas cariocas que são acionadas pelos integrantes do estafe do governo.

Em pesquisa realizada em grandes jornais do Brasil, na qual analisava as manchetes principais da capa de cada um, Mayra Gomes mostra, dentre outras questões, o quanto “[...] A seleção e a narrativização dos atos do governo, via seus membros e instituições, comparecem em quase todas as matérias [...]” (GOMES, 2003, p. 92).

Em consonância com o que foi tratado nos capítulos que constam da primeira e segunda parte dessa tese, intitulados “Guerra” e “Paz”, respectivamente, as favelas do Alemão, da Santa Marta e da Cidade de Deus eram representadas por integrantes do governo como lugares perigosos para a cidade e, mais do que isso, como centrais na irradiação da violência urbana. Os discursos acionavam essa ideia ora apontando para o perigo irradiado nos bairros onde se localizam tais favelas, ora para o perigo para a cidade como um todo.

No sentido de pensar como o trabalho diário desses impressos pode contribuir na intermediação entre representações oficiais e expectativa da sociedade acerca da noção de violência urbana, vale trazer à tona uma reflexão de Luiz Antonio Machado da Silva: “[...] Quase sempre a noção de ‘violência urbana’ se restringe às atividades de um tipo específico de agente – o criminoso, mais particularmente o traficante de drogas” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 20).

Não se deve negar que, ao selecionarem de forma prevalecente o ponto de vista do Estado (oficial) e darem voz aos seus comandantes, esses impressos efetivamente cumpriram, por um lado, uma função social de prover informações à população. Afinal, as diretrizes do governo e suas estratégias de gestão são questões de interesse público. Isso, decerto, não deve ser negligenciado.

Entretanto, por outro ângulo, em razão de sobrevalorizarem a seleção e publicação desses dados informativos, por darem pouca importância e voz a outras perspectivas, inclusive às críticas ao ponto de vista oficial, esses diários de notícias contribuem para fixar as favelas cariocas, difusamente, como protagonistas quase exclusivos da violência (cf. RAMOS; PAIVA, 2007, p. 77). Desse modo:

[...] na representação das favelas pelo “repertório da paz”, a voz dos moradores está quase sempre ausente, ou pelo menos é desconsiderada, nas avaliações sobre o processo em curso. Ainda que tenham sido entrevistados em algumas das matérias, o receio demonstrado ao darem declarações ao jornal – ou até a recusa a serem entrevistados – era considerado um dado relevante na discussão sobre as mudanças no Santa Marta (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 39, grifos meus).

Portanto, com vistas ao diálogo com uma percepção social genérica, pode-se depreender que essas mídias adotaram, como pauta nuclear, os discursos provenientes do estafe governamental. Ao procederem dessa maneira, não somente reverberam uma perspectiva primaz sobre as operações policiais nas favelas pesquisadas, como também acabaram por reiterar representações sociais sobre esses lugares de moradia que são derivadas de premissas governamentais impregnadas e eivadas de estigmas sociais.

É conveniente chamar a atenção para duas implicações dessa operação:

(i) Os veículos de imprensa pesquisados, ao procederem dessa forma, deixam de cumprir uma função precípua de sua constituição/formação, ou seja, abrem mão de observarem os dois lados de um acontecimento, o que é uma premissa básica do jornalismo. Cabe acrescentar que deixam de lado também (ou acionam parcamente) contrapontos críticos de especialistas ou de outros atores sociais.

(ii) Como consequência, pode-se concluir que essa forma de proceder elege os discursos oficiais ou a história oficial como narrativa prevalecente a ser apresentada. Logo, essa operação engendra a ratificação de informações, dados, representações etc. que são provenientes da institucionalidade estatal e os estabilizam. Vale ressaltar que essas informações provenientes do estafe governamental acabam, na comunicação desses impressos, corporificando o nexos entre as favelas cariocas e a linguagem da violência urbana.

Ora, o que se deseja sublinhar e ratificar é que construção desse modelo de narrativa midiática produz um discurso que visibiliza e sanciona juízos, dados e sentidos sociais provenientes dos integrantes do governo. Deve-se destacar que isso é feito, via de regra, de forma acrítica, na exata medida em que incorpora uma perspectiva e negligencia, com frequência, outros pontos de vista, outras histórias¹³⁶.

Negligencia, outrossim, – cumpre grifar com ênfase – as relações de poder entre governo e população moradora dos “territórios da pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 284). Logo, reitera, dentro de uma determinada agenda pública protagonizada pelos veículos de mídia, as representações sociais das favelas que são originárias da institucionalidade estatal. Essa é a pauta principal que se pode observar na análise dos dados.

¹³⁶ Uma intelectual africana chamada Chimamanda Ngozi Adichie fez uma exposição verbal em que sustenta o perigo de uma história única. Ela aciona essa categoria para estabelecer uma comparação entre, por um lado, as representações positivas e muito mais divulgadas da Europa e, por outro lado, o desconhecimento e as representações negativas do continente africano. Segundo Adichie, “Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “Nkali”. [Assim,] Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é não somente contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa [...]”. Para maiores informações, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>. Consulta realizada em 16 de dezembro de 2015, às 21h:43.

Deve-se alertar que a história das favelas cariocas nos mostra o quanto seu tratamento/administração pelo estado foi referenciado nas representações desses lugares de moradia pelo viés da subalternidade, haja vista que eram definidos como um dos “problemas” de grande soma para o desenvolvimento da cidade.

Em função do que foi exposto, convém evidenciar a posição teórica de Mastrogregori, no que tange aos estudos sobre a produção intelectual escrita das ciências humanas e sociais. A posição desse autor se sustenta num conceito denominado por ele de “tradição das lembranças” (MASTROGREGORI, 2006, p. 68). Tal conceito, em síntese, coloca em discussão a importância da relação e visão que as sociedades têm com seu passado.

Tradição das lembranças está ligada, nesta matriz de pensamento, à condição de poder – ou às relações de poder – que leva uma sociedade a “querer” lembrar ou a “deixar” que se esqueça algo ligado ao seu passado ou à sua tradição. Segundo o autor em questão “[...] a dinâmica pela qual se transmite ou se esquece as lembranças consiste em atestados, marcas ou símbolos da realidade humana” (Idem, p. 72). Desse modo, “[...] A tradição das lembranças é, em suma, essa dinâmica das ações da memória e do esquecimento, de conservação e de destruição” (Idem, p. 73).

Analogamente, pode-se pensar, a partir da referência teórica do autor em apreço, que a produção das narrativas diárias dessas mídias em alusão, ao privilegiar uma perspectiva, contribui para que haja o reforço, a reiteração de uma história oficial, para que se mantenha um tipo de narrativa preponderante. Essa operação ganha, nesse sentido, um nexos que tem relação com disputas pelo poder de ser representado de uma forma ou de outra na sociedade, o que permite colocar em evidência formas de pensar e de representar que se constituem como hegemônicas.

Vale aduzir a reflexão de Tomaz Tadeu da Silva que ajuda a compreender como a ideia de disputa pode ser pensada no campo das representações. Segundo o referido autor:

[...] a representação é [...] uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema lingüístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder.

[...] É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. *Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade* (SILVA, 2000, p. 91, grifos meus).

Em função do que foi exposto, essas mídias, ao incorporarem predominantemente as informações institucionais-estatais, terminam atuando de forma legalista, negligenciando ou deixando em segundo plano a sensibilidade social¹³⁷, como, por exemplo, as que remetem às demandas de alguns setores da sociedade, sobretudo os que se localizam nos “territórios da pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 286), falhando no seu trabalho precípua de ouvir os diversos lados.

Portanto, ao utilizarem um tom que se posta como politicamente correto, adotando eminentemente a perspectiva oficial, lançam uso de recursos que buscam a amplitude discursiva e também agradar às expectativas de seus leitores.

Demais, ao atuarem dessa forma, as mídias investigadas emprestam um cariz específico à linguagem da violência urbana, na medida em que elas priorizam o ponto de vista da organização governamental e essas, historicamente, situam as favelas como um “problema” para a cidade (cf. PARISE, 1969; LEEDS; LEEDS, 1978; VALLA, 1986; LEITE, 2000; MACHADO DA SILVA, 2002; VALLADARES, 2005; BURGOS, 2006; GONÇALVES, 2013).

No tocante à história recente, esse ponto de vista governamental situa as favelas como responsáveis primazes pela violência urbana (FRIDMAN, 2008; LEITE, 2000; 2012; 2014; MACHADO DA SILVA, 2010a; 2012), a partir da ideia geral de que, frequentemente, a noção que reveste essa violência tem ligação estreita com “um tipo específico de agente – o criminoso, mais particularmente o traficante de drogas” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 20).

Pode-se concluir que esses discursos midiáticos, alicerçados basicamente na chave da auspiciosa ocupação militar (O GLOBO, Editorial, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 6), contribuem para fazer a intermediação e intercâmbio entre a perspectiva institucional-governamental e as percepções de parcela da sociedade, contribuindo para fechar o circuito que estrutura a linguagem da violência urbana, oferecendo um cariz específico a esta última.

Nessa linha, as favelas são tratadas como um “problema” ligado a um “perigo imediato” (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 63) para a cidade, especialmente a partir de dados oficiais provenientes do governo, o que estabiliza esses lugares de moradia – numa nova conjuntura cujas promessas se arvoram em ser “pacificadoras” – tanto como um

¹³⁷ Deve-se deixar bem claro que as críticas e os argumentos atizados nesta tese não devem ser interpretados como uma questão de falta de ética da imprensa analisada. Efetivamente, não se trata disso. Trata-se de chamar a atenção para o ângulo predominantemente escolhido e adotado. Por isso, a crítica se dirige substancialmente para a necessidade de se dar maior equilíbrio às vozes dos atores sociais envolvidos. Logo, a crítica é teórico-metodológica, não de conduta.

“problema” motriz da violência urbana quanto, ao mesmo tempo, contribui para criminalizar seus moradores (MACHADO DA SILVA, 2010b, p. 297).

Em vista desses resultados, cumpre chamar a atenção que repensar as representações e a aquiescência da sociedade para o “papel da organização institucional da atividade repressiva realizada pela polícia” (Idem, p. 285), sobretudo em “territórios da pobreza” (Idem, p. 286), bem como refletir criticamente acerca das representações das favelas cariocas (PALERMO, 2013, pp. 327-328) e rediscutir o estatuto da linguagem da violência urbana constituem-se em operações analíticas que passam necessariamente (não somente, é claro) pela produção de avaliações críticas ao trabalho da imprensa, especialmente a denominada grande mídia. Afinal, esses “agentes [...] desempenham a função legítima [...] de elementos definidores daquilo que é ou não relevante, daquilo que é ou não, portanto, um ‘problema público’” (SILVA, 2011, p. 3, grifos do autor), claro que não sem a aprovação da parcela significativa da sociedade e em acordo com essas opiniões, mesmo que estabelecidas e organizadas difusamente.

É importante deixar claro, de forma reiterada, que essa proposta não se pauta no pressuposto de que a imprensa é capaz de impor uma visão que manipula completamente a sociedade, mas sim objetar que a mídia tanto é influenciada pela sociedade, pois organiza a percepção social, como também exerce sua influência na coletividade, uma vez que os discursos intentam exercer algum tipo de convencimento, marcando algum tipo de posição. Ora, nesse sentido, produzir uma análise acerca da cobertura da imprensa é tanto dialogar com as percepções e representações sociais, como também é pressionar, discursivamente, a mídia no tocante à autorreflexão crítica de seu papel social.

Diante desse conjunto de registros atinentes à função desempenhada por parcela da grande mídia na sociedade atual – papel este que é de grande relevância na modernidade (THOMPSON, 2014, pp. 23-32) –, deve-se chamar a atenção, finalmente, para a proficuidade das pesquisas acadêmicas que, nuclear e sistematicamente, centralizam os discursos da imprensa como questão primaz de investigação, com o fito de produzir uma avaliação crítica dos discursos desses veículos, bem como da atuação de seus profissionais.

Esse é um caminho bastante proveitoso que viabiliza o pensamento crítico acerca do enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana e, por conseguinte, a situação desses lugares de moradia na cidade. Cumpre reiterar que, a partir da pesquisa realizada nos periódicos, especialmente no diário Extra e no jornal O Globo, um dos principais elementos a ser apreciado, com rigor e cuidado metodológico, é a mídia como uma espécie de “porta-voz” do governo, exercendo um trabalho de cobertura que não adota e

incorpora um sentido crítico de observação da amplitude social, política e histórica dos acontecimentos ligados às favelas cariocas.

6.5 O jornal impresso como uma espécie de ator político

Em razão do exposto, pode-se propor que as coberturas dos impressos que fizeram parte desta pesquisa – especialmente destacando os jornais Extra e O Globo – representaram, direta ou indiretamente, uma função política (SILVA, 2010, pp. 135-158). Essa assertiva pode ser fundamentada a partir de duas premissas que remetem ao impacto social e político do trabalho das mídias.

A primeira se relaciona ao que foi colocado em evidência, muito especialmente, no capítulo 1. Ora, conforme visto, as mídias desfrutam de visibilidade (cf. THOMPSON, 2014, pp. 181-182), penetrabilidade (cf. ALDÉ; VEIGA, 2004, p. 504) e certo grau de credibilidade social (cf. SILVA, 2011, p. 1). Nesse sentido, ao definirem o que é relevante, a partir de um processo de seleção e hierarquização de notícias (que alude a como as notícias serão publicadas em suas edições, quais serão as manchetes etc.), ao exercerem também o poder de questionamento público acerca dos fatos e, sobretudo, ao se investirem do poder de propor um tipo de enquadramento do acontecimento, as mídias acabam agindo como uma espécie de ator político (SILVA, 2010, p. 135; BORGES, 2006, p. 13).

A segunda premissa alude aos papéis sociais desempenhados pelas mídias, o que lhe confere uma força política de grande monta. Conforme apontado em expressiva parte deste trabalho de pesquisa, a imprensa organiza a percepção social e, com isso, coloca em evidência vozes de atores sociais com as quais ela pressupõe estar dialogando em seu trabalho diário. Além disso, não deixam de colocar sua própria voz/marca nesse processo.

Levando-se em conta que os acontecimentos não se impõem por si só (cf. CARR, 1982) e também que não são unívocas as suas formas de apreensão (cf. ALDÉ; VEIGA, 2004), as mídias realizam o trabalho de seleção de acontecimento e apresentação de seu conteúdo com base numa relação simbiótica entre, pelo menos, sua posição editorial – entre outras pressões discursivas, conforme Bourdieu (1997) – e a expectativa projetada de como seu produto final será bem aceito por seu público-alvo.

Em vista dessas considerações e tendo por base os relatos diários dos impressos acerca das operações policiais nas favelas do Alemão, da Santa Marta e da Cidade de Deus, pode-se

propor que a incorporação preponderante dos discursos do governo, por parte dessas mídias, faz com que elas produzam uma intermediação social dos acontecimentos. E essa intermediação é realizada eminentemente (não exclusivamente) a partir da perspectiva oficial governamental ou tendo-a como central.

Mas tal intermediação não se configura numa forma unilateral de as mídias colonizarem a forma de pensar da sociedade, tendo por base os princípios que regem as representações e propostas de ação governamentais. Nesse sentido, cumpre chamar a atenção que essa intermediação encontra nas condições sociais de apreensão do “problema favela” (cf. MACHADO DA SILVA, 2002; cf. BURGOS, 2006) um campo profícuo de possibilidades de recepção desse enquadramento das favelas no registro da linguagem da violência urbana.

De acordo com o que foi apontado antes, essa operação de incorporação da perspectiva oficial como princípio basilar do trabalho realizado pelos diários consultados, em relação às favelas pesquisadas, coopera para o fechamento do circuito que organiza discursivamente a linguagem da violência urbana, oferecendo um cariz específico a esta última e situando as favelas em determinado lugar na cidade. Dessa forma, as mídias acabam atuando como uma espécie de ator político (cf. SILVA, 2010, p. 135; BORGES, 2006, p. 13), uma vez que se imiscuem nesse circuito produzindo uma intermediação social, oferecendo uma perspectiva visível, socialmente ramificável e com certo grau de credibilidade.

O problema não está precisamente na intermediação social realizada pelas mídias¹³⁸, pois esse é seu papel ou uma de suas funções sociais precípuas. Não se deve negar que a própria função de intermediação já lhe conferiria um papel político importante, mas não é essa ainda a questão se coloca. O que se está insistindo é que a forma como as mídias trabalha gera um desequilíbrio, uma desarmonia nas disputas por sentidos sociais ligados aos acontecimentos diários, considerando-se especialmente as favelas como o local desses acontecimentos.

O resultado geral é que o pêndulo termina por se inclinar mais para o lado oficial do que o lado social, mais para o ponto de vista do governo do que para a visibilidade das demandas sociais. Essa intermediação desequilibrada, desarmoniosa, produz, em consequência, resultados políticos que representam as favelas sob determinada perspectiva¹³⁹,

¹³⁸ Afinal, mídia deriva do latim *media*, plural de *medium*, “meio, algo através do qual são passadas informações”. Fonte: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/midia/>. Consulta realizada em 18 de dezembro de 2015, às 11h:04.

¹³⁹ Vale insistir que essa perspectiva é formada pela consubstanciação entre as condições de cognoscibilidade social, uma vez que a linguagem da violência é um construto que enquadra as favelas nos debates públicos, e as

dificultando ainda mais suas ações no campo da política e reforçando cotidiana e diuturnamente suas representações negativas na cidade que as enquadram como um problema primaz da violência urbana.

Portanto, há que se ressaltar que os impressos examinados reproduziram hierarquias sociais e políticas em suas reportagens, haja vista que situaram, de forma prevalecte, as declarações de integrantes do governo como parte principal das matérias publicadas. Dessa forma, enquadraram seu desenvolvimento expositivo mais constante e robustamente no sentido de divulgar informações de cunho normativo-institucional (e tecnicista) do que problematizando tais decisões contidas nessas informações oficiais. Atuando assim, ela ofereceu pouco frequentemente o ponto de vista dos moradores de favelas. Essas perspectivas e essas histórias são, em alguma medida, silenciadas (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 39) nesse trabalho diário de narrar os acontecimentos que fazem parte da vida social.

Hierarquizaram-se, por esse ângulo, procedimentos e discursos oficiais, legais e tecnicistas, de um lado, e demandas de parcela da sociedade, de outro lado. É quase desnecessário chamar a atenção para o fato de que, nessas coberturas midiáticas, aqueles preponderaram sobre estas¹⁴⁰. Como desdobramento:

[...] o silêncio e a invisibilidade do morador nas representações sobre o processo de pacificação é condição de possibilidade para esses locais serem representados como lugares “em paz”, ou seja, tornando possível representá-los como lugares sem conflitos, confrontos ou tensões. “Em paz” ou em “guerra”, o lugar dos favelados nas políticas de segurança continua sendo subalterno, e o medo e o silêncio em que vivem não são impedimentos para a tranquilidade do restante da cidade “pacificada” (ROCHA; PALERMO, 2015, p. 39, grifos dos autores).

Portanto, o que se argumenta é que as mídias, a partir da polifonia discursiva que elas incorporam através da organização da percepção social (CEVIS, 2011 *apud* ROCHA; PALERMO, 2015, p. 26), acabam ensejando a construção de uma determinada realidade (AGUIAR, 2006, pp. 76-77; PORTO, 2009, p. 217; SILVA, 2011, p. 2). Ao agirem dessa forma, os diários consultados ajustaram-se, em alguma medida, ao horizonte de expectativas

representações do governo que situam as favelas como grande perigo para a cidade, partindo da ideia difusa de que o tráfico de drogas é o principal (ou um dos principais) problema da violência urbana.

¹⁴⁰ O compositor Chico Buarque, numa canção que aborda a briga de duas pessoas num humilde barracão, chama a atenção da sociedade – de forma poética, é claro – sobre a dor das pessoas comuns e sua relação com as mídias. Segundo o músico: “A dor da gente não sai no jornal”. In: <http://letras.mus.br/chico-buarque/292211/> Acessado em 16/09/2015, às 13h:45. Sabe-se que as motivações dos artistas para expor sua complexa sensibilidade são difíceis de serem capturadas, haja vista que se apresentam de forma multifacetada. No entanto, aciona-se, aqui, essa interpretação, de modo a explicitar comparativamente como as mídias, não raramente, privilegiam a técnica em relação às dores (demandas) da sociedade, sobretudo em se considerando a parcela menos influente da sociedade, politicamente pensando.

da maior parte de seu público-alvo (SILVA, 2010, p. 97), bem como atenderam aos anseios de parcela substancial e vocal da sociedade, uma vez que há, predominantemente, um desejo da sociedade de controle da ordem urbana por meio da repressão policial (cf. PERALVA, 2000, p. 76; cf. HOBBSAWM, 2007 apud CAVALCANTE; MAUAD, 2013b, pp. 101-102).

Essa linha de raciocínio sobre a aprovação social da repressão policial é caudatária da interpretação dos argumentos de Machado da Silva (2010b). E cumpre registrar que esses argumentos ajudam, inclusive, a pensar teoricamente o trabalho da imprensa investigada. Segundo o mencionado autor, o trabalho repressivo da polícia é fundamentado numa delegação que é dada por parte da sociedade. Isso é feito com base nos “[...] grupos responsáveis pela opinião dominante” (Idem, p. 298). Essa delegação implica como contrapartida o atendimento aos anseios de que aparelhos policiais ofereçam “proteção, a qualquer preço, da continuidade das rotinas pessoais, com quase nenhuma supervisão jurídica e política sobre as atividades dessas instituições” (Idem, p. 294).

Em outros termos, o trabalho repressivo da polícia não ocorre sem a aquiescência de parcela da sociedade que tem capacidade de verbalização política, pois, é ela que confere, no limite, sustentação social e moral para que o trabalho da polícia seja desmedidamente violento, em algumas ocasiões, sobretudo em tempos que são envoltos pelas representações de que a cidade está em “guerra” (LEITE, 2000). Assim sendo, a prática policial só poderá ser adequada, ou seja, usando a força proporcional, caso essa aprovação de parcela importante da sociedade para que ocorra a violência desmedida seja desfeita, desmobilizada (cf. MACHADO DA SILVA, 2010b).

Por outro lado, a despeito de essas análises mostrarem o que há de continuidade no trabalho das mídias, mesmo nessa nova conjuntura, é importante não negar que se pode também registrar sutis mudanças, no tocante aos discursos das mídias, ainda que se considere o curto espaço de tempo recortado nesta pesquisa.

Em outras palavras, malgrado o enquadramento principal das reportagens ter priorizado a ocupação militar como uma auspiciosa vitória do Estado sobre o tráfico de drogas (O GLOBO, quarta-feira, 3 de dezembro de 2008, p. 6), o que tematiza as favelas pelo repertório da “metáfora da guerra” (LEITE, 2000) ao crime, há que se reconhecer que algumas menções vinculadas aos direitos dos favelados passou, gradativamente, a figurar mais nas tematizações da imprensa investigada, desde, sobretudo, maio e junho de 2007,

como desdobramento do grande impacto social e político das operações policiais constantes no Alemão¹⁴¹.

Mesmo assim, vale chamar a atenção que a tematização dos direitos dos moradores não desfrutou da pujança e a recorrência que ainda usufruem os “repertórios da linguagem da violência urbana e sua metáfora da guerra.” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 13). Aliás, conforme apontado antes, tais direitos são, com efeito, precedidos da noção de que primeiro se deve combater e ganhar a “guerra” que a cidade do Rio de Janeiro vive.

Mas, não se deve negligenciar que essas são mudanças a serem sublinhadas, pois, conforme mencionado no capítulo 1, considera-se, aqui, que a temporalidade é dotada de uma dialética entre permanências e rupturas (GOMES, 2006, p. 459). Logo, nem as mudanças devem ser vistas de forma cristalina nem as permanências devem ser compreendidas como eternas.

Pensar em mudanças como questões a serem verificadas de forma clara e as permanências como uma categoria a ser concebida como eterna é ter a concepção de que o tempo remete a uma verdade pura e claramente organizada. E temos a noção de que a vida social não é regida por esses princípios.

Portanto, a avaliação do que permanece e o que está mudando é algo a ser aferido constantemente. Como corolário desse trabalho, emergem as disputas pelas interpretações acerca das questões relacionadas às demandas que cercam a vida social e política de uma coletividade. Nesse sentido, a partir dessas considerações teóricas acerca das mudanças e permanências na vida social, há que reiterar que o enquadramento das favelas pesquisadas não sofreu modificação em seu quadro geral.

Mas, apesar da permanência desse enquadramento das favelas pesquisadas na linguagem da violência urbana, há que se chamar a atenção, por outro lado, para alguns momentos ou contextos (referentes ao período e localidades pesquisados) em que os temas referentes aos direitos dos moradores de favelas foram invocados e tematizados pela imprensa. Em síntese, o quadro geral de enquadramento das referidas favelas na temática da violência permaneceu, mas houve situações em que as mídias investigadas acionaram o tema dos direitos dos moradores.

Tendo em vista que as mudanças, via de regra, não ocorrem de forma repentina e clara, podemos estar assistindo ao preâmbulo de um processo que, paulatinamente, pode passar a engendrar novas formas de tematizar as favelas na cidade do Rio de Janeiro. No

¹⁴¹ Essa afirmação leva em conta o período recortado para esta pesquisa.

entanto, como nossa lida ou nossa labuta se caracteriza pela análise empírica, ou seja, do que é material e nos foi (ou está sendo) legado, essas são questões que devem ser avaliadas no porvir da vida social, política e cultural dessa cidade. Afinal, o labor do sociólogo, do antropólogo, do historiador, do geógrafo e do cientista político não para, pois a vida humana está em constante movimento e mudança, não sem que se perceba as insistentes permanências. E essas percepções também são representações em disputa, tanto pela sociedade como pelos pesquisadores.

Este capítulo completou uma linha argumentativa ligada aos discursos que são atinentes ao trabalho da imprensa investigada. Se, nas partes I e II deste trabalho, o foco se dirigia aos discursos em torno das operações policiais em algumas favelas cariocas, na parte III (Imprensa), o cerne da questão foi colocar em discussão como os discursos da imprensa pesquisada se constroem e, por conseguinte, como eles acabam – nessa rede em que emerge sua construção – por conferir um lugar específico para algumas favelas cariocas, num novo contexto.

Conforme foi visto, a pesquisa que foi realizada nos jornais impressos *Expresso*, *Extra*, *O Globo* e *O Dia*, identificou diferenças e uma semelhança geral na cobertura dessas mídias. Neste capítulo, a homologia é que foi o mote.

A semelhança geral que pode ser notada nas reportagens desses periódicos se relaciona, efetivamente, à ênfase na ocupação militar (policial) das favelas como um referente importante. Os impressos pesquisados tiveram, primordialmente, essa linha matricial de sentido ao tematizarem as favelas cariocas que fazem parte da pesquisa.

Um dos principais argumentos desenvolvidos sustentou que explicar as nuances do trabalho desses jornais necessariamente passa pela compreensão da linguagem da violência urbana e do “problema favela” como referentes sociais importantes que influenciam o trabalho das mídias.

Essas são condições de cognoscibilidade que muito frequentemente orientam o trabalho dos impressos consultados. E essas condições influenciam na tematização e abordagem das favelas cariocas, de certa forma independentemente das diferenças editoriais ou empresariais registradas entre essas mídias pesquisadas.

É possível afirmar, então, que essa similitude tem relação direta e dialógica com um público mais geral, genérico, ou seja, liga-se mais às condições de cognoscibilidade social que impõem determinado enquadramento do “problema favela” (cf. MACHADO DA SILVA, 2002).

Em razão dessas considerações, pode-se interpretar que a homologia nos enquadramentos temáticos que situaram majoritariamente as favelas que constam da pesquisa pelo viés da militarização e da “metáfora da guerra” (LEITE, 2000) tem ligação também com a construção discursiva que situa essas localidades como um “problema” ligado – quase que monoliticamente – ao perigo para a cidade.

Nesse sentido, o que reveste essa perspectiva é precisamente a imagem da cidade em “guerra” generalizada (Idem, ibidem). Destarte, mesmo em tempos em que emergem os discursos de “pacificação”, as mídias continuaram enquadrando as favelas pesquisadas na linguagem da violência urbana, não “a partir do reconhecimento efetivo de sua cidadania [ou da cidadania de seus moradores] (LEITE, 2012, p. 385).

Outro argumento importante desenvolvido é que as favelas são retratadas, nesses periódicos, substancialmente a partir do ponto de vista do governo. Isso ocorre tanto no conteúdo das reportagens quanto nas definições de sua importância relativa na edição, ou seja, se a matéria será da capa ou qual visibilidade interna terá no jornal publicado.

Diante desse quadro, fechou-se o circuito que estrutura os discursos que situam as favelas cariocas na cidade. E nesse circuito, a imprensa entra conferindo determinado cariz à linguagem da violência urbana, na medida em que as enquadra de uma determinada forma, em suas reportagens, e também porque prioriza o discurso oficial, em detrimento dos que são protagonizados pelos moradores de favelas ou dos que defendem seus direitos.

Cabe chamar a atenção que, com isso, não se deseja afirmar que esse processo se torna inexorável, pois se sabe que há, com efeito, outros campos de lutas sociais e políticas. Todavia, não se deve negligenciar o fato de que as mídias têm visibilidade e credibilidade social que produzem resultados políticos. E o fruto frequente desses resultados é o enquadramento das favelas como um problema quase exclusivo da violência urbana, por meio das representações negativas desses lugares de moradia, sobretudo incorporando as representações que são provenientes do estafe governamental, de acordo com o que foi visto neste trabalho com o farto material empírico exposto.

Em face do exposto, cumpre destacar que se enfatiza – como proposta geral formulada na parte III desta tese – a importância de pensar mais frequente e substancialmente as mídias como um campo de lutas por novas representações sobre as favelas na sociedade, em tempos

de “pacificação” de alguns desses lugares de moradia. Portanto, reivindica-se que estudos sobre o trabalho da imprensa, conforme o que foi realizado aqui, são profícuos campos pesquisa para problematizar a tematização, abordagem, percepção, representação etc. das favelas e para pensar o direito de seus moradores à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese é fruto de pesquisas que passaram, cada uma delas, por diferentes etapas e temporalidades. Nesse percurso, foram sendo incorporadas referências teóricas e metodológicas que contribuíram para o balizamento de cada etapa, em cada temporalidade, com vistas a oferecer respostas que se consideravam adequadas e pertinentes ao que requeria o material de pesquisa. Não se deve negligenciar que essas incorporações também são resultantes do desenvolvimento teórico do pesquisador, pois este está implicado também no processo de produção do conhecimento (cf. LACAPRA, 2015; cf. CALDAS, 2012).

É em função do que foi exposto que esse trabalho crucialmente voltado para uma análise sociológica dos discursos em torno das ações policiais realizadas ou coordenadas pela SESEG acabou inserindo referências teóricas diferentes e interdisciplinares, como, por exemplo, elementos da análise do discurso, derivados da linguística; recursos analíticos que permitem pensar a relação entre margens e centro, derivado da teoria antropológica; perspectiva histórica da construção dos discursos, avaliando suas permanências e mudanças, que é uma chave heurística muito empregada por historiadores; e, por fim, acionou-se, também, recursos analíticos da sociologia, com vistas a pensar o papel da imprensa e dos discursos de alguns atores na sociedade, especialmente levando em conta, neste último caso, os discursos de integrantes do governo que reverberaram nas mídias investigadas.

Além dessas referências teóricas e metodológicas, deve-se acrescentar que o acesso às fontes para a consecução deste trabalho de pesquisa foi feito de maneira diversificada. Nesse sentido, deve-se externar que a forma com a qual o acesso às fontes foi concebido acabou organizando uma maneira de pensar que permeia os argumentos e a apresentação desta pesquisa. Cumpre registrar, então, que é a partir dessa historicidade do pesquisador em relação à pesquisa/objeto de estudo que se propôs pensar a organização dos discursos sobre a política de segurança do governo pesquisado, tendo a imprensa como eixo basilar.

Em vista dessas considerações, pretende-se, nesta etapa derradeira, externar e iluminar como essas potencialidades mencionadas, a partir da historicidade do pesquisador, contribuíram para a organização da pesquisa, bem como para subsidiar as interpretações que se configuram como pontos muito caros a este trabalho. E se fará esse exercício colocando em evidência basicamente quatro pontos que são considerados de destaque.

(i) De acordo com o que foi mencionado logo acima, o acesso às fontes foi determinado pelas pesquisas de cujo trabalho participei. Desse modo, ao analisar discursos em

torno das ações policiais em algumas favelas cariocas (Alemão – 2007; Santa Marta – 2008 e Cidade de Deus – 2008/2009), em temporalidades descontinuas (do início de 2007 até início de 2009), foi possível acompanhar e analisar, principalmente a partir dos jornais impressos, como os discursos em torno dessas ações policiais foram se constituindo.

O acompanhamento desses discursos (via imprensa) em suas trajetórias históricas possibilitou, pois, construir uma visão *sui generis* sobre suas continuidades e mudanças ao longo do tempo dos primeiros anos do governo Sérgio Cabral. Ora, se esses discursos, por um lado, visavam, eminentemente, apresentar diretrizes do governo, por outro, permitem vislumbrar representações sobre algumas favelas cariocas que situam esses lugares de moradia na cidade, como também viabilizam pensar nas diferentes formas de atribuir sentidos às ações policiais em favelas.

Nesse sentido, uma das conclusões singulares que se apresenta nesta pesquisa é que os discursos em torno das diretrizes concernentes ao novo programa de policiamento colocado em prática a partir de novembro de 2008, na favela Santa Marta (que derivou nas UPPs), não apresentam um descolamento, uma descontinuidade total e completa em relação aos discursos que embasaram as ações policiais realizadas nos Complexos do Alemão e da Penha, nos primeiros meses do primeiro ano do governo Sérgio Cabral (2007).

O que se devesa realçar é que alguns dos discursos que foram colocados em prática para viabilizar a “paz” na favela Santa Marta, a partir de novembro de 2008 (conforme apresentado no Capítulo 3), haviam sido externados e defendidos publicamente por integrantes do governo no período da “guerra” aos Complexos do Alemão e da Penha, sobretudo em 2007, de acordo com o que foi mostrado nos Capítulos 1 e 2.

Essa é uma inferência que mostra o quanto as ideias de “guerra” e “paz” não são tão descoladas, tão desvinculadas (e descontinuas) como os discursos propugnados por integrantes do governo pretenderam apresentar publicamente na ocasião da implementação do programa de policiamento na Santa Marta (novembro de 2008). Portanto, segundo o que foi selecionado, organizado e publicado pelas mídias escrutinadas, há continuidades discursivas entre os períodos da “guerra” e da “paz”, não somente mudanças. Em outras palavras, havia elementos do “velho” discurso que estavam inoculados no “novo” discurso.

Pode-se afirmar que esses discursos não são totalmente descolados ou que não há uma descontinuidade discursiva contundentemente exposta porque a referência à “paz” se estruturou na ideia de uma “guerra” necessária como precondição para se tematizar direitos e, por conseguinte, o lugar das favelas na cidade. Não são plenamente descoladas sobretudo porque, a partir da imprensa, pode-se notar que as bases discursivas que criaram as ocupações

policiais para fins de “pacificação” são, em alguma medida, caudatárias das que foram pautadas, gradativamente, no período da “guerra”; germinaram e foram construídas, portanto, nesse período de operações belicosas. Essa é uma construção discursiva que emerge da análise do material de pesquisa. Trata-se, pois, de um processo de construção de um discurso (e de um programa de policiamento destinado a favelas), logo, contempla permanências e mudanças. Assim, a chave heurística adotada forneceu, destarte, uma visão panorâmica e histórica dos discursos de integrantes do governo – e de parcela da sociedade também – que permitiram problematizar outros sentidos para a “guerra” e para a “paz” (cf. RAMÍRES; COSTA, 2012).

É importante registrar que não se nega que as abordagens (e as práticas) sobre as ações policiais realizadas nas favelas do Alemão e da Santa Marta, nos períodos aludidos nesta tese, guardem diferenças entre si.

O que se deseja ressaltar, por outro lado, é que – para além dessa abordagem que prega a descontinuidade entre a “guerra” e a “paz” – estão sendo colocadas questões que remetem à produção de sentidos. Desse modo, há que se ressaltar que a referência à tematização das favelas pela linguagem da violência é uma consequência problemática que se observa na permanência desses discursos observados em períodos diferentes do governo em apreço. Desse modo, mesmo em tempos em que a abordagem foi de “paz”, permaneceram, portanto, as representações das favelas como perigo. Logo, a “paz” guarda consigo a ideia de que a “guerra” é precisamente necessária como tematização dos direitos desses moradores. E isso foi identificado tanto nos discursos proferidos por integrantes do governo (em relatos selecionados e publicados pelos diários perscrutados) como também pelas próprias mídias escrutinadas.

Diante exposto, duas questões devem ser ressaltadas nessa inferência que cria um vínculo de continuidade entre os discursos que construíram a ideia de “guerra” no Alemão e os que tematizaram a “paz” que tomou conta da Santa Marta. A primeira remete à transmutação gradual dos discursos que visavam legitimar a “guerra” no Alemão, pois esses discursos formaram a base do arranjo que lastreou a construção discursiva que envolvia a noção de “pacificação” (controle territorial, promoção intensa de serviços sociais e novos policiais com remuneração adicional). A segunda questão alude à “paz” como uma construção ligada à noção de que a “guerra” é sua necessária precondição.

Portanto, por meio desse construto discursivo, as favelas são tematizadas, antes de tudo, na linguagem da violência. Ainda que se verbalize os direitos dos moradores ou a “paz” na localidade, o referente basilar é a “guerra” “justa” e “necessária” para a regularização da

rotina da cidade. Nesse ciclo vicioso, as favelas permanecem sendo tematizadas e discutidas predominantemente (não exclusivamente) a partir da sua vinculação ao problema da violência urbana. Sendo assim, “guerra” e “paz” foram construções discursivas utilizadas retoricamente, nessa nova conjuntura em que emergiu o primeiro governo Sérgio Cabral. Em acréscimo, vale destacar que, não raramente, o uso desse tipo de construção produz a tergiversação acerca das discussões que remetem à efetiva cidadania dos moradores de favelas e à efetiva participação desses atores sociais na execução de políticas públicas destinadas a esses lugares de moradia.

(ii) Um segundo ponto caro a esta pesquisa é a identificação de que os discursos em torno das diretrizes normativas do governo foram adaptados às condições sociais, condições históricas e às pressões discursivas de grupos que defendiam outras possibilidades para as ações policiais nas favelas em apreço nesta pesquisa.

O acompanhamento dos discursos que revestiram as ações policiais nas favelas em voga nesta pesquisa permite inferir que as propostas normativas do governo, externadas por seus porta-vozes, especialmente no início da gestão Sérgio Cabral, objetivavam promover ações nessas favelas que estavam ancoradas centralmente na ideia de “guerra” ao crime que se situa nessas localidades, sem levar em conta concreta e efetivamente o impacto dessa “guerra”. De acordo com o que se pode depreender da análise desses discursos organizados pelas mídias, essa “guerra” seria necessária para se combater a facção criminosa denominada Comando Vermelho, a fim de que se pudesse reduzir os índices de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a observação desses discursos organizados pelas mídias investigadas permite notar que, com o passar do tempo, eles foram se moldando, em alguma medida, às transformações conjunturais (notadamente a preparação da cidade para receber megaempreendimentos) e às críticas de parcela da sociedade em relação às operações policiais que estavam cobrando vidas e perturbando, obstando a rotina de parcela significativa da cidade.

Ainda se deve ressaltar que, na preparação da favela da Cidade de Deus para receber o novo modelo de policiamento que se estava gestando na Santa Marta, em fins de 2008 e início de 2009, pode-se notar que as condições práticas daquela favela exerceram influência nos discursos que organizaram as ações policiais em ambas favelas citadas. Logo, a própria construção discursiva que pretendia dar legitimidade à ocupação policial de favelas, com vistas à “pacificação” dessas localidades, foi sendo adaptada, de alguma forma, às condições de possibilidades de cada favela, bem como às perspectivas de expansão das recém-criadas UPPs.

A modulação discursiva de integrantes do governo, acompanhada a partir dos relatos das mídias escrutinadas, permite concluir que “[...] a prática mostrou mais uma vez que segurança pública e criminalidade têm matizes muito próprios. Área por área”. (BELTRAME, 2014, p. 181, grifos meus). Nesse sentido, identificou-se que, na pesquisa realizada nos impressos analisados, os discursos em torno dos objetivos do programa de “pacificação” foram sendo adaptados a essa referida dificuldade prática assumida pelo próprio secretário de Segurança Pública.

Destarte, o combate ao tráfico de drogas, bem como a questão da possibilidade da presença de traficantes de drogas em favelas ocupadas foram questões moduladas, adaptadas nos discursos de integrantes do governo até se considerar e afirmar que objetivo era controlar as localidades, ainda que houvesse a presença do tráfico de drogas e de traficantes em favelas com ocupação com vistas à “pacificação”.

A identificação dessas nuances discursivas permitiu à pesquisa reiterar, metodologicamente, que se pense a sociedade em sua complexidade. Isso implica postular que as análises dos discursos não devem se circunscrever às proposições enunciativas, mas devem também ser observadas e pensadas em que medida as condições sociais fazem parte das construções dos discursos (e esse exercício deve ser incorporado não somente aos discursos políticos, mas a quaisquer outros).

Mas essa proposta não se restringe à sua proficuidade teórico-metodológica, cumprindo ainda ressaltar sua serventia política, no sentido mais amplo deste último termo. Afirma-se isso porque pensar a sociedade é estar aberto(a) às diversas possibilidades e, nesse sentido, chama-se a atenção para as ações dos atores sociais diversos. Estar aberto(a) a essa perspectiva é cumprir um papel político no sentido de dar luz também aos contrapontos sociais, às condições de possibilidades mais amplas que a vida cotidiana oferece. Perder de vista essa dimensão é negligenciar o poder social e político dos diversos discursos em disputa.

(iii) O terceiro ponto se superpõe à discussão do tópico anterior e remete à identificação de que as favelas cariocas são colocadas (e se colocam), no jogo de forças sociais, tanto a partir de sua generalidade quanto de sua especificidade.

O que se deseja chamar a atenção é que, por um lado, as favelas são, não raramente, inseridas nos debates públicos como lugares relacionados eminentemente à violência. E nesses debates elas se encontram enquadradas, não parcamente, sob a linguagem da violência urbana. Então, esse construto é um dos que conferem às favelas uma representação homogeneizadora na cidade.

Entretanto, no transcurso desta pesquisa, sobretudo nos capítulos que compõem as partes I e II desta tese, foi possível evidenciar, por outro lado, o quanto algumas favelas são consideradas, por integrantes do governo, diferentemente de outras, ou seja, são comumente vistas como mais perigosas do que outras, como foi o caso das favelas dos Complexos do Alemão e da Penha (capítulos 1 e 2) representadas como um dos grandes perigos para a cidade (Anexo I).

Portanto, um dos resultados importantes logrados a partir da interpretação do material investigado é que as favelas são, nos discursos do governo e da imprensa, ora representadas como um todo homogêneo, ora são evidenciadas em suas especificidades. Procurou-se explicar, aqui, que essas variações são decorrentes, via de regra, das necessidades de integrantes do governo em tentar conferir legitimidade às ações policiais realizadas nessas localidades, procurando não deixar “muito espaço à crítica, pelo menos à crítica política” (BOLTANSKI, 2013, p. 456) sobre suas ações destinadas a algumas favelas cariocas.

Nesse sentido, ações policiais belicosas (como no caso do Alemão, em 2007) ou ocupações para fins de “pacificação” (como no caso da Santa Marta e depois da Cidade de Deus, no fim de 2008 e início de 2009) frequentemente carregaram, no cerne de seus discursos, recursos que visam legitimar as ações, com vistas a alcançar o apoio da sociedade ou, pelo menos, com o fito de minimizar os impactos sociais causados pelos desgastes decorrentes das ações policiais.

Dessa forma, tais discursos se fartam de recursos que ora constroem as favelas (em seu todo) como um grande problema para a violência urbana, ora acionam especificidades que visam justificar a força desmedida empregada em localidades específicas, bem como para tentar produzir o convencimento de que a “guerra” é uma necessidade imperativa.

Foram em razão desses motivos que se insistiu em valorizar, em cada capítulo que compõe as partes intituladas “guerra” e “paz” (especialmente nos capítulos 2, 3 e 4), as considerações espacializadas de cada localidade que reverberavam nos discursos de integrantes do governo, conforme seleção e organização das mídias perscrutadas. Tais especificidades nos permitem perceber que as favelas não se situam na cidade somente em sua dimensão cognitiva unívoca nem em sua perspectiva macroestrutural.

Pensar, pois, o lugar das favelas na cidade e compreender esses recursos discursivos que as constroem ora como um “problema” genérico, ora específico, foram tarefas que fizeram emergir diferenças e similaridades que permitiram problematizar esses lugares de moradia nos discursos que foram organizados pela imprensa investigada.

Um exemplo concreto da generalidade das representações das favelas no tecido urbano pode ser acompanhado no exercício de análise do discurso das mídias que foi realizado no capítulo 6. Nesse exercício, a linguagem da violência urbana foi posicionada como um arranjo que referencia a interpretação das favelas – em sua generalidade – como um problema da violência que coloca condições de cognoscibilidade que oferecem uma moldura social ao trabalho dos diários esquadrihados.

Um exemplo prático de que as favelas também são enquadradas em suas especificidades pode ser localizado na análise dos discursos sobre a escolha da Santa Marta como novo modelo de policiamento de favelas, que se encontra no capítulo 3. Isso pode ser observado também para os casos do Alemão (capítulos 1 e 2) e da Cidade de Deus (capítulo 4), em que as representações negativas singulares de cada localidade específica foram acionadas, a partir das mídias analisadas, com vistas à construção de um problema público que acabava, por essa perspectiva, substancializando intervenções policiais.

Portanto, as formas como o Alemão, a Santa Marta e a Cidade de Deus foram abordadas por integrantes do governo, bem como a maneira como esses discursos reverberaram e foram tematizados nas mídias investigadas, permitem colocar em discussão as especificidades das favelas cariocas, que é um tema que já tem um grande peso na literatura. Mas, aqui nesta tese esse tema foi atualizado a partir de discursos que organizam apreensões sobre algumas favelas, numa nova conjuntura. Destarte, é a partir dessas especificidades e dessa nova conjuntura que se pode compreender como as representações desses lugares de moradia como perigo terminaram compondo um dos vetores principais para organizar a perspectiva governamental em matéria de intervenções policiais.

(iv) O quarto tópico remete à análise dos limites e possibilidades da principal fonte (não a única) que foi utilizada nesta tese: parcela importante da imprensa escrita. Esse é um ponto singular, especial porque não são tão profusas as pesquisas que estudam, de forma central, as ações policiais em favelas cariocas a partir da imprensa, colocando em discussão e em análise um conjunto de informações, de dados, de diretrizes e de representações acerca de favelas cariocas que reverberaram nas mídias.

A imprensa escrita selecionada não foi somente a base dos dados coletados por esta pesquisa, mas foi também responsável por influenciar significativamente a organização da exposição desta tese. Desse modo, a forma como as três partes do trabalho está disposta (“Guerra”; “Paz”; “Imprensa”) é proveniente da análise do material empírico originário dos diários impressos, uma vez que foi esse material que ofereceu base para que se pudesse pensar

os discursos em torno das ações policiais em favelas cariocas, tendo com chave heurística suas continuidades e mudanças, ou seja, uma construção histórica desses discursos.

No entanto, as fontes impressas, conforme apontado, não ofereceram somente possibilidades originais e significativas, com vistas à problematização das representações sobre as favelas cariocas que reverberam socialmente a partir desses veículos. Elas também impuseram limites às possibilidades de análises realizadas nesta pesquisa. Esses limites se colocam muito especialmente em razão do trabalho de intermediação que a imprensa produz no seu dia a dia.

Ora, a partir da teoria e metodologia organizada para pensar o material de pesquisa, observou-se que narrar a vida cotidiana da sociedade requer um diálogo com um público-alvo, com editoriais responsáveis pela produção de notícias, com empresas que anunciam nessas mídias etc. Nesse sentido, o discurso dos impressos sofre pressões de outros setores sociais. Logo, a intermediação feita pelos diários de notícias pesquisados acabou conformando uma construção discursiva que não é isenta, neutra, nem imparcial, pois narrar o cotidiano é, ainda que sutilmente, adotar um ponto de vista; ou é, pelo menos, assumir um lugar de fala. Assim, narrar o cotidiano é um trabalho que está revestido de uma complexidade que deve ser colocada em voga.

Portanto, ao investigar o cotidiano que emerge dos diários de notícias, o pesquisador deve ter como premissa que seu trabalho está, constantemente, sendo enquadrado pela forma como o impresso também se posiciona na sociedade. É, nesse sentido, ter como premissa que esse discurso está impregnado de outras vozes sociais que contribuem na construção diária de uma perspectiva social dos acontecimentos, que cooperam na seleção cotidiana do que é importante ou não de ser relatado. Essa polifonia organizada pela imprensa contribui na estruturação diária de como os acontecimentos são narrados, estabelecendo limites às análises, reflexões e conclusões do pesquisador que centraliza seu objeto de estudo eminentemente nos diários de notícias.

Em vista dessas considerações, é importante se colocar que o trabalho da imprensa, apesar de se autodeclarar (e ser visto, por muitos, como) isento, imparcial e neutro, está impregnado de escolhas, seleção, hierarquização das notícias, estigmas sobre atores sociais, enquadramentos temáticos e de abordagens, entre outras questões. Mas esses elementos não são impostos pura e genuinamente pela imprensa à sociedade com o fito de colonizar o que as pessoas devem pensar. O trabalho da imprensa é, no limite, conformado, adaptado, moldado a partir de um processo delicado e inter-relacional de comunicação entre os diários e outros discursos sociais que acabam sendo contemplados pelas narrativas dos jornais.

Pesquisar a partir da imprensa é, em função do exposto, ter como premissa que a vida social está angulada e editada por essas condições colocadas acima (e outras não mencionadas ou evocadas aqui). Pensar a imprensa como fonte de pesquisa é ter a noção de que o olhar que ela confere aos eventos sociais está impregnado de relações de poder que reverberam os interesses dos grupos empresariais, de parcela da sociedade sociais etc., que fazem parte de sua rede de conexão e que compõem todo o circuito social desses veículos. Pesquisar a partir da imprensa é, nesse sentido, problematizar um discurso que não é unívoco porque se trata do resultado de um conjunto de percepções e posições sociais.

Não obstante, pesquisar a partir da imprensa é, por outro ângulo, enxergar possibilidades, é compreender como seu discurso arregimenta posições sociais e políticas que podem ser analisadas criticamente; pesquisar a partir da imprensa não é somente ver através dessas angulações construídas por elas e apresentá-las. Pesquisar a partir da imprensa é também problematizar essas angulações, é discutir o sentido que estão implícitos nessas angulações, é colocar em evidência e em discussão como essa rede de produção e circulação dos impressos constroem – em parceria – uma determinada perspectiva da realidade cotidiana, perspectiva essa visível e com grande capacidade de penetração social. Pesquisar através da imprensa é compreender, nessa rede que canaliza múltiplas vozes, as contribuições singulares de algumas dessas vozes, mostrando em que medida elas contribuem para tentar produzir um determinado enquadramento da nossa vida. Pesquisar através da imprensa é compreender e identificar, por espelhamento, os discursos ou vozes sociais que são obnubiladas, obscurecidas no trabalho dos jornais, observando as relações de poder que desdizem as tão propaladas isenção, neutralidade e imparcialidade.

Nesse sentido, é importante, a partir desse ponto, discriminar algumas dessas potencialidades apontadas, conectando-as com resultados práticos da pesquisa, de modo a consubstanciar instrumentos teóricos-metodológicos com análise empírica.

Ora, se ver o cotidiano da vida de uma sociedade por meio da imprensa é poder ter a possibilidade de problematizar essa forma de construção de uma angulação, este trabalho de pesquisa colocou em discussão, incessantemente, em que medida a forma como a imprensa construiu a realidade acabou situando as favelas cariocas num patamar disruptivo para a cidade do Rio de Janeiro, especialmente no tocante à violência urbana.

Sendo assim, cumpre acrescentar que essa forma de angular e enquadrar algumas favelas na cidade não foi realizada somente pela imprensa, mas foi feito sobretudo pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e incorporado nas narrativas dos impressos investigados. Ora, se a imprensa tem a missão de informar, se informar significa notificar buscando pelo

menos os dois lados da notícia, a imprensa investigada acabou exercendo insuficientemente seu trabalho.

Afirma-se isso porque ela ofereceu notícias que angulavam, sobremaneira, as ações policiais voltadas para as favelas cariocas a partir do ponto de vista oficial do governo. Isso mostra o quanto informar não necessariamente é – na prática cotidiana do trabalho das mídias – buscar pelo menos os dois lados da notícia. Nenhuma tarefa na vida social é isenta, imparcial e neutra totalmente, mas ao sobrevalorizar determinado ângulo dos acontecimentos, os diários de notícias investigados contribuíram para estabelecer as favelas cariocas em determinado lugar na cidade. Assim, esses diários não deixaram de cumprir seu dever de informar, mas o fizeram enquadrando suas narrativas eminentemente numa determinada perspectiva.

Conforme apontado antes, a imprensa compõe um discurso social. Então, sua fala não é uníssona, não é solitária, mas sim organizadora de uma polifonia social. Ainda que essa polifonia seja difusa, não se deve negar que se pode identificar – mesmo que não tão precisamente – os lugares dos atores sociais que fazem coro ao discurso da imprensa ou que são amparadores dos discursos que são veiculados nas mídias. Por outro lado, podem ser identificados, também, os atores sociais cujas vozes não são valorizadas por essa organização da polifonia realizada pela imprensa.

Focalmente apresentando a questão: a imprensa fala junto com parcela da sociedade que apoia a forma como esses veículos verbalizam os acontecimentos sociais e situam os atores em sua narrativa diária. Assim, há uma inter-relação entre trabalho da imprensa e parcela da sociedade. Nesse sentido, as narrativas dos acontecimentos e as formas como os diversos atores sociais são retratados na imprensa não são resultantes de um trabalho de organização astuto e malicioso organizado pela imprensa; são, pois, discursos sociais em atuação política no dia a dia. Por isso, a imprensa investigada propõe angulações dos acontecimentos e enquadram atores sociais diversos a partir da seleção, organização e publicação de informações diárias.

Se algumas favelas cariocas, nesse diapasão, são caracterizadas de uma determinada forma por integrantes do governo – ou seja, como perigo iminente para a cidade – e se essa forma de caracterizar é incorporada pelas mídias, não são somente as mídias que estão contribuindo para reforçar sentidos em torno desses lugares de moradia.

Essa assertiva de que as mídias falam organizando um conjunto de percepções sociais não elimina a identificação da singularidade que cada veículo de imprensa coloca em suas edições, em suas notícias, enfim, em seu trabalho diário. Ao abordar algum acontecimento, os

diários acabam por propor um enquadramento, uma abordagem que é singular, que é construída também a partir de sua posição política ou de seu discurso social. Além disso, o trabalho desses veículos acaba visibilizando significativamente e dando uma ramificação pujante ao acontecimento ou as informações providas.

A contribuição da imprensa investigada, nesse circuito, ocorre principalmente a partir da intermediação de dados, informações, representações etc. entre governo e sociedade. E esses supramencionados dados, representações etc. situaram as favelas numa condição disruptiva na cidade. Ao procederem dessa forma, incluíram, em suas edições, essas representações ligadas às construções de sentido que o governo fez sobre as favelas. Desse modo, não deixaram de informar, mas o fizeram não incorporando contrapontos, os dois lados, nem o fizeram de forma crítica. Logo, não apenas expuseram informações, dados, representações etc., como também as incorporaram em seus editoriais, produzindo uma construção de sentido em conjunto com a que era protagonizada por integrantes do governo.

Deve-se acrescentar que muitas dessas informações, dados, representações etc. coadunam com parte do arranjo cognitivo que orienta a percepção social sobre o lugar das favelas na cidade. Assim, não se deve perder a noção de que esse arranjo tem um peso social e histórico substancial, no que toca à relação entre favelas e a cidade. Portanto, ao agir dessa forma, a imprensa investigada organizou discursos sociais sobre as favelas, concatenando representações do governo, expectativas de parcela da sociedade e seu próprio discurso.

Além disso, cumpre registrar reiteradamente que os diários consultados não somente arregimentaram posições a partir de seu discurso, mas imprimiram um cariz, uma feição própria, especialmente sua a essas informações, dados, representações etc. E fizeram isso oferecendo uma forma de enquadramento, de organização dessas informações que produzem sentidos sociais menos preocupados e menos voltados para as questões e os debates em torno dos problemas da sociedade como um todo e mais preocupados com a veiculação, visibilidade das diretrizes e representações oficiais.

Em outros termos, os problemas vocalizados pelos moradores de favelas são menos tratados do que as diretrizes, informações, dados e representações sociais que são derivadas da institucionalidade estatal, o que confere uma forma desequilibrada de tratar questões vinculadas ao dia a dia da cidade. Mas, isso não é realizado como uma forma de manipulação pura da imprensa; essa operação é realizada a partir da construção social de um discurso que organiza vozes, que se coaduna com outras posições. Logo, para que não se perca de vista a questão, o enquadramento das favelas como um “problema” não é originário da imprensa,

mas passa por ela como canal de organização, visibilização e ramificação de discursos em torno desses lugares de moradia.

Portanto, essas questões permitem afirmar que os diários de notícias investigados, ao agirem dessa forma, acabam atuando como uma espécie de ator político. Como desdobramento dessas contendas discursivas em torno do modelo ou da forma de atuação das forças policiais nas favelas, cumpre reiterar que a imprensa analisada atuou politicamente nessas questões substancialmente sobrelevando o ponto de vista normativo governamental, em detrimento das perspectivas dos moradores ou das entidades que os defendiam. Aliás, não somente reverberou esses pontos de vista como contribuiu para dar um cariz específico a eles (através da linguagem da violência urbana), incorporando representações das favelas como lugar de perigo, reiterando seu lugar na dinâmica urbana atual, ratificando as favelas como o “outro” da cidade. Em acréscimo, vale reiterar que, ao incorporar diretrizes, informações, dados e representações das favelas cariocas, as mídias pesquisadas contribuíram também para organizar uma pauta social do que é importante para a coletividade. Agindo dessa forma, contribuíram com sua ação para, em alguma medida, a construção de questões sociais que revestem o cotidiano coletivo.

Esses registros analíticos não devem obstar, por outro lado, o reconhecimento de que a imprensa também reverberou críticas à atuação das polícias nas favelas e não se furtou em se posicionar contra as mortes de inocentes, afinal, o trabalho das mídias também não é unívoco, unidirecional nem monolítico.

O problema é que, além de majoritariamente se apoiar em dados, informações, diretrizes e representações governamentais, as mídias investigadas também se filiaram e se alinharam – sobretudo em se considerando suas posições editoriais – à “metáfora da guerra” (cf. LEITE, 2000) ao crime como precondição basilar para que se colocasse em discussão os direitos dos moradores de favelas. Nessa perspectiva, a “guerra” ao tráfico se configura na primeira condição para se tratar e pensar o lugar das favelas na cidade.

Em face do exposto, pode-se afirmar que os diários investigados não deixaram de tematizar as necessidades dos moradores de favelas, mas o fizeram tendo como precondição a ideia de que a “guerra” é necessária e justa. E esses discursos, conforme visto no transcurso desta tese, não são provenientes exclusivamente da imprensa, mas são construções compartilhadas por parcela vocal da sociedade ou têm sua aquiescência. Além disso, os resultados dessa “guerra”, ou seja, as mortes e os feridos são enquadrados pelas mídias investigadas, não raramente, como um saldo negativo necessário para a recuperação da “ordem” e da “paz” na cidade.

Para encerrar, devem ser proferidos alguns comentários de cunho mais lateral em relação ao que foi centralmente discutido nessa tese. São questões que têm maior ligação com visão política das favelas¹⁴², bem como com a forma como esta pesquisa se estruturou, principalmente em relação à produção do conhecimento acadêmico sobre as favelas cariocas.

Em termos sociológicos, esses lugares de moradia são mais frequentemente pensados a partir do ponto de vista de seus moradores do que dos diários impressos. E essa é uma escolha que, sociologicamente, confere um peso aos discursos dos moradores que, efetivamente, contribui para colocar em evidência, conforme apontado antes, um ponto de vista quase que negligenciado pelos diários. Logo, deve-se reconhecer efetivamente a validade das pesquisas sociológicas que centralizam a perspectiva dos moradores de favelas como ponto de investigação importante a ser estudado e, sobretudo, vocalizado.

Não obstante, por outro lado, pensar as favelas cariocas a partir da imprensa ou, conforme feito aqui, pensar as ações policiais em favelas a partir de discursos (eminentemente os que reverberaram na imprensa escrita), é trazer à tona uma vocalização social e política importante, em matéria de tematização da relação entre Estado e favelas que parte, principalmente, das ações policiais.

O que se argumenta é que vocalizar essas disputas de sentido em torno das ações policiais em favelas, a partir desse ponto nodal que é a imprensa, é situar o debate em torno da relação entre favelas e sociedade num campo da vida social em que essas contendas ganham uma centralidade coletiva.

Ora, se a imprensa não fala de forma uníssona nem monolítica, seus relatos estão consubstanciando percepções e representações sobre as favelas e sobre sua relação com a cidade. Se esse trabalho da imprensa visibiliza determinados pontos de vista em detrimentos de outros, há que se identificar suas vocalizações a partir desse ponto nodal, precisamente a partir desse ponto.

¹⁴² Em entrevista concedida aos doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, Camila Gui Rosatti, Eduardo Vilar Bonaldi e Mariana Toledo Ferreira, Luc Boltanski afirma que “[...] na Sociologia, as posições são sempre políticas, ao mesmo tempo que teóricas.” (ROSATTI; BONALDI; FERREIRA, 2013, p. 225).

O que se argumenta é que a narrativa da imprensa tem a capacidade de colocar como pauta social um conjunto de percepções e representações sociais sobre diversos atores, inclusive os moradores de favelas. Nesse sentido, pensar nas ações policiais em favelas é, também, refletir acerca de como parcela da sociedade, por meio das mídias, interferem no debate público em torno do lugar das favelas na cidade.

Por isso, ao penetrar no trabalho da imprensa, buscando identificar seus interlocutores, ainda que estes sejam difusos, pode-se conseguir fazer emergir importantes disputas sociais e políticas que contribuem com a produção de sentidos sobre as favelas, a partir do trabalho diário da mídia que organiza percepções da sociedade. Nesse sentido, o campo de análise sociológico ganha representatividade e extensão, pois situa-se a imprensa como objeto e, como desdobramento, acabam surgindo outras vozes que conferem peso ao trabalho midiático.

Nesse caminho analítico, para se pensar em termos de representações sociais das favelas cariocas, há que se refletir sociologicamente sobre a imprensa como um dos pontos de partida de uma análise, não deixando de ter como horizonte seus interlocutores ou os discursos que contribuem para compor uma narrativa diária “legítima” sobre a cidade, incluindo as favelas.

Nota-se, por essa construção analítica, que os discursos que representam as favelas cariocas como um “problema” para a cidade são construídos, sobretudo (não exclusivamente), a partir da imprensa, pois se tratam discursos que são arregimentados pelas mídias. Nesse sentido, pensar as representações das favelas no tecido urbano e refletir, por conseguinte, acerca das discussões políticas pelo acesso pleno e igual à cidade é ter como diretriz teórico-metodológica que esses discursos não emergem na imprensa, mas se organizam a partir dela.

Portanto, as discussões em torno do lugar das favelas na cidade, especialmente no campo do direito e da participação política, devem ser pensadas também com base nos discursos que enquadram o “problema” favela a partir da imprensa. E esse é um dos sentidos que fazem as mídias se tornarem um caminho (um objeto de estudo) profícuo para se tematizar sociologicamente as favelas cariocas no campo político e, por conseguinte, no campo dos direitos, haja vista que a postulação por outras representações das favelas na cidade não está somente em dar voz aos favelados, mas encontra-se também na avaliação da tematização das favelas na vida social e na visibilidade política de suas demandas, entre outras dimensões da vida coletiva.

Em vista do que foi exposto, no tocante às representações sobre as favelas, há que se preocupar sociologicamente também com esse campo de construção discursivo que é

diariamente produzido a partir da imprensa (o que dá a ideia de arregimentação de discursos), não pela imprensa (o que daria a ideia de uma imprensa ardilosa).

Diante do que foi argumentado, sugere-se, então, que um conjunto de proposições analíticas e críticas à organização da percepção social feita pela imprensa possa, discursivamente, encetar novos enquadramentos das favelas por parte dessas mídias, ensejando posições que ressaltem a linguagem do direito sem precondições ou restrições, tal como deveria ser num Estado democrático que privilegia a igualdade entre os cidadãos.

Quem sabe assim se possa quebrar esse círculo de intermediação das mídias entre as versões do governo e as condições de cognoscibilidade que situam as favelas quase que exclusivamente pelo viés da violência? Quem sabe essa constante avaliação do trabalho diário dos impressos não possa derivar numa adequação desses discursos midiáticos a outras pressões sociais, mesmo tendo esses discursos que dialogar com seu público, sua editoria etc.?

Ora, se a alimentação dos discursos que conectam essas duas pontas (governo e sociedade) for pressionada a se reconfigurar e/ou se reprogramar, possivelmente (ou provavelmente) novas condições de possibilidades surgirão. E o investimento mais robusto nessa trilha pode produzir uma soma às vozes dos moradores de favelas e às dos que defendem que os direitos dos favelados sejam iguais aos de todos.

Cumpramos ratificar que tal investimento se configurou numa das propostas basilares desta tese que ora se encerra. Reside aqui, portanto, uma das construções analíticas e teóricas contidas neste trabalho cujo sentido foi, ainda que de maneira subjacente, postular outros caminhos em relação às corriqueiras abordagens sociológicas, pois se considera que a produção de conhecimento deve ser conjunta e plural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. “É chegada ‘a ocasião da negrada bumar’: comemorações da Abolição, música e política na Primeira República”. In: *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.97-120, jan/jun, 2011.
- AGUIAR, Leonel Azevedo de. “O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias”. In: *ALCEU*, v.7 – n. 13 – pp. 73-84 – jul./dez. 2006.
- ALBERNAZ, E. R.; CARUSO, H.; PATRÍCIO, L. “Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupo de Policiamento em Áreas Especiais”. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.
- ALDÉ, Alessandra; VEIGA, Luciana F. “Recepção da comunicação política”. In: RUBIM, Antonio Albino (Org.). *Comunicação e política: Conceitos e abordagens*. 1ª ed. São Paulo: EDUFBA, 2004, v. 1, pp. 483-514.
- ALMENDRA, Dinaldo. “As UPPs, as Elites e a Imprensa: militarização e consumo no processo de ‘pacificação’ de favelas do Rio de Janeiro”. In: *REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO*, Curitiba, v.35. n.126, p.61-89, jan./jun. 2014.
- ALVITO, Marcos. “Um Bicho-de-Sete-Cabeças”. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org.). *Um Século de Favela*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- AMADO, Janaína. “O Grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral”. In: *Revista de História da Universidade Estadual Paulista*. Vol. 14, São Paulo: UNESP, 1995, pp. 125-136.
- ASAD, Talal. “Where Are the Margins of the State?”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 279-288.
- ASHFORTH, Adam. “AIDS as Witchcraft in Post-Apartheid South Africa”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 141-163.
- BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. “As favelas como territórios da reinvenção da cidade”. In: *Cadernos de Desenvolvimento Fluminense*, rio de Janeiro, nº 1, fev. 2013, pp. 115-126.
- BARROS, José D’Assunção. *O campo da história – especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 97-114.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Jandira (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, pp. 183-191.
- BOLTANSKI, Luc. “Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária”. In: *Sociologia & Antropologia* | Rio de Janeiro, v.03.06: 441–463, novembro, 2013.
- BRAIT, Beth. “III – Construção coletiva da perspectiva dialógica: História e alcance teórico-metodológico”. In: *Comunicação e análise do discurso*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 79-97.
- BUCCI, Eugênio. “Introdução: o jornalismo ordenador”. In: GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.
- BURGOS, Marcelo Baumann; PEREIRA, Luiz F.; CAVALCANTI, Mariana; AMOROSO, Mauro. “O efeito UPP na percepção dos moradores de favelas”. In: *Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Desigualdade & Diversidade*, nº 11, ago/dez, 2011, pp. 49-98.
- BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. (5ª edição). Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 25-60.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “A nova história cultural (I): a importância de Mikhail Bakhtin”. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Historiografia contemporânea*. (v. 1) Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.
- CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo (orgs.). *Os Donos do morros: uma avaliação exaustiva do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.
- CARR, Edward H. *O que é História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Ed., 1982.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. In: C. Alberto Messeder Pereira; Elizabeth Rondelli; Karl Erik Schollhammer; & Micael Herschmann (orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, pp. 47-74.
- COHEN, Lawrence. “Operability: Surgery at the Margin of the State”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 165-190.

CHATTERJEE, Partha. “Comunidade imaginada por quem?” In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 227-238.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*. Rio de Janeiro: COB, 2009 (3º volume.).

CUNHA, Neiva Vieira da. “Como se “fabrica” um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional”. In: *Comum* - Rio de Janeiro - v.9 - nº 22 – pp. 198-207 - janeiro/junho 2004.

DAS, Veena. “The Signature of the State – The Paradoxo of Illegibility”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Reserarch Press, 2004, pp. 225-252.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Reserarch Press, 2004.

DE LUCA, Tania Regina. “Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 111-154.

DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault – Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, Mário Sérgio de Brito. “Liberdade para o Alemão”. In: *O GLOBO*, Sexta-Feira 29 Junho de 2007, p. 7.

FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa. Estudo sobre a Aids*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. “Discurso político e mídia”. In: RUBIM, Antonio Albino (Org.). *Comunicação e política: Conceitos e abordagens*. 1ª ed. São Paulo: EDUFBA, 2004, v. 1, pp. 105-126.

FARIAS, Juliana. “Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas”. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 173-190.

FERME, Mariane C. “Deterritorialized Citizenship and the Resonances of the Sierra Leonean State”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2004, pp. 81-115.

FIGARO, Roseli (org.). *Comunicação e análise do discurso*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013a.

_____. (org.). “Introdução”. In: *Comunicação e análise do discurso*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013b, pp. 9-17.

FIORIN, José Luiz. “II – Organização linguística do discurso: enunciação e comunicação”. In: *Comunicação e análise do discurso*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 45-78.

FLEURY, Sônia. “Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 30, mai/ago 2012, p. 194-222.

FONTES, Virgínia. “História e Modelos”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997, pp. 355-373.

FORTES, Alexandre. “‘Miríades por toda a eternidade’ - A atualidade de E. P. Thompson”. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, pp. 197-215.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. “Verdade e poder”. In: *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção Tópicos).

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al.). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002a.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. *Segurança, Território e Populações – curso dado no Collège de France (1977/1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. “O uso dos prazeres e as técnicas de si”. In: *Ditos e escritos, volume V: Ética, Sexualidade, Política – 3ª ed.* – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a, pp. 187-211.

_____. “A vida dos homens infames”. In: *Ditos e escritos, volume V: Ética, Sexualidade, Política – 3ª ed.* – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b, pp. 203-222.

_____. “O que são as Luzes?”. In: *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, pp. 335-351.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

FRIDMAN, Luis Carlos. “Morte e vida favelada”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 77-98.

_____. “Delegação de poder discricionário: O sonho de paz”. In: *DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 7 – nº 4 - Out/Nov/Dez 2014 - pp. 611-623.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963, pp. 10-115.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

GOMES, Tiago. “A Força da Tradição a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch”. In: *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.443-459, Jul/Dez 2006.

GRADIM, Anabela. *Manual de jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2000.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: PALLAS, Ed. PUC-Rio, 2013.

HABERMAS, Jürgen. “Política Deliberativa – um conceito procedimental de democracia”. In: *Direito e Democracia – entre facticidade e validade – volume II*. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler [1ª ed. reimp.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011a, pp. 9-56.

_____. “O papel da sociedade civil e da esfera pública política”. In: *Direito e Democracia – entre facticidade e validade – volume II*. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler [1ª ed. reimp.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011b, pp. 57-122.

_____. *Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

_____. *Teoria do Agir Comunicativo 2: sobre a crítica da razão funcionalista*. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

HALL, Stuart (org.). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

HONNETH, Axel. “Teoria Crítica”. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria Social Hoje*. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.

JAPIASSU, Hilton. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981

JEGANATHAN, Pradeep. “Checkpoint – Anthropology, Identity, and the State”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2004, pp. 67-80.

KATZMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la CEPAL*, nº 75, Dezembro, Santiago do Chile, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidés, 2001.

KOWARICK, Lúcio. “Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano”. *NOVOS ESTUDOS* N° 63. Julho de 2002.

KUSCHNIR, Karina. “Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política”. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.) *Pesquisas urbanas: Desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LACAPRA, Dominick. “O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX”. In: *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 293-312, jan./jun. 2015 | www.revistatopoi.org.

LAUTIER, Bruno. “Os Amores Tumultuados entre o Estado e a Economia Informal”. In: *Revista Contemporaneidade e Educação*. São Paulo, Ano II, N° 1, p. 58 a 92, Maio de 1997.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEEDS, E. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local”. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003

LEITE, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da solidariedade no Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Volume 15, nº 44, outubro de 2000, pp. 73-90.

_____. “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2. pp. 374-389, Ago/Set 2012.

_____. “Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro”. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 7, nº 4, Out/Nov/Dez 2014, pp. 625-642.

MACHADO DA SILVA, L. A. 1967. “A política na favela”. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, mai./jun. p. 35-47.

_____. “A continuidade do ‘problema favela’”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 220-237.

_____ & LEITE, Márcia P. “Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas”. In: *Rio: a democracia vista de baixo*. IBASE – Rio de Janeiro: IBASE, 2004, pp. 61-77.

_____ (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____ e LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desse temas?”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 47-76.

_____. “Afimial, qual é a das UPPs”. In: *www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br*, março de 2010a.

_____. “‘Violência urbana’, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual”. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010b.

_____. “Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira”. In: *Etnográfica*. Fevereiro de 2011 – 15 (1): 67-82.

_____. “A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje”. In: MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; FREIRE, Leticia Luna; SIMÕES, Soraya Silveira (Orgs.). *Favelas cariocas ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 51-65.

_____. “Prefácio à edição brasileira”. In: GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: PALLAS, Ed. PUC-Rio, 2013, pp. 11-17.

_____. “A experiência das UPPs: Uma tomada de posição”. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol. 8 – nº 1 – Jan/Fev/Mar 2015*, pp. 7-24.

MAGNANI, José Guilherme C. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 17, nº 49, São Paulo, Junho de 2002.

MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAUAD, Ana Maria. CAVALCANTE, Paulo. *História e Documento*. (v. 1) Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013a.

_____. *História e Documento*. (v. 2) Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013b.

MELLO, Marco Antonio da Silva; CUNHA, Neiva Vieira da. “Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela”. In: *DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 4 – nº 3 – Jul/Ago/Set 2011 - pp. 371-401.

MENEZES, Paloma. “Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus”. In: *DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 7 – nº 4 - Out/Nov/Dez 2014 - pp. 665-684.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior. “Quando o trabalho é desordem: As demandas dos vendedores ambulantes com a chegada da UPP ao Complexo do Alemão”. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 – nº 4 - Out/Nov/Dez 2014* – pp. 685-702.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*”. Publicação da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça: Brasília, 2007.

MISSE, Michel. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, pp. 371-385, set.-dez. 2008.

_____. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. In: *Estudos Avançados* 21 (61), 2007, pp. 139-157.

MOLICA, Fernando. “Um menino em cada um de nós”. In: *O DIA*, segunda-feira, 7/9/2015, nº 23.087, p. 2.

MONTEIRO, Fabiano Dias; MALANQUINI, Lidiane. *Sobre Soldados e Gansos: Uma aproximação acerca da percepção policial sobre a atuação em UPPs*. Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia. SP, Brasil. 2012.

NELSON, Diane M. “Anthropologist Discovers Legendary Two-Faced Indian! Margins, the State, and Duplicity in Postwar Guatemala”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 117-140.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. “Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios”. In: *Mana* 20(1): 125-161, 2014.

PARISE, Luciano. *Favelas do Rio de Janeiro – Evolução e Sentido*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais – CENPHA, 1969.

PARK, Robert Ezra. “A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Ambiente”. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973, pp. 26-67.

PALERMO, Luis Claudio. *O discurso da imprensa sobre a instalação das unidades de polícia pacificadora: representações sobre as favelas cariocas*. Monografia de conclusão de curso de Especialização em Sociologia Urbana. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

_____. “Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano”. In: *Ilha - Revista de Antropologia*, v. 15, nº 2, jul./dez. 2013, pp. 311-330.

_____. “Da ‘Guerra’ no Complexo do Alemão à Ocupação da Favela Santa Marta: aspectos de uma política de segurança pública”. In: *Ilha - Revista de Antropologia*, v. 16, n. 2, p. 115-145, ago/dez. 2014a.

_____. “A partir da mídia impressa: os objetivos das unidades de polícia pacificadora sob uma perspectiva histórica”. In: *Revista Intratextos*, 2014b, vol 5, nº 1, p. 1-28.

_____. “Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior: uma análise comparativa centrada no contexto de produção e nas referências teóricas dos autores”. In: *Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, volume 13, nº 2, ano 2014c, pp. 169-199.

_____. “Notas sobre o poder de agência dos atores sociais em *Anthropology in the margins of the state*”. In: *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v.4, n.8, jul-dezembro 2015, pp. 57-86.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, (3):3-15, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, (10):200-212, 1992.

PONCIONI, Paula. “O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro”. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, pp. 585-610, set./dez. 2005.

POOLE, Deborah. “Between Threat and Guarantee: Justice and Community in the Margins of Peruvian State”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 35-65.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. *Usos & abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

PORTO, Mauro P. “Enquadramentos da Mídia e Política”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004, pp. 73-104.

PORTO, Maria Stela Grossi. “Mídia, segurança pública e representações sociais”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 21, nº 2, novembro de 2009, pp. 211-233.

PRETECEILLE, Edmond & VALLADARES, Licia do Prado. “A Desigualdade entre os Pobres - favela, favelas”. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2000, pp. 459-485.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; DE OLIVEIRA, Márcia Gardênia. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

QUEIRÓS, Maria Isaura P. de. “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. *Revista Ciência e Cultura* 39 (3), março de 1987, pp. 272-286.

RABINOW, P.; DREYFUS, H. “‘O Sujeito e o Poder’: a natureza do entendimento antropológico”. In: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, pp. 231-249.

RAMÍRES, Iván Darío; COSTA, Grazielle. “Para além da ‘guerra’ e da ‘paz’: Territórios de violência em Medellín”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 96, Março 2012: 117-132.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

REIS, José Carlos. “História da História (1950/60) - História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss”. In: *História da historiografia*, número 01, agosto, 2008, pp. 8-18.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: Jacques Revel (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 15-38

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. “Desafios da questão urbana”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Abril 2011, pp. 4-5.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

ROCHA, Lia de Mattos. “Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 191-225.

_____. “Representações e autorrepresentações: notas sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos sociais de audiovisual”. In: SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva, MARAFON, Glaucio José e SANT'ANNA, Maria Josefina (org.). Rio de Janeiro: Um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma/FAPERJ, 2012, pp. 133-154.

_____; PALERMO, Luis Claudio. “‘O morro está na calmaria’: Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação”. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol. 8 – nº 1 – Jan/Fev/Mar 2015*, pp. 25-40.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. “As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro”. In: *Comunicações do ISER – Publicação Sazonal do Instituto de Estudos da Religião*, Dezembro de 2012, pp. 9-52.

RODRIGUES, Eduardo. *Rio-verão-2014: quando extinguir o Comando Vermelho passa a ser a novíssima solução para a questão da violência urbana carioca (1ª parte)*. In: <https://capitalismoendesencanto.wordpress.com/2014/04/10/rio-verao-2014-quando-extinguir-o-comando-vermelho-passa-a-ser-a-novissima-solucao-para-a-questao-da-violencia-urbana-carioca-1a-parte/> <Consulta realizada em 06/01/2015, às 21h45>.

ROITMAN, Janet. “Productivity in the Margins: The Reconstitution of State Power in the Chad Basin”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 191-224.

RONDELLI, Elizabeth. “Imagens da violência e práticas discursivas”. In: C. Alberto Messeder Pereira; Elizabeth Rondelli; Karl Erik Schollhammer; & Micael Herschmann (orgs). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, pp. 144-162.

RORTY, Richard. “Resposta a Jürgen Habermas (realidade objetiva e comunidade humana)”. In: SOUZA, J. Crisóstomo de (Org.). *Filosofia, Racionalidade, Democracia – Os debates Rorty & Habermas*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, pp. 213-230.

ROSATTI, Camila G.; BONALDI, Eduardo V.; FERREIRA, Mariana T. “Uma crítica para o presente: entrevista com Luc Boltanski”. In: PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.1, 2014, pp.217-230.

SANFORD, Victoria. "Contesting Displacement in Colombia: Citizenship and State Sovereignty at the Margins". In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 253-277.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIGAUD, Lygia. "Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana". In: *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 10(1):131-163, 2004.

SILVA, Hélio. "A situação etnográfica: andar e ver". In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. *Notícias da "violência urbana": um estudo antropológico*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

_____. "Imprensa e processos de produção da verdade: representações midiáticas das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro/Brasil". In: *XI CONLAB – Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011.

SILVA, Itamar e ROCHA, Lia. "Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo". In: *JUSTIÇA GLOBAL (org). Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008, pp. 37-47.

SILVA, Jailson de S.; SILVA, Eliana Sousa. "Dez anos sem resposta para uma pergunta". In: *Jornal O DIA*, Terça-feira, 15 de setembro de 2015, nº 23.095, p. 12.

SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. "A produção social da identidade e da diferença". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 73-102.

SIMMEL, Georg. "As grandes cidades e a vida do espírito". In: *Mana: estudos de antropologia social*. Vol. 11, nº 2, outubro, pp. 577-592, 2005.

_____. O Estrangeiro. In: MORAES Fº, Evaristo (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Luiz Eduardo. "A crise no Rio e o pastiche midiático". In: <http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html> <Acesso em 09 de setembro de 2015>.

_____. "UPP: origens, perspectivas, contextos institucionais e conjunturas políticas" (Entrevista concedida a René Ruschel, em 1 de dezembro de 2011). In: <http://www.luizeduardosoares.com/?p=854> <Acesso em 19 de novembro de 2014>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Militarização da questão urbana" In: *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, pp. 117-129, jul./dez. 2012.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. “IV – Concepção integrada de discurso – Discursividade e espaço discursivo”. In: *Comunicação e análise do discurso*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 99-118.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. “O ‘policial social’: Algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs”. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 8 – nº 1 - Jan/Fev/Mar 2015, pp. 77-96.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 15ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

VALLA, Victor Vincent (Org.). *Educação e Favela*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado & PRETECEILLE, Edmond. “Cem anos pensando a pobreza urbano no Brasil”. In: Boschi, Renato. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, v. 1, p. 81-112.

_____. “A Desigualdade entre os Pobres - favela, favelas”. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2000, pp. 459-485.

VALLADARES, Lícia do Prado. “A gênese da favela carioca”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15 no. 44, São Paulo, Outubro, 2000, pp. 5-34.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, pp. 31-48.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VITAL DA CUNHA, Christina. O medo do retorno do medo: Um ponto de inflexão no programa das UPPs. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 8 – nº 1 - Jan/Fev/Mar 2015 - pp. 41-62.

WACQUANT, L. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 43, novembro, pp. 64-83, 1997.

WIRTH, Louis, “O Urbanismo como Modo de Vida”. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973, pp. 90-113.

WOLF, Eric. "Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas". In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. *Antropologia e poder – contribuições de Eric H Wolf*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, pp. 93-114.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. "Crime, medo e política". In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (org.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. (2ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 2000.

FONTES DE PESQUISA**PERIÓDICOS:**

JORNAL EXPRESSO

JORNAL EXTRA

JORNAL O DIA

JORNAL O GLOBO

SÍTIOS:

<http://www.upprj.com/>

<http://www.infoglobo.com.br/Anuncie/Home.aspx>

ANEXO I

FAVELA	Quantidade de Reportagens veiculadas nos jornais Expresso, EXTRA e O Globo, entre janeiro e abril de 2007
Alemão*	38
Macacos**	32
Rocinha***	32
Maré****	20
São Carlos	9
Prazeres-escondidinho	5
Andaraí	4
Borel	4
Cantagalo	4
Formiga	4
Tabajara	4
Cabritos	3
Chapéu-Mangueira	3
Cidade de Deus	3
São João-Matriz-Quieto	3
Santa Marta	3
Coroa-Fallet-Fogueteiro	1
Turano	1
Babilônia	0
Batan	0
Providência	0
TOTAL DE REPORTAGENS	173

* A leitura dessas reportagens permite inferir que a maioria delas mostra que o governo estava preocupado com a facção local e que visava combatê-la. Com isso, quase todas as matérias jornalísticas (dessas 38 mencionadas) tem relação com traficantes do Alemão. Em janeiro, por exemplo, todas as 6 reportagens tratam desse tema.

** Em janeiro, há a penas uma reportagem ligada ao morro dos Macacos. Ela trata de Internet sem fio na localidade. Em fevereiro, não há nenhuma reportagem ligada à referida favela. Em março, há um total de 12; em abril há 19 casos. Diferentemente das reportagens que aludem aos Complexos do Alemão e da Penha, as constantes reportagens veiculadas sobre o morro dos Macacos, em março e abril, têm relação específica com um trágico episódio que

foi a morte da menina Alana Ezequiel, que tinha 13 anos de idade, e foi vítima de um tiro decorrente de um confronto entre policiais e traficantes de drogas (cf. O GLOBO, terça-feira, 6 de março 2007, p. 11). Essas reportagens sobre a favela em voga, em sentido geral, não têm um cunho de ataque, de foco sistemático do estado ao morro dos Macacos, como se pode observar no caso das reportagens ligadas ao Alemão. Trata-se, no caso do morro dos Macacos, de reportagens que reverberam, a partir de um trágico caso particular, uma rotina a que estão submetidos moradores de favelas. Cabe, pois, reiterar que não tem um sentido de foco sistemático do governo na localidade.

*** Em janeiro, houve 10 reportagens. Apenas uma trata de moradora morta por bala perdida. Em fevereiro, 6 reportagens e nenhuma sobre conflito especificamente na Rocinha. Em março, 10 reportagens e nenhuma sobre foco do Estado na localidade. Ademais, no total, poucas matérias sobre a Rocinha tratam de violência dos traficantes. Em abril, 6 reportagens que confirmam o panorama de janeiro a março.

**** Em janeiro, 7 reportagens. A maior parte tratando de questões gerais. Em fevereiro, 3 reportagens, sendo duas sobre conflitos entre policiais e traficantes. Em março, 4 reportagens. Uma sobre um arsenal de guerra na Maré, o que é relevante. Contudo, não aborda nenhum tipo de foco do estado na região; não deixa o leitor ter essa percepção. Em abril, 6 reportagens e apenas uma sobre um arsenal de guerra na Maré, repetindo o sentido produzido nas reportagens de março.